



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO - SIBI
BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES



FORMULÁRIO DE AUTORIZAÇÃO PARA OS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO, MESTRADO E DOUTORADO DO IPPUR/UFRJ

1. Identificação do tipo de material:

Tese Dissertação Trabalho de conclusão de curso

2. Identificação do documento:

Unidade: IPPUR

Programa de Pós-Graduação: em Planejamento Urbano e Regional

Autor: FREDERICO OLIVEIRA ALFAIX ASSIS

RG: 29780090-6 ^{RAV} DINAT CPF: 951.019.691-68

Título do Trabalho: ENTRE A CRUZ E A ESPADA: Análise Socioespacial do "Condomínio-Comunidade" Cruzada

SÃO SEBASTIÃO

Orientador: PEDRO DE NOVAIS LIMA

Co-orientador: FABRÍCIO LEAL DE OLIVEIRA

Número de Páginas: 323

Anexos e/ou Apêndices: 1

Data da defesa: 25/02/2019

Entrega no formato: Impresso Digital

AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO NA BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES

Autorizo a UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, a disponibilizar gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, o texto integral da publicação supracitada, de minha autoria, em seu site, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão pela Internet, a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Rio de Janeiro, 22 de maio, 2019.

Local

Data

[Assinatura]
Assinatura do(a) autor(a) ou seu representante legal

FREDERICO OLIVEIRA ALFAIX ASSIS

ENTRE A CRUZ E A ESPADA:

Análise Socioespacial do “Condomínio-Comunidade”

Cruzada São Sebastião (Leblon, Rio de Janeiro)

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional - IPPUR, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ).

Orientador: Dr. Pedro de Novais Lima Júnior
(UFRJ)

Coorientador: Dr. Fabrício Leal de Oliveira
(UFRJ)

Rio de Janeiro

2019

CIP - Catalogação na Publicação

A848e Assis, Frederico Oliveira Alfaix
Entre a cruz e a espada : análise Socioespacial
do "Condomínio-Comunidade" Cruzada São Sebastião
(Leblon, Rio de Janeiro) / Frederico Oliveira
Alfaix Assis. -- Rio de Janeiro, 2019.
322 f.

Orientador: Pedro de Novais Lima Junior.
Coorientador: Fabrício Leal de Oliveira.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento
Urbano e Regional, Programa de Pós-Graduação em
Planejamento Urbano e Regional, 2019.

1. Planejamento urbano. 2. Antropologia urbana.
3. Habitação social. 4. Conflitos sócio-espaciais. 5.
Memória coletiva. I. Lima Junior, Pedro de Novais,
orient. II. Oliveira, Fabrício Leal de, coorient.
III. Título.

FREDERICO OLIVEIRA ALFAIX ASSIS

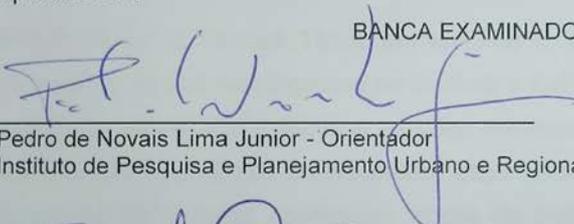
ENTRE A CRUZ E A ESPADA:

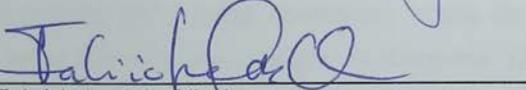
Análise Socioespacial do "Condomínio-Comunidade"
Cruzada São Sebastião (Leblon, Rio de Janeiro)

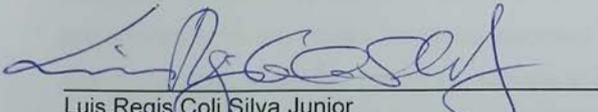
Tese apresentada ao Curso de Doutorado do
Programa de Pós-Graduação em Planejamento
Urbano e Regional - IPPUR, da Universidade Federal
do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do grau de Doutor em
Planejamento Urbano e Regional (UFRJ).

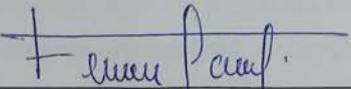
Aprovado em:

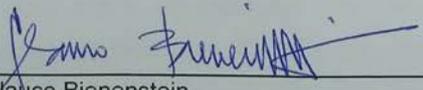
BANCA EXAMINADORA


Pedro de Novais Lima Junior - Orientador
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ


Fabrício Leal de Oliveira
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ


Luis Regis Coli Silva Junior
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ


Fernanda Ester Sánchez Garcia
Escola de Arquitetura e Urbanismo - AEU/UFF


Glaucio Bienenstein
Escola de Arquitetura e Urbanismo - AEU/UFF

MOMENTOS A AGRADECER

Não posso deixar de mencionar alguns colegas, professores e militantes cujos feedback psicanalíticos avaliativos ou motivacionais me muito me enriqueceram como ser humano pesquisador:

AMORABASE: À Seu Manuel e Joel por me acolherem na família de irmãos de fé e força que é a Cruzada.

IFCS UFRJ: kuschnir e todos os colegas da disciplina Pesquisa Urbana de 2011, com quem comecei a perceber que minhas vivências copresenciais na Cruzada se aproximava de uma etnografia urbana com caráter incidental e participativo. Misse do NECVU, a quem agradeço o primeiro incentivo formal para ingressar no doutorado com este tema de pesquisa.

IPPUR UFRJ: à Tamara Tânia, por ter sido o “fio condutor” e madrinha de primeira hora para meu ingresso no Instituto e toda equipe LabEspaço com seu método de orientação coletiva e relações horizontalizantes que ainda estamos assimilando; aos alunos do mestrado, especialização e colegas da turma de doutorado 2014 pelas constantes trocas de bibliografias nos corredores. À Carlos Vainer e aos colegas da disciplina “Globalização”, que me instigaram por novos rumos e olhares, o que permitiu realizar uma pesquisa dentro da pesquisa, dessa vez, sobre o positivismo seletivo no Brasil propagandeado enganosamente em nossa bandeira nacional e os mitos de desenvolvimento. Aos (co)orientadores Dr. Pedro de Novais e Fabrício Leal, por me acolherem em momento sensível da história do IPPUR, em que fomos transferidos provisoriamente do prédio da reitoria para unidades diferentes da UFRJ, que, no entanto, trouxe uma percepção mais sensível das vicissitudes do fenômeno das remoções, para, assim, vislumbrarmos nesta pesquisa inter(trans)disciplinar e laboratorial um “lugar de memória” para nosso Instituto e para todos àqueles que são deslocados, compulsoriamente, por forças naturais ou humanas. Ao professor Hélión pelo acolhimento e generosidade ao eterno migrante que habita em mim: já foram 5 Estados brasileiros. À

professora Fânia, por me orientar informalmente em 2015 na produção do artigo sobre história urbana carioca para o CLAEH (Centro Latinoamericano de Economia Humana) e por ter sido minha embaixatriz no IPPUR, me representando em reuniões colegiais decisivas. Ao professor Luiz Silva pela presteza em completar o time da banca de defesa para ontem, cuja receptividade por interlocução salutar, esteve à frente da corrida contra o tempo. Aos demais professores do IPPUR com quem cursei disciplinas – Luiz César, Brandão, Adalto e Robert – que se tornaram orientadores involuntários da pesquisa. E com quem não tive oportunidade de evoluir de forma mais metódica, mas que contribuem para fazer de nossa comunidade acadêmica um vórtice do saber em meio ao “purgatório da beleza e do caos”. À toda equipe da secretária e biblioteca pela dedicação e receptividade na gestão da informação.

PPGAU/UFF: À professora Sônia Ferraz por ter se disposto, juntamente, com intercambistas mexicanos da UNAM no IPPUR, para realizarmos aulas exclusivas sobre Arquitetura da Violência em Niterói; Aos professores membros da banca, que se seguira nesses constantes cruzamentos oceânicos em meio as águas de Arariboia, a começar pela professora Fernanda Sánchez, participante da banca de qualificação, cuja contribuição e entusiasmo foi nodal para o aprimoramento da constituição do texto atual. Bem como, professor Glauco Bienestein, pesquisador urbano e artista visual da paisagem urbana.

PROPUR UFRGS: À turma de doutorado 2015 por terem aberto precedente pela primeira vez e, espero, que não o derradeiro, para que aluno externo pudesse fazer a disciplina de Percepção Urbana, obrigatória e exclusiva.

UNIVERSIDADE CLAEH: Ao reitor e toda equipe do Cadernos CLAEH que me receberam com a verdadeira língua da paz e esperança, o portunhol, quando os encontrei acidentalmente, como bom *flanneur* em Montevideo, no Centro de pesquisas do Economia e Humanismo na América Latina.

Aos Pais, pela existência. Aos familiares, pela convivência. Aos amigos, pela decência. Aos colegas, pela sapiência. Aos amores, pela insistência. Aos artistas, pela quintessência. Aos lutadores, pela resistência. Aos mestres, pela ciência. Aos autores, pela referência. Aos leitores, pela paciência.



"(...) a minha comadre, ela criticava muito... Que tinha ódio de Dom Hélder. Porque Dom Hélder fez botar essa negriada aqui no coração do Leblon para estragar o Leblon (Raimunda Machado)"

"Eu já tinha o espírito de comunidade, de ser o cara da Cruzada... Um dia o pessoal vai respeitar esse local aqui. Porque o esporte muda mesmo, muda o conceito das pessoas. Eu tive consciência disso... que o pessoal queria marginalizar o pessoal daqui. E aí nos meus sonhos eu falei: "eu vou ter que fazer alguma coisa". Daí eu comecei a perceber que o futebol ele mudava muito... Até aqui mesmo no Leblon onde ia fazer um lanche (para almoçar), as pessoas já me recebiam de uma maneira diferente. Eu lembro que quando criança eu passava perto de uma madame, ela escondia a bolsa. Aí passou a ser diferente: já abri a bolsa para me pedir autógrafo (Adílio, ex-jogador do Flamengo)".

RESUMO

Trata-se de um estudo histórico e etnográfico dos contrastes e coexistências sócio-ideológicas (tempo) e físico-visuais (espacial) entre dois ambientes vividos e construídos vicinais interdependentes: O condomínio modernista Cruzada e o Shopping Leblon pós-modernista no Jardim de Alah, bairro do Leblon (Zona Sul) no Rio de Janeiro. A inserção no campo se deu através do projeto sócio musical “Palavras Cruzadas” que visa reposicionar os estigmas sociais do Condomínio (auto) percebido, em certo grau, como “favela vertical” ou “favela de concreto armado”. A Cruzada, cujos moradores pioneiros são provenientes da extinta favela da Praia do Pinto se configura como território e identidade marcados pelo modernismo funcionalista e populismo (cristão) solidarista. Lugar de uma longa história social de (auto)estigmatização e invisibilização social de populações negras e pobres, objeto de políticas públicas urbanas cariocas, a Cruzada revela os alcances, limites e desdobramentos pós-ocupacionais de um ideal de inclusão territorial de seus moradores com a prática de (auto) exclusão simbólica. Com o advento da era do capitalismo monopolista globalizante “concretizado” no seu quarteirão a partir da construção do Shopping Leblon (2006), se intensifica uma economia socioespacial paradoxal: fisicamente próximas, mas socialmente distantes, dos demais moradores do bairro. O comportamento espacial multissituado em condomínio e comunidade da Cruzada revelaria, assim, no cotidiano das práticas e discursos estéticos morais, que o tipo arquitetônico funcionalista (modernista) da Cruzada é conformado pelo tempo cultural observável na vida em favela (“comunidade”). Essa capacidade resiliente de coexistência de apropriações materiais e simbólicas tradicionais e (pós-)modernas no ambiente construído planejado do prédio a partir do ambiente vivido rizomático da favela, reforça a inércia ontológica e ôntica do espaço. O que aponta para o caráter sócio mnemônico de suas pré-existências cristalizadas/transformadas por uma competência e ecossistema habitacional que tem na construção/gestão arquitetônica e social participativa seus padrões de morar e demorar.

Palavras Chaves: Planejamento Urbano. Antropologia Urbana. Habitação Social. Conflitos Sócio-Espaciais. Memória Coletiva.

ABSTRACT

This is a historical and ethnographic study of the contrasts and socio-ideological (time) and physical-visual (spatial) coexistence between two lived and constructed vicinal interdependent environments: The modernist condominium Crusade and the postmodernist Leblon Shopping in the Garden of Alah , district of Leblon (South Zone) in Rio de Janeiro. The insertion in the field took place through the socio-musical project "Palabras Crusades", which aims to reposition the social stigmas of the (self) Condominium perceived, to some degree, as "vertical favela" or "favela of reinforced concrete". The Crusade, whose pioneer inhabitants come from the extinct favela of Praia do Pinto, forms a territory and identity marked by functionalist modernism and solidarist (Christian) populism. The Crusade reveals the scope, limits, and post-occupational consequences of an ideal of territorial inclusion of its inhabitants with the practice of symbolic (self) exclusion. With the advent of the era of globalizing monopoly capitalism "concretized" in its block from the construction of Shopping Leblon (2006), a paradoxical socio-spatial economy intensifies: physically close, but socially distant, of the other residents of the neighborhood. The multisituational behavior in the community and the Crusade community would thus reveal in the quotidian of moral aesthetic practices and discourses that the functionalist (modernist) architectural type of the Crusade is shaped by the observable cultural time in favela life ("community"). This resilient capacity for coexistence of traditional and (post-) modern material and symbolic appropriations in the planned built environment of the building from the rhizomatic living environment of the favela reinforces the ontological and ontic inertia of space. What points to the socio-mnemonic character of their pre-existences crystallized / transformed by a competency and housing ecosystem that has in the construction / social and participative architectural management their living and dwelling patterns.

Keywords: Urban Planning. Urban Anthropology. Social habitation. Socio-Spatial Conflicts. Collective Memory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da região Envoltória do Condomínio Cruzada	18
Figura 2 – Foto de uso esportivo das calçadas de acesso aos Blocos	22
Figura 3 – Foto de uso comercial da calçada da Av. Borges de Medeiros	23
Figura 4 – Foto de moradora voltando das compras	25
Figura 5 – Foto do mural da Associação	25
Figura 6 – Mapa/Matéria da Violência Urbana no Rio de Janeiro	37
Figura 7 – Foto dos gradis da Cruzada poluída pela política	87
Figura 8 – Foto do Shopping adornado com motivos natalinos	87
Figura 9 – Mapa/Infográfico do quarteirão do Cond. Cruzada	115
Figura 10 – Sessão no Cine-Clube Cruzada	150
Figura 11 – Debate de moradoras com coletivo Brigadas Populares	150
Figura 12 – Infográfico/Mapa das vias do Jardim de Alah	245
Figura 13 – Foto panorâmica do Leblon com a Igreja Santos Anjos ao meio	246
Figura 14 – Foto da fachada Shopping com enfeites natalinos	251
Figura 15 – Foto da fachada da Igreja Santos Anjos	251
Figura 16 – Foto da Fachada do Bloco 1 da Cruzada	251
Figura 17 – Foto do Guarda municipal “vigiando” presente fictícios no Natal do Shopping	258
Figura 18 – Foto de boneco (monstro?) de neve na decoração de Natal do Shopping no pátio principal	260
Figura 19 – Mensagem bíblica na porta da casa de um morador	270

LISTA DE SIGLAS E ABREVEATURAS

AABB (Associação Atlética Banco do Brasil)

AMORABASE (Associação de Moradores da Cruzada São Sebastião)

APO (Avaliação Pós-Ocupacional)

BNH (Banco Nacional de Habitação)

CLAEH (Centro Latino-Americano de Economia Humana)

CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil)

CoHab (Companhia de Habitação)

CPU (Centro de Pesquisas Urbanas)

DP (Delegacia de Polícia)

IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Pública)

ONG (Organização Não Governamental)

NIMBIES (Not In May Back Yard)

PMCMV (Programa Minha Casa, Minha Vida)

PNE (Plano Nacional de Educação)

SAGMACS (Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais)

UPP (Unidade de Polícia Pacificadora)

SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial)

TAC (Termo de Ajustamento de Conduta)

SUMÁRIO

1 AUTO(ALTER)PESQUISA: à guisa de “percursos” introdutórios.....	12
1.1 Apresentação.....	12
1.2 Problemas.....	36
1.3 Objetivos.....	62
1.4 Objeto Empírico.....	68
1.5 Estrutura da Tese (ideal)	114
1.6 Questões Metodológicas.....	119
2 SENTIDOS CRUZADOS: copresença no Cond. Entre a Cruz e a Espada.	129
3 AS CRUZADAS NO JARDIM DE ALAH: análise sócio antropológica do processo de “apartamentheidização” moral dos moradores do Condomínio Cruzada São Sebastião.....	152
4 VIZINHOS ECONÔMICOS: As Múltiplas Faces entre Capitalismo Excludente Monopolista do Shopping Leblon e o Keynesianismo Assistencialista Eclesiástico no Condomínio Cruzada São Sebastião.....	202
5 SHOPPING DE CRISTAL X CONDOMÍNIO DE PAPELÃO: Análise da percepção urbana do ambiente construído relacional do Condomínio Cruzada São Sebastião.....	245
6 CHEGA DE ALUGUEL: à guisa de “ocupações” conclusivas.....	270
REFERÊNCIAS.....	291
ANEXO.....	320

1 AUTO(ALTER)PESQUISA: à guisa de “percursos” introdutórios

1.1 Apresentação¹

Artetutura: “Salve os verdadeiros arquitetos da música brasileira²”

Através da ONG Crescendo em Graça e Associação de Moradores da Cruzada São Sebastião (AMORABASE), – conjunto habitacional³ localizado no Leblon, Rio de Janeiro –, na condição de artista ativista coabitei um apartamento de 2 quartos/sala/cozinha/banheiro de, aproximadamente, 50 metros quadrados, que atualmente, pode custar até R\$ 500.000. Por 2 meses realizei uma espécie de oficina de prática de conjunto e percussão que surgiu espontaneamente do contato com as crianças em busca de atividades lúdicas no sítio. Dessa experiência cultural espontânea surgiu a ideia de um projeto – “Palavra Cruzada: a voz do Leblon” (Vide tópico VII ANEXO) – para gravar músicas e compor um mapa íntimo sobre a área envoltória da Cruzada, além de um jogo informativo de palavras cruzadas sobre a história urbana do lugar. O pressuposto aqui era de que a arte também tem potencial político, mormente, se transformada em política pública cultural no território. A territorialização micropolítica (subjativa/sonora), seria, assim, para os esquizoanalistas, instituído e destituído a partir de sintonia fina com ordens estéticas,

¹ Como a história pessoal do meu interesse acadêmico por este tema de pesquisa surgiu de forma incidental e orgânica e faz uso dos elementos empíricos de minha situação como militante da arte urbana em um microterritório de vulnerabilidade social do Rio de Janeiro, a “apresentação” da “introdução” será um pouco mais pormenorizada, já que se trata também do pré-projeto de pesquisa de doutorado revisitado.

² Frase do *rapper* Marcelo D2.

³ Conjunto habitacional composto por 10 blocos de 7 andares sem elevadores, de 910 apartamentos pequenos (quarto sala/cozinha/banheiro de em média 15 metros quadrados ou 2 quartos de 36, sendo que no quarto andar de cada bloco uma passarela integraria um bloco ao vizinho consecutivamente. O sítio original do projeto inclui também o prédio da Igreja, Escola e Centro Pastoral. As estatísticas sobre o número de moradores podem variar de 3000 pessoas a 6000 (ou até mais), dependendo da fonte, metodologia e época da amostra censitária. Há relatos que a segunda e terceira geração de moradores locais pelo que parece “quase hereditário” déficit habitacional brasileiro que fez surgir a Cruzada, se amontoam em grupos de 10 pessoas nos mesmos apartamentos de seus pais e avós. Cabe ressaltar que aqui não há a possibilidade da solução orgânica do “puxadinho” em favelas que permite adaptar a arquitetura da moradia ao contexto demográfico de cada vez menor crescimento vegetativo no Brasil.

musicoterapeuta, social, político, ecológica, mercadológico, identitário e cósmico ordenador (OBICI, 2008).

No entanto, esta oficina foi descontinuada prematuramente por esbarrar em questões diplomáticas com frações e instâncias em disputa por poder político e social local, mediadas por diversos agentes (extra)estatais (contra)hegemônicos (sub)(contra)culturais⁴ – quase nunca consoantes entre si em busca da defesa legítima de seus interesses agenciais por meio de parcerias e/ou sabotagens. Na época havia uma coincidência de poder do mesmo interlocutor tanto na Associação de Moradores da Cruzada (AMORBASE) no bloco 7 e a Organização Não Governamental (ONG) Local, “Crescendo em Graça”, no bloco 8, personificado na figura de Nelson Anonimato Mota (nome fictício), quem me permitiu coabitar sua entidade sem fins lucrativos, e se tornou o antropólogo nativo desta pesquisa que nem sabia que estava fazendo na época –, que só adquiriu esse *status* anos depois. O procedimento investigativo mais apurado se tornaria mister em função da complexidade psicossocial das vivências e ressonâncias *in loco*, pelas quais fui geoafetado.

Mas o que vai permitir percorrer espaço temporalmente a Cruzada? O resgate mnemônico das minhas interfaces sociais no sítio desse período é também à luz do contexto acadêmico da sociologia urbana carioca e seus

⁴ Conforme o grau de coesão, coerção e consenso social dos agentes sociais em questão, as combinações de tipologia de suas atuações micro(macro)políticas: **agentes estatais contraculturais hegemônicos** (polícias corruptos e grandes facções), **infraestatais subculturais contra-hegemônicos** (facções menores ou que não detêm o poder de determinado ponto de venda de droga), **extra estatais contraculturais contra-hegemônicos** (entidades sociais com força econômica e política relativamente consolidada) e **agentes extra estatais culturais hegemônicos** (que inclui, inclusive autarquias, ONG’s, Empresas e Associações com influência global na agenda política sobre determinadas pautas humanitárias). Cabe a ressalva de que nem toda ilegalidade social seja insuflada de conscienciosidade do caráter autoafirmativo insurgente da sobrevivência e sagacidade nas ruas (RIBEIRO, 2014) no combate ao *status quo*, como vaticinava Oiticica (“seja margina, seja herói”) Ou seja, não basta ser marginal para ser herói. Já que, muitas vezes, mormente, em periferias a marginalidade juvenil ocorra mais em função de imperativos/interesses econômicos (mercado da droga, crime e milícia) que se desenvolvem nas fronteiras do capitalismo excludente. Esse anarquismo orgânico, por outro lado, não é também totalmente despolitizado, como se pobreza fosse consequência de determinismo carmático (YAZBEK, 2015), pois a forma de atuação também é comunicativo de uma identidade psicossocial da mesma maneira de que toda ação tem raízes e impactos micropolíticos, mesmo que inconscientes. É o caso das Jornadas de Junho, que de alguma maneira se tornou moda – chegando influenciar até mesmo a publicidade – cujos cartazes tinham, amiúde, pautas muito subjetivas e sutis, amiúde, sem se constituir como bandeira política eloquente, mas que no todo contribuía para um lento movimento tectônico de transformação enquanto sujeito coletivo da ação.

fazer-pensares científicos. No entanto, a pesquisa analítica tem como validador e referencial fundante uma vivência copresencial (coabitacional⁵) no local estudada pelas bordas do espectro das microrrelações políticas das duas entidades do terceiro setor: Associação de Moradores (AMORABASE) e ONG local – onde desenvolvi projeto sociocultural de música com crianças de lá por aproximadamente 3 meses (natal de 2009 ao final do verão de 2010). Os apontamentos de pesquisa são, destarte, tributários e limitados com maior precisão a este período – o que não impede de fazer análises mais gerais para além deste tempo e espaço histórico. Os novos contratos sociais surgem, justamente, da demanda da omissão ou opressão do Estado seletivamente positivista em atender os cidadãos e povos sob sua alçada:

"Nas políticas públicas e nas tarefas inerentes ao desdobramento delas, a presença do agente público é insubstituível em muitas hipóteses. Há porém exigências de ordem comunitária de interesse coletivo em que a micropolítica pode oferecer soluções através de lideranças ou promoventes não-estatais. Dentro desta linha de atuação encontram-se as ONG, entidades não-governamentais que promovem obras de repercussão coletiva. Há, ainda, dentro destas mesmas concepções, lideranças isoladas, geralmente de caráter religioso ou associativo, que exercitam tarefas voltadas para o bem coletivo sem que tenham qualquer ligação com o Poder Público. Neste caso, as políticas públicas tomam o caráter de políticas comunitárias (ANDRADE, 2000, 108-9)".

A conjunção de um mesmo líder comunitário na Associação de Moradores e ONG local, ex-pastor, permitia a possibilidade maior poder de barganha e agencialidade em negociação conflitual para um tipo de empreendedorismo contra hegemônico não mais sub, doravante, contra cultural. Ela representava a possibilidade rara da consolidação de um novo agente (duplo) cultural resiliente⁶ que tem atuado nas penumbras e bordas da

⁵ Em que vivi no local de maneira análoga a alguns dos pesquisados, trabalhando com eles e criando afetos e desafetos.

⁶ O ex-pastor, que concentrava sua atuação combativa na tentativa de obter do Shopping Leblon mais recursos em contrapartida aos impactos sócio econômicos e visuais deletérios para a Cruzada, não estava imune aos riscos de sua atuação micropolítica enquanto líder comunitário dono de ONG, eleito presidente da Associação de Moradores, desembocar em assistencialismo paternalista e coronelismo político.: 1) demandas assistencialistas exógenas, como distribuição de cestas básicas doadas para a associação pela Igreja e outras entidades e ingressos de teatro que as casas de espetáculos vizinhas enviavam para cumprir a contrapartida social das leis de incentivo, provavelmente. Risco que este mesmo pesquisador não esteve imune, quando na condição de sobrevivente também da Cruzada. No evento em que eu o acompanhei em visita cordial ao Clube Monte Líbano, por livre iniciativa minha, fiz uso

ação do “Estado”⁷ (Espada) e “Igreja”⁸ (Cruz), – parceria formadora da Cruzada –, a partir de novas e/ou velhas⁹ contratualizações sociais, a missão política democrática e social solidarista no Brasil, respectivamente. O que, não os impedem de ainda ter poder político para legitimar e ser legitimado pela Empresa Privada (Marketing Social)/ Parceria Público Privado (PPP)/ Concessões Públicas/ Terceiro Setor/ Neopentecostalismo/ Banditismo (Tráfico e Milícia)/ Cooperativismo/ Informalidade (Espada/Cruz)¹⁰. No caso da Cruzada, o Shopping é instância extraestatal (neoliberal) que se apresenta com maior pujança disciplinar e civilizatória, o que é verificado também através do seu forte esquema de segurança patrimonial e marketing social, no *remake* político social do Brasil pré-republicano – coronelismo cristão haja vista que parte das terras era de ordens católicas e em 1850 a Igreja ganhou *status* de cartório para registro de terras (Lei de Terras). Um exemplo da parceria, é que o Polo de Informática patrocinado pelo Shopping Leblon é no Centro Paroquial da Igreja Santos Anjos¹¹. Essa empresa multinacional de 2006 a 2012 se tornou o agente extra estatal cultural mais expressivo no condomínio comunidade

da minha ancestralidade libanesa comum com o presidente do Clube daquele ano para custear do cachorro de final de ano das crianças da Cruzada, pelas quais já estava realizando prática de conjunto musical; 2) apoio a candidatos políticos: só presenciei apenas um agente da política interessado em manter relações sociais com ele visando sua reeleição de vereador. O mesmo tinha a Cruzada como curral eleitoral e em prol disso, costumava, uma vez por ano, fazer um ato recreativo no dia das crianças com brincadeiras, pula pula e distribuição de brinquedos.

⁷ Nos referimos as 3 instâncias federativas, mas com especial ênfase, no caso, ao poder municipal e estadual, apesar do terreno da Cruzada ter sido doação da União.

⁸ Nos referimos a Igreja Católica, cuja atuação política na formação urbanística e social das cidades se confundem com a história urbana brasileira, mormente, no período de colonização portuguesa.

⁹ Velhas terceirizações do público pela classe patrimonialista com novas roupagens comunitaristas.

¹⁰ Consideramos que o espectro das novas (velhas) contratualizações sociais surgem na esteira da decadência da atuação ainda hegemônica da Igreja Católica e Estado Brasileiro no projeto de cidade e cidadania, mesmo sem ligação direta com partidos políticos e seitas religiosas, mas podendo ter os mesmos efeitos sociais de agencialidades delas, mesmo que em menores escalas e de maneiras pulverizadas.

¹¹ “No próximo dia 30 de novembro será formada mais uma turma de Inclusão Digital no Polo de Informática da Cruzada São Sebastião, Leblon. Desde sua inauguração, o programa já capacitou quase 1.000 alunos, atingindo todas as metas! O Programa de Inclusão Digital e Cidadania – PID Cruzada São Sebastião, promovido pela Pastoral do Menor – RJ e patrocinado pelo Shopping Leblon. Uma das frentes de incentivo à educação e responsabilidade social do Shopping, o curso de informática gratuito acontece na Paróquia Santos Anjos – Leblon (Centro Paroquial) atendendo moradores da Cruzada e proximidades, além de alunos da Escola Municipal Santos Anjos (disponível em <http://www.asasrj.com/realizacoes/inclusao-digital-cruzada-sao-sebastiao/>, acesso em 09/12/2017)”.

Cruzada, com destaque para o Projeto Melhor Amigo produzido pela Agência (privada) de Soluções Ambientais e Sociais¹².

Esta explanação preliminar dos jogos de interesses entre atores, agentes e grupos, a performar consensos e/ou conflitos consubstanciado por práticas e discursos situacionais, contraditórios e interdependentes, nos permite assim indagar: é possível vislumbrar cenários de cidadania inclusiva plena por meio de políticas públicas sociais urbanas e culturais com indivíduos em situações de vulnerabilidade social no bairro do Leblon quando tantas idiossincrasias tentam dar conta com respostas bem diferentes a essa mesma problemática social? E se, sim, qual o potencial de transformação emancipatório social de algumas dessas ferramentas (etno)metodológicas e sócio educacionais no que possa complementar a inclusão de fachada, pois que patrimonial somente, dos moradores do Conjunto Cruzada? Em relação à história urbana representaria este microcosmo em área central do Rio um ambiente construído/vivido a mesma favela e subúrbio periférico segregado do Rio? Ou haveria, pelo menos, uma considerável diferença de grau sem denotar mudança de parentesco social (estilo primo pobre e rico) em relação à exclusão social, por se tratar de tipologia sociohabitacional distinta dos favelados e suburbanos? À exemplo do personagem “boca de ouro” (RODRIGUES, 2004), ver-se-ia minorado os possíveis efeitos deletérios de rotulação social sofridos pelas populações negras e pobres no Rio, por estar este Condomínio e seus moradores potencialmente “abrânicos”, como acrescentaria Dom Hélder, situados no “global” bairro do Leblon, cujo shopping

¹² “Em 2012 o Projeto atendeu ao todo cerca de 125 alunos, regularmente matriculados nas oficinas, além de 50 alunos da Educação Infantil da Escola Municipal Santos Anjos beneficiados com as atividades de Leitura. Na comparação com o ano de 2011, percebe-se um aumento de 56% no número de participantes. Houve uma ampliação dos horários e de faixa etária dos alunos atendidos com a implementação da oficina de “Hip Hop dance” para adolescentes e com a Oficina de Percussão, em parceria com o Bloco Carnavalesco Império da Cruzada. Assim, a faixa etária dos alunos atendidos, que era entre 5 e 11 anos, foi ampliada para 15 anos. Realização de 06 grandes eventos e apresentações ao longo do ano, envolvendo as crianças do projeto, os alunos da Escola Municipal Santos Anjos, e os moradores da Cruzada São Sebastião. 04 passeios externos, para participar de mostras e espetáculos. 85,7% das famílias avaliaram o projeto como “muito bom”. 86% das crianças participantes perceberam melhora no comportamento dentro e fora da sala de aula. 98% dos alunos acharam que as atividades do projeto ajudaram no desenvolvimento escolar, apontando principalmente aumento das notas. 70% dos alunos foram aprovados sem ter que passar por recuperação (disponível em <http://www.asasrj.com/?p=1083>, acesso em 04/10/2017)”.

homônimo, rebrilha por impecáveis vitrais e vitrines joias da loja H. Stern no seu interior?

Uma Vez Cruzada, Sempre Cruzada

A) 2016

O projeto Cruzada¹³, por ser no Leblon¹⁴, apesar de ser em área nobre, tem apresentado perspectivas pouco otimistas de arrefecimento da estigmatização socioespacial deletéria dos prédios e seus moradores, mesmo que tenha ocorrido, recentemente, relativo incremento na valorização imobiliária e visibilidade pública do prédio com as obras da Linha 4 do metro a partir de 2012 – o que pode apontar nesta zona envoltório para maior interação social (oral ou visual) dos moradores da Cruzada com os demais moradores do

¹³ O piloto e âncora do Projeto que urbanizou parcialmente a favela Morro Azul e Parque Alegria, beneficiou 12 favelas com melhorias de infraestrutura básica e 51 outras, com sistema de iluminação, era o Condomínio Cruzada (homônimo). Este se refere a construção de 10 blocos iniciados em 1955 para serem vendidos em condições vantajosas (preço e parcelamento) aos moradores, em sua maioria, do parque ou assentamento proletário provisório do Leblon (favela da Praia do Pinto, mas também das Ilha das Dragas), cujo terreno era de propriedade do governo estadual. Como as demais favelas da orla da Lagoa (Ilha das Dragas, Macedo Sobrinho e Catacumba), contribuíam para o lançamento de dejetos *in natura* nas águas do mesmo, o que, juntamente, com os interesses imobiliários privados na região, após o estado de exceção anticomunista (e por prevenção paranoica, anticomunitarista) liderado pelos militares, uma verdadeira caçada político moral eugenista higienista empenhada por Lacerda, Negrão de Lima e Chagas Freitas foi efetuada para “sanear” a região (pobreza duplamente poluente). O prédio fora construído pela Igreja (parceria da Fundação Leão XI II e o Projeto Cruzada) no terreno do Estado Federal vicinal à antiga área na Lagoa Rodrigo de Freitas. Nem todas as famílias das 9000 do Pinto foram selecionadas para ir para o prédio, tendo sido, assim como os preteridos da Ilha das Dragas, conduzidos para outros projetos habitacionais na Cidade Alta em Cordovil (1960), Nova Holanda em Bonsucesso (63) e Cidade de Deus em Jacarepaguá (66). O projeto de remoção de moradores de favela para o Conjunto Habitacional “Cidade de Deus”, construído em parceria da SEPLAN (Secretária de Planejamento) com a COHAB (Cia. De Habitação), – como fora também a Vila Aliança, Kennedy e Esperança, – alocou os remanescentes da favela Praia do Pinto após o seu misterioso incêndio em 1969, no que representava cerca de 20 % dos moradores do novo bairro (ZALUAR, 2000). Por ser uma área construída maior e ter se constituído identitariamente como um bairro, são considerados altos índices de criminalização na região, (auto) estigmatização social dos moradores e a presença do tráfico de drogas, se comparado à Cruzada. Em 1970, o conjunto de prédios conhecidos como Selva de Pedra. O nome é em função da novela de Janet Clair homônima sobre a disparidade de urbanização entre o Estado da Guanabara e o Fluminense. Nesse sentido, vide filme “Remoção” (2013) de Quack e Pilar.

¹⁴ Houve também intervenções pontuais sem remoções nas seguintes favelas: Parada de Lucas, Morro Azul, Morro Santa Marta, Chapéu Mangueira, Cachoeirinha, Rocinha e Cantagalo

bairro. Esta obra, legado dos megaprojetos das Olimpíadas 2016, obrigou a mudança de sentido de várias ruas e o fechamento parcial (tempo/espço) de algumas faixas de uma das duas principais vias do bairro, Av. Ataulfo de Paiva, paralela à Humberto de Campos, sentido praia. Em função disso, foi necessário construir uma ponte provisória sob o canal do Jardim de Alah entre a rua Pe. Bruno Trombeta (via de acesso a Cruzada), continuação da Humberto de Campos, sentido Ipanema, por onde tem se verificado, atualmente, um grande afluxo de carros com possíveis impactos negativos para o uso pelos moradores desta rua. Também porque fora implantada um alambrado de segurança verde que restringe o uso da via por parte dos moradores. Essa rua que tinha acesso quase restrito a moradores e visitantes (alguns, compradores de drogas), em função, do baixo fluxo de carros, tinha um comportamento espacial de área de lazer e respiro – já que também muitos blocos alugam espaços térreos comuns para salvaguardar barruquinhas de vendedores e ambulantes de praia com intuito, talvez, de compensar a alta inadimplência condominial. O desenvolvimento de atividades lúdicas e sociais prementes na via pública é uma solução nativa para inequação populacional e imponderabilidade espacial: por ser a proporção de moradores ser em número crescente em relação ao tamanho e oferta dos apartamentos, alguns deles com membros de 3 gerações coabitando o mesmo recinto, para não ter que abrir mão das comodidades que o Leblon mesmo sem querer oferece.

Figura 1 – Mapa da região Envoltória do Condomínio Cruzada.



Fonte: Google Earth (disponível em <https://www.google.com.br/intl/pt-PT/earth/>, 13/05/2019)

Fora observado na visita casual que fiz em 2016 uma melhoria da coleta de lixo e redução do comércio informal de produtos alimentícios em trailers – e

até salões de beleza em *stands* – sem, no entanto, comprometer, do tráfico de drogas no local, o poder político econômico e social cultural (denominado aqui, simplesmente, “hegemônico contracultural”, como apresentado na nota 3). Nesse período, foi verificado uma ainda incipiente tendência de gentrificação, com maior número de moradores de classe média no local em um processo complementar de descentramento parcial de alguns moradores nativos não proprietários. O que não modificou ainda a configuração de alta densidade demográfica por unidade habitacional composta, em sua maioria, por negros assalariados. Promovido pelo capital rentista externo (imobiliárias e terceiros) e interno (moradores com mais de um apartamento), o mercado imobiliário na Cruzada apresenta algumas especificidades e externalidades que o incluem e excluem, sincronicamente, das benesses recentes da hipervalorização imobiliária em função da saturação nacional e internacional da marca Rio.

A partir do recorte que tenho feito de anúncios de aluguel sobre a Cruzada em páginas virtuais e em murais de imobiliárias, é possível afirmar que é sintomático de estigma sócio-espacial algumas minudências do mercado rentista relativo à Cruzada. A sua situação de entremeios perceptível urbanamente nas alcunhas toponímicas que ainda a percebem como “favela vertical” ou “de concreto armada”, ambigualmente aponta para uma persistente representação social negativa do espaço, mesmo que os proprietários de imóveis do Rio de Janeiro como um todo, de maneira geral, tenha sido beneficiado pelo *boom* da bolha imobiliário carioca de antes, durante e depois os Megaeventos esportivos (Copa e Olimpíadas) e Megaprojetos urbanísticos (Linha 4 do metro, por exemplo).

Ocorre na Cruzada para frear sua inclusão total na efervescência da capitalização econômica rentista que a pregressa projeção do bairro do Leblon (extensivo também a sociedade e mídia carioca), em relação à Cruzada, tem se mostrado (pelo menos, no ano de 2016) ainda mais expressiva e excessiva em termos e tempos de espetacularização e banalização midiática da violência/pobreza/negritude – abordagem pouco assertiva em termos pedagógicos atinentes a uma cultura de paz. Essa espiral do horror tem na estratégia discursiva da classe média e alta de satanizar as quase “castas”

subalternas, uma de suas frentes de batalha¹⁵. No que tende a negar o direito à cidade e igualdade a estas, no momento em que incita suas pulsões de morte e violência emaranhadas em estratégias sociais de ascensão meteórica a um (micro)poder pela resistência e/ou sobrevivência criminosas. Os produtores e telespectadores do “jornalismo marrom de sangue negro” apelam para substituição paliativa do sentimento de violação pela negação do luto através de uma lógica de sedução fria fetichista e dessubjetivizada da realidade – o que tende a gerar apatia psicológica e impotência política (SZPACENFOPF, 2003)¹⁶.

Apesar do fato do valor de aluguel e o de venda do apartamento ali ter se valorizado sobremaneira, há também aqui uma disruptiva híbrida digna de nota: o valor do aluguel na Cruzada que de 900 a 1600 (a depender do ano, da imagem social e construtiva (estado de conservação) do Condomínio, Bloco e apartamento, além do tipo de acabamento e metragem deste) não tem proporcionalidade mercadológica competitiva (1% de lucratividade do valor investido na compra¹⁷) em relação ao valor de aquisição desse mesmo imóvel. A valorização do valor do aluguel do imóvel na Cruzada, jamais se equiparam

¹⁵ “O entendimento de que a proliferação de discursos pela burguesia não visava a solucionar nada, (...). Mesmo porque, apesar do recalque e das proibições, os discursos a respeito acabam sendo disseminados e inculcados nas mentes e corpos. Na verdade, a violência, em suas mais variadas formas, passa a ser muito mais decantada, propagada e comunicada através da literatura, campanhas publicitárias, das entidades que se ocupam em denunciá-las e em defender a população desamparada. (...). A mídia apresenta a violência como novidade, mas no fundo não passa de repetição (SZPACENFOPF, 2003, 61)”.

“Os criminosos são apresentados descrevendo seus projetos, baseados em leis próprias que justificam suas atividades. Tudo isso muitas vezes, sem demonstração de arrependimento. A lei que condena a violência é derrocada na medida em que são divulgadas as atividades terrorista-sequestro-polícia, (...) (ibid., 125)”.

¹⁶ A retórica sensacionalista e alarmista do noticiário marrom pouco tem a ver com uma postura combativa e denunciativa, apesar da tentativa de tornar essa abordagem de horror psicológico uma demonstração de utilidade pública jornalística (jornalismo de impacto social). O caso paradigmático disso é o programa televisivo “Linha Direta”, misto de jornalismo com ficção, produzido a partir de casos criminais reais não resolvidos pela justiça. Apresentado por um âncora sádico como a maioria dos programas de jornalismo policial, a ele cabia somente fazer o preâmbulo do “thriller” a ser exibido e anunciar os telefones do *disk* denúncia para capturar os meliantes representados na “trama”, enfatizando a confidencialidade do serviço.

¹⁷ Um apartamento de 45 metros quadrado de R\$ 500.000 para ter lucratividade de, pelo menos, quase 1% (ideal) teria que ter um aluguel mensal na faixa de R\$ 4.000 – e não R\$ 1.500 como tem sido a prática na Cruzada. Há que ressaltar, no entanto, que quanto mais caro o imóvel custa, menor tende a ser a chance de sua lucratividade se aproximar de patamares ótimos. Em áreas de grande competição ofertante de imóveis, períodos de deseconomia com altos índices de desocupação imobiliária, além de perímetros urbanos com crescente insegurança urbana, essas externalidades tendem a influenciar os valores para baixo também.

em valores absolutos ao preço praticado em relação aos demais prédios do bairro, mas em relação a compra sim. O estigma socioespacial aparece aqui de maneira subliminar, pois para aluguel o preço é similar aos praticados na favela do Vidigal e para venda, dos condomínios do Leblon. É que o potencial futuro do empreendimento caso ocorra uma gentrificação na Cruzada, certamente, apontará para a constatação de que o valor real do terreno edificado da Cruzada para aluguel hoje está aquém do valor de outros terrenos do bairro.

A partir de coletas jornais do ano 2016 em que a Cruzada foi mencionada na mídia impressa, percebi que mesmo com o aumento da valorização do imóvel e relativa interação social suscitadas pelo aumento do número de carros na Rua Humberto de Campos, o posicionamento número 1 nos jornais ainda é a guerra entre facções. Essa associação semântica da Cruzada com as favelas, aderente ao tema da segurança pública e violência urbana voltaram a ser a tônica discursiva prioritária (exclusiva) do seu comportamento (pessoas) ambiental (prédios).

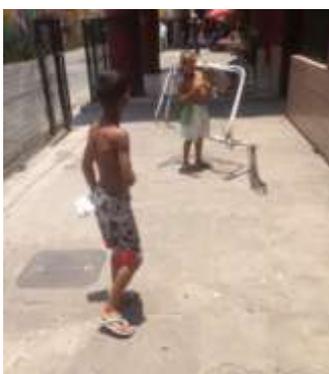
Tal conjuntura torna ainda mais prementes propostas de reposicionamento imagético que tentem compensar essa abordagem semiótica maniqueísta sobre o Condomínio Cruzada, como o projeto cultural *folk* comunicativo¹⁸ “Palavra Cruzada” aponta. Apesar dos projetos tecnológicos (compra de computadores e curso de iniciação a informática na Associação de Moradores e Escola¹⁹) e educacionais (Aluno Nota 10) inclusivos estarem sendo consensuais entre a maioria dos atores, mesmo, que historicamente,

¹⁸ O conceito de *folkcomunicação* de Beltrão (1980) se refere à criatividade midiática nativa, mesmo que, de visibilidade social endógena em um grupamento social rural, tribal ou urbano nas quais se transformaram alguns rituais, mitos, festividades e expressões da cultura popular e tradicional no Brasil, muitas vezes, na contramão e sem apoio dos *mass media* para se perpetuar, a depender de redes de sociabilização orais (doravante, virtuais também) para transmissão de seus saberes e práticas. Os exemplos mais clássicos são a literatura de cordel, contação de histórias, o repente, a moda caipira, o samba, os “brinquedos” (cantos lúdicos), cantiga de roda, bumba meu boi, catira, etc.. Mas recentemente, o zine, jogo de palavras cruzadas, a *jam session*, o *rap*, o *sarau*, o *slam* e o *blogspot*. O “Palavra Cruzada” é considerado *folk*, mesmo tendo sido criado por um agente não nativo como eu, mas que na época habitava o local e tinha algum sentimento de pertencimento geoafetivo pelo prédio, o que se estendeu ao longo do tempo e me fez realizar esta pesquisa, também como forma de empreender um “lugar de memória” (NORA, 1993).

¹⁹ Por exemplo, projeto Polo de Informática no Centro Pastoral da Paróquia Santos Anjos com a participação direta do Shopping/Agência de Soluções Ambientais e Sociais (ASAS), Pastoral do Menor, CDI e Associação de Moradores da Cruzada (AMORABASE)..

antagônicos, a música, assim como, futebol, seriam portas de entrada que permitem aos moradores da Cruzada mais do que inclusão. Mas, também destaque e reconhecimento para compensar a exclusão social, econômica e/ou simbólica que, interdependentemente, tem sido recorrente em suas sinas. Vejamos o que o **futebolista Adílio** comentou sobre o potencial de transformação social que o esporte permitiu vislumbrar para ele e sua “comunidade” no período em que morava na Cruzada:

Figura 2 – Uso esportivo das calçadas de acessos aos Blocos.



Fonte: Artetutura e Humanismo

Eu já tinha o espírito de comunidade, de ser o cara da Cruzada... Um dia o pessoal vai respeitar esse local aqui. Porque o esporte muda mesmo, muda o conceito das pessoas. Eu tive consciência disso... que o pessoal queria marginalizar o pessoal daqui. E aí Nos meus sonhos eu falei: "eu vou ter que fazer alguma coisa". Daí eu comecei a perceber que o futebol ele mudava muito... Até aqui mesmo no Leblon onde ia fazer um lanche (para almoçar), as pessoas já me recebia de uma maneira diferente. Eu lembro que quando criança eu passava perto de uma madame, ela escondia a bolsa. Aí passou a ser diferente: já abri a bolsa para me pedir autógrafa (<http://www.youtube.com/watch?v=Eut90K52fOU>, acesso em 18/01/2018).

Os projetos sociais desportivos atuais (apoio ou oferecimento de escolinhas de esportes com uso de quadras nos clubes vizinhos, como Monte Líbano, AABB²⁰ e Flamengo²¹) são legados indiretos da Usina de Talentos –

²⁰ Relativo a Associação Atlética Banco do Brasil, em 2017, constatei que já havia sido feito em um terreno deste clube um *playground* comunitário aberto às crianças da Cruzada. Parte do extenso e alto paredão que cobre o quarteirão frontal da Borges de Medeiros até Afrânio de Melo (uma avenida a outra) “cede” espaço para convivência entre vizinhos de classes sociais e raciais diferentes. No que permite também arrefecer a sensação física e simbólica de confinamento e marginalidade causada pelo muro em si.

onde ex-jogadores profissionais de futebol viraram professores de escolinha de para os garotos da Cruzada. O documentário de Lúcio Castro (2011) “Cruzada São Sebastião” (disponível em <https://youtu.be/QUTr6RF5Npc>, acesso em 10/01/2018) mostra como esse é um dos poucos posicionamentos sociais tidos como virtuosos em que os moradores da Cruzada e Praia do Pinto aparecem no imaginário sociocultural carioca e brasileira com hegemonia absoluta em relação a qualquer outro bairro, favela ou Condomínio. Isso porque ela tem é um celeiro ontológico de jogadores de futebol e basquete que fizeram história, mormente, no Flamengo – vide escolinha de futebol de Dominginhos que revelou grandes esportistas como Rui Rei, Antunes, Adílio, Júlio César Urigueller, Paulinho Pereira e Ernani, etc.

Figura 3 – Uso comercial da calçada da Av. Borges de Medeiros, acesso à Est. Jardim de Alah.



Fonte: Artetutura e Humanismo

B) 2017

Mesmo que o acesso a um modal do metro possa implicar em maior risco de gentrificação da área – o que já tem ocorrido, na prática, com aluguéis e vendas do direito de ocupar na internet, e imobiliárias, ou mesmo em murais como observei em dezembro de 2017 – as promessas de mais modernizações como a total regularização fundiária dos imóveis e implantação de elevadores

²¹ Por exemplo, projeto de Escolinha de Basquete na Cruzada fundado por Sammy Nunes, Rafael Martins, Fernando Pereira e Wagner da Silva que envolve apoios e patrocínios diversas que envolveram a Escola Santos Anjos, Paróquia Santos Anjos, ONG Crescendo em Graça, Minas Gás, Hélio Gás Butano e Igreja Evangélica Americana do Pastor Edson (<http://basquetecruzada.com/pagina/basquete-cruzada>, acesso em 06/04/20017).

para atender uma demanda da terceira idade, como viria a ser prometido pelo governador Pezão em 2017 (PMDB/RJ) antes de deflagrada a bancarrota moral e econômica do Estado, são agendas bem vindas. Já que precisamos avançar dessa questão básica do direito à moradia para o direito à cidade, no caso, o Leblon, haja vista que o aumento abissal do valor econômico resultado das melhorias em termos de equipamentos públicos, contribuiu para minorar o estigma sócio espacial.

É evidente o papel contributivo no aumento da interação social visual ou corporal a partir do novo vizinho, a Estação Jardim de Alah, se comparado em relação ao ano anterior quando, em função do traslado para a entrada da mesma ser feita a pé – o que é relevante, se considerado que mesmo alguns dos compradores de drogas na Cruzada, obrigados pelas circunstâncias comerciais, a algum tipo de interação face a face verbal, o faziam de dentro de seus carros. Se comparado em relação ao Shopping, simbólico e economicamente aversivo a esses moradores, o equipamento público de gestão privada acaba tendo o efeito de compensar o velado efeito segregador e discriminador do Shopping e sua guarda patrimonial em relação aos moradores negros da Cruzada. Com o metrô em franco funcionamento local após as Olimpíadas, o fluxo de pedestres nos pilotis das portarias da Cruzada de pessoas aleatórias e estranhas a local passou a ser recorrente e até mesmo contumaz. E de uma maneira que nem a praia, antropologicamente festejada por ser o local da diversidade por excelência, haja vista haver forte tendência de tribalizações de alguns postos de banho por afinidade econômica, social e cultural, a estação do metrô e o próprio passam a ser meio de comunicação e transporte comum para moradores de classe diferentes.

Como contraponto ao observado acima, o flagrante da imagem abaixo sugere que o Supermercado Zona Sul (filial Rua Carlos Góis, 344), associado em termos de posicionamento de mercado, à elite da cidade, por só ter lojas em áreas de luxo dessa toponímia carioca chamada Leblon, talvez, também seja um dos poucos instrumentos de diversidade inter-racial e social nas adjacências da Cruzada. Afinal, por mais caro que possa ser seus produtos, sempre há promoções e itens que podem ser atraentes para todas as classes

sociais. Além do que, por mais luxuoso que possa ser o “Zona Sul”, um supermercado tem a vantagem de ter um comportamento espacial menos excludente, pois o fluxo intenso de pessoas e mercadorias sugerem um liberalismo comercial para além de escolhas estratégicas de público-alvo e posicionamento de marca.

Figura 4 e 5 – Moradora da Cruzada volta das compras no Supermercado Zona Sul. Ao fundo, um mural local com anúncios de vendas apartamentos e utilidades públicas.



Fonte: Artetutura e Humanismo

Apesar da franquia de *fast food* Bob’s – que tem como *target* e *prospects* também a classe “c” e “d” –, ter uma unidade no Shopping Leblon, o posicionamento deste diverge em muito do Shopping, o que pode desestimular a ida a lanchonete por parte dos moradores ainda por ser este no derradeiro pavimento – a única franquia popular no primeiro é a Casa do Pão de Queijo. O fato dissonante que mencionamos antes, é que não há um quiosque de gelatos de nenhuma marca de *fast food* de sorvetes em pavimentos inferiores, como é comum em Shoppings brasileiros centrais e periféricos, luxuosos e módicos, e só há uma loja desse tipo em toda extensão do centro comercial. O sorvete casquinha de *fast food*, provavelmente, o item mais barato vendido do Shopping, disponível somente no último pavimento, se mais acessível, como

em outros *Shoppings*, seria uma espécie de sorvete na testa desses moradores, uma alegoria da fria desigualdade social no Brasil.

Segundo uma vendedora do subúrbio que conversei por acaso no ponto de ônibus da Praça Antero de Quental, que tem parentes moradores da Cruzada, reza a lenda esse fato se tratar de uma política institucional do Shopping para não atrair os moradores da Cruzada, também público alvo dessas redes de comida americanizada. Ou seja: um shopping de alto padrão com somente uma loja âncora (Renner), cuja maioria dos estabelecimentos são refratários à população de classe baixa da Cruzada (*prospects* de redes de *fast foods*) pelo alto valor aquisitivo e cultural dos produtos e experiência de compra. Ademais, o alto capital de giro necessário para manter esse tipo de franquia, em função dos preços serem rigidamente tabelados, o que permite margens iniciais moderadas para o franqueado, tende a não ser tão atraente este modelo de negócio no Shopping Leblon – também porque o valor do aluguel nesse estabelecimento é mais caro do que Shopping mais populares. Talvez, isso explique mais o fato de haver ali o Bob's, o que não impede de ser uma política discriminatória velada de marketing do empreendimento.

O fato de ser contestável o caráter compulsório das remoções na favela da Praia do Pinto – que fizeram de um prédio planejado, a tábua de salvação para uma favela “precária” e “insalubre” e moradores “analfabetos” e “inurbanos” –, não nos permite a bazófia de não reconhecer que foram bem vindas as melhorias em termos de saúde pública e saneamento básico na vida/moradia em Condomínio Cruzada – como nos aventa Dona Arlete, umas das pioneiras da Cruzada. Ainda mais, em relação a esta favela especificamente, haja vista ser ela plana, com muitas casas no modelo de palafitas sobre a Lagoa²².

Nesse sentido, cientes da irreversibilidade do curso do rio da história, devemos estar vigilantes em relação aos deságues da história urbana para

²² Vide fala de Dona Arlete em documentário sobre as condições de saúde e moradia na Praia do Pinto no documentário Cruzada de Lúcio Castro Locução de Sérgio Chapelin e Leo Batista para *Sportv* Repórter Doc, disponível em <https://youtu.be/QUTr6RF5Npc>, acesso 10/10/2018.

compactuar com o Estado e suas políticas públicas sociais que permitam trazer maior qualidade de vida e moradia para essas populações do Condomínio funcionalista Cruzada ainda tão precariamente assistidas. Se o uso ilegítimo da violência e autoridade legítima do Estado/Igreja para “incineração” moral e mnemônico através da extinção lenta e gradual do espaço original “famigerado” da Praia do Pinto, impactou negativamente o ecossistema habitacional e suas ressonâncias sociais, é preciso, doravante, dinamizar em termos de alteridade de classe e raça o bairro do Leblon – a partir das demandas e saberes locais dos moradores da Cruzada.

Em busca desse saber, fui visitar Nelson para completar as lacunas que faltavam desse jogo de palavras cruzadas que se tornara para mim a apreciação do ambiente vivido e construído da Cruzada. Além de sua afirmativa de que a Associação de Moradores havia sido cooptada (“dominada”) pelo Tráfico (por alguém ligado a ele ou acossado por ele?), que deve ser colocada em suspeição confirmatória²³, pude perceber etnograficamente o aquecimento da economia informal local com o surgimento das bancadas de negócios com madeira (itens de celular, balas, legumes e verduras) nas calçadas e nos andares térreos, mormente, bloco 1 que agora, em função do público externo tem também até restaurantes – no interior de apartamentos das Cruzada já havia alguns deles, assim como lojinhas de roupas, consertos de eletroeletrônicos, salões de beleza e balcões de cosméticos, este último no

²³ A afirmativa do antropólogo nativo de que a atual gestão é mais complacente com o tráfico, independentemente de ser uma constante em muitas favelas, carece de maior investigação empírica, o que nos impede de desconsiderar a hipótese de ser ela uma crítica hiperbólica de conotação autorreferente e elogiosa do pastor em relação ao seu período de liderança política na entidade – à exemplo do velho bordão “nunca na história desse país” do ex-presidente Lula (PT) para elogiar sua gestão criticando a anterior. Como os traficantes locais, independente da facção controladora do Tráfico no local são “crias” da comunidade, é esperado que eles participem ou interfiram na vida comunitária em algum grau (redes de compadrio ou parentesco), inclusive, no âmbito religioso, já que a condição bíblica de “bem-aventurança” permite esse acesso mais ou menos universal à Igreja e Centro Pastoral Santos Anjos para sacramentos religiosos e serviços sociais, respectivamente, mesmo não sendo os padres nativos do prédio – ao contrário dos muitos voluntários dali, um deles sendo em 2009-10 atuante, tanto na Associação, quanto na Pastoral. É possível que interfaces e/ou sobreposições, além de atritos de papéis, entre Igreja (Shopping), Tráfico e Associação (ONG) tenham ocorridos durante a gestão de Nelson, apesar de ele ser visto como uma figura teoricamente irreduzível em relação ao uso e comercialização de drogas no Condomínio. A ocasião em que participei de uma espécie de festa de ações de graça no final do ano de 2009 promovida pelo tráfico – achando que era da Associação ou Pastoral –, revela como os marcadores e atribuições sociais são flexíveis na Cruzada, vez que ali estavam pessoas familiares nos demais contextos agenciais.

corredor, que são matérias recorrentes dos inúmeros documentários²⁴ sobre a Cruzada, que podem complementar algumas lacunas das observações de campo iniciadas, incidentalmente, em 2009.

Contexto Histórico

O Cond. Cruzada São Sebastião é um projeto arquitetônico modernista produto da doutrina social cristã solidarista e economia humanista (Pe. Lebrecht), porém coordenado por alas de assistência social religiosa progressistas e conservadoras, composto, respectivamente, o Projeto Cruzada São Sebastião e a Fundação Leão XIII. Conciliações sortidas que explicam suas ambiguidades e singularidades. A iniciativa contou com a participação inicial do Governo Federal, que somente cedeu o terreno do imóvel de propriedade do Instituto Nacional da Previdência. O alto déficit habitacional de moradia popular e a entrada de novos agentes civilizatórios, como a Igreja, nessa pauta, era consequência também do endividamento econômico histórico dos anos subsequentes com investimento público em desenvolvimentismo industrial e assistencialismo populista (Era Vargas) – frisando que, vultosos investimentos na área de habitação social não atenderam a demanda real, além de terem sido destinados às incorporações imobiliárias voltadas para a classe média.

Apesar da influência matricial da Doutrina Social da Igreja e seu subproduto, o movimento Economia e Humanismo (Lebrecht) – epistemologia de intervenção urbanística focada no bem comum e saber local –, o Condomínio Cruzada ecoa uma polifonia de interesses e vozes ideológicas em sua construção predial e, depois, social. Haja vista, que o mesmo projeto apesar manter os moradores de favela em Condomínio em área vicinal à antiga

²⁴ A relevância da linguagem cinematográfica, como instrumento narrativo etnográfico, é tributária no Brasil a pesquisa interdisciplinar documentarística e antropológica de Eduardo Coutinho – de quem fui um tímido interlocutor em encontros casuais no café do IFCS/UFRJ (largo de São Francisco, Centro), sempre “regados” também à fumaça e discussões radicais, da parte dele, sobre política brasileira e legislação municipal restritiva a uso de cigarro em todo mundo.

moradia, é parcialmente tributário também com práticas de ordenamento autoritárias. Na metade do século XX, período da construção dele, o Rio vivia franco processo de urbanização X favelização dentro do contexto da Guerra Fria, que limitava em termos de aplicação, inclusive, a ação sociourbanística eclesiástica de cunho popular e solidarista (lebreteano)²⁵. A mística “progressista” de cidade amplificou retóricas ultrabairrista e também racistas (Batalha do Rio comandada pelo pref. Carlos Lacerda) através de práticas urbanísticas autoritárias, já utilizadas por Pereira Passos no começo do século XX, como remoção de negros e favelas/cortiços e, conseqüentemente, de memórias e pertencimentos coletivos espaciais para alargamento de vias e “embranquecimento” do centro.

Além de certo caráter conservador/remocionista e eugenistas/higienistas²⁶ do projeto e condomínio Cruzada, a iniciativa é, em

²⁵ Vista, amiúde, como causas de comunistas e subversivos, o que, talvez, por isso, tenha contribuído para que o idealizador da Cruzada, Dom Hélder fosse lembrado como bispo vermelho, mesmo sendo declaradamente contra o comunismo e Padre Lebrete fosse banido do país após a Ditadura Civil-Empresarial e Militar no Brasil.

²⁶ O uso coligado aqui se deve ao fato de que as políticas públicas urbanas na época matizarem sincreticamente expertises oriundas de engenharia urbanística, de caráter eugenista e de medicina sanitaria (higienista), de forma muito coesa. O pretexto do progresso e saúde coletiva eram palavras chaves de ordem para compensar o atraso e extirpar câncer social, usadas por engenheiros e sanitaristas mutuamente. O campo da medicina sanitaria fora, no entanto, pioneiro em relação às perspectivas de se pensar as relações entre arquitetura e sociologia, na época através de uma abordagem naturalista que influenciou, inclusive, a chamada ecologia humana (primeira fase da geração da Escola de Chicago). No Rio de Janeiro, a laureada formação de Osvaldo Cruz no Instituto Pasteur fora capitalizada e associada à Reforma Urbana do prefeito Pereira Passos, de maneira, que os obtusos interesses econômicos, étnicos e sociocêntricos da mesma pudessem ser escamoteados do debate de massa na época, em prol de privilegiar o “razoável” argumento sanitaria do controle de epidemias - o que, no entanto, parecia criar uma justificação íntima para atitude militaresca do próprio Osvaldo Cruz ao invadir barracos com sua vacina obrigatória, fora rechaçada por sindicalistas, monarquistas, anarquistas, positivistas e capoeiras (Revolta da Vacina). Esse período de grandes epidemias de doenças no começo da urbanização das grandes cidades brasileiras, a qualidade insalubre das habitações, águas, esgotos e aterros sanitários da cidade eram vistas com suspicácia. Atramentos epistêmicos mais formais entre Medicina e Engenharia, após a crítica humanista da abordagem violenta de suas práticas coligadas de Estado, ficaram pouco evidentes no final do século XX, haja vista que ambas as disciplinas se consolidaram e ramificaram, posteriormente, com ordens epistemológicas, discursivas e enunciativas que tentam fazer um corte com esse período de maior aglutinação e justaposição entre ambas. Nos últimos 20 anos reaproximações entre saúde pública e planejamento urbano têm sido amalgamadas para dar conta do esmaecimento dos índices de qualidade de vida e saúde da população em ambientes urbanos das cidades globais, em função de problemas poluição sonora, visual e atmosférica, mobilidade passiva em detrimento da ativa e coletiva, perda ou precarização de áreas verdes e espaços públicos, além da verticalização edilícia, além de excesso de carga de trabalho em ambiente doméstico (auto mais-valia), possibilitada pelas novas tecnologias de telefonia e internet móvel.

resumo, também produto das formas de pensar/urbanizar o espaço do populismo assistencialista do Estado e solidariedade cristã da Igreja. Apesar do empoderamento patrimonial afim ao pensamento phoudonista, que defende a eliminação da figura jurídica do aluguel, transformando-o em prestação da casa própria, este projeto em questão se contrapõe à crítica de Engels. Segundo esse autor (1979), isso seria somente um paliativo dispersivo do objetivo último do marxismo que era a superação radical da subalternidade social interclassista: não basta dar o peixe, tem que socializar o pescado.

O condomínio/projeto em questão é também referência na história do planejamento urbano brasileiro pelo papel protagonista da Igreja nas políticas públicas urbanísticas do uso/distribuição do solo – predominante no Brasil pré-republicano através das missões religiosas, ordenanças reais e ordens religiosas. Mas, também por não operar descentramento/gentrificação de populações, quando o processo de ocupação do solo do Leblon, já estava em curso.

A compulsória mudança do tipo morfológico habitacional dos moradores mais antigos da favela para Cruzada nos anos 50, *pari passu* ao sentimento de desalojamento metafísico já sinalizava para a configuração social de um processo de (auto)estigmatização e segregação socioespacial aos assistidos do condomínio. Logo após a esse processo sempre doloroso, por envolver perdas nem sempre tangíveis e racionais, já que a desorientação espacial está intimamente ligada à social e afetiva, já era clarividente o preconceito com os moradores e os blocos das Cruzadas por parte dos moradores do Leblon, reiterados pelos jornalistas e moradores do Leblon/Zona Sul.

A orquestração metonímica desse fenômeno social se dá por meio de operações semióticas jornalísticas e literárias que cristalizaram nos anos oitenta (ALMEIDA, 2010) uma imagem estigmatizada negativa da totalidade dos moradores (e) da Cruzada por causa do aumento da criminalidade no Leblon. O que é desproporcional à quantidade de moradores que ali vive dignamente, o que pode resultar em uma cadeia de estigmas, como o efeito de transferência dessa imagem deletéria para subgrupos (VELHO, 1973). Para

além de questões de sobrevivência material, a subjetivação desse conteúdo rotulador da mídia/sociedade envolvente sobre as classes sociais subalternas, pode suscitar uma identidade estética local associada à violência (ZALUAR, 1994).

Após 1969, o incêndio de origens misteriosas da favela Praia do Pinto, – para muitos, “favelocídio”, – tem início a construção de 40 edificações feitas por diferentes cooperativas habitacionais no antigo local da favela, vulgarmente conhecidas como “Conjunto Selva de Pedras”, cujos perfis de moradores vão, gradativamente, tentar se descolar da imagem de classe média baixa para média ou alta – isso apesar do risco da Cruzada contaminar esse processo de gentrificação e reposicionamento (MELLO, 2001). No entanto, antes da construção da Cruzada, foi iniciado o chamado “Conjunto dos Jornalistas” para famílias de classe média baixa – que predominam lá até hoje –, no quarteirão em frente ao do Shopping/Cruzada. O que não impede afirmar que, em relação espacial e social com a Cruzada, percebida como o “prédio-favela” (classe pobre), tanto o Conjunto dos Jornalistas como Selva de Pedra foram ou são mais inseridos identitariamente no Leblon do que a Cruzada. E que, talvez, a presença desses prédios mais populares (Conj. Jornalistas e Cond. Cruzada) só tem sido possível porque foram feitos antes dos anos 60, quando se inicia a franca verticalização do Leblon, do qual a Selva de Pedra é um exemplo paradigmático.

O fato de terem sido feitos essas edificações mais populares nos anos 50 não significa que não eram áreas de interesse de especulação e urbanização. Talvez, fosse somente um prenúncio ou teste de ocupação de uma área com forte predominância de chácaras no início do século XX, originárias da antiga Fazenda Nacional da Lagoa, já que pairava sobre essa região, até então, um estigma de ser uma “ilha” por parte dos moradores de Ipanema (ibid.). O fato é que em 1938 a linha circular Copacabana-Ipanema-Leblon-Gávea já estava consolidada após a construção de ponte sobre o canal do Jardim de Alá (delineado em 1920) para ligar a Rua Visconde de Pirajá à Avenida Ataulfo de Paiva (LIMA, 2005). Uma outra curiosidade em relação a nossa pesquisa sobre o “estigma” de um prédio no “Leblon”, composto em sua

maioria de moradores “negros” é que a região do Alto Leblon (da rua Timóteo da Costa até o morro Dois Irmãos) fora um quilombo urbano no passado por dentro. Por fora, disfarçado de chácara de camélias organizada por José Seixas Magalhães (Guimarães), rico comerciante português abolicionista. A procedência das flores do Palácio que inspiravam Isabel, que era uma das madrinhas desse tubo de ensaio da Lei Áurea, era do “quilombo do Leblon²⁷”.

Já após 2006, ganha o Condomínio Cruzada um “vizinho de porta” (quarteirão), para além da Escola Municipal e Igreja Santos Anjos, subprodutos do projeto original do conjunto de 1955. Remeto aqui ao Shopping Leblon, que traduz espaço temporalmente uma forma de pensar/construir neoliberal e pós-modernista. Se observa o expressivo aumento do (auto)estigma social de comunidade em relação aos *habitus* sociais do lugar, ao mesmo tempo que *apartheid* moral²⁸ em apartamento social na Cruzada em relação aos usos do bairro e Shopping. Colabora para essa maior desidentificação do morador da Cruzada com o Bairro e discriminação do Leblon com ele, o alto contraste visual social explicado pela Gestalt (Leis Gerais da Gestalt) dos 2 ambientes construídos-vividos relacionais: o condomínio modernista Cruzada embasada em uma percepção “programática” (monolítica) e funcionalista (ordenadora) e o pós-modernista Shopping, em uma “possível” (polifônica) e “termodinâmica” (entrópico) (FERRARA, 1993).

No contexto político da nova ética capitalista pós-moderna, o espírito é o transtético/arterealizado, ou seja, a hiperbolização da estética e arte no cotidiano (LIPOVETSKY; SERROY, 2015). Apesar do Shopping intervir

²⁷ Este local histórico e mitológico foi tema de letra de uma música de Caetano e Gil em 2015: “As camélias do quilombo do Leblon/(...)/Nas lapelas/Vimos as tristes colinas logo ao sul de Hebron/Rimos com as doces meninas sem sair do tom/O que fazer/Chegando aqui?/As camélias do Quilombo do Leblon/Brandir/Somos a Guarda Negra da Redentora/Somos a Guarda Negra da Redentora/As camélias da Segunda Abolição/(...) /Cadê elas?/Somos assim, capoeiras das ruas do rio/será sem fim o sofrer do povo do Brasil/Nele, em mim, vive o refrão/As camélias da segunda abolição virão.”

²⁸ Utilizo moral em detrimento do social que por sua vez remete a questão racial, como no caso original do uso do termo, que é África do Sul, para tentar dimensionar a amplitude multidimensional, em que a identidade psicossocial da população – em grande medida, negra, pobre, sincrética – removida de favela para conjuntos habitacionais sociais, é violentamente disciplinarizada pela estigmatização do projeto de vida – o que o inibe em seu direito de autoafirmação e pertencimento peculiar no espaço do Leblon.

socialmente no local com projetos civilizatórios e filantrópicos de marketing/educação social na Escola Santos Anjos, a emancipação social profissional dos moradores não tende a ser afim eletivamente à suas *práxis* empresariais. Marcada, mais em termos mercadológicos auto interessada, em uma conjuntura sócio econômica informacional que tornou mister a aderência, pelo menos, formal, aos dogmas do politicamente correto, a partir do uso do *marketing* social e filantropia corporativa. Mesmo que a empresa e seus acionistas não tenham em suas práticas íntimo-pessoais e interno-operacionais uma conduta consorciada a uma *etos* humanista genuína.

O aumento da violência urbana na cidade como um todo nos anos 60, de fato, explicável pelo êxodo rural, favelização urbana e deseconomia regional, no entanto, não justifica a tendência sensacionalista da mídia carioca em sua busca cega e maniqueísta por inimigos públicos. Essa prática permitiu com que os moradores desse condomínio fossem aviltados ainda mais nos direitos básicos de cidadania e justiça social, haja vista, que por causa de alguns meliantes do local, os demais moradores também passaram a ser estigmatizados como “marginal”. A criação de um posto policial específico 24 horas (proto UPP?) dentro da comunidade, desativado em 2009 – reativado, porém, na iminência da Copa e Jogos Olímpicos, doravante, no formato de *trailer* em frente o Centro Pastoral é prova cabal de que a população da Cruzada é representativa e sintomática dos karmas e dramas centenários ultrajantes que percalçam e vilipendiam a população negra de cortiços e favelas cariocas de uma maneira geral. Mas, mesmo antes disso, pós 64, a Cruzada já era um porão da Ditadura, pois ser negro no Brasil sempre significou, enquanto insígnia social, algum tipo de engajamento subversivo ou ilegal, neste caso, não subcutâneo, como revela o **ex-jogador Ernani**:

Na verdade na época de ditadura (...), a polícia entrava aqui, era cinco hora da manhã, metia o pé na porta. (...) às vezes até a família pelada (...). (...) ia saindo para ir ao colégio, com roupa de colégio. E 7 horas da manhã, O polícia me parou, me revistou todo. E Me deu um tapa na minha cara dizendo: " _Poxa! Você vai pro colégio? Ta mentindo. Vai pro colégio nada. Você vendedor de droga e tal. (...). E depois que vai passando um tempo, você vai se acostumando. E isso é feio. As pessoas se acostumarem com isso. E por isso que até hoje ainda tem. Nós mesmo carregamos isso até hoje. As pessoas acabam julgando (...): "Olha lá, ta vendo. Deram

oportunidade para esse garoto. Olhá lá, só podia ser "favelado". (...). Porque aqui como em qualquer lugar, vamos dizer, uma favela de cimento armado que é isso aqui mesmo, entre Ipanema e Leblon, (...), é uma coisa linda de ter (...) (disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=35XCAWVIVkg>, acesso em 18/01/2018).

Motivação

À guisa de arremate deste “longo resumo” do meu percurso neste tema de pesquisa, destaco que minha trajetória acadêmica foi se concatenando aos poucos com o tema de pesquisa, à medida em que a realidade social na Cruzada me fez procurar elementos teóricos para dar conta de sua complexidade. Cabe ressaltar e ressalvar que não estava como antropólogo propriamente no momento (2009/10) da minha interlocução vivencial no sofá da sala de uma ONG no interior da Cruzada, gentilmente cedido a mim por seu gestor. Apesar de já ter feito pesquisa de campo etnográfica sobre migração regional e sociabilidade urbana em Brasília, cidade iniciada sua construção no mesmo ano de término das obras na Cruzada (1956), na verdade, nesta ocasião no Rio de Janeiro, simplesmente, tentava exercer a arte da sobrevivência sagaz no submundo urbano (RIBEIRO, 2014). Morava de favor na Cruzada a espera de um imóvel para ser alugado no condomínio e fui sensibilizado pela vontade de mudar o destino de marginalização real ou imagética das crianças do condomínio em busca por cidadania e justiça social. A minha percepção depois descobri não ser nova e nem infundada, como mostra a fala do **ex-jogador Paulinho Pereio** no doc do SporTV “Cruzada São Sebastião” de Lúcio Castro de 2011, criado na Cruzada e que teve no esporte o escudo contra os descaminhos do “caminho mais fácil”:

Geralmente o que acontece com um garoto novo hoje de 15 e 16 anos de comunidade. Se ele não tiver uma boa cabeça, ele acha que é muito mais fácil entrar dentro da malandragem para comprar uma roupa do que correr atrás do futebol. Porque demora. Isso não é fácil não. Se você não tiver um apoio familiar e dentro da comunidade ele é muito restrito, o garoto se perde (disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=Eut90K52fOU>, acesso em 18/01/2018).

Estava mais engajado ocupacionalmente na época com grupos de teatro do Rio e tentava criar formas alternativas de produção e implementação de projetos na área musical em parceria com setor público, privado e/ou terceiro setor, em função de ser compositor musical em um período de crise econômica e criativa da indústria fonográfica. Acrescento que já havia lido parcialmente um ano antes o livro basal dessa pesquisa “Sociedades de Esquina” (WHYTE, 2005), em que o antropólogo se aloja em um conjunto habitacional considerado degradado em período de tempo comparável ao que é mais usual em etnografia indigenista – o que está longe de ser prática corrente na Antropologia Urbana, haja vista que a maioria das teses e livros nesta área são feitos às escusas desse procedimento metodológico etnográfico de copresença habitacional. Na época da leitura para visualizar com mais propriedade um ambiente construído degradado de Boston, também tão distante da minha realidade social, como que profeticamente, escolhera a Cruzada como referência ilustrativa brasileira. Foi somente durante minha estadia como morador na Cruzada iniciei uma compreensão com mais propriedade histórica sobre Projeto Cruzada São Sebastião no Leblon (RJ), construído em 1955 pela Igreja Católica (Dom Hélder Câmara) com auxílio do Governo Federal (Café Filho).

Paralelamente, aos mais de dois anos de mestrado, concluído em março de 2013, esbocei problemáticas complementares de pesquisas interdisciplinares que tinham como fio condutor o tema do multirregionalismo cultural desigual no Brasil. Meu esforço macunaímico de transladar os Brasil de ponta a ponta quase sempre esbarrava na centralidade sociocultural do imaginário e inconsciente coletivo brasileiro e internacional exercida pela ex-capital imperial e republicana Rio de Janeiro (VIANNA, 1995) – seriam a bossa nova e as novelas da Globo a maior campanha publicitária de *city marketing* já feita para uma cidade? Ter cursado a disciplina, como aluno visitante, “Tópicos Especiais Política Perspectiva Comparada: Pesquisas Urbanas” com a professora Dra. Karina Kuschmir do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ permitiu, preliminarmente, conhecer a bibliografia mais consensual sobre o tema Antropologia Urbana.

Fui convidado por essa professora, como forma avaliativa de aprovação na disciplina, a escolher um objeto social observável para aplicar o arcabouço teórico e metodológico dos principais autores da disciplina. Como já havia morado em 2009 e 2010, por motivos contingenciais, em um condomínio social em bairro nobre da zona sul do Rio de Janeiro chamado Cruzada São Sebastião, pus-me a relembrar das minhas vivências e conflitos limites obtidos, a partir de minha tentativa de implantar um projeto sócio cultural na comunidade. Como havíamos lido o livro etnográfico de Foote Whyte (2005) sobre *North End*²⁹, _ uma região periférica considerada degradada pelas autoridades de Boston, composta por migrantes italianos e seus descendentes, _ a associação com a realidade do condomínio que morei foi patente, já que ele se destinava a relocação de moradores, outrora, de favelas. Como o autor americano teve um notório papel político interventivo contra a insalubridade dos banheiros públicos dos prédios, ao organizar em parceria com os moradores de *North End* uma passeata à porta da prefeitura, traçava paralelos íntimos com minha proposta *folk* comunicacional de reposicionamento do estigma pejorativo do local através da arte e cultura.

1.2 Problemas

Domínio Simbólico: “Tá tudo dominado”³⁰

O Condomínio Cruzada São Sebastião, apesar de ser um capítulo da história urbana da habitação social no Brasil, um projeto de inclusão patrimonial por meio do empoderamento popular com habitações para os ex-moradores da Favela da Praia do Pinto construído por Dom Hélder Câmara, por influência do solidarismo cristão e economia e humanismo (Pe. Lebrecht), na prática não é. Em matéria publicada no site do jornal Extra, durante a crise de segurança pública na iminência dos Jogos Olímpicos de 2016 e crise financeira do Estado fluminense, o jornal generaliza ao colocar o Condomínio Cruzada junto à

²⁹ Livro, que já havia iniciado leituras anos de parte do mesmo em 2009 e que intimamente associava a Cruzada, que só conhecia de vista, com uma forma de tornar a leitura mais próxima do meu cotidiano, talvez, por minha dificuldade com o modelo escolástico de ensino, em detrimento do construtivista.

³⁰ Letra e título do funk de Furacão 2000.

“escadaria da fama” de favelas perigosas (vide gráfico). Tal generalização é corriqueira no senso comum também, assim como muitos também costuma reduzir favelado à um estereótipo: negros e pobres com “maus hábitos”, como falar alto, comer com as mãos e gostar de funk/pagode.

Figura 6 – Mapa/Matéria da Violência Urbana no Rio de Janeiro.



“A 800 metros da arena onde será disputado o torneio do vôlei de praia, o Chapéu-Mangueira foi alvo de diversos ataques de bandidos da vizinha Babilônia, ocupada por outra facção, no fim de março. Num deles, no dia 19, seis bandidos com roupas pretas, toucas ninja, três fuzis e três pistolas executaram dois homens na favela. Tiroteios entre bandidos rivais também aconteceram entre abril e maio na Cruzada São Sebastião, no Leblon, e no Tabajaras, em Copacabana. (...)”

Fonte: Jornal Extra (disponível em <http://extra.globo.com/casos-de-policia/rio-tem-15-guerras-de-quadrilhas-rivais-em-21-bairros-da-cidade-81-dias-das-olimpiadas-19312324.html#ixzz48pyM1FPs>, acesso em 16/05/2016).

Este épico condomínio que, apesar do estilo arquitetônico modernista com ressalvas, como a alta proximidade física entre os blocos, tende a ser percebido na mídia e na sociedade carioca como uma favela vertical imaginária. Essa condição é parte de um tipo de domínio social, mas também simbólico – também por parte de camadas conservadoras internas do próprio grupo em questão. Essas operações e dispositivos práticos simbólicos tendem a rebaixar essa população no seu *status* de morador do Leblon para uma posição intermediária, entre favela e bairro/condomínio. A condição formal edilícia, que na época, apontavam para uma inclusão social real na modernidade, tende a aguçar – principalmente, após a construção do Shopping Leblon em 2006, uma suntuosa edificação pós-modernista que lança uma cortina de vidro sob a blocada Cruzada – o processo assimetricamente

interdependente de (auto)estigmatização e invisibilização dessas populações negras no local de maioria rica e branca. Ou seja: projetos de inclusão social que perpetuam exclusão e violência simbólica apesar de proximidade física com o outro de classe e raça, haja vista a falta de capital cultural e econômica para manter acesso a vida moderna pela porta da frente. O que os obriga a forjar uma identidade híbrida e multissituada entre condomínio e comunidade, modernidade e pós-modernidade, legalidade e inadequação, cruz (Igreja/Shopping) e espada (Estado/Shopping³¹). Essa situação complexa revela falhas comunicacionais na comutação entre identidade e território por parte dos agentes públicos, eclesiásticos e privados em suas contratualizações sociais com essas populações na formação da identidade espacial no sítio. O que abre espaço para novos projetos políticos religiosos como o de igrejas evangélicas³² (cruz) e dos comandos criminosos³³ (espada), que, na Cruzada passou pós 2010 a ter mais influência inclusive na Associação de Moradores – segundo, o informante Néelson, que era, até então, o Presidente.

A construção do mencionado Shopping parece, destarte, contribuir para intensificar as escaramuças, tensões e contradições morais sob jugo de códigos culturais e gêneros de discursos e enunciados existentes entre os 2 grupos de agentes sociais. Ao contrapor à iniciativa solidarista (cristã) do direito à moradia, que o Condomínio emana, a iniciativa privada do consumo e a sua exclusão, ocorre um efeito visual e social contrastante abissal. O mesmo Departamento de Marketing que vende uma imagem de Shopping de luxo, tem tido uma atuação ambígua em relação ao incômodo vizinho, visto que em função dos transtornos das obras de construção do mesmo, paga uma módica indenização mensal para a AMORABASE (Associação dos Moradores da Cruzada São Sebastião). Mantém por meio dessa contrapartida social controle político sobre a associação de moradores do local, ao mesmo tempo.

³¹ O Shopping, no caso seria enquanto agente consorciado e/ou complementar aos demais em suas políticas públicas sociais na Cruzada, seria ambos (cruz e espada), um templo capitalista da terceirização do Estado.

³² Em 2016 viria a assumir a própria prefeitura do Rio.

³³ Após 2010, segundo o informante privilegiado da pesquisa, o Comando passou a ter forte acento sob a Associação de Moradores outrora comanda por ele que era ligado à Igreja Evangélica.

Toda a cultura corporativa atua veladamente com seus elementos de ordem moral, disciplinar e econômica para manter os moradores afastados do interior do Shopping. O efeito intimidador do contraste da suntuosidade visual e vigilância disciplinar do mesmo (e o padrão econômico visível genericamente nas roupas dos clientes) com o observado na Cruzada comezinha. O fato de não haver muitos trabalhadores da Cruzada como funcionários do/no Shopping; nem projeto de inclusão profissional dos moradores para trabalhar nos quadros da empresa, nem das centenas de lojas do mesmo; somente uma loja de departamentos (Renner) e somente uma rede de Fast Food (Bob's) atestam contra essa política eugenista de seletividade (mais ou menos sofisticada) de determinado público e exclusão de outro. Nisso, se compactua discretamente –, sem aqui querer afirmar serem as agências e agentes maquiavélicos de forma consciente –, com uma compreensão não responsiva de muitos dos seus clientes do Leblon, os rotores/reprodutores ideológicos locais da histórica “cruzada” eugenista de higienizar etnicamente a zona sul _ iniciada por Passos e revalidada por Paez. Em relação ao período efetivo da pesquisa etnográfica (2009/2010), em que vivi na ONG's do pastor que acumulava também a função de presidente da Associação de Moradores da Cruzada, uma questão se apresentou sintomática em relação ao engessamento da vida privada, individualidade e emancipação dos indivíduos, aqui representado por essa entidade. A aliança extra estatal entre o Shopping (Mercado), Escola (Estado) e a Paróquia (Igreja), as três instituições associadas entre si e dependentes das elites dos bairros, tentavam manter um alinhamento coeso e manipulatório dos assuntos comunitários – inclusive, dentro da Associação. Em que grau essa lealdade tendia a enfraquecer a autonomia e representatividade comunitária e seu representante empreendedor e evangélico da época, no que tendia a reforçar, por outro lado, mesmo entre os moradores evangélicos, uma relativa soberania da “ética católica e o espírito da carestia”?

O fato da orientação filosófica da liderança comunitária ser mais protestante no sentido de emancipatório, ou pelo menos, reivindicatória, não privou o pastor, amiúde, de ter que sugerir parcerias, cobrar maiores ações compensatórias, ou, até mesmo, aceitar imposições e omissões operacionais dos agentes “externos” em assuntos “internos”, em função da alta carência

social do Condômino e alto poder agencial desses *players*. Ou seja: sua personalidade teoricamente destemida e combativa que o fez se tornar, para alguns colaboradores do Shopping e Igreja, *persona non grata*, não modifica o quadro geral de dependência 1) simbólica, em função também de fundante e constitutiva herança católica na instituição – áurea transferido pela Igreja (e Estado/Escola), que costuma(m) assinar em baixo dos projetos civilizatórios do Shopping, e 2) financeira, para a manutenção mensal da Associação e estrutural do Prédio, após Termo de Ajustamento de Conduta via Ministério Público por danos coletivos materiais decorrentes da obra do Shopping em 2006, que passou a ser responsável por irrisória contrapartida indenizatória (R\$ 5.000 em 2009/10) e reformas estético-estruturais no sítio³⁴ – o estudo de impacto de vizinhança não está em questão aqui, visto que não foi regulamentado até hoje na cidade do Rio³⁵.

Como se sabe o mito/fato de origem da Cruzada é proveniente do projeto social, relativamente, visionário de Dom Hélder Câmara³⁶. A questão

³⁴ O Acordo previa de imediato obras civis de reformas a serem efetuadas pela empresa construtora do Shopping, a SHL Participações, mas que não foram realizadas a contento: “Passados aproximadamente sete anos da celebração do Termo de Ajustamento de Conduta, os condomínios que se beneficiariam diretamente das obras ajuizaram ação contra o agravante postulando indenização, sob o argumento de que a empresa não teria cumprido satisfatoriamente a obrigação assumida perante o Ministério Público (disponível em <http://www1.tjrj.jus.br/gedcacheweb/default.aspx?UZIP=1&GEDID=000425C0B4B9C55C7AD66D2BA2324B06DB23C5032D1B1213>, acesso em 03/04/2019)”.

³⁵ O “**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 105/2015**”, que institui e disciplina a aplicação do Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV), já definido no Relatório de Impacto de Vizinhança dos arts. 99 a 102 do Plano Diretor, Lei Complementar nº 111, de 1º de fevereiro de 2011, continua a “dormitar” na legislatura 2017/2020.

³⁶ A derradeira motivação para o Projeto Cruzada ter saído do papel se deve a uma crítica eugenista e higienista de um padre francês, Pierre Gerlier, sobre as favelas cariocas, que atenta contra inclusive as máximas do também francês Padre Lebre, pesquisador urbanista (movimento Economia e Humanismo) que influenciou muito da ação missionária e social de Dom Hélder: **“Uma cruzada contra a miséria. No Rio de Janeiro, então capital federal, dom Hélder criou, na década de 50, São Sebastião para urbanizar favelas e o Banco da Providência.** Ao término do 36º Congresso Eucarístico Internacional, realizado no Rio de Janeiro, em junho de 1955, o então cardeal francês Pierre Gerlier fez um comentário que deixou o bispo auxiliar do Rio de Janeiro, dom Hélder Câmara, inquieto: “Não entendo como vocês realizam um congresso tão organizado e bonito e não conseguem acabar com as favelas da cidade”. As palavras do francês incomodaram e estimularam dom Hélder a fundar, quatro meses depois, a Cruzada São Sebastião, um projeto ousado que pretendia urbanizar as favelas cariocas. A atitude do bispo reforçava sua opção de lutar pelos pobres e desfavorecidos. Embora a meta não tenha sido alcançada, ao menos uma favela deixou de existir e outras receberam melhorias como redes de água e esgoto, energia elétrica e escadarias. Graças à articulação e influência do religioso, construiu-se um conjunto residencial de dez prédios, no nobre bairro do Leblon, na Zona Sul, que se transformou em residência para as famílias da extinta Favela da Praia do Pinto, cuja área foi ocupada posteriormente por um condomínio de classe média [grifo

dessa paternidade católica, ligada à cosmogonia da Cruzada e ao patriarca fundador do condomínio, o que é verificado na própria conotação bíblica no nome da mesma, interpela o pesquisador urbano a uma problemática colateral (porém matricial) que é da religião e sincretismo religioso – o que é aguçado pelo fato da Cruzada ser no Jardim de Aláh e o presidente da associação da época da pesquisa, ser de origem católica, mas ter tido incursões, como auxiliar de pai de Santo no Candomblé e pastor Evangelhismo. Em face de isso, a obra “A ética protestante e o espírito do capitalismo” (2009), oferece referencial histórico social relevante com pontos de influências e conflitos entre sociedade (camadas sociais) e religiosidade (afirmações religiosas).

A Ética Católica e o Espírito do Franciscanismo (e o Corpo do Capitalismo)

Uma questão também pseudocolateral a esta pesquisa tem a ver com a história social da religiosidade tão cara a autores como Max Weber (2009): a parceria estatal-elesiástica-privada na (re)construção predial e social da Cruzada parece sugerir uma relativa afinidade eletiva entre a ética católica (discurso “vitimizante” e aurático da pobreza por uma visão telúrica (profana) do trabalho) e o espírito do capitalismo diabólico excludente, mantidas as devidas especificidades épicas relativas ao longo das evoluções dos tempos sociais, econômicos e simbólicos do Condomínio e do bairro? A partir dessa hipótese, que aponta para uma complementação da abordagem interpretativa *weberiana* sobre a afinidade eletiva entre capitalismo e protestantismo, a medieval Igreja funcionaria como mediadora de conflitos dentro do sistema capitalista para criar as condições ideológicas da legitimação da exploração e da miséria no limite das necessidades de acumulação do capital e liberação de seus 7 pecados. As classes abastadas patrimonialistas se beneficiariam, – sem necessidade do instituto da penitência e autoflagelação, – por meio do dízimo, de não irem para “o vale de lágrimas”, assim como as classes subalternas

“desapropriadas”, seriam duplamente recompensadas em “outro lugar” (paraíso/céu) por suas mazelas e sofrimentos:

“Na tradição católica, as obras de caridade são antes de tudo uma obrigação do clero. (...) (...) desdobram-se em sua renúncia aos bens terrestres, dedicando-se aos necessitados. Isto é bem diferente no estilo protestante, no qual o “sacerdócio universal” estendeu as obrigações de renúncia a toda congregação. Desde Lutero e Calvino, o trabalho secular foi reconhecido como um espaço próprio para o testemunho da fé diante dos homens e de Deus – algo bem distante da concepção medieval que atribuía ao trabalho secular um valor profano (FERNANDES, 1994, 96)”.

É mister considerar que os processos de emancipação social associado ao neoprotestantismo popular no Brasil e na Cruzada, – proposta pioneira desta pesquisa – como o que parecia defender uma liderança comunitária empreendedora e evangélica em 2009-10, aponta para uma ruptura estrutural com esta narrativa de apaziguamento social. Não, no sentido, de mudança de gênero radical da imagética bíblica, mas de grau. Vez que a dualidade entre sagrado/ressurreição e profano/apocalipse passa a ter um tempo mágico mais encurtado pela diminuição de “atravessadores” de Santos e Santas protetores presentes na iconoclastia ocidental cristã. E pelo empoderamento discursivo do protestante que passou a ter, em relação ao católico medieval, livre porte de arma mais violenta do que o do dedinho indicador *jihadista* apontado para outrem do teocrático Capitão Bolsonaro³⁷: “a palavra de Deus” na sua língua nativa (e não no latim). Essa alegoria transtemporal sugere somente que a vantagem competitiva do crente brasileiro pobre em relação ao católico de mesma condição social, oriundo do deslocamento da hermenêutica bíblica do princípio de salvação na vida eterna (ócio) para salvação pelas obras ternas

³⁷ A anunciação mitológica do deputado federal capitão “Messias” Bolsonaro pelo Estado do Rio de Janeiro como figura de proa da política brasileira é antecipado no Rio de Janeiro pela eleição para prefeito do bispo evangélico Marcelo Crivella. O posicionamento comum de ambos alinhados com as pautas mais gerais da bancada evangélica (antiaborto, antikitgay e pró escola sem partido) esconde diferenças gritantes entre eles no temperamento político, mormente, em temas espinhosos (segurança pública p. ex.), já que o bispo, ao contrário do capitão, neófito ainda em matéria de teologia, teria dificuldades discursivas em defender o armamento, não só com a Bíblia, do seu “rebanho” de eleitores – em respeito ao quinto mandamento. Esse crescimento de figuras neoprotestantes já era perceptível na Cruzada, onde há muitos moradores evangélicos. Lembro de ter visto e fotografado cartazes da campanha de Crivella nos gradis da Cruzada, quando ainda era candidato ao Senado Federal, o que sugere, preliminarmente, que ele teria ali simpatizantes ou *prospects*.

(trabalho). Não desconsideramos aqui o caráter criador de parasitismo social sugerida por muitos pastores contemporizadores em plena contemporaneidade: 1) pela coerção de cobranças crescentes de dízimos atreladas à suposta obtenção de graças dividas e 2) pelo enfraquecimento poético da cristianidade em função de uma leitura literal e descontextualizada da Bíblia, enquanto metáfora religiosa (CAMPBELL, 2002).

A questão da paternidade católica no fato-mito de origem do Condomínio, cujo herói fundador é Dom Hélder Câmara, aparece também através do nome do padroeiro (São Sebastião) e local (Jardim de Alá) escolhido para essa “guerra santa” urbanística evangelizadora contra os novos mouros: os favelados associados à promiscuidade sexual, social, política e religiosa (OLIVEIRA, 2012). Esse tema, – ofuscado pela fusão do empreendimento estatal eclesiástico, que é a Cruzada, com o nacional desenvolvimentismo (J.K.), – é nodal para entender outras interdiscursividades temporais e morais presentes ou latentes no fragmentado e multifacetado campo prático-discursivo da Cruzada como: a religiosidade católica complementada pelo consumismo conspícuo do Shopping, em oposição ao sincretismo afro brasileiro na favela ou, ascetismo neopentecostal, representado por uma liderança comunitária evangélica local – este, batizado na Igreja, iniciado em terreiro, mas que ganhou relativo *status* social mesmo, somente após ter se tornado pastor e comprado um automóvel de marca italiana com nome de rio parisiense.

Ele, Dom Hélder Câmara, ressuscitou e virou nome de Avenida do templo de Salomão da Igreja Universal

Interessante pontuar aqui a biografia religiosa e sexual do líder comunitário Nelson com seus variados marcadores e papéis sociais (raciais, religiosos, sexuais, p. ex.) para pensar sua relação psicológica aversiva “protestante”, para com os padres católicos locais³⁸. Sabemos que a

³⁸ Psicanaliticamente, devemos considerar também a interseccionalidade de raça, gênero (opção sexual), classe e religiosidade na composição e performance situacional e relacional dos indivíduos sociais, ainda mais no caso do antropólogo nativo, que representa,

sacralidade dogmática de Maria/Mãe³⁹ se enfraquece nos credos reformistas⁴⁰ apesar da possibilidade da mulher se tornar pregadora em algumas linhagens. Para Nelson se tornar pastor protestante, credo, eletivamente afim, em termos fundantes, à acumulação, ao individualismo, ao expansionismo e à proatividade⁴¹ (WEBER, 2001), podem ter sido uma forma de superar os muitos

combinadamente em uma só pessoa, várias minorias. Percebi um conflito de geração com sua mãe, católica mariana, que se tornou, por extensão, de religiosidade contra a Igreja Católica, também em função de supostamente ter sido abusado sexualmente por um padre na sua infância. O que, talvez, esteja na gama de fatores que o inclinou a se tornar homossexual, pastor (antes, umbandista) e economicamente ativo – tendo sido discretamente anatemizado pela comunidade evangélica que fazia parte em função de ter composto um casamento heterossexual. O legado do consenso social da posição religiosa e econômica é inercial, permitindo ele se tornar líder comunitário e criticar o catolicismo mariano, bem como ter uma postura de maior consciência política e negra irradiadora para toda a comunidade local e suas agenciadas institucionais, apesar da questão da homossexualidade quase sempre ser tabu para a maioria dos seus interlocutores, não tão radicais em termos identitários e comportamentais – *background* que, atualmente, no contexto de conservadorismo atroz de sucateamento dos direitos humanos (Caso Bolsonaro X Pajubá no ENEM, por exemplo), está cada vez mais raro. A biopotência política de sua orientação sexual, no seu caso, talvez, esteja na combinação de autoafirmação homossexual – compatível com certa percepção positiva dessa opção em algumas rodas eruditas da cidade, como o meio teatral do Leblon – com negação religiosa do cristianismo “marionete” de Maria, porque, provavelmente, ter se tornado (ou nascido) homossexual permite uma reatualização voluntária do trauma ocorrido na infância, no que explicita para si a demagogia do estatuto do celibato e beatitude católica. O que localmente era revertido em uma personalidade e liderança criativa e empreendedora, menos dependente da colonização mental e material imposta pela Igreja a muitos moradores da Cruzada.

³⁹ Jung (1987) planteia que a trindade do catolicismo seria quartenidade, sendo o mito da assunção mariana o quarto e oculto elemento da alquimia espiritual crista. O que segundo Campbell foi reconhecido em 1950 quando ela foi declarada co redentora e sofredora das chagas de Cristo, o que contraria, em partes, o cunho falo patriarcal e sócio tribal contido no credo romano abominante da divindade feminina associada à natureza presente nos mitos rurais: “(...) foi decerto um grande triunfo para Maria o fato de a despeito da resistência da comunidade protestante bibliólatra 0 para qual a mariolatria tem exatamente o mesmo significado que a Abominacao tinha para Elias 0 ter sido capaz de avançar mais e mais para orbita da genuína divindade (ibid., 2002, 97)”.

⁴⁰ “O poder simbólico da imagem da virgem Maria desde o século 5 até os nossos dias impõe uma pergunta ao protestantismo, que afastou radicalmente este símbolo na luta da Reforma contra todos os mediadores humanos entre Deus e o ser humano. Neste expurgo, praticamente eliminou-se o elemento feminino na expressão simbólica de nossa preocupação última. O espírito do judaísmo, com seu simbolismo exclusivamente masculino, prevaleceu na Reforma. Sem dúvida, este foi um dos motivos para o grande sucesso da Contrarreforma frente à originalmente vitoriosa Reforma. No próprio protestantismo, isto fez com que surgissem, no pietismo, imagens de Jesus bastante efeminadas; este fato também motivou muitas conversões às igreja grega e romana, e igualmente explica a atração do misticismo oriental sobre muitos humanistas protestantes (TILLICH, 2005, 731)”.

⁴¹ A ressalva se refere ao fato de que as igrejas neopentecostais no Brasil se distanciaram muito do sentido contextual capitalista comercial do protestantismo da Reforma que se estendia em bases exemplares para a microeconomia dos sujeitos e grupos sociais, visto que na atual fase capitalista, o alcance a muitos sujeitos das classes baixas de algum tipo de engajamento acumulativo mais consciente na sua economia de gestos e obras em prol do crescimento material e espiritual fica muito limitada. Nesse sentido, o simples enriquecimento da figura do pastor e da Igreja pode ser simbolicamente democratizado como o progresso coletivo de todos de uma determinada linhagem religiosa. O fato de Nelson, por exemplo, ter

opróbrios pessoais vividos pelo credo maternal mariano, eletivamente afim, em termos de mitologias exemplares, a uma perspectiva crucificante, redentora, vitimista e karmática da miséria. Mas também coletivos, pois, aos poucos, mas, principalmente, após o exílio de Dom Hélder no Recife, os valores solidaristas e humanistas, parcialmente, fundantes da Cruzada, parecem ter sido exiliados juntos com o Bispo. Fato observável também na própria relação da própria Paróquia Santos Anjos com o Condomínio, a despeito de todas as bem-vindas ações comunitárias e eclesiais de rotina realizada pelo seu Centro Pastoral, parece ter ficado, – o que talvez seja reforçado em termos de estrutura arquitetônica –, de frente para a avenida Afrânio de Melo Franco, mas de costas para o Condomínio Cruzada São Sebastião. O boato corrente era de que o “Padre” em exercício na época cometia o primeiro pecado capital de graça em restaurante por quilo em frente a Cruzada e, inclusive, tinha ganhado de uma “madame” do Leblon um “Honda Civic”, carro que de fato verifiquei estar constantemente parado na garagem da Igreja. Independente de verossímeis, ambos, talvez, apontem para uma indisposição e ressentimento irascível de alguns cidadãos da Cruzada com a desigualdade sócio racial no Bairro relativizada pela relação mediadora da Igreja – parte constitutiva do seu projeto sócio arquitetônico e missão tutorial evangelizadora –, entre os fiéis e/ou os moradores do Condomínio e os demais fiéis e/ou moradores do Leblon.

A partir do legado intelectual e espiritual do combativo bispo Dom Hélder, Nelson Anonimato Mota reencarna simbolicamente, ou melhor, autentica os valores radicais da defesa das minorias sociais, até mesmo porque ele representa na pele e mente um leque amplo de minorias de direito. Nisso consiste um aprofundamento radical dos valores defendidos por Dom Hélder Câmara – mormente sua posição contrária a práticas imperialistas patriarcais e patrimonialistas da própria Igreja Romana transnacional, o que fez ser conhecido como bispo vermelho. Se Dom Hélder “defendia, atacando” com a “palavra”, o saber local, participação popular e liderança “abrâmica” – catalisador do poder de sobrevivência, criação e criação (CÂMARA, 1983) os

um carro de tipo *sedan* popular era interpretado por muitos dos seus seguidores de credo e/ou igreja (relativo à memória, pois ele havia abandonado o pastoril formalmente) e admiradores com simpatia participativa.

dons de Nelson, personificam o próprio Dom Hélder desde dentro. No que amplia sua luta para incluir na sua cartilha de defesa as minorias sexuais da qual ele fazia parte, fato que o levou a se abandonar o cargo de pastor. A leitura dual, literal e histórica (homofóbica) dos mitos religiosos dos livros de gêneses (mito de Adão e Eva), depreciativa dos símbolos metafóricos de unicidade de Deus (sem sexualidade neutra) com o povo, indivíduo e sexo, conforme nos mostra Campbell (2002), costuma ser um item complicador para essas “minorias sexuais” no seio da comunidade evangélica brasileira.

Como bem mostra a peça “O Averso do Claustro” encenada pela Cia. Do Tijolo em 2016 no SESC Pompéia (São Paulo/SP), sem romper formalmente com a instituição papal, a atuação política de Dom era de uma liderança crítica e transformadora, a la *Gramsci*. Autor, que, serviu de inspiração, provavelmente, bem como, a pedagogia do oprimido de Paulo Freire (1974) e a epistemologia do saber local de Padre Lebret (1952), para o modelo de liderança pacificadora em prol de direitos humanos e justiça social, formatado por ele no livro de viés anticapitalista e comunista (contexto geopolítico da Guerra Fria): “O Deserto é Fértil: roteiro para as minorias abrahâmicas” (1983). O que remonta a Ordem dos Cavaleiros de São Sebastião e seu código de honra eminentemente machista, organizados nos idos dos anos 50 pelos moradores da favela Praia do Pinto e o Projeto Cruzada São Sebastião para uma nova pactuação civilizatória de evangelização moral cristã e ordenamento público privado. Código etiqueta, que preparasse minimamente o morador de favela com seus hábitos considerados canhestros e expansivos, para uma transição de mentalidade, supostamente necessária, para a vida em condomínio (SIMÕES, 2008)⁴². Essa Ordem fora uma espécie de primeiro laboratório empírico para formação do seu pensamento político anti-imperialista (equidistante tanto do viés capitalista, quanto comunista) e esboço de ações sociais autogestionáveis baseados na aplicação proposta pelo Movimento Economia e Humanismo de Pe. Lebret (meados do século XX) em políticas

⁴² “1) Palavra de homem é uma só; 2) Ajude seu vizinho; 3) Bater em mulher é covardia; 4) Sem exemplo não se educa; 5) Homem que é homem não bebe até perder a cabeça; 6) Jogo, só futebol; 7) Difícil não é mandar nos outros: é mandar na gente; 8) Comunismo não resolve; 9) Quero meu direito, mas cumpro minha obrigação; 10) Sem Deus não somos nada (SIMÕES, 2008., 165)”.

públicas urbanísticas da Doutrina Social da Igreja – cujo documento primeiro é a Encíclica *Rerum Novarum* baseada fora princípio do bem comum e saber local⁴³ do papa Leão XIII. Ideário de militância missionária de Dom Hélder que já na iminência temporal do início da Ditadura Civil-Militar-Empresarial no Brasil seria influência das Comunidades Eclesiais de Base da Teologia da Libertação⁴⁴, já no contexto sócio histórico posterior ao Concílio Ecumênico Vaticano II, convocado pelo papa João XXIII em 1961. Há que ressaltar, no entanto, que a historiografia consolidada sobre o papel político da Igreja ou o papel da Igreja na política oscila em enfatizar sua efusividade militante quanto blindagem alienante (SANTOS, 2006), a depender da ala estudada (progressista, conservadora e revolucionário) e do momento político e histórico.

Até nas ações civilizatórias do Shopping Leblon, cuja associação eletiva, creio, se dá mais em função do caráter historicamente patrimonialista da fé cristã, do que com a figura radical de Dom Hélder, no entanto, é possível, encontrar também pontos de convergência, em relação a esse legado reflexivo sobre participação popular. Um dos projetos de marketing social da empresa é o de organizar um grupo de lideranças do Leblon (Polícia Militar/Comlurb/Associação de Moradores/etc.). No caso aqui, mais retórico, do que efetivamente eficaz, pois que não há um incentivo do Shopping para contratação de moradores do Condomínio Cruzada para atuar em posições de protagonismo nas lojas e escritórios dentro de suas instalações 3x1 (centro comercial/centro empresarial/ teatro) – o que também não é observado nos cursos de capacitação e geração de renda também por elas promovida, cuja tônica é formação de empreendedores e artesãos, interessante iniciativa para complementação de renda provavelmente.

⁴³ Em 2004, após o surgimento de várias outras doutrinas sociais, a Igreja lançou o Compêndio da Doutrina Social da Igreja com os seguintes pontos básicos: Princípio do Bem Comum; Destinação Universal dos Bens; Princípio da Subsidiariedade; Princípio da Solidariedade e Valores Fundamentais da Vida Social (Verdade, liberdade e justiça) (disponível em http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_d_0c_20060526_compendio-dott-soc_po.html#Origem_e_significado, acesso em 06/04/2017).

⁴⁴ Somente com a crise de paradigmas da Teologia da Libertação haveria uma maior abertura do movimento para além da defesa do socialismo, no que incluisse também uma agenda propositiva sobre as seguintes pautas: ecologia, luta de classe e política, etnicidade, espiritualidade, etc (SANTOS, 2006). Essa reviravolta conceitual e prática criou os pré-requisitos fundamentais para o surgimento do Partido dos Trabalhadores, cuja uma das matrizes morfogênicas advém dos participantes desse movimento.

Mas por que uma vantagem competitiva do morador (economia de tempo e encargos com mobilidade urbana) e locacional (diminuição de atrasos e faltas injustificadas) do seu endereço para incremento de sua empregabilidade, em função de ser próximo a locais de trabalho, como o Shopping, poderia, supostamente, se torna, ao contrário, um item desabonador? Para além da questão do alto capital cultural exigido para trabalhar nas lojas do Shopping Leblon, será que a proximidade tão íntima entre trabalho e moradia de negros, por certo, que remeteria a um tipo de resíduo do período escravocrata (casa grande e senzala), o que descaracterizaria a pós-modernidade do Shopping⁴⁵?

A partir de minha experiência como entrevistador do IBOPE e agente do SEBRAE, atreveria a dizer que, de fato, há em algumas empresas cariocas em áreas centrais, pelo menos, uma cultura bairrista corporativista de indivíduos de valorização de localidades remotas e precárias em setores operacionais liderados por pessoas provenientes de classes baixas e zonas periurbanas, – no que tenderia a privilegiar funcionários que morem distantes do centro e zona sul, ou nesses locais, porém em condições precárias. Isso, justamente, em detrimento do correlato contrário, que são, amiúde, preteridos, à despeito da performance profissional, por estarem “fora do seu quadrado”, ou melhor, invadindo a “quebrada” alheia, em termos de grupamento profissional, que, nesse sentido, se tornaria georreferenciado em termos de uma cartografia social de toponímias aceitáveis ou não para o grupo. Mas, é certo que isso, dificilmente se aplicaria a totalidade dos casos, apesar de que, neste, podemos conjecturar que se não há muitos proprietários e gerentes das lojas das periferias e favelas (prédio-favelas), dificilmente, haverá funcionários de

⁴⁵ Caso “sim”, então, será que o desuso em muitas famílias de classe média da figura empregada doméstica coabitante se deve menos às mudanças morfológicas e encarecimentos das habitações e dos terrenos, respectivamente, do que a evolução comportamental de uma sociedade (pós)moderna individualista (controle da intimidade) em busca de apagar os traços de colonialismo cordial? Interessante pontuar que a Lei Complementar nº 150 tem representado uma espécie de autenticador temporal contracultura escravocrata e ruralista presente em muitas relações de trabalho doméstico, no que obrigou muitas famílias a descontinuar esse tipo de serviço em suas casas. É possível afirmar que muitos o fizeram por falta de recursos para arcar com o valor devido de uma profissional de limpeza e alimentação em casa. Mas, certamente, outros, por preconceito racial, regional e/ou laboral contra essas profissionais, que, à despeito disso, amiúde, ainda se tornam nossas “quase” parentes.

localidades similares. Afinal, há motivos para supor que as classes médias e de áreas estratégicas, também realizem esse mesmo tipo de procedimento de demarcação sócio-territorial no ambiente de trabalho.

O compromisso social do Shopping parece atender, prioritariamente, a sua postura mercadológica e imagética de se posicionar como empresa politicamente correta para carioca ver. Ao mesmo tempo, subliminarmente, sua postura higienista e eugenista – amiúde eugenismo com pele de higienismo – de manter o quarteirão em “ordem”, para que seus clientes possam se concentrar somente no seu sincretismo religioso de serem pagãos da Grécia de Dionísio e pagadores de cartão de crédito. Participarem do sacrifício iniciático que é o ato de consumir (MILLER, 2002) conspicuamente produtos e serviços, com a certeza da clemente penitência automática dos anjos na Igreja ao lado, outorgado pelo dizimo automático com o débito e velas elétricas acionadas por moedas.

Flagrantes do cotidiano: Cruzada em Notícias: retrato falado, escrito e televisionado sobre um Condomínio marcado para ser estigmatizado

Uma questão relevante que só percebi a medida que tive acesso ao *clipping* de notícias impressas e televisivas dos últimos 10 anos sobre a Cruzada – somente as disponíveis na Internet –, cujas associações semânticas mais recorrentes são “criminalidade no Leblon”, “tráfico”, “guerra de facções” e “tiroteios” é a seguinte: de que maneira o relativo insucesso do projeto urbanístico pioneiro do Condomínio por apresentar indícios de não ter implicado em humanização e inclusão social efetiva se deve à essas operações e dispositivos discursivas que negativamente estigmatiza socialmente o local e seus moradores? Nessas ocasiões a Cruzada que não faz parte do Leblon de Manoel Carlos _ jornalista que retrata o bairro na TV Globo –, deixa de ser invisível social para se torna previsível. As narrativas jornalísticas, em complemento as científicas e opinativas (internas e externas) compõe um grande mosaico de palavras cruzadas que em constante fluxo forma imagens sociais do Condomínio. Por ter mais acesso em termos de difusão e linguagem,

em relação aos demais campos, o jornalismo carioca é responsável pela percepção urbana com maior pregnância sobre a Cruzada no imaginário sócio cultural, contribuindo para tornar oficial, inclusive, a denominação de favela vertical, ou concreto armado como alcunha pejorativa do prédio. Esse movimento de violência semiótica contribui para tornar os seus moradores “dignos” de serem tolhidos historicamente de justiça social e direitos humanos pelas entidades representativas do judiciário e segurança pública.

As matérias da mídia consagrada são também produtos, entre outros fatores, de atores sociais e formadores de opinião de atitudes, que também por ela se influencia, que em função de idiosincrasias, nem sempre veem em todos os habitantes da cidade, concidadãos. E, que, por isso, pode confabular genericamente na alteridade de classe (raça, cultura e, por vezes, de religião), a personificação da origem do câncer dos problemas urbanos como inchaço populacional e violência humana. O rechaço social dos moradores do Leblon, reiterados depois em grande escala pelos jornalistas cariocas nos anos seguintes, em que associação Crime no Leblon/ Cruzada São Sebastião, apontam para atitudes pouco responsivas em relação à imagem institucional da Cruzada como um todo; Em função e em resposta ao aumento da violência na cidade como um todo dos anos 60 para cá, o que se percebe no senso comum e inconsciente coletivo carioca é a tendência de maniqueização da sociedade carioca e espetacularização da violência urbana – especialmente nos anos 80 quando a criminalidade no bairro aumentou e a Cruzada foi utilizada como bode expiatório pela mídia (ALMEIDA, 2010). O que contribuiu para que esses moradores da Cruzada, em sua grande maioria, assalariados, fossem associados à marginalidade por meio de um processo de estigmatização social que faz a exceção, de alguns poucos, que de fato, merecem essa adjetivação, se tornarem regra por meio de um processo de generalização metonímica. No entanto, a partir dos anos 2000, em que se tem a consolidação de novos veículos de comunicação como a TV por assinatura e o *Youtube* pela internet, produções documentarísticas escolares, acadêmicas e jornalísticas com um mínimo de pesquisa de conteúdo, terão a Cruzada como tema. O que permitirá um pouco mais de autonomia narrativa enquanto sujeito da ação para a população local para que ela mesma verse sobre os fatos-mitos virtuosos e

deletérios sobre seu local de moradia e seus moradores sem os atropelos e esteriotipizações da grande mídia jornalística, que é porta-voz somente das grandes empresas que pagam os seus reclames e a classe média que assiste/lê seu noticiário/diário⁴⁶. Cabe ressaltar que apesar do material disponível, alcance dessas produções são pífiás se comparadas com aos dos grandes (tele)jornais.

Da amostra que coletei dos últimos 10 anos⁴⁷, além da exibida no começo do tópico, somente uma reportagem é sobre algo salutar e construtivo. Uma análise preliminar permite perceber o enviesamento político classista e racista da abordagem jornalística sobre a Cruzada feita pela classe média e branca – a chamada “Montagem branca⁴⁸” que, em linhas gerais, alia técnicas linguísticas/persuasivas renegativas (verdade negada conscientemente passível de ser fetichisizada) e denegativas (reconhecimento inconsciente pelo desconhecimento da verdade) à tendências ético mercadológicas (lucro e audiência) para criar o espetáculo sensacionalista e banalizador da violência no (tele)jornal, que dá vazão a uma espiral narcotizante de violência simbólica projectual e passiva por parte do telespectador em relação às cenas de horror (SZPACENKOPF, 2003). No caso específico aqui estudado, contribuindo através de *fakenews* para criar a imagem de ser a Cruzada, uma ilusão de óptica enquanto Condomínio, já que a julgar pela reportagem sua associação com os símbolos negativos “típicos” de favela é factual e renegativo. Cabe ressaltar, que “típicos” aqui também é uma construção social discursiva, haja vista que a maior parte da rotina de uma favela não é constituída de crimes bárbaros e degradações humanas. Ou seja, o discurso oficial sobre a pobreza

⁴⁶ Cabe ressaltar que os noticiários e diários “marrons”, ou seja, mais focado em violência urbana periférica, são mais assistidos pela população de baixa renda.

⁴⁷ A opção pela mídia digital se deve ao fato de que essas reportagens são mais perenes e tem potencial simbolicamente destrutivo maior do àquelas que não criaram pregnância no meio digital, teoricamente, eterno e com fácil acesso.

⁴⁸ (...) assim chamada, por transparente e não visível, é uma estrutura presente na produção e edição do telejornal, e pode ser usado pelos que ai trabalham de forma inconsciente, automatizada e intencional. Na forma intencional, é fundamental que a presença desse conjunto estratégico esteja velada, para não abalar o comprometimento da credibilidade que está sendo noticiado. A montagem branca esta enquadrada pela intencionalidade, pelo automatismo e pelas manifestações inconscientes que possam surgir, o que lhe da uma característica de zona intermediária e difícil de ser detectada pela audiência. O discurso como conceituação semiológica – e nele implicadas as manifestações verbais e não verbais, narrativas e visuais – e o recurso para identificação da montagem (SZPACENKOPF, 2003, 270)”.

preta carioca é um castelo de cartas (altas) mais precário do que a mais desmoronável favela da cidade.

Noticiários televisionados:

- 1) Na Matéria sobre “Operação Cruzada” exibida no RJ/TV (TV Globo/RJ) e no programa Balanço Geral (Record/RJ)⁴⁹ em junho 2010 enfatiza uma operação policial que visava desarticular os expoentes da facção A.D.A. (Amigos dos Amigos) que atuavam livremente com venda de droga na Cruzada, segundo maior ponto de drogas da zona sul (primeiro, Rocinha). Em ambos os casos, o tronco das reportagens sugere uma conexão, quase que mecânica, entre a Cruzada e a Rocinha, moradores e traficantes, em que a figura do NEM aparece como totem neutralizador das diferenças morfológicas, locais e ocupacionais, respectivamente.
- 2) “Tiroteios na Cruzada” é título da reportagem exibida no SBT Brasil (SBT/SP) e RJ/TV (Globo/RJ)⁵⁰ em junho 2010 enfatiza agora o conflito comercial, territorial e balístico entre facção A.D.A. e C.V (Comando Vermelho) pela disputa dos pontos de drogas na Cruzada, como extensão das disputas geopolíticas do tráfico na Rocinha e Vidigal. O ponto em comum das duas matérias é que a fala do repórter externa é feita na Rocinha – no caso da TV Globo, com um encorajante colete a prova de bala, no do SBT, com uma manifestação carnavalesca pela paz ao fundo –, apesar do tiroteio ter sido na Cruzada, o que é sugestível do estigma social já corrente de que a Cruzada é uma favela. Tal solução de continuidade discursiva do espaço, tempo e memória que entre os dois locais distintos corroboram para criar uma perspectiva mais linear e transcendental da violência e crime no Rio.

⁴⁹ Disponível em <https://youtu.be/l3K5q4TvxK4> e <https://youtu.be/NvG-i6YkCFk>. Acesso em 12/01/2018.

⁵⁰ Disponível em <https://youtu.be/AHOpRK72qTs> e <https://www.youtube.com/watch?v=Oi76roAm9Y8> Acesso em 12/01/2018.

Esses túneis semânticos clandestinos socialmente construídos pelo jornalismo denegativo (ibid.), de forma genérica e conteúdo subliminar, feitos por uma classe branca e média para criminalizar pobres, pretos e periféricos indistintamente, se utiliza de recursos classificatórios mágicos para unificar bairros e locais com especificidades e espacialidades que não são comutáveis morfogeneticamente. Essa sutil complexidade da formação discursiva de toponímias requer um tipo de análise investigativa a partir também de uma perspectiva histórica e sociológica própria, ou seja, culturalista (etnometodológica). Tal visão apressada não é justificada somente pela velocidade rápida e tempo comprimido para a montagem técnica e social da informação televisionada. Mas, sim, orquestrada por meio de dispositivos e operações práticas discursivas, amiúde, subliminares que visam não somente informar, mas formar uma opinião pública sobre assuntos polêmicos como favela, ocupação, habitação social no Brasil – que em todos os casos se referem em última instância sobre os limites e tensões do modelo de propriedade privada.

Moral da estória: Cruzada só é do Leblon, já que associação com o referido bairro fora feita em todas as 4 reportagens analisadas, quando ela se mostra inadequada para com a convenção urbana da área. Ou seja, quando é para dizer que ela não deveria estar ali, peixe fora d'água que não se acostumou com o aquário.

Diários (jornais)

Pré 2016

- 1) Em 2008 no Jornal Extra, se encontra **a matéria “Projeto vai revitalizar a Cruzada São Sebastião”** (<http://extra.globo.com/noticias/rio/projeto-vai-revitalizar-cruzada-sao-sebastiao-498227.html>, 2008) é a mais antiga que encontrei na rede. No caso, ela é também a única com algum conteúdo propositivo e assertivo, por se tratar de um projeto sociocultural – projeto de Rigot-Müller "Dez Personagens de Nossa História" com personalidades brasileiras, como Santos Dumont, Dom Hélder, Princesa Isabel, Betinho e Aleijadinho, escolhidos através de uma eleição (não

fica claro na matéria, se pelos moradores de cada bloco, de toda a Cruzada ou do Rio) que previa criar um Museu a Céu Aberto com painéis de 7m x 21m em cada uma das empenas cegas dos seus 10 blocos. O uso da arte/intervenção urbana para tentar ressignificar o significativo predial/arquitetônico e o significado social/urbanístico do local é procedente, pois esse tipo de linguagem é conhecida por sua capacidade de criar “pontes” poéticas por meio de instalações, obras, esculturas e performances artísticas zonas e espaços da cidade marcados pelo excesso e escassez de circulação de pessoas diversas. Na verdade, a matéria versa sobre um projeto maior de reurbanização do local como um calçadão com quiosques e iluminação especial que ainda estamos esperando.

A chamada já denuncia ocultamente a percepção urbana “dominante” sobre o local, ou seja, de que se trata de um local desviante (e pessoas desviadas?), passível de revitalização – por se tratar de um jornal local e a Cruzada ser sinônimo de degradação urbana e social, a simples menção do seu nome complementa a sentença de adjetivos. A primeira frase corrobora essa deixa discursiva enunciada (e semicultada) no início: “Vista pela maioria dos cariocas como uma ilha de pobreza e problemas incrustada no meio de uma área nobre, no Leblon, a Cruzada São Sebastião vive um processo de revitalização (ibid.)”. Cabe mencionar que 1 ano depois, sem ter conhecimento dessa iniciativa, eu viria a me tornar mais um expoente desse grupo de história da arte urbana, só que no caso, através da música popular por meio do projeto “Palavras Cruzadas”. O que, em virtude do caráter eminentemente imaterial da arte sonora, não implica na mesma dificuldade do projeto sócio cultural anterior de conseguir autorização de todos os síndicos para instalar seus painéis gigantes em seus blocos.

- 2) A segunda matéria coletada foi no Jornal do Brasil e se chama **“Desemprego e lixo assolam a Cruzada São Sebastião** ([http://www.jb.com.br/rio/noticias/2009/07/25/desemprego-e-lixo-
assolam-a-cruzada-sao-sebastiao/](http://www.jb.com.br/rio/noticias/2009/07/25/desemprego-e-lixo-assolam-a-cruzada-sao-sebastiao/), 2009). Esta destoa das demais que também serão apresentadas, não por tratar de temas amenos ou

positivos, mas, sim, por apresentar pautas de problemas sociais e até ecológicos que usualmente não ganharam relevo nos demais jornais da cidade, que só vão ao local para coletar imagens de pessoas sendo presas por policiais. Ao julgar a reportagem pelo título imaginaria não a partir do estigma da Cruzada, mas também da minha residência no local que ela trataria sobre a dificuldade de coleta e armazenagem do lixo no local em função de regras e práticas muito distintas de acordo com cada um dos blocos e governanças dos mesmos. Na época que morei na Cruzada, o bloco 10 era considerado o mais limpo dentro de um *score* informal da limpeza, o que já revela ser esse um dos principais problemas sentido pelos moradores em relação a convivência intervicinal. No entanto a matéria trata, na verdade, do lixo produzido pelo Shopping e estocados nas fronteiras com o Condomínio. Ela acaba por não conseguir atender seu objetivo de utilidade pública, se pensarmos que muitos brasileiros só leem manchetes. E pode correr o risco de reforçar os estigmas sociais cristalizados sobre o local e seus moradores. O mesmo ocorre no *lead* da notícia quando é enunciado que há uma corrida imobiliária já premente no local – o que seria exponencialmente aumentado em 2016 –, mas antes de chegar a essa ideia, se finca uma bandeira moral sobre o a Cruzada: “Recordar os 90 anos do Leblon em falar sobre a Cruzada São Sebastião seria ignorar um bolsão de pobreza no meio de um dos bairros mais nobres do país (ibid.)”.

O desemprego estrutural que é criminosamente um item suprimido de quase todas as matérias sobre crimes e drogas, o que se torna uma forma de desculpabilizar a sociedade e mercado pelo crescimento de atividade ilícitas e informais aparece no J.B. com grande ênfase, através de vários depoimentos de fala e coleta de situações que apontam para o fortalecimento de uma economia informal, como, por exemplo, a lavagem de carros. O que reforça o estranhamento recorrente de eugenismo racista para a predominante ausência dos moradores da Cruzada como frequentadores e funcionários no Shopping (ou lojas), inclusive nas áreas de baixa qualificação (terceirizados da segurança e

limpeza). Com exceção da área administrativa (torre comercial com acesso pela avenida Borges de Medeiros, que segundo dados do Shopping de 2016, teria 23% de colaboradores provenientes dos quadros de moradores da Cruzada que participaram dos cursos profissionalizantes oferecidos pela empresa em parceria com o SENAI (disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0712200629.htm>, acesso em 03/04/2019). Cabe ressaltar que os dados oficiais, mesmo que fidedignos, não representam uma tendência de abertura efetiva interação, inclusão e ascensão social e não podem ser passíveis de uma análise de estatística fria. Haja vista que não se sabe quantos funcionários em número reais de fato trabalharam ou trabalham ainda no Shopping. Ressalvo também, sem o intuito de desmerecer a iniciativa de contratação, que a torre de escritórios tem acesso lateral pela entrada secundária do Shopping e que tais funções exercidas pelos moradores da Cruzada podem ser exercidas sem contato com os clientes da galeria e suas lojas, e que os cargos preenchidos, provavelmente, são de baixa qualificação profissional, como serviços de almoxarifado, secretariado e banco.

Pós 2016

Na iminência das Olimpíadas houve o crescimento exponencial de notícias sobre crimes na zona sul que criaram a sensação de aumento da criminalidade no Rio de Janeiro, o que não necessariamente é verdadeiro. O fato é que a desestabilização da classe política e da economia estatal carioca parece ter colocado em risco a normalidade de programas estatais, tais como da implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), que para além do controle efetivo do crime, já que o mesmo se dilui em outras praças como São Gonçalo e Baixada Fluminense, permitia uma eficácia simbólica de pacificação, paradoxalmente obtida com uso de tanques militares da força tarefa nacional como, por exemplo, no caso da Maré. Somente os títulos de três matérias do Jornal Globo em menos de uma semana coletadas em abril de 2016 já são suficientes para perceber qual é o direcionamento sociocentrista e racista no

avesso delas – por quase criminalizar o direito à moradia social de todos os moradores negros e pobres no bairro de luxo Leblon:

A Cruzada é incluída no bairro somente quando se trata de assuntos de desavenças e conflitos criminosos, o que pode permitir excluí-la de vez, se não física, pelo menos, simbolicamente: 08/04 **“Disputa do tráfico muda rotina na Cruzada São Sebastião: Associação quer policiamento itinerante para inibir disputa do tráfico”** (<http://oglobo.globo.com/rio/disputa-do-traffic-muda-rotina-na-cruzada-sao-sebastiao-19045451#ixzz4DdGHca3F>, 2016); 11/04, **“Insegurança leva a mudança de hábitos no Leblon: Frequentadores do bairro se queixam de assaltos e da guerra de traficantes na Cruzada** (<http://oglobo.globo.com/rio/inseguranca-leva-mudanca-de-habitos-no-leblon-19056300#ixzz4DdK4mOt4>); 14/04, **“Tiroteio volta a assustar moradores da Cruzada São Sebastião: Conjunto habitacional no Leblon é alvo de disputa entre facções** (<http://oglobo.globo.com/rio/tiroteio-volta-assustar-moradores-da-cruzada-sao-sebastiao-19087188#ixzz4D0Quw6te>, 2016)”.

Cabe ressaltar que há na verdade um crescendo dialético dessa minha hipótese de denegação da realidade a partir da montagem semântica de uma realidade apocalíptica sobre a Cruzada e, por extensão, ao Leblon:

- 1) A primeira reportagem dessa quase trilogia do O Globo sobre o assunto tem montagem mais técnica e suave, por não enfatizar na chamada que se trata do Bairro do Leblon, o que diminui o seu impacto em termos de vilanização sensacionalista do Condomínio. O que também ocorre em função da autocrítica da pronta reação da Associação em ela mesma solicitar amparo policial. O que pode ser uma mera colocação discursiva e retórica (cosmética) de minorar o efeito de transbordamento metonímico da associação semântica deletéria desses fatos relativos à guerra de traficantes sob os moradores ordeiros.
- 2) Na segunda matéria, a ênfase recaiu sobre o Leblon, já que é sua rotina dessa vez que está sendo abalada. A palavra que é utilizada nas chamadas das duas reportagens é operacional para pensar o que parece ser uma normalidade do cotidiano da Cruzada e Leblon, como se

fora dessa época notificada, não ocorressem eventuais criminalidades nos dois locais e reinasse a paz absoluta, o que nos faz perguntar se em que grau é só coincidência o fato de 2016, ano em que o imóvel da Cruzada assumiu patamares entre R\$ 200 e 500 mil, ser retomado uma escalada da perseguição simbólica do Condomínio e seus moradores. A segunda e antitética reportagem, por ter um caráter econômico latente, é um pouco mais perversa haja vista o uso da palavra “frequentadores” dissimular, na verdade, os verdadeiros afetados pelas querelas, a rigor: o Shopping Leblon, suas lojas e os demais comerciantes da região vicinal, bem como os moradores do bairro como um todo. Percebe-se aqui também algo ainda mais deletério, em termos de imagem, que é a tentativa de forçar um nexos causal entre crimes de tráfico e assalto e, ambos, como tendo pano de fundo a Cruzada. O que não é procedente, haja vista, que a maioria dos assaltantes do bairro, costumam ser de áreas exógenas ao Condomínio⁵¹.

- 3) Já a terceira, completando essa série que coletei, se percebe a antítese entre Cruzada e Leblon, toponímicas quase sempre percebidas como distantes apesar de vizinhas, o que aponta, na negativa, para o sentido de excepcionalidade dessa inclusão da Cruzada ali – já que este Leblon deslocado é “alvo” de tiroteios, o que apela de forma alarmista para memória carioca do fenômeno das balas perdidas, especialmente, em favelas, que, por suposição, poderia transbordar para o Leblon “civilizado”. Nessa manchete há também um sujeito oculto na oração

⁵¹ Sem descartar a hipótese plausível de que a Cruzada possa ser usada, ocasionalmente, como local provisório de fuga de assaltantes sem conexão local (ou conexão incidental com os traficantes?), o que poderia gerar boa parte dos ruídos comunicacionais entre a imagem percebida e realidade vivida do local, sendo assim, possível afirmar que: o estigma social negativo como o de delinquência costuma ser construído a partir de evidências mínimas de coerência com a realidade. Porém, ao hiperbolizar e metonimificar exponencialmente no plano do discurso determinadas práticas, em geral, excepcionais, como regra universal, incondicional e previsível, o estigma funciona como estratégia de vigilância disciplinar panóptica internalizada na mente do vigiado, normalmente, de população preta, pobre e periférica. De fato, deve haver ou ter havido moradores, mormente, nos primeiros anos do prédio, após terem perdidos móveis e imóveis em incêndio supostamente criminoso, que possam ter cometido furtos da Cruzada no Leblon e Cruzada. Porém, dificilmente, de maneira sistêmica e organizada, ainda mais após a deterioração da imagem ter sido ancorada no local e seus moradores, que, de fato, em alguns casos, podem desestimular o malfeito – o efeito de estímulo a prática de crime também é patente a partir da premissa heurística de que é melhor correr o risco de pagar por crimes cometidos, do que pagar socialmente sem ter cometido nenhum.

que são os mesmos da 2ª matéria: os moradores do Leblon, já que são eles que estão mais assustados e não os da Cruzada, que já estão relativamente mais acostumados com movimentações operacionais do crime organizado, pelo menos, em período de paz hegemônica de alguma facção. O que revela que somente por se tratar de um duelo entre grupos por poder local é que o tráfico de drogas ganhou relevo como um problema extraordinário. O crime organizado do tráfico de drogas sempre coexistiu ordinariamente com certa harmonia no Rio de Janeiro não somente em áreas pobres. Na Cruzada essa presença infra estatal hegemônica de uma facção criminosa ou outra tem sido patente, com eventual leve animosidade da população (local/externa) ou polícia contra isso, o que não significa dizer que represente em termos de ocupação um volume representativo de nativos. Em todo caso, ainda assim, seria um exemplo também da falta de políticas públicas de assistência social, emprego e renda do que de segurança pública. Ao longo dos tempos a criminalidade no Leblon e a repercussão midiática dessas estatísticas e fatos é que tem apresentado maior variação no tratamento sobre o crime, quase sempre para criar uma imagem mecânica entre criminalidade, sobretudo, assaltos, no bairro com a Cruzada, como fica patente na fala de uma moradora: "O estigma era muito grande. Morar na Cruzada, ex-favelado, agora favelado de cimento armado onde tem ladrão, tem isso, tem aquilo (disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=rMc1glyBHW8>, acesso em 18/01/2018)."

A perspectiva que visualiza o Condomínio como "favela", enquanto sinônimo de ilegalidade, apesar de ser referendada na cotidianidade dos moradores que têm dificuldade de se adaptar ao padrão mais formal e disciplinar de prédio _ o que é verificado por usos irregulares dos corredores para guardar apetrechos ou secar roupas, bem como, não pagamento de taxa condominial _, certamente, compromete a eficácia semiótica desse projeto de reurbanização de favela com remoção para área vicinal. O receio da sociedade envolvente, talvez, pudesse ser de que esse tipo de suposto "privilégio" de localização estratégica, ainda que pautado por um autoritarismo do despejo

indesejado, pudesse servir de incentivo à favelização ostensiva, o que talvez, explique o motivo de tanta desqualificação moral na mídia e Zona Sul – no fundo, também por certo preciosismo aristocrático que julga o outro de classe/raça não merecedor do direito de morar em condomínio em bairro nobre.

A tendência atual em projetos de reurbanização de favela – casos em que não há interesses escusos de incorporadoras e políticos – tem consistido na propositura e criação de equipamentos públicos pontuais ou “acupunturais”⁵² com a criação de áreas humanizadas exemplares, como espaços de convivência e recuos de ventilação (p.ex.: Rocinha). É patente que até hoje muitos projetos de remoções compulsórias não são executados somente em função do fato das comunidades estarem em áreas de riscos de desmoronamento/incêndios/alagamentos⁵³, – muito menos, com relocações para áreas vicinais⁵⁴ – mas, sim, para abrir alas para o carro alegórico de projetos de desenvolvimento urbano. No que contraria as recomendações internacionais quanto às soluções (preventivas) garantidoras de direitos humanos dos despejos não serem atos meramente administrativos, mas também jurídicos que contemplem a natureza coletiva dos sujeitos e sua assimetria em face aos grupos hegemônicos (ALIANZA INTERNACIONAL DE

⁵² Diferente do sentido da proposta de “acupuntura urbana” de LERNER (2005), haja visto ser uma diletante apropriação dessa proposta o que alguns arquitetos ligados a projetos de planejamento urbano tem feito, já que não se compactua com a defesa das práticas sociais efetivas como potencial mobilizatório e participativo, em termos de pré-existência e pós-ocupação do território. A acupuntura é utilizada por esses profissionais como uma forma de pequenas e exemplares intervenções urbanas em favela e periferias, que possam irradiar pedagogicamente alguma fagulha de urbanidade disciplinada a ser replicada por partenogênese ou osmose para as demais áreas degradadas a partir de ações futuras voluntárias ou não. Sendo assim, apenas uma espécie de “arquitetura conversável” (FERRAZ, 2011) que se propõe a pensar no público como objeto-fim do projeto, mas sem de fato abrir um canal livre de conversa literalmente ao longo do tempo. A noção de projeto nunca é assim questionada, no que reproduz a velha antinomia entre realidade do cotidiano e teoria da arquitetura, combatida por todos os entusiastas do direito à cidade viva, que desde os anos 70 repetem os bordões de Lefebvre (1998) e Jane Jacobs (2011), mas com um cartaz na mão e prancheta na outra.

⁵³ Mesmo nesses casos seguindo um “plano prévio de remoção e reassentamento” (A.I.H., 2018, 78) que permita a “desocupação voluntária” (ibid.) e não coercitiva, amplamente acompanhada por observadores externos (ibid.).

⁵⁴ No caso de reassentamento de povos indígenas, quilombolas e povos/comunidades tradicionais já está previsto a recomendação para que a mesma seja feita em área vicinal e semelhante ao território pioneiro para “(...) permitir a reprodução dos modos de vida tradicionais, assegurada a consulta prévia também na escolha do novo território, e o direito de retorno tão logo cessem as condições que forçaram a referida remoção (A.I.H., 2018, 79)”.

HABITANTES, 2018)⁵⁵. O que, segundo, a Resolução nº 10 de 1/10/2018 (ibid.) legitimaria a resiliência social local e midiática digital (ninja) dos moradores para assegurar também o direito à intimidade, à privacidade, à integridade física, à dignidade humana, à não discriminação, à segurança, à permanência (moradia) e “(...) à territorialidade tradicional, que envolve não apenas a área ocupada fisicamente pela coletividade, mas toda a área necessária para sua reprodução econômica, social e cultural (ibid, 77)”.

A capilaridade midiática das novas tecnologias de informação e jornalismo levou o Rio de Janeiro a uma situação híbrida – impensável para o período lacerdista – de uma quase total remoção na Vila Autódromo com reurbanização em área quase vicinal para atender as exigências “olímpicas” – e, por isso, desumanas – do projeto de construção do Parque Olímpico para os Jogos de 2016 na cidade. Alguns moradores ainda estão lá na Vila até hoje, resistindo heroicamente as patrulas que, certamente, causaram rachaduras em suas casas, mas não em sua vontade de defender seu lugar no mundo e sua mundividência.

Analisar os impactos e subtextos dos discursos _ em contexto com seus lugares de falas relativos _ para a cristalização de imagens positivas e/ou negativas para este projeto de urbanismo pioneiro no Rio de Janeiro, que é a Cruzada São Sebastião – pode contribuir para elucidar de que maneira as dificuldades de adequação territorial e interação social dos moradores da

⁵⁵ Tomamos como base aqui as recomendações na Resolução nº 17/10/2018 do Conselho Nacional dos Direitos Humanos que defende o direito à permanência com base na constituição de 1988 (princípio da cooperação, boa fé, autocomposição e interesse social do uso da terra) que tem influência da epistemologia do saber local/ bem comum de Le Bret. É mister lembrar que os princípios solidaristas cristãos da doutrina social da Igreja e do movimento economia e humanismo, já defendidos em 1955 e de conhecimento de Dom Hélder, não foram seguidos à risca na época da remoção da favela da Praia do Pinto em função do eugenismo local catapultado pela figura tirânica do ex-prefeito Carlos Lacerda. A resolução que atualiza aquelas ideias humanistas prisma pela participação popular e decisão consensual nos processos decisórios sobre moradia de grupos socialmente vulneráveis (quilombolos, indígenas, sem-terras e sem-tetos), medidas alternativas definitivas e pacíficas de mediação de conflitos fundiários coletivos (assessoria técnica/planejamento participativo de reurbanização ou remoção), não criminalização da ocupação urbana/rural e pública/privada, direito de dominialidade do imóvel e preponderância do direito constitucional social da terra sob o individual da propriedade, asseguramento do direito de defesa, assistência judicial gratuita para os grupos em conflito fundiário demandantes de maior proteção estatal e reparação de famílias removidas compulsoriamente, bem como realocação apropriada por parte do Estado (A.L.H., 2018).

Cruzada se deve à questões tais como, de ineficácia comunicacional do projeto arquitetônico e perseguição simbólica pelo *mass media*. O que é nodal para entender o sentido de criminalização cultural da alteridade observado. Ou seja, a “favela vertical” precisa assim ser denunciada, via de regra, nos jornais associada à assaltos e drogas para que o “condomínio comunidade” que é a Cruzada não saia do papel.

1.3 Objetivos

“Pechincha⁵⁶” no Leblon

O processo moroso da (re)(des)construção (física e social) de uma zona física e simbolicamente degradada de um bairro nobre do Rio de Janeiro só pode ser inventariada a partir da análise da pluralidade consensual e conflitual no campo da agencialidade das políticas de vizinhanças, entre os diversos agentes civilizatórios e/ou urbanizadores na Cruzada em seus aspectos identitários práticos e/ou discursivos coesos e/ou contraditórios⁵⁷. No complexo cotidiano de uma Cruzada multidimensional (político, esportivo, social, simbólico, econômico, religioso, associativista, político, criminoso, educacional, associativista, acadêmico, “artevista”, etc...), muitos intercruzamentos morais permitem acionar diversas “cruzadas” íntimas por moradores, visitantes e vizinhos, conseqüentemente, gerando uma cotidianidade territorial coletiva no sítio, como palco de ações sociais (parcerias e disputas) políticas conservadores e “perturbadores” da física e metafísica do local. Lembrando que nos países ditos “ocidentais contemporâneos”, não há mais a chamada “sociedade civil” senão “(...) localizada (o que não significa que a sociedade em sua totalidade seja localizada) e que, nessas condições, o local se define como o nível de organização da mediação social (BOURDIN, 2001, 54)”.

⁵⁶ Trocadilho com o Bairro da Zona Oeste em Jacarepaguá, onde o valor do aluguel é mais barato do que a Zona Sul.

⁵⁷ A partir de uma etnografia incidental (não planejada) e coabitacional (a partir da vivência no local enquanto morador) realizada pelo autor (2009-10), no bojo do projeto sócio cultural de educação musical “Palavra Cruzada: a voz do Leblon” dentro da Cruzada, quando habitou o local por 3 meses, de forma participativa pelo produtor e ativista cultural.

“ALUGO CONJUGADO Reformado
Cruzada de São Sebastião - Leblon
Aluguel R\$1.300,00
Cond.R\$60,00” (perfil do
facebook.com de fonte preservada)

Essa perspectiva
certeauniana da
pesquisa antropológica
espacial requer
instrumentos empíricos

e metodológicos para efetuar uma arqueologia prático-discursiva que permita desconstruir os estigmas sociais territoriais estabilizados pela mídia e pela sociedade carioca. Por exemplo, a figura do taxista pode ser um bom termômetro para mensurar minimamente os níveis do mesmo, como podemos observar na denúncia do **ex-jogador Paulinho Pereio** no documentário “Cruzada São Sebastião” para o canal SporTV: “Geralmente quando tivesse em outro lugar que não era na Cruzada, por causa da discriminação. Até mesmo para pegar um taxi. Tinha que falar que ia pro Leblon, ou se não Décima Quarta [DP]. Mas a discriminação em termos de Cruzada São Sebastião, era muito grande... (disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=Eut90K52fOU>, acesso em 18/01/2018).”

Ao tentar reter o fio condutor das narrativas e apropriações locais capazes de descortinar a franja dos *frames works* interpretativos (BARTH, 2000) viesados por uma elite social “liderada” pelo Shopping, tornar-se possível questionar as (inter)relacionalidades das atuações civilizatórias etnocêntricas e idiossincráticas desses *players*. E, dessa forma, valorizar os saberes nativos e suas competências habitacionais observadas neste Condômino Comunidade, enquanto ambiente construído (estrutura/estética), mas também vivido (práticas/símbolos). Ainda mais, haja vista, a recente valorização imobiliária do local, que coloca o risco de uma nova diáspora negra no bairro do Leblon, “gentebrancificadora”, dessa vez, no entanto, por meio de descentramento de populações negras para locais periféricos.

Em recente publicação de anúncios no *facebook*, apesar do aluguel ainda ser irrisório para o padrão de consumo do bairro de Leblon, mormente, a taxa condominial, é possível constatar um acréscimo de 100% do aluguel na Cruzada em relação ao ano de 2009/10. A questão da ambiguidade e dissintonia entre a convenção urbana do bairro (ABRAMO, 1995) e o *status*

social (espacial) dos moradores (do prédio) continua patente, como observado na fala de alguns dos internautas que se referiam a Cruzada como “comunidade”, local de “tiroteio” e “bagunça”. Um deles aponta justamente o baixo valor do condomínio como um item desabonador do estatuto do local, o que comprova as suspeitas elencadas. Nesse sentido, os discursos deletérios associados ao endereço e seus moradores, se modifica de maneira parca, apesar dessa refundação valorativa do prédio catalisadas pelas práticas inclusivas, meramente de ordem econômica. O que torna esta pesquisa premente, no sentido, de apontar para o arranjo complexo e multifacetado de atores, processos e fatos internos e/ou externos à Cruzada e seus moradores que promovem a produção imagética (auto)estigmatizada, (auto)exotizante e, por vezes, autoafirmativa de um condomínio em comunidade⁵⁸.

Apesar de a estigmatização social ser somente minorada de forma minúscula, a invisibilização parece ter esmaecido a contento após a bolha imobiliária que aqueceu o mercado rentista carioca na segunda década do século XXI. Em decorrência e na iminência dos Jogos Olímpicos 2016, a Cruzada foi beneficiada também por uma obra de infraestrutura, a saber, a construção da Linha 4 do Metro⁵⁹ que obrigou a prefeitura a efetuar uma reengenharia de tráfego para compensar o fechamento parcial da Av. Ataulfo de Paiva. A generalização da mobilidade e do fluxo urbano interbairros provocado pela estação Jardim de Alah (em frente ao Shopping) para o local, tende a produzir uma nova organização social da distância também para a Cruzada com possibilidade de formação de novas redes inter-territoriais – sobretudo, porque o bairro do Leblon é fortemente identificado no Rio, assim como a Zona Sul, enquanto território e toponímia por um “princípio de

⁵⁸ A rigor o papel da mídia carioca em relação à Cruzada parece ser de quase completa perseguição policialesca, haja vista, que as matérias quase sempre a colocam como sinônimo de favela, sendo sua imagem associada e comparada à de outras favelas cariocas consideradas problemáticas. Essa opção pela estigmatização sócio-discursiva do Condomínio e seus moradores tende a reificar a assimetria interdependente da (auto)estigmatização dos moradores percebidos no conflito moral entre o Leblon e Cruzada. Em 2018, quando trabalhei no Grupo Folha de São Paulo, colaborei com uma matéria jornalística (vide comentários adicionais sobre isso na conclusão), que tenta arrefecer com histórias de vida positivas sobre novos e velhos moradores essa desigualdade estrutural de posições econômicas e sociais entre brancos/ricos e pobres/negros no Leblon.

⁵⁹ A concessionária responsável passou a atuar de forma responsiva no local, a exemplo do que já ocorre em relação ao Shopping Leblon, ministrando cursos de inglês direcionados para os moradores da Cruzada.

hierarquia dos centros e da periferia” (BOURDIN, 2001, 69), mesmo em relação à Cruzada, que também é teoricamente do Leblon. O aumento da diversidade cultural e social a partir da introdução de novos moradores no bairro que, apesar de ser sentido, até mesmo para os moradores da Cruzada, como agressão moderna destabilizadora das permanências da “co-presença” e da “vida diária” (ibid., 36) da localidade imóvel, podem contribuir para uma nova ressignificação da mesma, com possibilidade de maior integração sócio espacial da Cruzada na escala do quarteirão e adjacências. Considerando, ainda, o risco de gentrificação em função do aumento dos custos de compras no comércio local e moradias no Condomínio Cruzada (aluguel, mas, sobretudo, IPTU e condomínio, já que a maioria dos moradores são proprietários).

Objetivo Central: Arquitetura da Estigmatização

O intuito principal desta pesquisa é identificar alguns dos mecanismos de (auto) inviabilização e estigmatização arquitetônica e social na cotidianidade do projeto de habitação social coletiva Cruzada São Sebastião enquanto ambiente construído e vivido. Como um projeto de inclusão social e inovação urbanística de habitação social como a Cruzada pode se tornar o seu correlato contrário – baixa adaptação territorial e interação social – para além das óbvias falhas comunicacionais e metodológicas de um tipo de urbanismo racionalista e ordenador?

Ao longo desta pesquisa tentarei arqueologizar a partir das práticas e discursos jornalísticos, locais, artísticos e acadêmicos, como moradores ex-favelados ou provindos de famílias que são, tem sido privado compulsoriamente do direito à cidade e a memória sócio espacial – a começar pela remoção compulsória que os obriga a trocar a autonomia do direito natural do primeiro ocupante em uma sociedade de ação (social) autônoma, pelo direito positivo da propriedade privada em uma sociedade de direitos (humanos) assistencialista. Panorama total que permite percorrer também os instrumentos de competência e (re)apropriação habitacional co-criativa dos moradores em relação a sua nova morfologia arquitetônica e social imposta. O que aponta

para o comportamento espacial (estético, estrutural e funcional) da Cruzada, enquanto ideal de um tipo de arquitetura evolucionista (tabula rasa), como qualquer paisagem humana, carregar os embriões de novas espacialidades e sociabilidades através de resistências e invenções. Ou seja, coexistências interculturais complementares entre estruturas arquitetônicas e sociais tradicionais e modernas, locais e globais⁶⁰.

Objetivo Específico: Inclusão Espacial e Exclusão Social

O **principal objetivo específico** é mostrar como a sociedade do consumo permite a uma elite de bairro acessar uma rede global de marcas e etiquetas mediadas por um Shopping também funcionaria como uma rede local de sociabilidade visual e atitude *blasé* (SIMMEL, 2005). Se as exposições espetaculares das vitrines suscitam um convite ao prazer visual e imaginário, cenograficamente inclusivo, sua lógica de regularidade atemporal espacial anti entrópica (eugenista) e panóptico-vigilante⁶¹ de sociabilidade entre iguais (SARLO, 2009) recaí justamente sobre os mais diferentes da “mídia sociorracial comportamental” de seus frequentadores: os moradores da Cruzada, que tende a não ser *habitués* do “espaço dominante” (RAYMOND, 1984).

A proposta é de analisar também a relação de assimétrica arquitetural da Cruzada de concreto com o Shopping de vidro – onde, no entanto, não há

⁶⁰ Essas relações cambiáveis demonstram como as estruturas socioespaciais são também dinâmicas entre si, apesar da tendência conservadora da habitação (SEGAUD, 2016) e capacidade mimética da memória social em relação inércia da matéria (HALBWACHS, 2004). Em relação aos processos multidirecionais de negociações entre planejamento e cotidianidade Segaud (2016) categorizou 4 reformulações básicas a partir da procedência e fluxo com que costumam ocorrer: 1) “ações endógenas voluntaristas” e “endógenas progressivas”, depois em “mudanças exógenas” e em “reformulações exógenas violentas” (ibid., 251”).

⁶¹ A vigilância disciplinar do tipo panóptico é um do tipo de controle social utilizado em presídios em que todos os prisioneiros de um sistema carcerário são vigiados por altas torres, que, no entanto, não podem ser vistas, o que leva ao interno “internalizar” uma vigilância paranóica, já que tem a sensação que estão sempre sendo vigiado, mesmo que de fato, não o estejam (FOUCAULT, 1997). A apropriação do termo é imprecisa para o contexto de guarda patrimonial do Shopping, porém consequente, se pensarmos que os vigias do Shopping, apesar de seus quase 2 metros e boas vestimentas (ternos pretos), nem sempre são visíveis ao campo de visão dos clientes (escondidos atrás de vasos ornamentais de plástico?), mas estão sempre com seu instrumento de guerra (*walkie talkie*) nas mãos trocando informações sobre “possíveis suspeitos” de crime, quase sempre negros, e/ou mal vestidos com e/ou com barba por fazer.

visibilidade para a mesma no seu interior –, e investigar de que maneira o espaço forja e estabiliza mimética e inercialmente no ambiente construído, suas memórias coletivas de determinados grupos sociais (HALBWACHS, 2004). E como uma vez instaurado essa configuração espacial conflitiva, se tem reforçado na Cruzada a distância social, econômica, cultural e religiosa entre os moradores da Cruzada com os frequentadores do Shopping.

Nesse sentido, a análise microrrelacional da política pública de um programa sócio-educativo (Projeto Melhor Amigo) com crianças, efetuado pelo Marketing Social do Shopping na Escola Municipal (Estado) Santos Anjos, cujo prédio é propriedade da Igreja (regime de comodato), pode apontar para os novos recursos de legitimação dos potentados econômico hegemônico global – no caso, o grupo Aliance Shopping Centers⁶² – “empreende” um “novo” contrato social – em complementação às políticas públicas urbanas estatais keynesianistas e dogmas éticos religiosos católicos solidaristas⁶³. Esperar-se assim compreender de que forma a empresa privada em questão, a partir também de sua atuação responsiva de terceiro setor (marketing social) pode terceirizar o Estado (Igreja), e os desdobramentos urbanos civilizatórios em função de sua pedagogia de projetos assistencialistas para a população em situação de vulnerabilidade social. O que permite investigar até que ponto, no caso investigado, a cidadania plena e filantropia corporativa são compatíveis com o capitalismo transnacional, visto que, em geral, “(...) isolada dos negócios, a filantropia desliza para a condição de “caridade”, valor de grande relevância pessoal, mas que não modifica as relações de trabalho e produção (FERNANDES, 1994, 101)”. Ou seja, a velha máxima luso tropicalista de

⁶² Acionistas: Canada Pension Plan Investment Board (38,19% de ações preferenciais); Government of Singapore Investment Corporation Pte Ltd "GIC" (10,36); Jaguar Real Estate Partners (5,43); Rique Empreendimentos e Participações Ltda (5,42); Fundo de Investimento em Participações Bali (4,11); RFR Empreendimentos e Participações S.A. (0,84); Renato Feitosa Rique (0,79), Delcio Lages Mendes (0,62) e Ações em Tesouraria (0,35) – sendo 441, 158 e 94 o número de pessoas físicas investidoras, jurídicas e institucionais respectivamente (disponível em <http://www.econoinfo.com.br/governanca-corporativa/posicao-acionaria?codigoCVM=21300>, acesso em 13/02/2019)”.

⁶³ A paróquia Santos Anjos permanece em sua atuação assistencialista “louvável” ainda sim: distribuição de cestas básicas; Bazar da Caridade; fornecimento de remédios; atendimento médico; atendimento odontológico; psicólogo; fonoaudiologia; arteterapia; Mulheres que Amam Demais (MADA); Alcoolicos Anônimos (A.A.); Psicopedagogia e Pré-Vestibulinho Comunitário (disponível em http://psaleblon.blogspot.com.br/p/blog-page_11.html, aceso em 12/12/2017)”.

governança baseada em dos princípios maquiavélicos; “Integrar para dividir e melhor controlar”.

1.4 Objeto Empírico

A cartografia afetiva-relacional dos conflitos e consensos de práticas e discursos socioespaciais de populações distintas no Jardim de Alah (Leblon/Rio de Janeiro), geradores de memórias e mudanças físico-territoriais só é possível a partir do reconhecimento do conjunto de relações, coexistências e conflitos intermorais – como esboçamos no parágrafo acima em relação aos conflitos entre o Shopping e a Cruzada. Nelas, se configuram diferentes atores/agências micro e macropolíticos enquanto sujeitos ativos da ação em dinâmicas sociais horizontais ou assimétricas interdependentes⁶⁴, a partir de uma miríade de fatos sociológicos.

Em prol de tornar mais didática a enunciação preliminar dessa apresentação da complexidade da vida social no espaço, apresento um quadro analítico para permitir perceber a gramaticalidade conjuntural estruturalizante (ou vice-versa) (SAHLINS, 2008) em que agentes/agências elencados abaixo participam de um ou vários processos sociais específicos para gerar eventos coordenados. O que não elimina a compreensão relacional gestáltica de comutação do eu em seus diversos papéis sociais (GOFFMAN, 1985). Em seguida, a partir de uma lógica cromática, cada linha de ação social sugerida na tabela, será desenvolvida aqui neste texto mantida a mesma equivalência de cor, o que, novamente, não nos cega para a observação metódica, ao longo da pesquisa como um todo, das nuances subtonais e atonais da realidade.

Atores sociais

⁶⁴ Sobre essa tendência humana de dualidade relativa e relacional entre mixórdia e concórdia “É provável que se trate de um compromisso entre, de um lado, a necessidade de sermos previsíveis – portanto confiáveis em momentos de ações compartilhadas – e, de outro, a necessidade de sermos imprevisíveis em situações de conflito (MALDONATO, 2017, 122)”.

Agências: Igreja Católica, ONG, Associação de moradores (Leblon e Cruzada), os shoppings (Leblon e Rio Design), creche, Clubes, Escola Municipais do bairro (Cruzada e outras públicas), Comandos Criminosos (ADA, CV,...), Academia (PUC/RJ,...), Mídia (O Globo, Jornal do Brasil,...), Teatros (Oi Casa Grande, Café Pequeno, Casa de Show/Concessionária Hyndai, Estado (COMLURB, PM,...), Estação Jardim de Alá (Consórcio Linha 4 do Metro), galerias, cinemas, comércio local, Delegacia 14º DP, Traller Policial, grupos de pesquisa acadêmica (Le Metro, Observatório das Metrôpoles,...)

Agentes: Moradores da Cruzada (católicos e evangélicos) e Leblon, Políticos, Ajudantes da Associação de Moradores, “artevistas” (artistas ativistas), Crianças e/ou estudantes, líderes comunitários, gestores e funcionários do shopping Leblon (marketing social), produtores dos teatros, professores, ambulantes, clérigos católicos, pastores evangélicos, traficantes, policiais, funcionários dos Clubes, garis, usuários de drogas, pesquisadores universitários (arquitetos, urbanistas, assistentes sociais, antropólogos, jornalistas, pesquisadores sociólogos, políticos, ...)

As políticas públicas urbanísticas eugenistas higienistas empreendidas pelo Estado federal, distrital e carioca no Rio de Janeiro ao longo da história urbana do município tem os episódios da Reforma Passos e Batalha do Rio como referências mais emblemáticas. Mediante modelos autoritários de planejamento e governança urbana, o impacto dessas políticas tem sido a segregação sócio espacial, mesmo em casos de projetos sociais habitacionais em áreas nobres e vicinais às antigas habitações consideradas impróprias, como é o caso da Cruzada São Sebastião, pois que o distanciamento pode ser também de ordem social.

Durante a crise do populismo no Brasil o papel público no campo da habitação social no Brasil foi ocupado também por grupos e setores

conservadores e progressistas da Igreja Católica. É um bom exemplo disso, o processo de remoção dos moradores da Favela Praia do Pinto para conjunto habitacional social em área vicinal através da Fundação Leão XIII e Projeto Cruzada São Sebastião em 1955 com base nos resquícios dos ideais assistencialistas do período Vargas e apogeu da doutrina solidarista da Igreja e movimento dela decorrente, “economia e humanismo” de Lebrecht (SAGMACS/ Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais). Porém, apesar da epistemologia do bem comum e saber local do cabedal ético político desse, que em muito influenciou a atuação de Dom Hélder Câmara em sua “Cruzada”, a mesma, apesar de não descentrar populações de áreas centrais para zonas periurbanas, trata de remoção compulsória das mesmas. O que está na base dos fatores que geram a configuração morfológica representacional de Condomínio Comunidade Condomínio. Essa constatação é reveladora da desconsideração técnica no projeto arquitetônico habitacional do universo simbólico comunicacional da vida em comunidade. Como na maioria dos casos de remoções, não foi efetuado a consideração do impacto pré e pós-ocupacional sensorial, cognitivo e espaço comportamental do ambiente construído/vivido da estrutura social e urbana de conjuntos habitacionais sociais por ex-moradores de favela, o resultado tem sido baixa adaptação e interação social na vida em condomínio – esse último em função do estigma e *status* social do lugar e seus moradores.

Com a construção do pós-modernista Shopping Leblon ao lado do relativo gueto negro, o ambiente edilício do modernista Condomínio Cruzada tende a aguçar o *apartheid* espacial e moral (social, racial, simbólico e religioso) entre os moradores da Cruzada e os demais do Leblon – iniciado no processo de esquecimento e silenciamento da variável (meta) física espacial (favela) visando a desarticulação moral, biopolítica e geoafetiva do grupo social. Ou seja, a identificação dinâmica ecológica de hábitos sociais e habitats autoconstruído da comunidade.

A clássica arquitetura modernista de projetos de habitação social de meados do século XX são hoje manifestações arqueológicas no ambiente construído da atuação intervencionista do poder estatal e eclesiástico. No sítio

estudado, a espacialidade é marcada pelo contraste do partido arquitetônico entre o modernismo⁶⁵ da Cruzada e o pós-modernismo⁶⁶ do Shopping. E a temporalidade pelo contraste ideológico entre keynesianismo periférico (Estado/Igreja de Bem-Estar Social à brasileira) da Cruzada – que caracteriza e o capitalismo monopolista do Shopping.

Consolidada a crise do populismo e desenvolvimentista, insuflada pelo endividamento público, mas também pelas novas contratualizações sociais pautadas pelo capitalismo glocal. Nesse cenário, empresas privadas (parcerias público-privadas) terceiro setor (marketing social/ONG) e movimentos sociais (p. ex. associação de bairro) passam a atuar no campo das políticas públicas, outrora, protagonizado no Brasil pelo Estado/Igreja – mesmo que em parceria nodal com as classes oligárquicas coronelistas, que faziam parte do cenário político. Como exemplo desse novo paradigma em curso, a atuação institucional e social do Shopping Leblon através da sua atuação de filantropia corporativa com atividades relativas à Cruzada, como o Projeto Melhor Amigo, são demonstrações factuais da forma como o capital internacional, formadores da carteira de investidores do Shopping, conseguem extrair dividendos institucionais e mercadológicos, por meio da doutrina do politicamente correto do marketing social, até mesmo da baixa nota em matéria de qualidade educacional no Brasil – isso, sem tocar de fato na questão do subemprego de moradores da Cruzada, que não tem nem acesso, quase sempre, a emprego a

⁶⁵ Chamaremos de arquitetura modernista (e não “moderna”) o estilo e programa arquitetônico de influência europeia, que perdurou de 1920 a 1970 e influenciou, mormente, via matriz vanguardística francesa (Le Corbusier) arquitetos como Niemeyer. Ao longo do texto, exclusive citações, tentaremos reservar, para efeitos didáticos, a palavra “modernista” para adjetivar o espaço em termos estritamente artístico e arquitetônico, e “pós-moderno” (HARVEY, 2014) (COELHO, 1986) e “overmodernidade” (AUGÉ, 2010), “hipermodernidade” (LIPOVETSKY; SERROY, 2015) e “pós-modernidade” em termos mais gerais para ideologia e mentalidade discursiva (temporalidade) de uma época ocidental com predominância de uma economia financeirizada, monopolista e globalizante.

⁶⁶ Chamaremos de arquitetura pós-modernista (e não “moderna”) a crítica e complementação arquitetônica –, inicialmente contracultural, – ao modelo modernista, no tocante à sua monomentalidade impopular, fazendo uso para tanto, do apelo estético à recursos ecléticos e paratáticos de várias épocas da história da arte/arquitetura. Ao longo do texto tentaremos separar para efeitos didáticos a palavra “modernista” para adjetivar o espaço em termos estritamente artístico e arquitetônico e “moderno” e “modernidade” em termos mais gerais para ideologia e mentalidade discursiva (temporalidade) de uma época ocidental com predominância de uma economia produtivista, keynesianista e estatizante.

veem sua mais valia explorada, nas dependências do centro comercial do Leblon.

Até pelo nome e mantenedora do projeto do Condomínio Cruzada a conflitualidade religiosa também aparece entre as práticas e valores dos moradores e circundantes. Mormente através dos conflitos de mundividências e práxis missionárias entre o caráter, relativamente, mais anticordialista, descolonizante e emancipatório da Igreja Protestante/Afrobrasileiras e o mais filantrópico, assistencialista e subalternizante da Igreja Católica - estas últimas, apoiadas pelas elites cariocas leblonenses frequentadores e dizimistas da Paróquia dentro do sítio da Cruzada, Santos Anjos. O neopentecostalismo e sincretismo permitem em sua ritualística corporal e ascese intramundana funciona como escape psicológico de tensões por apontar para ressignificações das hierarquias interclassistas rígidas no Brasil em um plano arquetípico espiritual humanizado e horizontalizante (Orixás e Jesus). O empoderamento patrimonial através de apartamento no Leblon para populações ex-moradoras de favela, não corresponde à inserção real na atual fase do capitalismo, que se dá também através da venda justa cotidiana da força de trabalho e acesso conspícuo aos bens de consumo. Ou seja, é meramente simbólico, pois para além da questão de estigma e distância social, macro estruturalmente, enquanto lumpemproletários ou massa redundante, os moradores da Cruzada continuam mais ou menos dependentes de velhas (Estado/Igreja) ou novas (Empresa/ONG/Associação) contratualizações sociais de cunho assistencialista – apesar de regra geral a aquisição do imóvel ter sido obtido por meio de financiamento facilitado e acessível – já que o terreno fora doado pelo Estado –, a inadimplência, inclusive, com o condomínio costuma ser alta.

A presença do líder comunitário negro, homossexual ex-morador auxiliar de pai de santo, ex-pastor, migrante na Amazônia (Manaus), empreendedor em sua ONG e representante comunitário, eleito para a presidência da Associação de Moradores em 2010, em tese, apontaria para possibilidade de ruptura radical com a estrutura de forças hegemônicas compostas pelos demais agentes civilizatórios hegemônicos oficiais, Estado/Igreja/Shopping e paralelos,

Comando Criminoso prevalecente. A suposição dessa possibilidade para os grupos civilizatórios e disciplinadores rivais no local, resultou em uma “cruzada” moral para deslegitima-lo da sua incumbência duplamente protestante (política e religiosa) – tanto da parte da Igreja, do Shopping, como também do Tráfico. Esses grupos, mesmo que não diretamente, parecem ter em comum o fato de sobreviverem às expensas da desigualdade socioeconômica e esquecimento sócio-mnemônico com base em práticas sociais de cunho clientelistas tradicionais e/ou camufladas. De alguma forma, em termos de sobreposição de camadas de marcadores e *backgrounds* sociais, essa liderança, longe de ser 100% coerente com suas motivações sócio-emancipatórias⁶⁷, enquanto arquétipo de motivos múltiplos e ambíguos sugere a enunciação de um habitat e hábitos de vida híbridos e paratáticos, que faz recordar uma possível condição vibrátil criativa e emancipatória internalizada da vida na favela ancestral. Performance, que, em uma perspectiva *junguiana*, pode estar entretecida no inconsciente coletivo à uma tentativa de resistência ética-religiosa retroativa face à “primeira remoção” dos negros africanos nos navios negreiros reatualizado nos processos de remoção de favelas (“segunda diáspora”) para brancos apartamentos – e, presente ainda, através do risco sempre iminente de uma “terceira remoção/diáspora” desses moradores desviantes/desviados afrodescendentes do Leblon através da gentrificação “desgentificante” da Cruzada.

Por meio de um projeto sócio-educativo e arte terapêuticos (educação musical) de maior promoção de cidadania em áreas de vulnerabilidade social, se esboçou ser possível quebrar as forças políticas e históricas catalisadoras de *karma* social negativo para os indivíduos e seus endereços. Com base na consentânea premissa de uma espécie de arquitetura/urbanismo invisível, que

⁶⁷ Esse item remete a uma sociologia crítica porque parte da minha entrada no sítio a convite do ex-pastor, estava ligada ao seu enfraquecimento político no período estudado, agravado nos anos seguintes. O que o obrigava a buscar alianças antitéticas que não deram certo em função tanto das ambiguidades da própria liderança que é de família católica, quanto minha, por ser branco, católico, classe média, graduado, mas, principalmente, artista. O que poderia, acredito permitir um campo de mediação intercultural inédito até mesmo para esse “pastor rosa” (parafrazeando à referência ao apelido de Dom Hélder, “bispo vermelho”) no local capaz de desimplicar diferenças radicais inconciliáveis, a exemplo de iniciativas como o Nós do Morro no Vidigal e Afroreggee no Vigário Geral.

estimula artisticamente o local sem intervenções de natureza engenharísticas e arquiteturas, o Projeto *folk*comunicacional Palavra Cruzada: a voz do Leblon (2009-2010)” tenta corrigir os *frameworks* de interpretação equivocadas e estigmatizantes pelos moradores da Zona Sul e do Rio de Janeiro sobre os moradores da Cruzada – consecutória e sincronicamente às várias políticas públicas civilizatórias locais interinstitucionais como práticas culturais e/ou desportivas nas escolas e nos clubes (AABB e Clube Monte Líbano, vizinhos em frente à rua de acesso aos blocos da Cruzada). Os problemas arquitetônicos/urbanísticos e sócio ecológicos no processo de remoção compulsória dos moradores da favela para condomínio podem, destarte, ser apropriados criativamente por esses. O que acena para influir concretamente nos índices de baixa sociabilidade desses moradores com o bairro, em função de interdito criados pelo processo de estigmatização e estigmatização social patente deles no bairro do Leblon, com tendência de intrasociabilidade social e racial dos moradores do projeto de inclusão espacial Cruzada.

O que explicaria a corriqueira prática dos moradores da Cruzada de não “comparecerem” em relação ao assunto do condomínio (taxa, reuniões, convenções condominiais, ...), mas, sim, da comunidade (festas, reuniões da associação de moradores, cineclubes, ...)? A possibilidade de resiliência insurgente dos saberes locais e memórias coletivas da vida em comunidade é operante para que os moradores, mormente, os que moraram na favela da Praia do Pinto, reatualizam o tempo-espaço mitológico de origem, ainda que em condições morfológicas desfavoráveis, estruturadas pela vida em condomínio. A Planificação positivista das Políticas Públicas e Planejamentos Urbanos autoritários se veem assim relativamente ressignificadas através da subjetivação e invenção cotidiana. Longe de uma suposta adesão ao individualismo positivista, o baixo quórum nesses assuntos autenticadores da vida em condomínio permite o empoderamento popular através da autoafirmação coletiva de uma comunidade imaginária: hibridismo morfológico/representacional (ambiente construído e social) multissituado dos moradores do que chamo de Condomínio Comunidade Cruzada.

A Cruzada, na época da pesquisa, era explorada comercialmente para revenda de drogas através da facção hegemônica no Vidigal Amigos dos Amigos (ADA), que se utilizava das grades de metal dos muros do bloco como “balcão farmacêutico” para camuflar o negócio ilícito. Os comandos criminosos na cidade do Rio de Janeiro, por meio da retórica contra cultural de *folk*comunicação banditista, premidos pela mídia sensacionalista e Estado repressor, são forças ativas não somente na geopolítica da cidade, mas na cosmovisão através de uma linguagem musical, gestual e oral em que a violência se torna uma função fática de aquisição de respeito e postura de intimidação. Se utiliza, mormente, do medo de remoção e repressão estatal às populações pobres, pretas e periféricas de áreas informais degradadas da cidade e desassistidas pelo Estado, para se tornaram agentes políticos, policiais e socioculturais locais. Como as narrativas das polícias militares, das políticas públicas e das grandes mídias, com apelo virulento e sensacionalista, amiúde, não tratam o tema violência urbana sob a ótica da prevenção do desamparo econômico, social e familiar, se percebe uma montagem oculta ideológica, em que problemas macroestruturais são reduzidos à incumbência, muitas vezes, mais cancerígena do que curativa, da segurança pública e defesa nacional (“caso de polícia”⁶⁸). O que deslegitima diante da opinião pública iniciativas, como por exemplos, projetos socioeducativos em periferias e, até mesmo, de habitação social em áreas centrais. Porém, é evidente que a atuação político econômica robusta do tráfico contribuí para a estigmatização sócio racial e segregação sócio espacial em locais como a Cruzada, em que somente, uma pequena minoria, atua na ilegalidade – a maioria na informalidade. Como após a construção do condomínio a incidência de práticas criminosas (roubo/tráfico) no bairro do Leblon se incrementou deveras, como nos anos 80 e agora nos 10, a rotulagem discursiva negativa fundamentadora de maior perseguição disciplinar policial com moradores da Cruzada em sua totalidade nos discursos jornalísticos e cotidianos, é sempre um recurso

⁶⁸ A politização das polícias militares, mormente, em relação à governos estaduais que indica alguns cargos de chefia dessa entidades, após a constituição cidadã de 1988, para afastá-las da influência das Forças Armadas com passado de autoritarismo golpista, teve como efeito colateral ferir a hierarquia e autonomia policial, o que tem contribuído para que parcelas da corporação seja cooptada pelo crime organizado, como as milícias e traficantes, que já fazem parte da política formal no Rio de Janeiro, por exemplo.

atômico para matar uma formiga com uma bomba atômica. À serviço da implosão imaterial do projeto civilizatório urbanístico inclusivista que é, apesar da crítica das remoções compulsórias, a Cruzada, o “excesso de zelo” da polícia e a mania de perseguição dos moradores do Leblon atuam como moderador da exclusão simbólica das supostas benesses dos direitos humanos para os párias negros, subcastas da nação. É como se estivesse roubando por não terem pagos para morar ali, roubando luz branca solar por terem nascidos com melanina escura. E tivessem que ser “enquadrados”, doravante, em alguns casos, na prisão, em um trânsito contínuo de não lugar para não lugar.

Cruzadas da Cruzada: territórios políticos, poéticos e econômicos

O fato de não serem aceitos e/ou não aceitarem esse novo *habitus* social positivista e individualista forjado de uma vida (pós-)moderna urbana, faz com que os moradores da Cruzada tenham na vida relativamente mais comunitária e oral típica da favela – em períodos de paz relativa – o antídoto político e poético para sua (auto)exclusão do Leblon. E é nesse transmutar do deletério em predicado, do passado, em futuro, da poesia, em política, que, no entanto, mora o atributo mais pós-modernista do local. Haja vista, o caráter híbrido, multicitacional e paratático desse condômino modernista e comunidade solidarista – principalmente, se tomarmos o quarteirão como um ambiente construído total, em que shopping pós-modernista, favela (imaginária) autoconstruída, condomínio modernista e igreja neogótica compõe um mosaico fragmentado de motivos e épocas. A fala pública de uma moradora – que só teve acesso 8 anos depois de morar no local, enquanto tentava tornar essas páginas mais críveis e fidedignas, bem como o etnoconceito Condomínio Comunidade –, revela justamente o caráter multissituado tempo, espacial e moral em termos de uma cartografia das identidades e afetos negativos e positivos do sentido de “comunidade”, a depender de quem fala/olha:

- 1) COMUNIDADE=FAVELA

"Eu me senti constrangida de chamar o coleguinha do meu filho para vir aqui. (...). (...) eu não me senti a vontade de pedir a mãe para vir (...), (...) da gente passar pelo constrangimento de saber se o filho pode ou não. Mas fácil deixar ele ir na casa de um coleguinha que mora aqui na Lagoa. (...). Na minha cabeça, de repente, é um preconceito meu, mas a gente sabe que isso acontece, até mesmo para proteger a gente desse "não", eu prefiro evitar do que... ((disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=rMc1glyBHW8>, acesso em 18/01/2018))."

2) COMUNIDADE=CONDOMÍNIO

"(...) é uma comunidade. (...) tem que achar que a Cruzada como uma favela melhorada. Eu não vejo a Cruzada como uma favela. (...). Ela tem vários pontos positivos (...). Eu posso comparar a Cruzada com a selva de pedras, um prédio que tem várias pessoas. Mas nós temos a vantagem que eles não têm, de viver uma vida em comunidade. Aqui você descer de manhã você encontra com seu vizinho, você dar bom dia para ele. E às vezes, você tá num prédio desses, descer no mesmo elevador e as pessoas nem se olhar (disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=rMc1glyBHW8>, acesso em 18/01/2018))."

Esta pesquisa de antropologia do espaço⁶⁹ que aqui se inicia introdutoriamente para o leitor no ponto em que termina conclusivamente para o autor, ao percorrer os “corredores” dos conflitos e consensos urbanísticos (espaço) e relacionais (tempo) no processo de (re)construção social e arquitetônico do conjunto habitacional popular Condomínio Cruzada São Sebastião (1955) – localizada no Leblon, proposto pelo bispo Dom Hélder Câmara (solidarismo cristão e movimento economia e humanismo)⁷⁰.

Apesar de ter um estigma social de local caótico, pobre e violento, também em função da cor e origem espacial dos seus moradores ancestrais, provenientes da favela da Praia do Pinto, removida por Carlos Lacerda (Batalha do Rio), a Cruzada se configura como uma organização social complexa e dinâmica. A vivência mais imersiva de seu cotidiano, permite perceber a relacionalidade, ou seja, os intercruzamentos sociais reveladores de consensos e/ou conflitos de seus habitantes no interior do condomínio e sua

⁶⁹ “O que importa é igualmente afirmar que o objeto “espaço” pode ser considerado sob um aspecto antropológico, isto é, constatar que é obrigatoriamente social, já que em qualquer configuração espacial há uma abordagem social. Falar de espacialidade própria a cada sociedade não significa encerrá-la num espaço imutável, mas reconhecer um espaço dominante que a caracteriza tanto quanto sua organização social, cultural ou econômica. Isso significa que cada indivíduo possui um sistema de referência em relação ao qual ele se situa, seja reconduzindo-o, seja deturpando-o, seja ainda modificando-o. Esses sistemas hoje são perturbados pela mobilidade das populações e informações. (...). Ela [antropologia do espaço] permite estabelecer, a partir da diversidade, princípios *invariantes* [habitar, fundar, distribuir e transformar] porque transculturais ou até trans-históricos (SEGAUD, 2016, 73)”.

⁷⁰ Destinado aos moradores da extinta favela do Morro da Praia do Pinto na Lagoa em período de urbanização/favelização crescente no Rio de Janeiro

área envoltória, que não são coincidentes ao observável em favelas cariocas. Teias e *constraints* sociais, territoriais, religiosos, políticos, econômicos e raciais, geradores de padrões gerais de sociabilidade e territorialidade, em constantes rearranjos, são presentificados por meio de práticos discursivos por parte dos mais variados atores e papéis sociais. Agentes estatais, eclesiásticos, acadêmicos, privados, associativistas, “artevistas”, políticos e químico dependentes se espriam em um espaço territorial comum. Porém, com territorialidades poéticas distintas, o que permite sugerir didaticamente um campo de disputa e alianças de práticas e ações civilizatórias, formadores de uma fronteira antropológica de mudanças sociais entrecruzadas: entre os moradores do Leblon e os da Cruzada, e os da Cruzada entre eles mesmos.

Os signos aparentes, patrimonialistas, de vida cidadã do projeto de inclusão social de ex-moradores de uma comunidade de casebres em um condomínio de prédios, não garantiram integralmente inclusão real, – tanto no sentido econômico do Leblon de luxo, – mas também imaginário, já que lar é uma realidade física (espacial) e metafísica (poética) (BACHELARD, 2008). Observação: Há, porém, uma incongruência jurídica fundiária germinal que permitiu ancoragem também dessa exclusão simbólica no âmbito mais formal. O que só resolvido em 1983 pelo então governador Leonel Brizola (“Cada família, um lote”): regularização definitiva⁷¹ da titularidade da escritura dos apartamentos “comprados” pelos moradores em prestações acessíveis – esse derradeiro item, muitas vezes, invisibilizado ao se referir ao Condomínio o que reforçou por 50 anos o estigma social de miséria carmática vitimista dos moradores. O que propiciou uma segunda fase de alterações remocionistas em relação se aqueles pobres, pretos e ex-favelados teriam direito civil de morar naquele local onde nasceu e ele desenvolveu uma ecologia habitacional (direito natural)? Quem pode morar no Leblon?

Em plena maratona eleitoral governamental estadual o candidato do PMDB, Fernando Pezão de 2014 visitou o Condomínio Cruzada com

⁷¹ A princípio ela deveria ter ocorrido com a quitação das parcelas que equivalem a 15% centro do salário mínimo, mas como o terreno era área governamental, que havia sido doada, a questão foi matéria de questionamento da sociedade civil e jornalística carioca, no sentido de, intentar uma segunda remoção dos moradores da Cruzada.

promessas de melhorias estéticas e urbanísticas de infraestrutura de acessibilidade como implantação de elevadores, pintura da fachada e reforma do entorno. Benfeitorias que seriam concretizadas no regime de Parcerias Público-Privadas (PPP), a partir de 2018, em função da bancarrota do Estado “Fluminense”, em que o Clube de Regatas Flamengo em regime de uma quase outorga onerosa poderá construir a tão aguardada multiarena (shows e jogos) na sua sede – confluência entre Lagoa, Leblon e Gávea –, desde que arcasse com os custos da empreitada social na Cruzada. Ou seja, paga-se a bem-vinda reforma estética arquitetônica do Condomínio – que permite reposicionar algumas negativas (auto)imagens dos moradores⁷² – propriamente, com uma depreciação urbanística das áreas envoltórias, densamente povoada, já comprometida em termos de mobilidade urbana em função de engarrafamentos.

Após 7 anos do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC do Ministério Público) por danos materiais da construção do Shopping, as primeiras reformas efetuadas pela SHL Participações (construtora do empreendimento comercial) foram questionadas judicialmente, no tocante, a observância de eficácia técnica das mesmas. Em 2006, o Shopping se comprometeu em fazer uma reforma estética estrutural com direito a pintura e fiação elétrica nova do Condomínio Cruzada⁷³, considerada por alguns moradores, de qualidade e gosto duvidoso. O negócio é vitorioso muito mais para o Clube do que para o Leblon/ Cruzada, haja vistas a os efeitos tóxicos latentes do impacto sócio ambiental do equipamento urbano privado. O capital simbólico da Cruzada em relação ao futebol, como já foi apresentado, não é da segunda divisão, já que,

⁷² “É curioso como, nas comunidades pobres, o nosso etnocentrismo e preconceito se manifestam mais frequentemente quando encontramos não o feio, mas o belo. A sensação é sempre de inadequação. É como se fosse uma impropriedade. (...). Parece que nos importamos menos com injustiça social do que com a desigualdade estética (VENTURA, 2002, 176-7)”.

⁷³ O colunista Ítalo Nogueira se referiu a essa reforma de 2006 como “banho de loja”, a reforma efetuada pelo Shopping Leblon “(...) no **conjunto habitacional favelizado vizinho**. [Segundo ele, a entidade] Retocou as paredes da Cruzada São Sebastião e maquiou ao menos parte da vista de paredes e telhas do conjunto. O investimento do shopping na Cruzada foi de R\$ 1,5 milhão, entre obras no prédio e cursos profissionalizantes para os moradores. (...). Para a superintendente do shopping, Mônica Orcioli, as reformas nos prédios não foram feitas em decorrência da vista. Houve investimento na parte estrutural também, como fiação elétrica. Não foi apenas pintura. Houve todo um relacionamento com a comunidade. Ela citou o fato de 23% dos trabalhadores da área administrativa do shopping serem moradores da cruzada, muitos provenientes de cursos profissionalizantes em parceria com o Senai”. (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0712200629.htm>, acesso em 03/04/2019).

historicamente, tem sido grande reduto de torcedores e jogadores de futebol, alguns com passagem pelo Fla no seu período áureo (Zico/anos 80). O que já seria valioso para imagem do clube em tempos pós-modernos de politicamente correto, pegada ambiental e compromisso social colocado como agenda obrigatório para as empresas e organizações. Isso, mesmo sem receberem competitivas mesmo sem no envolvesse ganho com o Estado em função da cessão do direito de expansão da área construída da sede do Clube.

As melhorias urbanísticas e resgates sociais que a construção da Cruzada em 1955 já representavam em face ao contexto ambiental dos moradores favelados – condições precárias e insalubres – e estrutura mental da classe política da época – remocionismo eugenista e higienista descentralista –, pelo menos, aparentemente, um ganho de qualidade de vida. Percepção urbana que é corroborada por muitos moradores de lá, atuais moradores da Cruzada como demonstra até mesmo a singela marchinha de Carnaval de Luís Antônio gravada por Heleninha:

“Obrigado, reverendo”[:] Deus lá no céu está vendo/ A nossa gratidão./ Acabou meu sofrimento,/ Você fez apartamento/ Em lugar de barracão./ E a favela diz bem alto/ Quem traz o morro para o asfalto/ Tem o nosso coração./ Ai, ai, só vendo o reverendo,/ Só vendo, quanta alegria./ Ai, ai, só vendo o reverendo,/ Só vendo, o olhar de Maria.”

Interessante pontuar que este sensível ganho de qualidade de vida, não era observado por alguns expoentes mais críticos da classe política e arquitetônica da época – talvez até porque eles não eram moradores de favela para conhecer a realidade com conhecimento de causa. Para eles a solução da Cruzada é veementemente ruim porque, para além da função do caráter compulsório da remoção e a negação do saber local (planejamento urbano participativo) como complemento ao direito à cidade (favela), como tenho apontado – bem como o choque cultural e simbólico, além da exclusão econômica por ser um bairro de elite o Leblon, o que também é apontado pela vereadora da época Sandra Cavalcanti (2000)⁷⁴. Mas também, como cita Artur

⁷⁴ "Quando vereadora, não concordei com a instalação da Cruzada São Sebastião, ali no Leblon. Considero, até hoje, que cometeram um erro gravíssimo. Lembro-me bem de que, na ocasião, chamei a atenção para vários conflitos que o projeto iria criar, principalmente para os

Rios⁷⁵ (2002), em função de atributos estéticos funcionais do projeto em si; em relação aos processos clientelistas e cordialistas devido à seleção de moradores elegíveis a morar no local e por causa do *lobby* feito por Dom Hélder junto à então presidente Juscelino para conseguir o terreno; pelo caráter “marginalizante” do projeto, e pela localização geográfica em área central.

O único ponto que Artur Rios, talvez, tenha se equivocado é dessa crítica à centralidade da Cruzada, pois projetos que apontem para mistura social (não descentralizados), em um dos pontos mais valorizados do Rio, (entre a Lagoa e Leblon), parece ser um ponto positivo. Mesmo que sua inclusão física por si não garanta a inclusão simbólica, que depende de conjunção de fatores sociais prático-discursivos favoráveis. Acrescento que o autor foi imprudente – sem risco de incorrer em crítica anacrônica da minha parte – ao produzir ou reproduzir o conceito criticável de “favela vertical” que tem se tornado banalizado na mídia após, provavelmente, após sua fala. Afinal, se trata de um especialista, desde daquela época, consensual no campo de estudo e prática do planejamento urbano, no tocante à remoções e reurbanizações de favelas, formador de opinião de jornalistas, políticos e tecnocratas.

próprios favelados. O bairro era formado por uma comunidade economicamente bem-sucedida la ser difícil entrosar a população da noite para o dia. Haveria, certamente, um choque de culturas, desejos e aspirações Como de fato ocorreu. Vejo hoje que estava certa. A Cruzada ainda é hoje um enclave. As pessoas não mudaram de vida, nem foram assimiladas. O problema é sério (CAVALCANTI, 2000, 81)".

⁷⁵ “*Quais são suas principais críticas à Cruzada São Sebastião?* Primeiro, a localização é ruim. Segundo, o critério de escolha dos moradores nunca foi suficientemente esclarecido, criando-se uma camada privilegiada em relação aos outros que não tiveram acesso. É claro que havia um tipo qualquer de apadrinhamento, coisa a que eu me opunha firmemente, assim como fui contra todo tipo de cabo eleitoral, fosse político, padre ou o que fosse. Eu tratava a todos da mesma maneira. Havia alguns padres que faziam um trabalho muito interessante em favelas; tudo bem, eu colaborava com eles, mas no momento em que se apresentavam como representantes da favela, eu dizia: "Lamento, mas existe uma diretoria da associação, e eu só me entendo com ela". No caso da Cruzada, d. Hélder não aceitava isso, era muito apaixonado pela Cruzada e se julgava seu único representante. Terceiro, a maneira como foram obtidos aqueles terrenos, de enorme valor imobiliário; dom Hélder participou de uma série de jogos políticos com o Juscelino para obter aquela área. E, finalmente, aquilo não passa de uma favela vertical. E eu sempre combati esse tipo de favela; chamava de gueto. Nos subúrbios, os antigos institutos de aposentadoria plantaram várias favelas verticais, que são focos de crime, de droga, de prostituição; e é uma desgraça, porque não há nenhuma gerência dentro desses conjuntos. A favela é outra coisa, tem outra possibilidade de realização, de participação, que o conjunto não tem. O conjunto sufoca (RIOS, 2002, 71)".

2) Mais recentemente, em meio à ressaca das Olimpíadas com as obras do metro “Linha 4” e a possibilidade de gentrificação da área, com consequente valorização dos imóveis, um otimismo ganhou o semblante de muitos moradores e vizinhos entusiastas da Cruzada. Para além de querelas sóciorraciais e econômica-territoriais no Leblon estarem próximas de um bom termo, alguns proprietários da Cruzada tem interesse particular em modificar a imagem deletéria do condomínio junto à vizinhança. Enfatizei, anteriormente, que em 2016-7 (período das reportagens supracitadas), com o esfacelamento da economia e segurança pública do Rio, muitas notícias policiais foram realizadas para conter guerra de tráfico de drogas (violência urbana), com alta frequência e alcance informacional do sentido negativo da toponímia “Cruzada” na mídia (sociedade) carioca de massa. Uma reportagem comemorativa dos 60 anos de aniversário do prédio, feita em agosto de 2016 pelo O Globo, talvez, tenha sido relativamente elegante na busca por fatos e falas positivas, que são, certamente, prevaletentes no cotidiano em relação ao correlato contrário. Como testemunha de defesa da Cruzada foi arrolada nos autos jornalísticos a delegada da 14ª Departamento de Polícia/DP (Leblon), que fica no quarteirão vizinho, que bradou ser a Cruzada não tão famigerada quanto se parece, em termos de violência, por se tratar de um lugar de pessoas de bem, em sua maioria, avessas ao tráfico de drogas. O *happing end* seria perfeito, se ela para comprovar sua teoria embasada no saber do senso comum da prática, não tivesse dito que, inclusive, o chefe da facção de lá havia sido preso por ela (disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/cruzada-faz-60-anos-com-altos-alugueis-promessa-do-governo-17617871>, acesso em 26/04/2018). Já no portal da agência de notícias *Vice* em janeiro de 2017, dentro de uma política editorial mais contemporizadora e contranarrativa, faz uso de um título sensacionalista para o bem – comparando a favela da Praia do Pinto com o Brooklyn e o Condomínio Cruzada do Leblon com Beverly Hills (disponível em https://www.vice.com/pt_br/article/788v59/do-brooklin-a-beverly-hills-a-vida-em-um-conjunto-habitacional-no-leblon, acesso em 27/014/2018). Chamo atenção para a fala de uma moradora que é eloquente em anunciar, que com os indícios de globalização/gentrificação beijando o mar do Leblon, seria o início

de uma nova era (inclusiva), em que o único perigo real da Cruzada, será o de não ter mais esse caráter de comunidade com festas e brigas características.

1 e 2) Há uma aparente dicotomia discursiva entre as falas e narrativas de alguns ex-favelados da Cruzada e os dois agentes do Estado (arquiteto e vereadora), bem como, entre as matérias jornalísticas mais comuns e essas 2 especiais destacadas, mais humanísticas. Porém, a rigor, se tomadas pelo ponto de vista do repórter aéreo (abordagem total *maussiniana* do fenômeno social), elas são complementares. No primeiro caso, a constatação sacro-positivada na cultura da cidade, do bairro e do Condomínio Cruzada pelos assistidos sobre a premência de alguma intervenção urbanística e até divina na nova morada, coexiste com certa resistência conservadora orgânico-cultural à mudança territorial e disponibilidade adaptativa – no caso, ao projeto moderno/modernista de vida/arquitetura em condomínio de 1955, a partir dos itens mencionados pelos agentes públicos acima. Já no segundo, filtradas a afetação analítica causada pelo incontestado espírito de torcida a favor, por parte de alguns moradores e visitantes entusiastas da Cruzada e contra, pelos jornalistas estigmatizante do “Cruzada=favela vertical”, é evidente ser constatável uma qualidade mais copresencial e cooperativa das relações humanas para padrões típicos observáveis em prédios do Leblon. Percebe-se a formação no prédio modernista da Cruzada na contemporaneidade de uma localidade pluralista (multissituada) do tipo “condomínio-comunidade”, o que implica e é implicado por uma temporalidade híbrida do tipo “modernidade/pós-modernidade”.

O *habitus* social deslocado do ex-morador de favela em apartamento de condomínio pode ser observado subtextualmente na manutenção de práticas coletivas nostálgicas que autoafirmam a favela, doravante internalizada/imaginária, e autoestigmatizam a Cruzada externalizada/concreta – enquanto ela existiu até 1968, quando foi incendiada era comum os moradores da Cruzada ainda manter laço de visita a antiga favela. A favela imaginária vivificada na Cruzada através das relações de amizade pregressas e de lembranças presentes, ancoradas na corporalidade e sociabilidade estruturada pela sua morfologia arquitetônica, ganha após 1968 um acento de

“lugar de memória” (NORA, 1993). Sem querer forçar o conceito, estamos considerando aqui os corpos como cidades e prédio Cruzada enquanto sujeito coletivo, mesmo que, historicamente, essa simbologia íntima com a favela tem mais valor sentimental para a geração dos ex-moradores da Favela Praia e, quiçá, primeira geração nascida e/ou crescida na Cruzada.

Até mesmo, independentes de terem sido acolhidos por uma política de boa vizinhança que nunca ocorreu para além do plano formal do direito à moradia,⁷⁶ – no tocante à casa física, diferente de lar, que é metafísico –, se reconhece aqui que há motivos para supor que milimétricas mudanças de local e tipologia de *habitat*(ação), podem desequilibrar o sentimento de “entre-si” (pertencimento de lugar) por alterar o entorno imediato dos seres (BOURDIN, 2001). Ou seja, os seus ecossistemas habitacionais que conservam seus inconscientes e memórias coletivas – já que parece haver uma tendência conservadora da habitação (SEGAUD, 2016), já que a matéria inerte tende a conservar as memórias coletivas no espaço (HALBAWACHS, 2004).

Nem todas as tomadas de consciência se dão por meio de pedagogias práticas, racionais e convencionais – como a alardeada, provavelmente, pela assistência social na época da remoção da favela da Praia do Pinto para persuadir a mudar os habitats e os hábitos sociais dos moradores. Mas, quase sempre, pela combinação de regras sociais e métodos pragmáticos com inteligências inconscientes, intuitivas ou autômatas (MALDONATO, 2017). O nostálgico velado expresso no texto e no subtexto dos comportamentos espaciais associáveis à vida em favela, que reifica como autorreferência o significado do estigma externo negativo, no entanto, é contrabalanceado pela utopia de igualdade expressa no caráter autoafirmativo e entusiasta da vida em

⁷⁶ “Sempre diziam que a Cruzada ia sair, que ia virar um hospital. Que a gente ia morar em Santa Cruz. (...) Só em lugar longe. nunca disseram que a gente ia morar em Copacabana. Só em morar em lugares péssimos, onde as pessoas não gostaria de ir, [mas] que hoje esses lugares são até bom. Mas quem povoa primeiro geralmente é pobre em lugares dispersos para depois a classe média vir e começar a construir seus prédios. Mas primeiro quem vai pro ruim é os pobres. Então a gente escutava muito sobre isso que com a saída do Dom Hélder, nós ficamos com medo mesmo. Sendo toda hora massacrada pelo ser humano da classe média, os grandes, os capitalistas burgueses nos pressionado, como se nós fossemos bichos que não teríamos direito à moradia decente. Tinha que ser sempre num lugar ruim! (depoimento disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=rMc1glyBHW8>, acesso em 03/04/2019)”.

condomínio pelos moradores mais adaptados à Cruzada, sobretudo, os nascidos ali. No entanto, acredito que mesmo para esses, por mais que militem por uma racionalização da vida e modificação da imagem da Cruzada para que ela seja considerada mais um prédio no Leblon e não um enclave problemático, não há a intenção de se desprender por completo dos aspectos positivos da vida em comunidade, que nos demais condomínios do Leblon é mais raro de perceber como na Cruzada. O que reforça o sentido de identidade local multissituado entre condomínio (planejamento) e comunidade (comunitarismo)⁷⁷. Veja a seguinte crítica de morador ativista:

"(...) se tem alguém que acha que a Cruzada é uma favela. É que ela não conhece a Cruzada. Conhece pessoas que tem a favela dentro de si. (...) Pessoas que guardam coisas velhas, pessoas que jogam lixo pela janela. Isso é do indivíduo. Não é da Cruzada (disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=rMc1glyBHW8>, acesso em 18/01/2018)."

A fala do líder comunitário Joel prega a mesma lógica da favela psicológica internalizada que tenho apresentado aqui, no que aponta para disputas prático-discursivas internas de comportamentos e éticas socioespaciais antagônicas, ora mais corroborando a representação social de favela, ora a de condomínio – a depender do perfil cultural e pragmático do morador criticado ou morador criticista. É evidente que esse líder local crítico tem sua análise embevecida pelo ponto de vista entusiasta do militante utópico que quer transformar a imagem negativa do local com sua prática social propositiva. Por isso ele acaba priorizando a defesa radical enquanto representação da realidade minimalista (Condomínio Cruzada é condomínio), de uma Cruzada condominial enquanto sujeito coletivo virtuoso – mesmo que para isso faça uso do sentido subliminar de “comunidade”. Esse movimento discursivo é feito em detrimento de uma Cruzada intimamente “favelizada”, para ele, defendida por uma pequena parte de sujeitos individuais desvirtuados, que Joel parece desautorizar de poderem representar metonimicamente o todo,

⁷⁷ A possibilidade de uma abordagem ponderada de mostrar os pontos convergentes e divergentes entre a Cruzada real e imaginária fez mais sentido para mim após ouvir os documentários sobre o local no *youtube*. No que complementa minha narrativa e a esquivo de se ancorar somente em minha experiência de ex-morador participativo.

mesmo que eles ali coabitem também. Sua perspicácia pedagógica se torna, assim, uma assertiva política de defesa coletiva e institucional de uma perspectiva específica de lugar civilizado. Mesmo que todos os moradores apontassem para essa apropriação menos saudosista da favela, o fato é que a overmimetização da cultura “estabelecida” não costuma ser passaporte para acesso pela porta da frente ao seu mundo, como já mostrara Elias e Scotson (2000).

A tendência à resistência cultural à atitude blasé nervosa de sociabilidade urbana (SIMMEL, 1967) da vida relativamente individualista observada em muitos condomínios no Leblon por parte dos moradores do Conjunto Cruzada parece suscitar uma nostalgia coletiva da ação solidária de sociabilidade da vida “comunitária” – mesmo que isso esteja longe de significar jogar lixo no lixo e não colocar som alto na porta de casa, por falta de educação social e ambiental, assim como o cumprimento desses preceitos não tornam moradores de prédio participes ativo de uma “comunidade”. A atuação desse vetor duplo (solidão & solidariedade) parece conformar um hibridismo pós-moderno: vida solidarista de favela sincronizado com uma arquitetura modernista de prédio, um comportamento espacial (componente humano em simbiose dinâmica com o ambiente construído) de “condomínio-comunidade”: dois tipos de construções, uma social, e a outra edilícia⁷⁸.

Questionamentos práticos e éticos em políticas públicas socio-habitacionais e direitos humanos (direito à diferença e à cidade) podem ser suscitados dessa exposição preliminar. Quando estritamente necessário, as técnicas de adequação territoriais de favela para novos ambientes construídos podem ser cotejadas com questões de competência habitacional e memória social dos grupos a partir da cartografia e da geografia afetiva capazes de mapear as preexistências do ambiente vivido dos moradores metafisicamente atreladas com seu ecossistema habitacional? Sobre isso, cabe considerar que o espaço visto pelo olhar antropológico pode se tornar também um território

⁷⁸ Sem relativizar a protominimalista lei da imponderabilidade (termodinâmica), apenas defendendo o caráter figurativo dos volumes, que em seus vazios e silêncios revelam uma forma de olhar.

fortemente antropomorfizado pela dimensão moral, como já apontava Park (1967), também em relação aos guetos americanos, ou “zona moral”, em que:

Figura 7 e 8 – Contraste da fachada de um dos blocos da Cruzada usada para campanha política do atual prefeito Crivella com a do Shopping, adornada com motivos natalinos.



Fonte: Artetutura e Humanismo

(...) o espaço e estrutura estão incorporados ao indivíduo de tal maneira que, uma vez deslocado e modificada sua relação com o meio ambiente cotidiano [*unwelt*], ele se sente desorientado. Começam então a mudança e a aculturação. Mas, além do seu aspecto anedótico, esses exemplos mostram a dimensão espacial de organizações sociais e indicam esse duplo aspecto, físico e mental (ideológico), do espaço. Mostram também que existe um espaço concreto, descrito como tal, e do outro lado, a história do indivíduo, que se inscreve num dado espaço. Isso permite entender também o **aspecto conservador da habitação**, ao mesmo tempo o lugar mais íntimo e mais livre da família: espaço do enraizamento, da reprodução e da conservação dos modelos e valores. (SEGAUD, 2016, 76).

No Meio do Caminho Tinha um Shopping: Privado do Público Terceirizado

Um Shopping na “overmodernidade”⁷⁹ por pausterizar espaços distintos, em descontexto com o “cor-local(-social)”⁸⁰ pré-existente das localidades,

⁷⁹ Augé (2012) pretere o termo pós-modernidade à “super(over)(sobre)modernidade”, por considerar, a partir de uma perspectiva *braudeliana* de longa duração e *bergsoniana* de duração, haver menos ruptura entre o dito “pós-moderno” e “moderno”, do que continuidade e

costuma ser classificado como “não-lugar” por Augé (2008), mesma categoria de leitura sócio espacial que também integra, paradoxalmente, aeroportos, supermercados, hotéis. Espaço espetáculo, mercantilizados, de recreação, esteticamente alienados de usos criativos e políticos mais radicais e espontâneos, onde os desejos são moldados por um tipo de consumo experiencial, ostentatório e pseudocultural combinando diversidade de lugares com uniformização de gostos (SEGAUD, 2016). É quando praças históricas com sentido único de lugar e pertença coletiva, deixam de ser frequentadas em “não-lugar” das sempre populosas (e gordurosas) praças de alimentação. Replicados em série ao melhor estilo *leitiv motiv*, os Shoppings é forma arquitetural mais representativa da macroeconomia de tipo global monopolista, em que multinacionais transportam de navio pelo mapa *mundi* em *containers* pedaços de peças para compor no final “Frank Stein” do mundo da moda, publicidade, design e arquitetura. As características físico-temporais pós modernistas/globalizantes de um Shopping fazem dialogia do tipo estruturante-estruturado (BOURDIEU, 2005), em que a ordem espacial e econômica em questão se comutam em perfeita harmonia, isso se mantido em condições anormais de temperatura e pressão, ou seja, partir de qualidades extraurbanas e deshisto(territo)rializantes (SARLO, 2009).

Quando uma das dessas maravilhas do mundo pós-moderno aporta ao lado da Cruzada, prédio social de partido arquitetônico modernista (funcionalista/Internacionalista), construído em um contexto histórico político social do Estado Keynesiano e Igreja Solidarista (econômica-humanista), já

aprofundamento, como por exemplo, a aceleração do tempo (modernidade 2.0?). Autores, como Lipovsky e Serroy (2015) parecem ter hiperbolizado ainda mais o conceito de modernidade, a partir da ênfase na questão do consumo conspícuo (“transéstico”) e capitalismo imaterial, com seu conceito de “hipermodernidade”.

⁸⁰ Acrescentar o adjetivo “social” é um pleonasma didático, haja vista que o conceito de “cor-local” significa, em uma apropriação heurística –, como o do método de Freire (2008) de alfabetização de adultos –, a ambiência social do lugar (*background*), o que se coaduna com essa a perspectiva Ambiente e Comportamento (Arquitetura Sociológica ou Antropologia do Espaço) que correlaciona o caráter local (ambiente construído) com o social (vivido). Consequentemente, a intenção aqui é também, destarte, destacar essa escala do microterritório já que não estamos fazendo alusão ao sentido/escala original nacionalista do conceito de “cor-local”: “A hipótese de que a identidade nacional repousa na literatura remonta ao Romantismo, que formulou a noção de cor local. O termo, resultante das aproximações entre literatura e pintura, adequou-se às literaturas de língua portuguesa (...) (ZILBERMAN, 2014, 20)”. Mas, mesmo neste contexto, o termo pode ser entendido como “(...) sinônimo de manifestação de identidade e singularidade (ibid., 19)”.

seria de se esperar contrastes arquitetônicos e sociais profundos para o cotidiano e percepção urbana do lugar. O Leblon, que já era em si, um local vitrinístico e “gourmetizado”, com lojas/restaurantes de ruas/galerias caras e badaladas, exclusivo para uma rara casta de artistas e empresários passa, a partir de 2006, a contar com um verdadeiro zoológico de totens das grifes de todas as passarelas famosas. Destarte, se agudizam, catapultados pelo contraste visual arquitetônico entre os dois sítios vicinais, o estigma sociorracial dos seus moradores. O mesmo ocorre em relação à perspectiva histórica econômica, por sua vez, em relação ao nível transnacionalidade comercial, subscrita a multinacional que engloba o Shopping Leblon.

A nova conjuntura contextual macroeconômica autentica também no local uma nova contratualização social (SANTOS, 2006) por meio de projetos civilizatórios de inclusão, monopólio responsivo atribuído outrora, mais intensamente, aos entes públicos, mormente, pela herança ideológica do que ficou conhecido no século XX como “Estado de Bem-Estar Social⁸¹” (social democrata) – no caso da pesquisa, sugiro também a denominação “Igreja de Bem Comum Local” (cristã solidarista). Atualmente, em geral, tem se tornado cada vez mais recorrente no Brasil, atuações de funções e serviços básicos realizados pelo terceiro setor: organizações não governamentais ⁸², associações voluntárias ⁸³ (Associação de Moradores), Parcerias Públicas-Privadas (PPP), cooperações internacionais e ações de marketing social

⁸¹ Cabe a ressalva do caráter periférico do Estado de Bem-Estar Social no Brasil, que ocorreu com sérias restrições de orçamento e desvios de função corruptas – em relação aos benefícios sociais foram pervertidos pela classe média, como no caso da habitação social (Banco Nacional de Habitação/BNH e Companhia de Habitação/CoHab): muitos prédios no Brasil foram construídos com dinheiro do fundo para moradia popular que deveria, em tese, priorizar os mais pobres.

⁸² “A diferença dos sindicatos, das associações de moradores, ou mesmo dos movimentos sociais, as ONGs não podem falar ou agir em nome de terceiros. Fazem-no somente em nome próprio. Em consequências, não dependem do complexo jogo político implicado nos sistemas representativos para legitimar suas decisões. Mais, ainda, sendo particulares, as ONGs podem, em princípio, multiplicar-se indefinidamente, em função de demandas e das iniciativas (FERNANDES, 1994, 68-7)”.

⁸³ “Com efeito, as associações projetam a variedade individualizante para o plano das formas coletivas e reforçam aí o valor das opções individuais. Enfatizam a dimensão voluntária, fruto de decisões estritamente individuais. Implicam, portanto um pertencimento igualmente responsável por estar ali, (...) (FERNANDES, 1994, 91)”.

(filantropia corporativa)⁸⁴. No que diz respeito a esse último, amiúde, como no caso do Shopping Leblon, esses “nobres” gestos são apenas amostras grátis de adequação do mercado global, cujos ativos dependem de sua consonância com a consolidação de uma cultura política e ambientalmente correta (utópica) de democratização cidadã e ecológica no Brasil (FERNANDES, 1994). É sabido, no entanto, que essa adequação retórica a esta utópica cultura, a partir da ânsia imagética em ser política e ambientalmente correto, não modificam o eixo central da espoliação capitalista, haja vista, ser também essa uma fonte de nova lucro: “A mediação se torna um mercado no qual atores [com interesses individuais, setoriais e locais] emergem, entram em mútua concorrência, desaparecem (pensemos, por exemplo nas coordenações da esfera sindical) (BOURDIN, 2001, 54),”

O fechamento de venda da coisa/interesse público mediante transferências e cessão de funções sociais – e, quiça, de patrimônios históricos (turísticos) – do Estado para iniciativa privada é mais capcioso e contraditório no caso de um Shopping de luxo. Mormente, porque, enquanto espaço semipúblico (propriedade privada de uso público), efetua uma exclusão estrutural intransponível entre os que podem pagar e os que só podem ver, exclusão econômica que é em si também uma forma de apartheid branco – que coloca no plano analítico de diferenças imediatas individuais, explicações que são de ordem históricas e coletivas. Ou seja, como acreditar que uma entidade que sobrevive do valor agregado por produtos exclusivos a uma casta que o financia e que ela representa, pode ter interesse efetivos na desconfiguração estrutural de seus privilégios? Ademais, o Shopping constitui como seu maior atrativo, a capacidade de gestão total e totalitária, com recursos de ficção científica muito maior do que as formas de controle social e ordenamento urbano das grandes cidades brasileiras, cujas variáveis tem índices praticamente incontroláveis. Nele, as ideias higienistas e eugenistas, que na cidade são renegadas pelo caráter mutante e diverso das cocriações, que é

⁸⁴ “(...) constatamos a perda de eficácia, de dinamismo e legitimidade de uma forma de mediação, típica das sociedades industriais e do Estado-providência, mediação esta exercida pelas grandes organizações setoriais, sindicatos patronais ou de assalariados, aparelhos (hierarquia) das igrejas, mas igualmente grandes organizações de lazeres ou representando categoriais particulares (BOURDIN, 2001, 54)”.

mesmo a cidade desigual e suas causalidades aleatórias e imprevisíveis, se tornam uma microcidade suspensa, alheia as áreas envoltórias, cujo filtro invisível retém, em graus variados, a depender da disposição e marcas das lojas⁸⁵, os pobres e negros. O caso do Shopping Leblon é o mais radical que se tem notícia em relação aos impactos de vizinhança, a começar pelo fato que a topografia natural (mineral), uma gigantesca pedra conhecida como “Pedra do Bahiano”, que até já foi ilha no passado longínquo. A indesejada pedra que por coincidência ou não, tinha nome dos regionais brasileiros, cujo apelido (“bahiano”) em grandes cidades fora da Bahia/Nordeste, está associado também ao tom de pele, que na Bahia é, predominantemente negra, teve que ser detonada para sua construção⁸⁶. Parafraseando Drummond, que no caso da Cruzada, o Shopping é que se tornou a irreduzível pedra no meio do caminho que como avalanche gélida ameaça congelar seus corpos de lutar pelo direito à cidade e memória com todas as suas pedras e negros no caminho.

Outrossim, se percebe que as ações de marketing e inclusão social do Shopping Leblon que, assim como as do Estado em geral, não apontam para cidadania plena. Tendem a funcionar como novos mecanismos subliminares de espoliação, doravante, de um capitalismo flexível, falsamente personalizado e humanizado⁸⁷, que, por vezes, beiram a mesma informalidade de direitos e gestos dos tão perseguidos sinfônicos vendedores de praia⁸⁸ pela fiscalização

⁸⁵ No caso do Shopping Leblon a situação é ainda mais patente, pois que há somente uma loja de departamentos (Renner) e *fast food* (Bob’s). Este último, menos popular do que Mac Donald’s, o que poderia justificar a presença dos moradores da Cruzada como clientes consumados. Segundo uma informante vendedora, moradora da Zona Oeste que tinha uma tia moradora da Cruzada, por coincidência, a prática seria uma estratégia velada de seleção artificial de clientes.

⁸⁶ Essa passagem reforça o poder metonímico de síntese da história urbana de políticas públicas de ordenamento urbanístico autoritárias no Rio de Janeiro a partir do caso da Cruzada, haja vista, que este episódio da pedra nos faz lembrar o desmonte do Castelo em 1922. Essa reforma urbana também incluiu a reconfiguração da paisagem natural da cidade, no caso, o histórico Morro, lugar de origem da primeira fundação da cidade (século XVI).

⁸⁷ No que demonstra a capacidade elástica e mutante desse modelo econômico se retroalimentar da própria crítica de reificação social feita a ele - com o detalhe de suscitar uma auto “mais valia” propalada como comodidade de trabalho e estudo em casa (*home office*; estudo à distância).

⁸⁸ Prefeito Paez tentou aplicar o modelo de “tolerância zero” (“Choque de Ordem”) com vendedores de mate na praia em 2010, mas acabou sendo obrigado a segurar o galão e posar para fotos, tamanha o poder biopolítico do produto e atividade no imaginário sociocultural da praia carioca. Teria esta, sabor de mate com limão salgado com biscoito globo? A julgar pelo

policial. De fato, projetos de Marketing Social do Shopping Leblon (MERCADO) em parceria com a IGREJA Santos Anjos na Escola Municipal Santos Anjos (ESTADO), ao lado do Centro Pastoral, parte integrante do projeto original da Cruzada, em área contígua ao Condomínio Cruzada, tiveram somente uma simbólica contrapartida social referente aos danos visuais⁸⁹ e morais⁹⁰ causados pelo acirramento do processo de estigmatização externa/autoestigmatização e exclusão espacial/segregação simbólica no local. Essa santíssima Trindade que atua na Cruzada parece estar mais orientada a um tipo de filantropia paternalista que no fundo mascara de serviço social, formas perversas de controle político, econômico e religioso. Não seria mais plausível se pensar sem querer soar maquiavélico teórico da conspiração, que elas apenas preparam o terreno para uma gentrificação completa, em que a Cruzada se tornaria apenas mais uma pedra a ser dinamitada para a expansão do Shopping, já que o mesmo não poderá crescer verticalmente? Ou até mesmo, para uma reformulação do *status* do prédio pelo mercado imobiliário, no que mostraria sua fina sintonia com o grande catapultador de dividendos para o valor do metro quadrado no bairro?

O que se depreende do cotidiano da Cruzada, é que mesmo que até queiram flertar com a pós-modernidade do consumo conspícuo pela porta da frente, são simbolicamente removidos pela porta dos fundos. Os vendedores – em sua maioria da classe média –, mas, mormente, os seguranças do Shopping – de classes baixas de bairros remotos –, conseguem identificar os moradores adultos e crianças, em sua maioria, negros, da Cruzada, em função da pregnância da cor branca dos frequentadores do local. E sobre o fantasma deles, conforme mencionou uma lojista sensível à situação de exclusão

fato de ter os vendedores desses ambos produtos terem se tornados patrimônio imaterial da cidade, juntamente, com o *frescoball*, sim.

⁸⁹ Para se ter uma ideia de quão importante pode ser um estudo de impacto de vizinhança não somente em relação aos usos, mas também à estética e estrutura do ambiente construído, cabe mencionar que o Teatro Oficina briga há mais de 20 anos com o Grupo Sívio Santos para que o projeto de um empreendimento imobiliário em frente ao prédio do teatro construído por Lina Bo Bardi não perca a devassabilidade do terreno em comprometa a qualidade arquitetônica do reticuloso vitral que emoldura as paredes e tetos do local.

⁹⁰ A construção do Shopping implicou em danos ecológicos aos moradores pois que a necessidade de triturar uma literal e gigante pedra (“Pedra do Bahiano”) no meio do caminho do capital imobiliário, afetou a qualidade do ar do local pelos excessos de partículas em suspensão.

etnocêntrica dos moradores da Cruzada no Shopping se monta uma cenografia ostensiva perversa de ação tática preventiva e tácita preconceituosa que seria telepática, se não fosse os *walk talkies* a tira colo, que como um controle remoto conduzem invisivelmente esses clientes a se convidar para ficar do lado de fora do palácio das espumas e perfumarias. De forma que mesmo que não sejam, de fato, ameaças a ordem pública e propriedade privada – como nos casos de assaltos, rolezinhos⁹¹ e vandalismos –, são tomados como indesejáveis sociais pelo conjunto da obra individuais e coletivas que são suas extensões e durações físicas e metafísicas. Essas não colocam em risco o *status quo*, mas, sim:

(...) a ilusão de uma sobrevivência aumentada e também da valorização da própria vida, destacando-se a sedução como alargamento das possibilidades do ser humano (...) [em que] (...) as contradições implícitas da sociedade (...) não passam de uma apresentação da abundância de generalidades e oposições espetaculares, em que a miséria é escamoteada. (SZPACENKOPF, 2005, 167).

A modulação e manipulação de uma ameaça imanente na atmosfera espacial do Shopping a partir da inserção de vizinhos indesejados impetrada pelo olhar espetacular das câmeras e caras da vigilância patrimonial são uns dos mecanismos do controle societal que legitima mais necessidade de vigilância disciplinar preventiva de possíveis suspeitos. Através de olhares aversivos à sua presença corporal, estética, gestual e linguística enquanto marca semiótica de uma condição moral e procedência espacial não compatível com o padrão ideológico estabelecido dos estabelecidos. A cor da pele, a etiqueta da roupa, a pantomímica das mãos e as gírias na boca revelam que o pobre está sempre nú quando fora da sua “perifa” e “quebrada”. A

⁹¹ O fenômeno do “rolezinho” que assombra São Paulo desde 2013 parece ser uma política de enfrentamento dos adolescentes, normalmente, de classes mais baixas, que utiliza das redes como plataforma de sincronização de “agendas” pessoais e públicas, contra a postura antissocial institucionalizada em muitos Shopping, mormente, os de luxo, que tenta criar ambientes idílicos, verdadeiros oásis do primeiro mundo, mas que no fundo, são miragens de uma estufa eugenista surreal. Esta tendência aponta para uma criminalização preventiva do direito de ir e vir e liberdade de expressão da periferia em espaços de acesso público como o Shopping.

repulsão natural a essa nudez da cultura das classes “mais sofisticadas” se deve a uma tendência geográfica de sensibilização humana e engajamento filantrópico (discursivo e/ou prático) maior do ser humano em sua pulsão de espetáculo com sofrimentos distantes do seu espectro cotidiano (BOLTANSKI, 1993): “A presença em cena de um miserável ou do sofredor deve ser mantida a uma certa distância, para que as pessoas felizes não se sintam ameaçadas em seu bem-estar (SZPACENKOPF, 2005, 227)”.

Amoralidade da história: os funcionários das áreas semipúblicas do Shopping e suas lojas, mesmo dos cargos de menor propulsão econômica e *status* social como limpeza e segurança parecem ser preferencialmente de áreas alhures – apesar de ser recorrente e, amiúde, já quase “institucionalizados”, os atrasos de trabalhadores de áreas da Baixada, Niterói/São Gonçalo e Zona Oeste, em função dos noticiários de engarrafamentos da Brasil, Ponte Rio Niterói e Avenidas das Américas. O que comprova e reitera o estigma social deletério de marginalidade vivido pelo prédio e seus moradores no Shopping, já que a economia resultante de não pagamento de encargos (vale transporte), não é item a ser “desprezado” nas planilhas de custos fixos mensais dessas empresas citadas.

O fato de ter alardeado em 2006 – ano de inauguração do Shopping – que alguns moradores da Cruzada do quadro de funcionários estavam alocados em funções internas (sem contato com os clientes) da administradora do empreendimento provindos do curso oferecido pela empresa em parceria com o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), aponta menos para uma política de tolerância sociorracial e estético-espacial do que política de boa vizinhança para evitar ações judiciais e publicidade negativa em função das mesmas. É possível que essa proporção de funcionários internos do Shopping tem sido minorada ao longo do tempo, pois que a percepção que se tinha, pelo menos, sob a égide do espectro social da Associação em 2009-10 era de que o Shopping queria uma profissional distância social desses que estavam tão próximos fisicamente. Mesmo que tenha ocorrido e ainda ocorra⁹²,

⁹² Em 2014, quando as ações iniciadas para tentar embargar, fiscalizar, reparar e punir a obra do Shopping resultava em multa indenizatória pelo não cumprimento das obras de melhoria

como deve haver estoquistas da Cruzada em alguma loja ou outra, esse tipo de inclusão invisibilizadora não modifica a estrutura mental-cultural estrutural que configura socialmente a exclusão física deles do espaço coletivo do Shopping, seja como funcionários “visíveis” (vendedores, por exemplo) ou frequentadores empoderados (compradores).

A inércia do escravismo no Brasil resulta em organização social e hierarquização espacial, amiúde, eugenistas e higienistas para com esses visitantes semi-excluídos do capitalismo consumista, também volitivos de experimentar patinação de olhar pelos escorregadios corredores de Shopping, insuflados pelo universo de valores eternos e totêmicos da alma da propaganda – o que tem sido ampliado pela popularização de *smartphones* em todas as camadas sociais, que permite um maior acesso ao consumo e informação, sem necessidade de intermediários físicos. Sem os pré-requisitos de etiqueta, moda e conta bancária para tornar desejos fetichizados e necessidades programadas, realidade, de preferência por meios de capital fictícios das higienistas maquinhas de crédito, o Shopping além de aguçar o estigma e invisibilidade edílica e social em relação à Cruzada e seus moradores, respectivamente, atua como selecionador social (racial) e segregador espacial. Com uma espécie de estratégia behaviorista de reforço negativo, a porta da rua é que traria sensação de segurança para eventuais “penetras” alvejáveis por não serem o verdadeiro público alvo do mesmo, mesmo em dias de calor extremo em que tudo que se quer é tomar uma casquinha no ar condicionado. Estariam os apartamentos sociais da Cruzada a constituir um paranoico panóptico de instituição semitotal por meio, do que

e reparação acordadas pelo TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), o que obrigava a empresa a solicitar a rescisão com os embargos infringentes, uma nova rodada de benesses foram publicizadas. Dessa vez, sem o devido lastro jornalístico, haja vista que, pelo menos, a versão *web* da matéria do O Globo não corrobora o que sua chamada “anuncia”: “Shopping Leblon investe em projetos sociais em comunidades próximas. Centro comercial vai priorizar a mão de obra disponível na Cruzada de São Sebastião” (disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/shopping-leblon-investe-em-projetos-sociais-em-comunidades-proximas-13344324>, acesso em 12/04/2019). Será esse desleixo mais um caso de explicitação de propaganda enganosa em *merchandise tie in*, tipo de propaganda disfarçada de notícia, que no jargão publicitário, por coincidência, é chamado de “Igreja e Estado” (linha editorial e publicidade)?

chamo para fins etnotóricos desta pesquisa, de “apartamentheidização moral”⁹³?

Condomínio Condomínio X Condomínio Comunidade

Comutações na Cruzada e seu quarteirão milionário entre comportamentos espaciais e durações temporais multissituados, no tocante a morfologia espacial e representação social (Comunidade, Local e Global, Moderno e Pós-Moderno), apontam, destarte, para o potencial resiliente e criativo das populações marginalizadas nos diferentes territórios toponímicos do Rio de Janeiro e suas múltiplas potências biopolíticas. A existência coletiva e autorreferente de alguns tipos de padrões sociais de “morar carioca” tende a gerar “ultra-bairrismo” (sentido identitário de pertença espacial exacerbado em determinadas localidades) – a começar pelo Bairro da Tijuca, famoso por ter além de uma cerveja com seu nome, um padrão de sociabilidade próprio (“Tijuca profunda”, cunhado por Aldir Blanc) e ter adjetivo de bairro para seus moradores, “tjucano”⁹⁴. Essa centralidade cultural resvalaria, no entanto, em função da amplitude midiática, histórica e política da cultura carioca, em toda as cidades brasileiras. Por isso, torcedores deslocados espacialmente de times de futebol e escolas carnavalescas do Rio revelariam uma adesão geoafetiva

⁹³ Difere do conceito clássico de apartheid social, pois que não são apartados do espaço comum (Leblon), oficialmente, mas sim, moralmente (sociorracial e simbólico-religioso), através de um processo de manipulação discursiva que faz uso de projetos de habitação popular por meio relocação de favelas com suas intensas redes de relações sociais para apartamentos sociais como pedagogia disciplinar positivista para enquadrar as memórias e dinâmicas socioculturais de populações periféricas autônomas em espaços “heterotópicos” (FOCAULT, 2013) como são as favelas: “Pois bem, sonho com uma ciência – digo mesmo uma ciência – que teria por objeto esses espaços diferentes, esses outros lugares, essas contestações míticas e reais do espaço em que vivemos. Essa ciência estudaria não as utopias, pois é preciso reservar esse nome para o que verdadeiramente não tem lugar algum, mas as heterotopias, espaços absolutamente outros; e, forçosamente, a ciência em questão se chamaria, se chamará, já se chama “heterotopologia” (ibid., 2013, 21-2)”.

⁹⁴ Haverá, então, um morar tjucano no sentido empregado por Pétonnet em relação a uma favela marroquina (1972) e por Raymond/Haumont (2001), em que habitar só pode ser entendido pela chave dos *hábitos*, pois, afinal, de tanto frequentar cotidianamente um mesmo espaço, nos tornamos *habitué*? Interessante pontuar que a coincidência ou perversão da política pública municipal de habitação social receber o nome de “morar carioca”, tendo em vista que a logística da distribuição de endereços desse tipo de política opera, justamente, na negativa do que o conceito propõe. Ou seja, por meio de “descentramento poético-espacial” (“descentramento” de Áuge e “poética do espaço” de Bachelard) dos ecossistemas habitacionais de origem dos moradores para as bordas periurbanas.

em territorialidades imaginárias criadas por jogadores e compositores copresentes no cotidiano da cidade, que defendem e cantam suas “quebradas”, como se fosse o melhor lugar do mundo, mesmo que nunca tenham saído do Rio⁹⁵.

Em tempos de arrefecimento do sentido de pertencimento local, até mesmo por meio da filantropia corporativa neocontratualista (marketing social e terceiro setor), se percebe, concomitantemente, enquanto práticas sociais e identitárias, a premência de “remédios caseiros”. No caso do Condomínio Cruzada, isso se dá a partir de zona de produção de autonomias e lealdades locais: associações de moradores, organizações não governamentais locais e coletivos de artes engajados. Novos e velhos antídotos políticos simbólicos e socioculturais de enfrentamento político social contra a vassalagem proposta pela globalização neoliberal, passíveis de minorar os impactos, por vezes, negativos das renovações urbanas e inovações tecnológicas nos vínculos e identidades de pessoas e de vizinhanças.

Há, no entanto, sempre o risco latente de lideranças orgânicas traírem esta cartilha gramscianiana de transformação social e de utilizar dos mecanismos de inclusão social e insurgência local de forma coronelística também, a exemplo do que pode ser visto em relação às vilosidades operacionais e estamentais dos comandos criminosos que brigam por territórios comerciais informais de droga no Vidigal e Cruzada São Sebastião. Nas palavras do sermão “Invocação de Mariama” de Dom Hélder Câmara no disco musical de “Missa dos Quilombos” (1982) de Milton Nascimento, Pedro Casaldáliga e Pedro Tierra: “Nada de escravo de hoje ser senhor de escravos amanhã. Basta de escravos! Um mundo sem senhores e sem escravos. Um mundo de irmãos. De irmãos não só de nome e de mentira”.

Ações e discursos políticos radicalizantes, no sentido de combater uma indeterminação social outorgada pelo outro de classe e raça, não é necessariamente organizada e pode estar em sintonia com constrangimentos

⁹⁵ Essa definição do típico carioca é apropriada de um anúncio de um café da Rodoviária Novo Rio no seu forro de mesa de papel.

de aspectos conflitantes e consorciados. A não participação nas reuniões e não pagamentos de taxas condominiais na Cruzada. Em complemento ou alternativa ao proposto pelo sociólogo urbano Ribeiro (2009), morador do Leblon – que pesquisou o tema da violência simbólica e distância social na Cruzada, com a equipe do Observatório das Metrôpoles (IPPUR)⁹⁶ –, não seria exclusivamente uma adesão voluntária a onda individualista da vida líquido pós-moderna, o sentido ideológico do não pagamento e baixo quórum de taxas condominiais e reuniões, respectivamente. O que permitiria supor uma relativa adequação territorial à vida em condomínio e interação social no Leblon após internalização do *habitus* sociais do “morar lebloense”, mesmo que não regado à chopp no Jobi e pizza no Guanabara – esses seriam os hábitos sociais dos quais estariam privadas pelo valor bem acentuado do chope agulado e pizza fina oferecida por essas casas, respectivamente. Essa expressão de aparente individualismo quanto à não participação da institucionalidade do Condômino, muito comum em edifícios do Leblon também, seria, ao meu ver, entendida mais como um efeito colateral da remoção espacial e poética da favela da infância dos moradores e seus ancestrais efetuado pelo impositivismo do planejamento urbano estatal e eclesiástico.

O propalado comportamento individualista interno (“intrasociorracial”) em relação a vida condomínio⁹⁷, a princípio afirmativo e cosmopolita, pode ser lido como uma forma de resgate sócio mnemônico e biopolítico da vida em comunidade. Espécie de comunitarismo imaginário de sujeitos coletivos da ação em processo de desobediência civil ao autoritarismo residual e

⁹⁶ Segundo o relato do mesmo na disciplina “Sociedade e Território” no Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PGPUR) do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a motivação para sua investigação sociológica sobre proximidade aparente entre Cruzada e o Leblon, se deu a partir da descoberta que seu prédio na Rua Humberto de Campos tinha uma taxa do condomínio oficializada para pagamento de uma espécie de guarda patrimonial (milícia). A mesma teria justificativa, em função de suposta necessidade de vigilância ostensiva da rua em proteção ao suposto inimigo público do Leblon em que se tornou os moradores da Cruzada. Imaculado metonimicamente por uma pequena parcela de assaltantes e traficantes moradores do prédio, como mostra Velho (1973) já ter ocorrido em prédios de reputação duvidosa em Copacabana nos anos dourados do Rio, a Cruzada é refém de uma minoria de moradores do prédio e uma maioria de vizinhos do Leblon tão criminosos quanto àqueles, por seu discurso difamatório dele e seus moradores.

⁹⁷ Há também o individualismo em relação ao outro de classe e raça no Leblon, que pode ser explicado também pela chave da discriminação externa, auto discriminação e discriminação recíproca.

reatualizado pela agencialidade disciplinar político religioso do Estado e Igreja (doravante Shopping) – sem que isso signifique, necessariamente, um engajamento político consciente baseado na boa vontade e bem comum, mas, talvez, por um imperativo biológico de sobrevivência grupal. As reações sociais antagônicas às forças hegemônicas da política, religião e economia quase nunca ocorrem de forma direta e coerciva. Apesar de uma ínfima minoria dos moradores combatentes das facções criminosas se portarem socialmente de maneira mais combativa, talvez, na grande maioria desses casos, não haja intenção consciente de modificar a sociedade capitalista de consumo que o excluí, mas somente de se autoincluir radicalmente através dos caminhos sedutores que a economia informal das drogas e do crime catalisa em termos de aventura pessoal, empoderamento financeiro e reconhecimento social.

Para a maioria dos moradores da Cruzada, as negociações entre identidades velhas e novas são, deveras, a única arma de resistência relativa. Isso ocorre, por exemplo, através da transferência projetiva para o *affordance* e gestão jurisprudencial (ingerência, omissão e controle) do ambiente construído condominial por meio de comportamentos ambientais – usos/desusos/abusos apropriativos (re)criativos e/ou depreciativos do espaço comum. Se a memória coletiva é inercialmente conservada no espaço e ele representa o assistencialismo relativamente autoritário do Estado e da Igreja⁹⁸, e a necessidade ou vontade de negá-lo e ressignificá-lo⁹⁹ pode ser mais facilmente efetuado por meio da construção edilícia enquanto objeto demonstrável da (i)moralidade latente. Não afirmo categoricamente que seja um acerto de contas ancestrais por causa da repressão estatal às poéticas espaciais de outrora (favela), relativamente, mais emancipatórias e protagonistas, mesmo que insalubres. Em alguns casos observados, o individualismo observado na vida condominial, como a não participação de reuniões de condomínio e pagamento de taxas condominiais (RIBEIRO, 2009), talvez, possa ser lido

⁹⁸ Uso a expressão “assistencialismo autoritário”, pois são comuns essas medidas de assistência (serviço) social serem usadas para fins de propaganda política e religiosos do ofertante, ficando o assistido subliminarmente constrangido a reiterar um discurso que vem embutido na oferta de amparo.

⁹⁹ O mesmo ocorre com populações periféricas que utilizam da pichação como forma de empoderamento e ocupação urbano de bairro semi privativos da cidade de onde são excluídos de participação efetiva.

também em uma perspectiva taoísta (ação pela não-ação) do que propriamente uma opção assertiva de adesão a *modus operandi* moderno do isolamento social. Uma espécie de greve de voz para denunciar a tentativa de mordida civilizatória positivista que impõe um silenciamento visual e social pretérito e presente de estéticas e morais recalçadas.

O efeito anômico relativo à autonomização e competitividade da vida cotidiana secular, facultado pela urbanização tecnológica como enfraquecimento das relações sócio-afetivas¹⁰⁰ e desvalorização do bem público devem ser cotejados, nesse caso, com o processo de “apartamento” moral em apartamento social¹⁰¹. Nesse tipo de políticas públicas urbanas, memórias e valores tradicionais fora da curva são enquadradas de maneira cartesiana à ferro e fogo em prol de suposto bem-estar comum dos assistidos. Por trás desses legítimos solidarismos assistencialistas, amiúde, o verdadeiro motivador parece ser a compulsão por ordenamento urbano e controle social que tem como pilar um autoritário *habitus* social moderno ocidental e urbanocêntrico – que traz efeitos positivos relativos à medicina social, mas quase sempre, não em relação à vida gregária. A pegada socioambiental do trator do progresso em locais tidos como bolsões de atraso, doença, heresia e é justificado como imperativo civilizatório diante de um suposto paganismo cultural – o que inclui o sincretismo das religiões afrodescendentes – das populações pretas, pobres e periféricas. No caso da Cruzada, combinou paradoxalmente uma compulsória conversão superficial a vida moderna capitalista “ladeada” por uma medieval tomista – haja vista estar a Cruzada entre um Shopping e uma Igreja/Centro Pastoral. O que pode sugerir que a ética católica é eletivamente afim a espírito de um capitalismo dependente e desigual como o nosso.

¹⁰⁰ “Nesse nosso mundo moderno, no qual todas as coisas, todas as instituições parecem caminhar celeremente para o despedaçamento, não há significado de grupo, onde todo o significado foi uma vez encontrado. O grupo hoje não passa de uma matriz para a produção de indivíduos. Todo significado e encontrado no indivíduo, e em cada um esse significado e considerado como único (...) (CAMPBELL, 2002, 78).”

¹⁰¹ Cabe ressaltar que na Cruzada há intensa sociabilidade intrassocial. Em relação aos vizinhos intersociais do Leblon é que parece haver um comportamento mais sociofóbico ou hermético. A tendência a enfraquecimento moderno do sentido de grupo e bairro não explica integralmente essa baixa interação social externa, haja vista que vizinhos ricos dos demais prédios do Leblon cultivam práticas sociais de grupo intraclasse em relativo maior grau do que observado em muitas grandes capitais brasileiras.

A suposta despolitização da vida em condomínio, no entanto, revela, pelo menos, o potencial do seu avesso, o de radicalização da em comunidade¹⁰², já que aponta para uma forma, neste caso, velada, de resiliência mnemônica e ressignificação social orientado pelas práticas sociais holísticas e informais, por vezes, ilegais, relativamente mais tradicionais observado nas pseudocaóticas favelas cariocas. Conjecturo que o individualismo poderia ser o contrário: expressão da demanda cosmogônica por um (eterno) retorno no plano do imaginário à comunidade (imaginária) primeva, à favela “da infância” – parafraseando Bachelard em sua análise arquetípica do espaço (casa, sótão e porão) enquanto metafísica espacial intimista. Da mesma forma como podemos supor haver ainda por parte de indivíduos com maior consciência de raça, sentimento de deslocamento existencial e, até mesmo territorial, por ancestralidade, em relação à diáspora africana, como ocorre com judeus em relação à terra prometida. A exacerbação indentitária contrastiva e etnocentrista (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976) da vida representacional da favela em morfologia de condomínio, que aqui apresenta teria, nesses moldes, também uma função compensatória ao autoritarismo da remoção compulsória.

Esta análise psicossocial não é detrimento da linha de investigação social que aponta para um processo de auto exclusão e/ou autoafirmação sócio-racial verificada na recusa relativa da vida em condomínio do Leblon – baixa frequência desses moradores no Shopping Leblon, comércio local no bairro, ou mesmo na Igreja Santo Anjos. Isso se deve, em parte, a questões estruturais excludentes, como baixa inclusão contratual na vida socioeconômica e jurídica-trabalhista. A contrastante calibragem identitária nós/eu dos conflitos morais fundamentando na divisão estamental e

¹⁰² O termo comunidade aqui é tomado no seu sentido sociológico específico de favela, apesar de ser extensivo por características similares, as vilas urbanas e vilarejos rurais. A vida em condomínio, enquanto tipologia ideal é, evidentemente, também uma comunidade, principalmente, se considerarmos o significado biológico do termo que é o do se referir a agrupamentos funcionais de indivíduos de uma mesma espécie. E, mesmo, muitos habitantes de condomínios edifícios e fechados provenientes de meios rurais e pequenas *urbis* – e não somente dos “agrupamentos subnormais” (eufemismo de favela para o IBGE), como esta pesquisa pretende mostrar – em meio ao choque habitacional cultural de adequação territorial e interação social na típica vida de condomínio, tendem a reatualizar ritmos sociais e fluxos temporais relativamente mais coletivos e oralizantes.

estigmatizante entre estabelecidos superiores e *outsiders inferiores*, se deve, amiúde, em função do que Elias e Scotson (2000) chamaram de configuração social interdependente assimétrica (duplo vínculo)¹⁰³. Esta organização e hierarquização relacional que também pode ser aplicada à análise da identidade dos *status* social dos lugares, este percebido como ativo e antropológico, não é refratária, no entanto, à uma tecnologia de paz e justiça social, que permita exercer a o direito à igualdade na diversidade, a partir da experiência da alteridade e tolerância multicultural.

Enfatizo que o processo de estigmatização social promovido por grupos/indivíduos estabelecidos, mesmo que configurada por graus hierárquicos assimétricos de duplo vínculo (ibid.), não é nunca unidirecional, no qual é possível perceber fenômenos colaterais e/ou complementares de contra e/ou auto estigmatização por parte dos grupos/indivíduos *outsiders*. O estigma

¹⁰³ Em inglês, “Double Bind”: Conceito cunhado inicialmente por Bateson (2000) no contexto de suas pesquisas antropológicas e psicossociais sobre mudanças culturais e esquizofrenia. A apropriação de Elias é quase literal, no sentido, de ser uma equação relacional de equilíbrio contraditória e assimétrico, obtido através do conflito de aparência carmática (somasoquista), baseado em polarizações de forças com tendências íngremes entre seres e grupos positivados (*Estabelecidos*) e negativados (*Outsiders*). Segundo Neiburg (2001), em Elias, duplo vínculo se expande para conotações universais novas também: “(...) ela permite completar a sua demonstração da relação constitutiva entre violência e pacificação [em que a paz seria frágil e excepcional]; por outro, ela é fundamental para compreensão nos processos nos quais o uso da força física é crescente – (...) “espirais da violência” e (...) “autonomização da violência” (ibid., 60).” Cabe notar que para Bateson, em artigos sobre sóciobiologia (2000), afirma que existem mecanismos mentais ecológicos de retroalimentação e harmonização de conteúdos e situações limites geratrizes do caos psíquico, por meio da arte e estética, por exemplo, no que permite restaurar uma endomatemática autômata dos corpos que aponta para um estado de graça (presença irrefletida), típica nos movimentos dos animais, crianças, indígenas, pescadores, passistas, manifestantes e mestres orientais: “Essa racionalidade corporal intuitiva e heurística de fruição no espaço só é acessado quando damos vazão à “(...) sabedoria de nossas estruturas arcaicas (MALDONATO, 2017, 23)”. O uso mais consciente dessas inconsciências espontâneas e graciosas não dedutivas, de maneira a usar o conflito contra ele mesmo, tem sido patente também através das ferramentas de *folk*comunicação e planejamento conflitual, como mostrou a exitosa experiência de ação comunitária e desenvolvimento cultural no contexto das remoções olímpicas no Rio, do movimento de resistência da Vila Autódromo, através do seu Plano Popular da Vila Autódromo de 2012 – produzido pela Associação de Moradores e Pescadores com assessoria do NEPLAC/ETERN/IPPUR/UFRJ (Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e do NEPHU/UFF (Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense). Em projetos de planejamento do território simbólico como este, que tenho chamado de “arteteturais”, como é também o Palavras Cruzadas, o AfroReggee e o Nós do Morro, é quando a paz deixa de ter medo (do lobo em pele de agentes da “pacificação” urbana) e passa a ter voz, como sempre nos lembra, o mantra de Marcelo Yuka, fundador do grupo musical O Rappa. Sobre mais experiências de planejamento territorial, vide: “Planejamento e conflitos urbanos (LEAL; SÁNCHEZ; TANAKA; MONTEIRO, 2019).

social seria (re)configurado de forma relacional e relativo a partir também de processos internos como o autoestigma a partir da reprodução massiva e defensiva dos hábitos sociais conservadores estigmatizados – aqui em combinação com a memória coletiva espacial e temporal –, e do contra-estigma, oriundo da criação de novas práticas sociais insurgentes de autoafirmação. É interessante observar a fala otimista de um morador da Cruzada a seguir, justamente, por ela fazer uma defesa do contra estigma em relação ao auto, como estratégia mais eficaz de superar o estigma e preconceito social dos moradores da Cruzada no Leblon – apesar de que há sempre o risco dela, se for fundada em um processo de overmimetização intersocial com uso de práticas e locais do grupo hegemônico, como o proposto, redundar em mais estigma:

"A discriminação não existe só no Leblon, em tudo qualquer lugar, de cor e social. (...). Se as pessoas que de repente se sente assim, elas deveriam sair um pouco mais de dentro "comunidade" e conhecer o arredo da comunidade. Talvez, por isso, elas se sintam discriminadas. Essas pessoas, talvez, não tenham tanto acesso ao que ela pode desfrutar. E como ela fica muito aqui dentro ela pode ter esta reflexão de que acha esse constrangimento, essa discriminação (...). Mas desde o momento que ela parta e vai desfrutar do mesmo espaço em torno do pessoal do Leblon, com certeza a visão dela vai melhorar a respeito disso. Não existe essa discriminação (disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=rMc1gLyBHW8>, acesso em 18/01/2018)".

Seja pelo silêncio quando deveria participar civilizadamente de um debate sobre empoderamento popular, ou gritaria quando ao cantar o hino em um rito cívico, é fácil obter e fornecer munição para estigmatizar a voz e lugar de fala da alteridade de quem quer que seja e reforçar as mesmas ideias prévias que se tinha dele. Em contraponto a isso, o estigma social, nem mesmo opressão física se constrói de forma unidirecional, como heurísticamente plantea o provérbio: “quando um não quer, dois não brigam”. Ao gerar auto estigmatização/autoafirmação de si/nós e cogerar estigmatização externa por negação do outro/outros, os moradores da Cruzada colaboram para manter, sincronicamente, a sua inserção aparente e exclusão simbólica no Leblon, como postula Ribeiro (2009), a partir do artigo pioneiro “proximité spatiale et distance sociále” de Chamboredon e Lemaire (1970). No tocante as formas de

significação coletivas não-latentes, como a do individualismo apolítico em relação a vida condominial, mas, sim, propositivas, que coexistem, tenho detectado na Cruzada, atuações de atores em papéis sociais comunitaristas típicos ao observado em comunidades como as favelas cariocas:

- 1) A combatida, mas recorrente formação de comércio informal e drogas na rua de acesso aos blocos do Conjunto Cruzada em conexão com facções matriciais com alta capilaridade em favelas – na época que estive lá, a droga era fornecida pelo comando Amigos dos Amigos, que detinha o controle dos pontos de vendas no Vidigal e Cruzada, lembrando que historicamente, parece haver uma situação de replicação da facção dominante naquela, em relação à essa, devido à proximidade física e, talvez, social, com esta favela.
- 2) A reatualização de práticas comerciais relativamente mais orgânicas de comércio e sociabilidade, comparável ao formigamento humano nas vias principais de favelas cariocas – como as barracas de frutas e trailers de cachorro quente, que por muito tempo estiveram na “calçada do anonimato” da rua de acesso aos blocos “cruzadenses” – seriam, então, somente, uma expressão de informalidade econômica e cultural.
- 3) A utilização de áreas comuns como o corredor, sacada e pátio térreo dos 10 blocos de forma desordenada como extensão da casa, como se fosse “puxadinho” ou “lajes” virtuais como depósito de pertences e varal de roupas.

A consequente dissociação entre morfologia habitacional e representação social no caso da Cruzada, independentemente de ser percebida com estigma do etnofobismo ou autoestigma do “ultrabairrismo”¹⁰⁴,

¹⁰⁴ Para Bourdin (2001) a exaltação do lugar pode ser feita por apelo a um interesse local comum que viabilize e se sustente em uma grande história fundadora, hegemônica e englobante que faça dele um recurso total e exclusivo. “Desta forma o lance que é a estabilidade da relação entre a ação e o lugar pode, por falta de organização macrossocial, levar, mesmos no contextos de flexibilidade muito grande de localização, a processos radicais de afirmação do local, de hiperlocalização (ibid., 205)”.

apesar da dificuldade de estabilização em termos de territorializações afetivas – “estabilização da relação entre ação e lugar (BOURDIN, 2001, 203)” –, permite uma postura polifônica potente. Esta justifica o uso do termo etnoteórico “condomínio comunidade” para se referir a sua especificidade idenitária híbrida e intersticial. Se do ponto de vista dos usos dos bairros, é possível observar o que chamo de “apartamentheidização” moral, dentro da área comum do prédio e alguns bolsões de encontro no Leblon, como bares menos gourmetizados, exceto em alguns períodos de maior conflito entre traficantes, a vida comunitária não é vivida somente pelo *facebook*, mas, principalmente, face a face.

A Despoética das Políticas Públicas de Inclusão Social Im´positivistas

É provável que haja maior comutabilidade do positivismo expresso na “razão espacial ocidental” (SEGAUD, 2016, 55), em que a métrica universal poética dá lugar a da iniciática matemática, com a vida em condomínio, haja vista a necessidade constitutiva de cálculo de engenharia (integrada/derivada) para construir um prédio ou mesmo conjunto de casas. Acreditar que o espaço da representação arquitetônica socialmente construído e a poesia cartesiana da realidade gráfica simulada da sua planta e maquete geométrica, representa fielmente a extensão e duração da matéria viva, a partir do dogma simétrico renascentista de percepção ambiental visual, talvez, aponte mais para cegueira do que visão, paradoxalmente. Nesse sentido, as remoções de moradores de favela, permite revelar o quão fundante é a ideia de representação poética do espaço, ou “tipo cultural”, que transcende a de “tipo arquitetônico” (RAYMOND, 1973). Perceber, como defende a abordagem tipo morfológica (SEGAUD, 2016) a correspondência estrutural semiótica entre representação social e a morfologia arquitetural de uma sociedade (DEVILLERS, 1974). Bem como, entre modelo cultural coletivo convencional da palavra e representação mental imagética da coisa (HUET, 1981).

A remoção de favelados para apartamento de forma compulsória sem o devido estudo de impacto antropológico e consulta ao saber local – a partir de metodologias de autoconstrução, pesquisa-ação e “etnometodologia”¹⁰⁵ (COULON, 1995) –, já que não se trata aqui de militância de patrimonialismo irrefletido ou imobilismo urbanístico, desorienta essa correspondência vital entre forma e conteúdo. Ou seja, entre as formas de sociabilidades e territorialidades relativamente mais gregárias e conexas, que apontam para uma competência habitacional espontânea, emancipadora e criativa, que no Brasil tem na palavra/imagem “comunidade” um emblema coincidente, por significar tanto a habitação (continente morfológico arquitetural) como o habitar, ou hábitos habitacionais (conteúdo representacional cultural):

Habitar é, em determinado espaço e tempo, traçar uma relação com o território, atribuindo-lhe qualidades que permitam que cada um se identifique. Habitar é um fato antropológico, isto é, diz respeito a toda a espécie humana. (...). Expressa-se por meio de atividades práticas em objetos móveis e imóveis; apreende-se pela observação e pela linguagem (a palavra do habitante). Habitar não se declina da mesma maneira conforme as épocas, as culturas, os gêneros, as idades da vida; a habitação é profundamente marcada por essas diferentes dimensões e apresenta uma diversidade que apenas uma história poderia revelar. De fato, é possível dizer que, se o habitar é o fenômeno geral, existem tantas maneiras de habitar quanto indivíduos. Em nossas sociedades, é a conjunção entre o lugar e o indivíduo singular que funda o habitar. Nas sociedades primitivas, trata-se do vínculo entre o grupo e o lugar (SEGAUD, 2016, 96).

Esses “automatematicismos” nas políticas públicas urbanas de habitação social têm como sucedâneo baixos índices de satisfação residencial, com casos recorrentes de degradação socioespacial urbana dignos de implosão predial, apesar de vultosas cifras investidas em qualidade e inovação arquitetônica. A cor-local histórica e mental e as teias de relações ecológicas e poéticas dos habitantes de favela, raramente, costumam ser observadas pelos planejadores/gestores urbanas de projetos de reurbanização e remoção. O que permite, em muitos casos do que Duarte chama de “(re)moldagem do lugar (olhar)” do ambiente vivido (DUARTE, 2013, 27) –, a partir do conceito de

¹⁰⁵ Universidade dos Povos da Florestas e das Quebradas seriam exemplos de aplicação desse conceito de metodologia particular de uma etnia indígena ou grupos periféricos, respectivamente.

ajustamentos estéticos de Lang (1974) que: “(...) as transformações feitas pelos habitantes [em conjuntos habitacionais sociais] marcavam uma resistência a um espaço imposto e pouco [fidedigno] a suas ideias (SEGAUD, 2016, 43)”. Essa insurgência “pichada” no espaço é patente na Cruzada, como foi mostrado nos tópicos 1, 2 e 3 do item anterior, que, juntamente com a omissão em termos de zeladoria, como não pagamento e participação do “condomínio”, cuja resultante má gestão relativo à limpeza, conservação, melhorias e segurança de alguns blocos. A convivência interna com o tráfico e o empoderamento popular por meios associativos, comunitários, religiosos e artísticos também apontam em uma perspectiva de reapropriação imaginária do espaço condominial autoritário e reificante.

Inclusão Excludente do “Positivismo Seletivo”¹⁰⁶

A mitologia de destruição criadora de planejamento urbano positivista salvacionista do caos apocalíptico é acionada *ad hoc*, em projetos de intervenção urbanística sem ascultar acuradamente as pré-existências geoafetivas do território em reconstrução¹⁰⁷. A corporeidade e urbanidade de moradores de cidade pequenas, zonas rurais, vilas e favelas, em função da inexpressividade econômica dos seus domínios e ingnorância jurídica dos usufrutuários, quase sempre são alagadas para dar lugar à prédios, as novas usinas do capitalismo imaterial e economia criativa. Por mais que se considere

¹⁰⁶ Tema da pesquisa de doutorado “B” sobre ordem e progresso urbano seletivo no Brasil, complementar a esta que aqui apresento sobre o tema mais restrito do impacto das políticas públicas em habitação social. Vide artigo preliminar publicado na revista de relações internacionais “Século XXI, v. 8 n. 2 (2017), disponível em <http://seculoxxi.espm.br/index.php/xxi/article/view/17>, acesso em 08/02/2019.

¹⁰⁷ Para Segaud (2016) há uma correlação pseudo naturalizante entre inovação arquitetônica e mutações sociais, no sentido de refundação socioespacial, como no caso mais extremo de modernismo, cuja missão é abolir o caos urbano em prol de uma ordem geométrica e racionalizadora do espaço, em que habitação influenciada por esta ideologia socialmente construída, é considerada evoluída libertadora em relação a outros tipos – em reação a este modelo, a planta livre tenta mostrar como o mesmo espaço em termos de planimétrica, volumetria e altimetria podem gerar combinações únicas e personalistas de moradias. Cabe lembrar a complexidade entrópica que em teoria geral do sistemas encarna a questão da mudança psíquica comportamental – e por extensão, urbano ambiental – da mesma forma como a doutrina do organismo defende que a vida consiste em um sistema aberto que consiste na manutenção de desequilíbrios, em que tensões e forças desarmônicas, exclusive, casos de radicalização, são sinônimos de apogeu e vitalidade (BERTALANFFY, 1995).

o papel positivo da inovação arquitetônica na atividade econômica produtiva, na mudança cultural comportamental e apropriação épica espacializada, as políticas públicas urbanas não devem estar a serviço do capital espoliativo para produzir espaços desprovidos de significado coletivo e função social. Os mitos de progresso (falsos Faustos) e seus surtos de desenvolvimentismo grandiloquente, seguidos de decadência retumbante, mesmo em projetos de inclusão social, tendem a tornar o espaço físico e simbólico da cidade e campo um mero reproduzidor da desigualdade social e econômica no planeta.

Sem conter a cerrada hierarquização identitária histórica de indivíduos e/ou grupos sociorraciais diferentes, resultante de (auto)estigmatização psicossocial como forma de reproduzir no campo simbólico a mais-valia da dominação econômica, projetos “im’positivistas” (derivação aglutinativa dos adjetivos “positivista” + “imposto”) de habitação social associado à processos de gentrificação e descentramento de áreas nobres, tendem a perpetuar ainda mais exclusão socioespacial – e, até mesmo, exclusão psíquico simbólica se considerarmos que um indivíduo sem sentido de pertencimento, tende a ficar privado do sentido de vida.

O caso da Cruzada que é um projeto de remoção que não ocorreu descentramento, isso fica patente, pois a inclusão habitacional no Leblon é apenas de fachada, haja vista não terem entrado pela porta da frente em relação ao *habitus* sociais da vida no bairro e de condomínio. O positivismo humanista tem ludibriado a boa fé ou ignorância cultural dos pagadores de impostos e promessas há muitos anos no Brasil com uma galinha humanista dos ovos de ouro que se revela mais quebradiço do que plástico bolha. É disfuncionalmente seletivo e retórico, pois que só democratiza o ordenamento urbano e controle social sem progresso para a maioria pobre e classe média da população, enquanto, do outro lado do muro, dentro de condomínios de luxo, verticais e horizontais, onde não há fiscalização, novos coronéis que “pagam o sapo” e nadam de braçada com “patinho da FIESP”.

Desconstruindo a Arquitetura Ocidental: uma visão ecológica da habitação

O campo da arquitetura e do urbanismo, por mais que entusiasta de uma perspectiva vernacular, costuma aproveitar pouco o saber local, de maneira a conferir a ele a primazia de competência e apropriação habitacional sobre o bem comum. A partir de uma perspectiva *folk* comunicativa e etnoarquitetônica da enunciação coletiva e negociada do espaço, como defendida por Toussaint (2003), pode-se chegar a uma conclusão taoísta de que a melhor intervenção estatal, por vezes, é a não-ação – um pouco além do significado de inutilidade, também presente no conceito de “acupuntura urbana”, que sugere a replicação do plano urbano a partir da ação social (LERNER, 2005).

A racionalidade instrumental expansionista e orientada a fins (próativa) tem na intervenção projetual propositiva do potencial construtivo do espaço representado na arquitetura (exclusive a etnoarquitetura e arquitetura vernacular), pelo papel em branco (tábula rasa), a sua viga mestra. E de fato, não há “necessariamente” a “necessidade” de intervenção urbanística em todas as demandas sociourbanísticas, vez que uma intervenção (arte) urbana sonora imaterial, por vezes, pode criar sentidos poéticos do espaço maiores do que megas projetos¹⁰⁸.

A dificuldade de desafiar o imperialismo visual e atuar em abordagens interdisciplinares participativas, nem que, pelo menos, com as Ciências Sociais para ouvir uma “segunda opinião” sobre os quefazeres urbanísticos, também tem sido sintomático de uma postura de dono da bola que sempre tem que fazer o gol. O resultado em relação à maioria dos projetos de habitação social, pelo menos, é que eles são sistematicamente rebaixados em relação à adequação territorial e interação social, justamente, os sentidos primeiros de suas concepções. Muitos estudos de sociologia e de antropologia têm mostrado haver relação entre a predominância em políticas públicas urbanas

¹⁰⁸ Antes das Olimpíadas do Rio de Janeiro, existiu a bossa nova, em que o Brasil tirou primeiro lugar com várias músicas, em que ao contrário de dívidas, fez carreiras milionárias e criou uma economia criativa para a MPB para brasileiros no Brasil e no mundo. São Paulo, por exemplo, não precisa de mais arquitetos e mais prédios, mais, sim, de mais bossa novistas e mais garotas de “Pinheiro”s.

de uma racionalidade instrumental expansiva e a profissão dos arquitetos, em sua maioria, provenientes da classe dominante (SEGAUD, 2016).

A nostalgia tempo espacial do tempo coletivo através de um *etos* comunitário, como observado no caso estudado dos moradores da Cruzada, empodera a população com possíveis reajustamentos estéticos, sociais e estruturais inspirados pelas dinâmicas morais identitárias da vida em comunidade (favela) – mesmo que esse processo auto afirmativo reitere o sentido do que, vindo antes ou depois, seria de negação social para o outro de classe e raça estigmatizador. O que se observa como no período de experiência coabitacional (2009/10) e ocasional (2010/2016), é que a reatualização das dinâmicas morais da vida em favela e organização políticas contra hegemônicas observadas no Conjunto Social Cruzada, como associações de bairros, coletivos de artes, comandos criminosos, trabalhos informais, rodas feministas e cultos neopentecostais.

As agencialidades locais permitem restaurar algum sentido de coletivo sócio espacial dispersado e arrefecido pelo processo civilizatório estatal e católico embutido no ordenamento urbano e controle social em projetos de habitação social. O sentido de solidariedade comunitária mesmo que conflitual, mais do que nostalgia dos tempos da favela, é uma forma de preservar uma inteligência e inconsciência coletiva, em face à iminência do colapso psíquico promovido pelas formas de vida pós-moderna e habitação modernista. No que aponta para uma ecologia mental retroalimentadora do caos psíquico (BATESON, 2000), em que é possível um equilíbrio e fluxo dinâmico entre e *eco etos*; ego-agente e cosmo-agido, condomínio (tangível) e favela (imaginária) – no caso da Cruzada –, e **minimalismo tautológico (volume) e crença figurativa (vazio)** – como aponta Didi-Huberman (2005) em sua análise sobre o caráter “policromático” (estético-cultural) da percepção/interpretação de jazigos/tumbas/cemitérios, tributária ao conceito de “heterotopia” de Foucault, (2005), pois que esses “lugares” apontaria figurativamente para um “outro lugar” (mitológico), diferente do que é visto, materialmente, falando:

(...) não vivemos em um espaço homogêneo e vazio, mas, pelo contrário, em um espaço inteiramente carregado de qualidades, um espaço que talvez seja também povoado de fantasma; o espaço de nossa percepção primeira, o de nossos devaneios, o de nossas paixões possuem, neles mesmos qualidades que são como intrínsecas; é um espaço leve, etéreo, transparente, ou então, é um espaço obscuro, pedregoso, embaraçado: é um espaço do alto, um espaço dos cumes, ou é, pelo contrário, um espaço de baixo, um espaço do limo, um espaço que pode ser corrente como a água viva, um espaço que pode ser fixo, imóvel como a pedra ou como o cristal. (FOCAULT, 2015, 430-431).

A miríade de articulações prática discursivas criadoras de (micro)territorialidades físicas e simbólicas consensuais e/ou conflitantes nem sempre são coesas e programáticas, podendo ter potencial de servir de anteparo para insurgências políticas e identitárias. No que permitem por parte de um número de moradores expressivos ou não, com variados graus de lealdades¹⁰⁹, ressignificar simbolicamente as memórias sociais temporais e da favela ancestral do passado, cotidiana do presente e inventada do futuro. Esses exemplos de movimentos de relativa insubordinação da Cruzada tendem a conflitar ou sucumbir ideologicamente com as duas instituições, relativamente, hegemônicas, aliadas entre si e representantes/dependentes das elites do bairro. A interface do Marketing Social do Shopping Leblon com o Centro Pastoral da Igreja Santos Anjos remonta arquetipicamente ao próprio modelo do coronelato brasileiro católico e patrimonialista, em que a política local era controlada pelos clérigos e coronéis.

Agentes Espaciais: “quem é o inimigo¹¹⁰”?

Didaticamente, é possível classificar os agentes em 3 tipos na Cruzada em 200-10. Os **agentes infra-estatais contraculturais hegemônicos** (Comando ADA) e os **extra-estatais subculturas contra-hegemônicos¹¹¹** (demais iniciativas socioculturais, comunitárias e associativistas na Cruzada)

¹⁰⁹ Os números reduzidos de negros que sabem qual é sua etnia e região africana de origem é fato menos relevante, do ponto de vista analítico, do que o poder pessoal e potencialmente, coletivo obtido por aqueles que tentam assumir um protagonismo e consciência de raça mais arquetípica.

¹¹⁰ Letra da música “Soldados” (Renato Russo) de Legião Urbana.

¹¹¹ Vide nota 3 com minudências arqueológica dessa tipologia micropolítica utilizada ao longo do texto e das ressalvas à cerca de seus usos.

são pouco autônomos e emancipadores, apesar da defesa desses ideais. Utilizo um gráfico hierárquico de categorização posicional da crítica cultural derivado do pensamento de Brito (2005), que permite afirmar: o hegemônico cultural se retroalimentaria da contracultura, originalmente um subproduto desse sistema, subcultura, que, ao se tornar consolidado se irrompe da sua proposta ideológica original. Mas, sempre com a possibilidade complementar de cristalização dessas micropolíticas (vontade e desejo) em macro política (representação e identidade) (ROLNIK, 2014), quando a famigerada contracultura, se torna pop. Como não lembrar aqui da célebre frase “Seja marginal, seja herói” de Hélio Oiticica.

Uma constante das iniciativas extra-estatais é o efeito descontinuado e incipiente de políticas públicas sociais de incentivo à projeto de descolonização política psicossocial que esbaram na dificuldade de se tornarem autossuficientes e emancipatórios a partir de um léxico próprio, mormente, para entidades e grupos políticos e sociais alevinos. Tal conjuntura, leva aos agentes mais empreendedores sociais a buscarem juntamente com suas instituições em fase subcultural e contracultural¹¹², subir o rio da piracema da institucionalidade, para ter acesso à investimentos públicos e privados. Porém, ao se tornarem cultura, há sempre o risco de reproduzir o modelo de dominação em suas práticas sociais institucionais após terem alcançado consenso social. O fato, no entanto, de na Cruzada, não haver nenhum empreendedor social com “bala na agulha” para grandes investimentos, cria uma dependência maior dos **agentes (extra)estatais culturais hegemônicos (Igreja, Shopping e Estado)** e o agente contra cultural hegemônico Tráfico.

O Estado costuma se fazer presente com mais protagonismo através do controle ordenador e civilizatório quase sempre nefasto por suas tendências e premissas subalternizantes, espelhado pela atuação da Polícia¹¹³. Na zona

¹¹² Utilizo a sequência hierárquica político discursiva de categorização do tipo de fenômeno social ofertada pelo pesquisador cubano Brito Garcia (2005).

¹¹³ Neste sentido é relevante consensualizar que: "As políticas públicas não podem, em qualquer hipótese, ignorar as forças comunitárias não-estatais existentes na sociedade. Na realidade o bem público não é uma conceituação que só se ajusta ao elemento coletivo maior, porque há questões de interesses de pequenos grupos sociais, de comunidades menores e até ajustamento de vizinhança, que embora não tendo a substância de coletividade para o Poder

envoltória ao Condomínio Cruzada, ela atua em 3 diferentes instâncias, a depender da jurisprudência e população assistida:

1) Polícia Federal no Shopping Leblon para emissão de passaporte na Av. Afrânio de Melo;

2) Polícia Civil na Delegacia Especial de Apoio ao Turista (DEAT) na Rua Afrânio de Melo e

3) Posto de Policiamento Comunitária 24 hs na Rua Pe. Trombeta que já esteve presente no local no passado em local fixo, em sala contígua ao bloco 10 e o Colégio Santos Anjos, mas que em 2011 voltou já na esteira das políticas públicas de segurança do ex-governador Cabral, Unidade de Policial Pacificadora (UPP), a qual se assemelha esta reedição do posto no local.

Logra relativo êxito figurativo¹¹⁴ no intento de contraposição e, até sobreposição, em alguns casos, ao Estado, o expresso pelos agentes hegemônicos contra culturais representados na pesquisa, pela facção Amigos dos Amigos (ADA). A desigualdade de forças e éticas entre a atuação dos traficantes, **infra-estatais** com agentes civilizatórios e ordenadores, os **extra-estatais subculturais**, como associações, ONG's e movimentos culturais, tendem a ser maiores do que entre eles e o Estado. As facções criminosas – Amigos dos Amigos, na época da pesquisa (dezembro de 2009 e janeiro/fevereiro de 10), também são um agente hegemônico no local. Em 2016, a Cruzada voltaria a ser matéria jornalística recorrente por disputa entre a supracitada organização e o Comando Vermelho no Vidigal, cuja predominância bélica e comercial, costuma ecoar como bônus a venda e distribuição de drogas pelas grades dos blocos do Conjunto Cruzada.

Apesar de a sua legalidade ser infra-estatal condicionar o ritmo de vida e comércio das comunidades como, por exemplo, imposições de Lei do Silêncio, Toque de Recolher, Pena Capital, Luto Oficial, os agentes infra-

Público, constituem parcelas humanas com todos os direitos e com todas as prerrogativas legais para serem atendidas (ANDRADE, 2000, 109)".

¹¹⁴ "Se lembra quando era só brincadeira/ fingir em ser soldado a tarde inteira?", extraído música "Soldados" (Renato Russo).

estatais, ainda sim, têm um componente contra cultural. Tanto os agentes subculturais extras já citados, bem como movimentos negros, feministas, esquerdistas e liberalistas (liberalismo popular¹¹⁵) em favela. Os traficantes apesar de todo o poderio coercitivo e simbólico hegemônico, o que se verifica nas letras dos bailes *funk* e presença dos mesmos ali empunhando armas de grosso calibre, não são representativos metonímicos do cidadão comum em favela. Mesmo que sejam exemplos de empreendedorismo econômico e social colaborativo e informal, mitologizado como heróis políticos marginais tropicalistas na leitura de Nelson Rodrigues (“Boca de Ouro”) e Jorge Ben Jor (“Charles, o anjo 45) – além de Oiticia já citado –, dita as regras a força sem ter, a partir do plano da cidade formal, legitimidade legal para tanto. Apesar de representar um *glamour* contracultural com suas armas fálicas apontadas para o teto do baile *Funk*, na perspectiva dos moradores de periferia, o tráfico não é um poder paralelo transcendental e ubíquo, mas, sim, o poder hegemônico civilizatório presente na microfísica do cotidiano e neuropsicologia das pessoas de um determinado (micro)território – tanto quanto o poder policial estatal com violência estrutural e racismo institucionalizado através dos Autos de Resistência Policial. Em algumas favelas até mais do que a autoridade estatal, devido à capilaridade de suas entranhas comerciais e sociais e truculência/benevolência de suas ações criminosas/filantrópicas.

1.5 Estrutura da Tese ideal (mapa do percurso intelectual)

Eixos/capítulos temáticos estruturais e espaços/subcapítulos temáticos toponímicos da pesquisa:

Figura 9 – Mapa/Infográfico do quarteirão do Cond. Cruzada.

¹¹⁵ A atual “Percepção e valores políticos nas periferias de São Paulo” (disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/10/politica/1491848584_898223.html, acesso 04/04/2019) demonstra que grandes parcelas de eleitores dessas localidades votaram no PT de 2000-12, mas não em 2014-16, aderindo ao neoconservadorismo da extrema direita: Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem Pra Rua e Partido Social Liberal (PSL).



Fonte: Cronologia do Pensamento Urbanístico/ Arquitetura e Humanismo (disponível em [http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1567#prettyPhoto\[inline\]/6/](http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1567#prettyPhoto[inline]/6/), acesso em 13/05/2019)

A) Capítulo 1: Ação Social (conflitos e consensos)

A.1 – CRUZADA 1: Convivência cohabitacional de aproveitamento etnográfico (Observação Participativa)

A.2 – CRUZADA 2: Análise Antropológica de Sociedades Complexas (micro e macro)

A.3 – CRUZADA 3: “Gueto”, “(Auto) Estigma” e “Distância Social” no processo de segregação espacial em uma zona urbana “degradada”.

B) Capítulo 2: Modernidade na Cruzada

B.1 – CRUZADA 4: História Urbana da Habitação de Interesse Social no Rio: O *lócus* contextual-relacional do Projeto Cruzada¹¹⁶

B.2 – CRUZADA 5: Estudos de Ambiente-Comportamento: avaliação pós ocupacional do Condomínio Cruzada

C) Capítulo 3: Globalização no Shopping

C.1 – SHOPPING (ACESSO A): Estudos de Ambiente-Comportamento (Shopping X Igreja X Condomínio)

C.2 – SHOPPING (ACESSO B): Análise de Economia Política do Empreendimento Shopping Leblon (Capitalismo Monopolista e Filantropia Corporativa)

D) Capítulo 4: “Ordenamentos” Urbanos e Projetos “Civilizatórios”

D.1 – IGREJA (ESTADO): História Urbana de Longa Duração do papel da Igreja e Estado na formação sócio territorial na Cruzada e no Brasil

¹¹⁶ Capítulo virtual de história social da Cruzada a partir de uma metodologia da história de longa duração da construção social e predial da Cruzada no que permite instrumental comparativo de análise entre políticas públicas na área de habitação, tanto da Era Vargas quanto do período militar – e os desvios de funções clientelistas que entravaram o seu sucesso (BONDUKI, 1988). Dentro do espectro de 1962-65, durante o governo estadual de Carlos Lacerda,

D.2 – ESCOLA: Análise de Políticas Públicas Culturais e/ou Educacionais (Ênfase no Projeto de Educação Musical e *Folk* Comunicacional “Palavra Cruzada: a voz do Leblon”)

E) Capítulo 5: Questões (Etno)Metodológicas

E.1 – CRUZADA 6: Antropologia do Conhecimento: reflexões sobre (etno)metodologias e inter(multi)disciplinaridade

E.2 – CRUZADA 9: Tipologias de Habitação: da etno pesquisa a etno teoria

E.3 – CRUZADA 10: Intervenção urbana urbanística para reposicionamento imagético da Cruzada: “Projeto Condomínio Palavras Cruzadas do Leblon”

Apropriar-me-ei criticamente para esta pesquisa de um campo de conceitos organizados em **5 eixos/capítulos temáticos** no que se permite fazer uma análise inter(trans)disciplinar sobre a questão da habitação social e produção cultural no Brasil (Rio de Janeiro). Para tornar mais hipertextual¹¹⁷ a história e antropologia urbana do estudo de caso do Cond. Cruzada, propomos um design etnográfico geoafetivo¹¹⁸ que resulta de um mapa mental ou íntimo em realidade aumentada do pequeno quarteirão do Leblon composto de 10 blocos temáticos toponímicos (vide imagem acima): **CRUZADA (1-10), ESCOLA, IGREJA, SHOPPING CENTER (2 portas de acesso)**¹¹⁹. O mapa do

¹¹⁷ A ideia é valorizar a dimensão plástica e construída da existência para refundar simbolicamente o prédio estudado através da própria pesquisa sobre ele, já que o trabalho é sobre antropologia do espaço e tem por objetivo sensibilizar intelectualmente não somente cientistas sociais, mas também arquitetos, acostumados a uma linguagem visual atraente. Os princípios abstratos do hipertexto também são 6: 1) metamorfose, heterogeneidade, multiplicidade (encaixe de escalas), exterioridade, topologia e mobilidade dos centros (LEVY, 1993). Segundo este autor essa tecnologia de inteligência aguçada pela mudança técnica condiciona sem determinar a história do pensamento já existia em grau menores em outros momentos sócio técnicos. Um exemplo disso é sumário de livro (ibid.).

¹¹⁸ Sobre essa minha tentativa “artetural” de propor uma deriva percussiva tentei aqui, sem prejuízo do ausculta das incongruências da realidade, ressignificar a entropia do ambiente construído/vivido da Cruzada: “O universo desfaz-se numa nuvem de calor, precipita-se (...) num abismo de entropia, mas no interior desse processo irreversível podem aparecer zonas de ordem, porções do existente que tendem para uma forma pontos privilegiados nos quais podemos perceber um desenho, uma perspectiva. A obra literária é uma dessas mínimas porções nas quais o existente se cristaliza numa forma, adquire um sentido, que não é fixo, nem definido, nem enrijecido numa imobilidade mineral, mas tão vivo quanto um organismo. (...). A revalorização dos processos lógicos geométricos metafísicos que se impôs nas artes figurativas dos primeiros decênios do século, antes de atingir a literatura (CALVINO, 1990, 84)”.

¹¹⁹ Nos hipertextos tudo funcionam por proximidade, vizinhança. Neles o curso dos acontecimentos é uma questão de topologia, de caminhos. Não espaço universal homogêneo onde haja forças de ligação e separação, onde as mensagens poderiam circular livremente.

sítio arquitetônico do local estudado, permite o leitor se autoguiar ¹²⁰ didaticamente em interface ¹²¹ inter(multi)disciplinar, prédio por prédio, palavras por palavras, tijolo por tijolo, (sub)capítulo por (sub)capítulo ¹²². Espera-se aqui não, simplesmente, completar o jogo de palavras (e ações) cruzadas que é o Condomínio Cruzada. Mas, sim, ter ao final desse percurso analítico uma compreensão multidimensional das redes sociais do cotidiano desses moradores do Leblon.

Cabe acrescentar que os locais geográficos do Condomínio referentes à Associação de Moradores da Cruzada e a ONG local estão respectivamente localizadas nas toponímias identificáveis no mapa como **CRUZADA 7 e 8**. No entanto os subcapítulos a eles referidos vão ser suplantados ¹²³ da sequência de 1 a 10 que engloba os mais diversos assuntos como o cotidiano e história do local e metodologia e conclusão da pesquisa. As duas instituições referidas nos dois capítulos mencionados, por constituírem a base de fundação e fundamentação dos lugares de fala do pesquisador em campo, são

Tudo que se desloca deve utilizar-se da rede hipertextual tal ela se encontra, ou então será obrigado a modificá-la. A rede não está no espaço, ela é o espaço (LEVY, 1993, 26)".

¹²⁰ "Navegar em um hipertexto significa, portanto desenhar um percurso em uma rede que pode ser tão complicada quanto possível. Porque cada nó pode, por sua vez, conter uma rede inteira (ibid., 33)".

¹²¹ "A interface mantém juntas as duas dimensões do devir: o movimento e a metamorfose. É a operadora da passagem. A análise em "redes de interfaces" de um dispositivo sócio técnico impede a fascinação paralisante, o deslumbramento do pensamento e da ação pelas essências. Cada nova interface transforma a eficácia e a significação das interfaces precedentes. É sempre questão de conexões, de reinterpretações, de traduções em um mundo coagulado, misturado, cosmopolita, opaco, onde nenhum efeito, nenhuma mensagem pode propagar-se magicamente nas trajetórias lisas da inércia, mas deve, pelo contrário, passar pelas torções, transmutações e reescritas da interface. (...). (...) a palavra "interface" designa um dispositivo que garante a comunicação entre dois sistemas informáticos distintos ou sistema informático e uma rede de comunicação (LEVY, 1993, 176)".

¹²² O que Calvino chamaria de hipértese, parafraseando a forma como se referiu ao polifônico e polifônico "Modos de Usar" (PEREC, 2009), "hiper-romance (CALVINO, 1990, 135)" hiperbólico a partir de histórias que se cruzam em que tem a estrutura do interior de um prédio como espinha dorsal da narrativa: "O *puzzle* dá ao romance o tema do enredo e o modelo formal. Outro modelo é o corte de um prédio tipicamente parisiense, onde se desenrola a ação, um capítulo para cada quarto, cinco andares de apartamentos dos quais se enumeram os móveis e os adornos e são mencionadas as transferências de propriedade e a vida de seus moradores, bem como de seus ascendentes e descendentes. O esquema do edifício apresenta como um "Biquadrado" de dez quadrados por dez: um tabuleiro de xadrez em que Perec passa de uma casa a outra (ou seja, de quarto em quarto, ou de capítulo em capítulo) utilizando o movimento do cavalo segundo uma verta ordem que lhe permite ocupar todas as casas. (Teremos então cem capítulos? Não, mas noventa e nove, porque esse livro ultra-acabado deixa intencionalmente uma pequena saída para o inacabado) (ibid., 135-6)".

¹²³ A informação sobre Associação AMORABASE pode ser fartamente encontrada em <http://cruzadasaosebastiao.blogspot.com/> (acesso em 13/02/2019). O site da ONG está desativado pois a entidade não existe mais.

instrumentais para a pesquisa em todo no seu desdobramento, mormente, no subcapítulo **ESCOLA, SHOPPING A e IGREJA**. Todas as questões e agentes analisados ao longo desta pesquisa serão feitas a partir da interface com essas duas instituições mencionadas. O que significa dizer que todos os propostos subcapítulos temáticos toponímicos da pesquisa (**CRUZADA 1-7; 9 e 10**), **ESCOLA, IGREJA e SHOPPING A e B**) são mediados pelo acumulado de memórias e reflexões, a partir de minha inserção etnográfica incidental e copresencial na ONG, em que morava, e na Associação de Moradores, em que era voluntário. O relato de inspiração etnográfica é, destarte, tributário, mesmo que de maneira crítica e reflexiva, ao acesso extrainstitucional à contento que tive na Cruzada e seus agentes políticos e regiões envoltórias, por meio da ONG (**CRUZADA 7**) e Associação de Moradores (**CRUZADA 8**) em 2009/2010, mormente, no bojo da produção sociocultural do projeto Palavras Cruzadas¹²⁴.

Cada uma dessas toponímias subcapitulares correspondem a um uma ênfase temática e/ou disciplinar distinta de forma a compor um edifício inter(multi)disciplinaridade analítico total. A linguagem utilizada respeita as idiosincrasias e léxicos epistemológicos das disciplinas dominantes tratadas em cada um deles como se fossem artigos escritos por um autor diferente unificado por um organizador comum. Apesar de especializado cada item é acessível aos leitores neófitos, motivo pelos quais algumas partes e conceituações podem soar triviais. Apesar de ser possível uma leitura não

¹²⁴ As soluções que chamo de “arteteturais” para a Cruzada são recorrentes no texto, porque foi como agente sócio cultural que assumi uma identidade de morador não nativo. O cotidiano etnográfico com os problemas sociais de lá são descritos no âmbito desta iniciativa utópica. O antropólogo nativo ou co pesquisador que é um líder comunitário que foi pastor (“Nelson Anonimota”, nome fictício) está latente em quase todas as minhas considerações, o que pode ser comprovado no documento etnográfico. Haja vista que quase todas as minhas interlocuções no sítio foram mediadas ou orientadas por ele, que era, simultaneamente, o presidente da ONG e da associação à época da pesquisa. Não há um caderno de campo pois não era meu objetivo fazer antropologia durante minha inserção no sítio, mas sim ativismo político-cultural. Esta “etnografia incidental participativa” tem caráter etnometodológico, porque foi criada a partir de um determinado contexto sócio histórico vivido por mim no local em questão. A Igreja (padre), o Shopping (marketing social) e o Estado (escola, polícia e vereador), trafico (ADA) e os clubes (Monte Líbano e AABB) aparecem no relato a partir de alguns conflitos e parcerias deles com o Pastor que na época surgia como forte liderança política e religiosa. A descrição relativamente densa se deve mais a intensa de situações limites, pois que o meu acesso enquanto agente transformador social tendia a catalisar rearranjos de forças visibilizam as ambíguas zonas de (des)lealdades.

sequencial e pontual desses espaços/subcapítulos a la *groupwar*¹²⁵, a introdução, narrativa de campo (**Eixo A; CRUZADA 1**), a tese central (**Eixo A, CRUZADA 3**), questões metodológicas (**EIXO E/ CRUZADA 9**) a conclusão, apresentação e reatualização artística da pesquisa (**ESCOLA;EIXO E/CRUZADA 10**) são basais para o entendimento mais geral da obra – apesar de que, por ser um ator recente os subcapítulos referentes ao **SHOPPING (A e B)** desenvolve análises pioneiras na bibliografia clássica sobre a Cruzada¹²⁶. Sobre autonomia percussiva na leitura dos subcapítulos a partir de estruturas tecnológicas da (re)produção de conhecimento/informação:

Se meu livro *Le città invisibili* continua sendo para mim aquele em que penso haver dito mais coisas, será talvez porque tenha conseguido concentrar em um único símbolo [cidade] todas as minhas reflexões, experiências e conjecturas; e também porque consegui uma estrutura facetada em que cada texto curto está próximo dos outros numa sucessão que não implica em uma consequencialidade ou hierarquia, mas uma rede¹²⁷ dentro da qual se pode traçar múltiplos percursos e extrair conclusões múltiplas e ramificadas (CALVINO, 1990, 8).

1.6 Questões Metodológicas

¹²⁵ Elaborado por Engelbart foi um programa de condução dialógica cooperativa em que o distanciamento intelectual dos membros e estrutura agonística da retórica eram anulados pelo alto grau e instantaneidade de compartilhamento de informações intragrupal (LÉVY, 1993). “Com os *groupwares*, o debate se dirige para a construção progressiva de uma rede de argumentação e documentação que está sempre presente aos olhos da comunidade, podendo ser manipulada a qualquer momento. Não é mais “cada um na sua vez” ou “um depois do outro”, mas uma espécie de lenta escrita coletiva, dessincronizada, desdramatizada, expandida, como se crescesse por conta própria seguindo uma infinidade de linhas paralelas, e portanto sempre disponível, ordenada e objetivada sobre a tela (LÉVY, 1993, 66-7)”.

¹²⁶ Já por ser um ator já histórico, não somente na construção social e predial da Cruzada, como no ordenamento da ocupação do uso do solo no Brasil, a IGREJA, em seu subcapítulo toponímico correspondente, merece também destaque por apontar para uma compreensão histórica e criativa de longa duração da relação desta instituição milenar, que teve em séculos passados papel protagonista na regulação oficial do uso do solo e o habitacionismo social brasileiro.

¹²⁷ “A **rede** não tem centro, ou melhor, possui permanentemente diversos centros que são como pontas luminosas perpetuamente móveis, saltando de um nó a outro, trazendo ao redor de si uma ramificação infinita de pequenas raízes, de rizomas, finas linhas brancas esboçando por um instante um mapa qualquer com detalhes delicados, e depois correndo para desenhar mais à frente outras paisagens do sentido (LEVY, 1993, 26)”:

A recorrência do uso do pensamento social urbano de Simmel me atraiu para um aprofundamento mais metódico sobre sua obra. Ao fazer uma espécie de inventário do espectro de influências da sua sociologia, pude perceber seu vínculo morfogenético em relação às bases fundantes da minha atividade em pesquisas urbanas, bem como a própria sociologia urbana, sobretudo, as correntes tributárias à Escola de Chicago – mormente, sua segunda geração composta pelos interacionistas simbólicos. Mas, também a própria sociologia, tida como disciplina de cunho eminentemente imaginário, visto que à época de Simmel, a mesma ainda estava por se legitimar na história das ciências. Movimento de institucionalização do seu nicho analítico a partir do surgimento descontínuo de subdisciplinas, formações discursivas e campos de enunciados sociológicos, mas a partir do diálogo e confronto com outras velhas e vindouras disciplinas e saberes (FOCAULT, 2005).

A visão epistemológica e sociológica de Simmel (2006) dividiu didaticamente a Sociologia em Geral, Pura e Filosófica. Ao coadunar copiosamente o conceito de sociação (equivalente de sociedade) com a prática da ciência, sua “pequena sociologia” _ em contraposição à “grande” (Marx, Durkheim e Weber) _ propõe que esta disciplina é científica, apesar do caráter abstrato intangível do conceito de sociedade – e em contraposição ao caráter concreto substantivo da noção de indivíduo. E que ela é mais do que uma disciplina, mas um método de pesquisa aplicável a outras (ibid.). O que pode ser bem exemplificado pelo uso do instrumental historiográfico multidimensional (político, cultural, social, religioso, ...) francês proposto pelas diferentes gerações da Escola dos Anales (BURKE, 2010), em que a linearidade cronológica causal etapista não é o paradigma movente. Uma desses arranjos interdisciplinares, história social da religião, presente nesta pesquisa que é também sobre o papel político da Igreja na sociedade brasileira, fora inaugurado por Weber – a partir da percepção categórica de que “(...) o homem moderno (...) costuma ser incapaz de atribuir às ideias religiosas a importância que merecem em relação à cultura e ao caráter nacional (WEBER, 2011, 141)”.

A antropologia histórica ou dinâmica (etnografia e história) permite analisar diacrônica e sincronicamente o objeto empírico, no o campo

multidimensional da/sobre a Cruzada com um olhar menos dependente das fontes documentais. A análise discursiva ao longo do tempo de longa duração no campo político, midiático, comunitário e científico na/sobre o Condomínio em questão podem ser propostos na seguinte chave: mundo ideal moderno X espaço “real” cotidiano (LEFEBVRE, 1998). O que na Cruzada pode ser polarizado tipológica e didaticamente em 2 polos sócio discursivos relativamente opostos: político/midiático X comunitário/científico. Já o mediador cultural desses seria a dimensão simbólica, por qual se opera a (des)(re)construção social dessas idealidades que são sempre reais e “realidades” idealmente construídas em conflitos e consensos morais discursivos dentro e fora do Condomínio.

Essa densidade empírica multifacetada torna imperativo uma abordagem investigativa inter(multi) culturalista e estruturalista¹²⁸, que aponte para uma teoria do fenômeno humano universal e atemporal sem negar a natureza complexa da sua especificidade social plural e mutante. No caso da pesquisa: Consensos e conflitos, lealdade e deslealdades, coesões e ambiguidades, sinergias e distopias entre os atores/agentes no sítio e período estudado servem para teorizar sobre o impacto das políticas públicas de habitação social denominado Projeto Cruzada.

A abordagem Ambiente/Comportamento ou Pessoa/Ambiente intersecciona variáveis do comportamento humano com do comportamento espacial, a partir das teorias de percepção (Gestalt), processos cognitivos/experienciais (Transacionista) e comportamentos espaciais (Ecológica) (REIS; LAY, 2005)¹²⁹. Por tal motivo, permite pensar a percepção

¹²⁸ O que não significa dizer que Strauss não era culturalista a sua maneira, mas somente que ele buscava no estudo minucioso das culturas e histórias indígenas as supostas invariantes estruturais classificatórias como cru, cozido (2004), natureza e cultura (2009), que segundo alguns críticos, como Latour, Descola, Tim Ingold e Gisli Palsson não deixa de ser uma abstração atemporalizante ocidental etnocêntrica. Vez que não há aparente consenso em não haver sociedade sem história, a epistemologia antropológica parece apontar para novas questões ao avesso de cunho sociobiológico: pode haver sociedade sem corpo; cultura sem natureza; antropologia sem troca e ciência sem arte?

¹²⁹ Há que considerar limitações e imprecisões por usos pouco homeostáticos da triangulação da teoria Ambiente Comportamental, que, por vezes, tende a classificar comportamentos segundo padrões pré-estabelecidos que não necessariamente corresponda às reais intenções dos usuários. Mesmo se orientada por uma Psicologia Ambiental quanto as metodologias e instrumentos avaliativos de performance do ambiente construído/vivido, ainda podem ser muito arraigados a fatores técnicos, funcionais e comportamentais que dissociam corpo/mente e indivíduo/ambiente (RHEINGANTZ, 2004), com forte acento behaviorista da psicologia norte

urbana dos moradores da Cruzada em relação a antiga favela, o condomínio modernista e o Shopping pós-modernista, bem como dos demais moradores do Leblon com prédio da Cruzada. A introdução dos Estudos de Ambiente e Comportamento instrumental transdisciplinar (Arquitetura/Urbanismo, Antropologia/Sociologia e Biologia/Física) traz um condensado enfoque multimétodos para abarcar em totalidade analisável os aspectos físicos estéticos, funcionais e estruturais e percepção, comportamento espacial e cognição edílica. O que permite instrumentalizar minha experiência em situação real de uso do ambiente construído/vivido por meio de observação e autorrelatos (métodos focados na pessoa) e *walk through around the block* (métodos focados no ambiente) (GÜNTHER; ELALI; PINHEIRO, 2004).

O caráter presencial do morador pesquisador do lugar real/simbólico que é o Cond. Cruzada, a partir das diversas corporalidades, a vibrátil (micropolítica volitivo sentimental) e a cortical (macro político identitário representacional), (ROLNIK, 2014), no que permite me valer de técnicas presenciais atuacionistas similares ao *walkthrough* de percepção ambiental (fora) e a observação atenta, amplificada pela expansão da consciência por meio de técnicas de meditação budista de auto percepção (dentro) – como enfatiza linha Cognitiva (objetividade) Experiencial (subjetividade).

Em lugar de continuar a simplesmente replicar experimentos, precisamos: (a) nos capacitar para experienciar o ambiente construído com uma atenção tão precisa e desapaixonada quanto possível; (b) aprender a, simplesmente, observar o “pensamento” e a dirigir nossa atenção para o processo ininterrupto da experiência; (c) aprender a reconhecer o contato mente/objeto, o sentimento dele proveniente, o discernimento do objeto, a intenção a ele relacionada e a atenção com o objeto que, combinados, formam o caráter de nossa consciência em um momento particular da experiência. Na medida em que surgem os conteúdos da experiência – pensamentos discursivos, “coloridos” emocionais, sensações corporais – o observador atuacionista, em lugar de se preocupar com o conteúdo ou com o sentido do pensamento, deve simplesmente observar o “pensamento” e dirigir sua atenção para o processo ininterrupto desta experiência (RHEINGANTZ, 2019, 9)¹³⁰.

americana. Isso tende a ocorrer, sobremaneiramente, se utilizada a Gestalt de forma cega, visto que ela defende a existência estruturalista de leis gerais universais e atemporais. Uma medida cautelar para evitar isso seria mesmo a utilização de uma abordagem metodológicas multimétodos equilibrada que combine os fatores estéticos, estruturais e funcionais, respectivamente ou não, em relação ao viés da Gestalt/ Transacional/ Ecológico). Interessante pontuar que esta segunda, também denominada de Abordagem Ambiente/Pessoa Cognitiva Experiencial já tem, assim como na terceira, a Ambiental (psicologia e ecologia), uma abordagem morfogeneticamente interdisciplinar, já que enfatiza o caráter presencial e humano tanto antropológico, quanto biológico.

¹³⁰ disponível em http://www.fau.ufrj.br/prolugar/assets/corpo_presente_nutau2004_par.pdf, acesso 08/02/2019.

Essa síntese crítica entre afetos e cognições que valoriza a percepção espacial em termos duracionais, no sentido de Bergson (2014), na chave do cosmo agido em detrimento do ego agente, pode ser também cotejada com a epistemologia milenar taoísta baseada na complementaridade dos polos opostos. Bem exemplificada na ritualística da meditação ativa que é o *Tai Chi*, que permite perceber essa oscilação de grau entre os polos ambiente/indivíduo e eu/outro e aqui/alhures, trata-se de um saber heurístico que pode funcionar como alongamento antropológico fundamental para manter rijos os músculos mentais de uma existência multissituada e alteridade assistida. Ferramenta que também pode ser útil para as diversas correntes de Estudos de Pessoa e Ambiente, como é proposto no Laboratório de Estudos Ambientais da UnB, em que a experiência vivenciada ao ser criticamente cartografada a partir do espaço permite intentar uma espécie de autobiografia afetiva e cognitiva ambiental (ELALI; PINHEIRO, 2008). Para Rolnik (2014), o território percussivo a ser desbravado e relembado, é o da subjetividade volitiva, já que as paisagens podem ser psicossociais em constante transformação como o espaço externo, a depender do grau de abertura para o fluxo do desejo, contínuo, irreversível e imprevisível. No que permita mover pelos dobramentos antigos colonizadores de representações identitárias cristalizadas na psique coletiva e se alinhar suas placas tectônicas.

No meu caso, esta percepção urbana vivencial tem como matriz basal o que chamo de etnografia coabitacional, que, por acaso, por ter ocorrido por acaso, pode ser entendida também como “incidental”. Desprotegido da pele dura da *hardscience* e antropologia de gabinete, o antropólogo, pode viver na pele não um simulacro do outro, mas, se mediado por uma alteridade assistida, em que personifica uma subjetividade performática diferente da sua, mas sem se descentrar de seu *self* – performance social cênica em que, se atua, é invisivelmente, quando o ator some em prol da interpretação (OIDA, 2010), o antropólogo, em prol do ritual.

O comportamento espacial de um condomínio, funcionando como comunidade aponta para a tendência de percepção urbana interna, mas, mormente, externa, de uma hibridização consensual e conflitual de 2 realidades:

o ambiente vivido da vernacular favela imaginária Praia do Pinto e ambiente construído do modernista concreto Cond. Cruzada São Sebastião. Um processo dinâmico paratático de manutenção/ruptura de identidade mnemônicas coletivas dos moradores a partir também dos atributos físicos do ambiente, que corroboram (auto) estigmas sociais geradores do comportamento sócio espacial de Condomínio Comunidade e relativos graus variados de apartheid moral em apartamento.

O material que subvenciona os diversos portais disciplinares analíticos é proveniente do período de dezembro de 2009 a fevereiro de 2010, quando atuava (e morava) na Cruzada como produtor sociocultural no projeto de educação musical e *folk* comunicacional “Palavra Cruzada” – como já foi dito. Mediado por essa iniciativa, tive acesso privilegiado a algumas problemáticas urbanas locais: violência urbana / tráfico, educação / cidadania, des(sub)emprego / informalidade, autoestigma / exclusão sociorracial, governança / segurança pública, urbanidade / adequação territorial. Em termos gerais, pude observar múltiplas e ambíguas interfaces consensuais e conflituais rizomáticas em processos sociais de consensualidades e/ou conflitualidades relacionais composta por atores internos e externos. Essa complexidade social é geradora de território de disputas morais intensas, passíveis de serem pensados em transversalidade pelo conceito multidimensional de campo (esportivo ¹³¹, artístico, ativista, religioso ¹³², social, simbólico, econômico, associativista, político, estatal, criminoso, comunitário,...).

A percepção dessas facetas do cotidiano moral desse microcosmo social imbricado e multifacetado foi intermediada através da liderança comunitária,

¹³¹ Como alguns moradores se tornaram jogadores de futebol, talvez estimulados pela proximidade do local com o Clube de Regatas Flamengo, lembrando que no passado a favela da Praia do Pinto era conhecida como República do Mengo (SIMÕES, 2008), esse campo de atuação (e o artístico como funk e pagode), acenam como escapes paliativos de ascensão socioeconômica consensual aos negros na sociedade carioca (GORDON, 1995). O que no fundo, servem também repactuação do sistema social desigual. São, no entanto, espaços oficiais de licença racial de natureza classificatória estigmatizante, o que confere a eles distinção simbólica inferior em relação a outras atividades/musicalidades “qualificadas”. Efeito parecido ao que ocorre em projetos socioculturais de integração social que enfatizam estilos artísticos locais e que reforçam o estigma social dos grupos marginalizados, em vez de atenuá-los (NASCIMENTO, 2014).

¹³² Em relação às religiões afro brasileiras, devido ao seu caráter transterritorial, não dependem somente do espaço urbano sagrado (terreiro), que no caso dos antigos moradores da Favela Praia do Pinto Cruzada foi extinto, mas também da natural (CARNEIRO, 2011), o que pode permitir resiliência no caso de imposição de uma visão de mundo religiosa, como ocorreu com o projeto da Cruzada que é visivelmente catequético e civilizatório cristão (OLIVEIRA, 2012).

empreendedora e evangélica da Associação de Moradores/ONG local (2009-10), que permitiu minha permanência como morador/produtor cultural no local. Sua origem católica negada pela sua orientação protestante parecia ser afim à uma orientação sócio-emancipatório de um capitalismo ascético, o que não seria possível seguindo o rumo de seus consortes que resolver “empreender” através da economia da ilegalidade (Tráfico/Banditismo). Representava, destarte, um projeto civilizatório insurgente e contra-hegemônico nativo no Brasil predominantemente católico patrimonialista subalternizante (filantropia cristão solidarista ou, mais atualmente, corporativa, como nos projetos de Marketing social, como do Shopping Leblon para crianças da Cruzada¹³³). Mesmo que fosse, muitas vezes, traído pelas suas contradições de identidade e interesses e poderio do catolicismo e burguesia do bairro, o que não o permitiu, assim como eu no projeto “Palavras Cruzadas” concluir suas “obras” à contento, somente a tentativa, mesmo que ainda somente retórica, já era o suficiente para despertar uma crítica interna e compreensível para seus interlocutores locais. Crítica essa passível de gerar relativizações desconstrutivas dos projetos civilizatórios de agentes hegemônicos, sempre a capitalizar com menos-valias a pobreza. E não será este trabalho um produto deste seu sonho de abrir mentes para a dignidade humana?

Ainda em relação à pesquisa de campo incidental realizada em 2009-10 (a partir de 2014-15, com visitas ocasionais e planejadas), os vários instrumentais investigativos são operados através de observação participante participativa. Em Whyte (2005), é visível o comprometimento sociológico descritivista, mas também *approach* político social militante. Apesar do seu alinhamento teórico-metodológico com o interacionismo simbólico (2º geração da Escola de Chicago)¹³⁴, é possível cotejar sua etnografia com relacionismo contrastivo da Escola de Manchester¹³⁵, mormente, no tocante ao engajamento social na descolonização da Rhodésia (FELDMAN-BIANCO,

¹³³ A opção de trabalho com as crianças em atividades extracurricular não é algo inédito sobretudo na Cruzada, onde umas das poucas associações positivas do local para a sociedade carioca é o projeto Usina de Talentos iniciado pelo ex-jogador, cria do local, Dominginhos para revelar novos nomes para o futebol local e nacional.

¹³⁴ Interacionismo Simbólico, “Apresentação do Eu na Vida Cotidiana” de Goffman (1985) e “Zonas de Lealdades” de Footie Whyte (2005).

¹³⁵ Antropologia Social Britânica, etnicidade relacional contrastiva de Gluxmann é um dos pilares dos estudos de análises de sistemas interétnicos no Brasil.

2010). É patente, nesta pesquisa aqui enunciada, a referência também ao modelo generativo de Barth, cujo arcabouço temático, institucional – em relação a antropologia americana (Chicago) e inglesa (Manchester) – e epistemologicamente está equalizado entre pesquisa empírica e bibliográfica, entrevista formal e observação, conceito de cultura e etnia, variação minimalista e generalização tipificante; estrutura e ação social; rigor científico e insight perceptivo; eu e o outro; eu familiar e eu's sociais; local e global.

A “diversidade metodológica” (EGLER, 2005, 13) – Escola de Chicago e Manchester – permite cotejar o saber local também (etnometodologia), para além da interdiscursividade analítica entre metodologias “científicas” consagradas com esta alcunha. No caso desta pesquisa, a partir de coletânea colaborativa cultural dos pontos de vistas advindos do subtexto da atuação do antropólogo nativo e do senso comum/rotina dos demais atores sociais a partir de um “princípio de reciprocidade interpessoal (WHYTE, 2005, 354)”, é possível formar um mosaico de vozes teorizantes na prática sobre os seus quefazeres sociais. Essa opção permite assumir ambiguidades e incongruências – gradações étnicas identitárias – dos fenômenos sociais como elemento chave para compreensão sistemática da realidade estudada (BARTH, 2000). A relevância do procedimento empírico etnográfico como eixo fundamental etnológico analítico, sobrevém da relativização da relevância da pesquisa teórico bibliográfico apriorística (ibid.) e das entrevistas formais de campo – Bateson (2000) radicaliza ao afirmar que há uma perda da aura e fidelidade etnográfica das deixas simbólicas no registro tecnológico (gravador).

Já a pormenorização da fala do nativo e contextualização com seu momento de vida permite um *constraint* epistêmico basal aqui em prol de uma equalização ponderada entre antropologia acadêmica descritivista, que não coincida com realismo social positivista ou narrativa literária (WHYTE, 2005), sem deixar de ser, no entanto, intimista e inovadora (GEERTZ, 1988). Há que se considerar que a epistemologia crítica, talvez, tenha relativizado demais o papel do estrangeiro em um grupo estudado (WHYTE, 2005) em um movimento parecido com o conceito de relativismo. Velho (1991) denuncia os excessos de usos na opinião pública associado a um aspecto constitutivo da

Antropologia, que tende a se consubstanciar em autor referência didática da disciplina reiterante de discurso niilista/pós fundacionista.

A proposta de pesquisa que apresento tem uma abordagem epistemológica dupla dentro da discussão de subcategorias fundantes mais ampla da Antropologia: pós-estruturalista na linhagem a partir da teoria dos campos – que permite tornar mais didático o relato de campo – e etnometodológica a partir dos estudos culturais. O material etnográfico espontâneo surge oriundo da minha interface vivencial real no local como morador e produtor cultural do projeto sociocultural autônomo de Educação Musical (Projeto Palavra Cruzada) no Condomínio Cruzada São Sebastião. Essa experiência *folk*comuninacional que me permitiu desenvolver um lugar de fala local, mesmo sem deixar de ser um morador *su generis*, o que influenciou a metodologia (autopesquisa, etnometodologia, *cultural studies* e pesquisa-ação) utilizada tanto no projeto sócio educacional musical, como, em parte, para este acadêmico, cuja inspiração fora aquele. Sem querer forçar o direito universal de autodeterminação dos povos aplicados aos processos identitários espaciais, me apresento aqui como ex-morador circunstancial da Cruzada São Sebastião (não nascido e nem criado lá, mas talvez, recriado). Mesmo que não tenha sido de fato aceito socialmente como um morador, inclusive, por não dispor de recursos na época para oficializar um contrato de aluguel em 2009-10, o que também não é o único pré-requisito, acredito ter sido impactado pela vivência em situações limites que vivi em pouco tempo no local. Além disso, como a minha própria ligação com esse tema de pesquisa já está completando 10 anos, em termos de interterritorialidade heterotópica (FOCAULT, 2015), afirmo que é possível um indivíduo pode pedir asilo em qualquer porto, se não físico, pelo menos, poético ou científico. A abordagem acadêmica não deve funcionar como filtro especializado e estanque do real¹³⁶, em que pesquisador se isenta artificialmente de passionalidades que existem sim, passíveis, porém, de ser trabalhadas em uma clínica do fazer científico, – a partir da apreciação das condições sociais da ciência (cientificidade) proposta por Bourdieu (2012).

¹³⁶ Faço alusão ao brilhante ensaio de sociologia do conhecimento de Snow (1995) que demonstra como a separatividade entre Ciências Naturais e Humanas, e Sociedades Hegemônicas e Periféricas tem empobrecido uma visão mais total sobre o mundo na intelectualidade contemporânea.

Essa dupla abordagem metodológica, sincrônica e diacrônica, permite que um olhar que explicita o caráter social ou condições de cientificidade de toda pesquisa, como aponta a “sociologia clínica” proposta por Bourdieu (2012). Há, destarte, um caráter epistemológico (sociologia e antropologia do conhecimento) subjacente ao tema principal, a problemática cultural e social da habitação no Rio de Janeiro, ao qual a análise é previda pelo caráter autobiográfico desta autopesquisa sobre alteridade de classe, raça, religião, cultura e espaço. Essa tentativa de percepção 360º permite perceber o processo dinâmico de formação da realidade/mítica social a partir do que Sahlins (2008) chama de estruturas conjunturais e estruturas conjunturais, os estruturantes que são estruturados e vice-versa (BOURDIEU, 2005).

A inter(trans)disciplinaridade –, o que sempre requer um espírito indisciplinar também, vez que não visam formatação de um objeto em coerências exteriores e extemporâneas monolíticas, – permite, ao final, do percurso analítico, apontar para generalizações mais com maior precisão, como defende Barth (2000). E, nesse sentido, fazer avançar o conhecimento científico e humano de forma autoral, sobre o seu entorno subsidiado para além da percepção de aparência estabilizadora de extensão espacial e descontinuidade temporal dos sistemas organizados, facultada pela ordem teleológica e taxonômica, da qual, de fato, é um diferencial evolutivo dos humanos (BERGSON, 2014). Doravante, conectado com a evolução da vida através da “ordem” vital e entrópica, em que o impulso criador e, não, a seleção natural, é a matéria prima fundamental da duração que exprime a vida e faz da diferença e o direito a ela, mesmo que ainda em virtualidade embrionária, a maior obra de todas:

Essas obras seriam incompreensíveis se não fossem apoiadas por uma compreensão termodinâmica da evolução da arte, da informação ou da cultura. Essas manifestações descompassadas correspondem a informações entrópicas, que são subjacentes a todo sistema organizado e constituem seu antídoto e ameaça. Estes descompassos acidentais correspondem a verdadeiros anticódigos, antimeios, ou antimensagens, que exercem uma importante tarefa no sentido desajustar hábitos e produzir percepções que são sempre predicativas, pois precisam operar na linha de tensão entre o velho e o novo (FERRARA, 1993, 186-92).

2 SENTIDOS CRUZADOS: Etnografia incidental coabitacional no Condomínio Entre a Cruz e a Espada¹³⁷

Livro caído de um prédio: a atualidade de um clássico

Este relato narrativo literário e criativo de inspiração etnográfica tem caráter incidental, inconsciente, pois as vivências copresenciais vividas por mim no sítio estudado de forma observadora participativa, não tinha objetivo na época das mesmas de constituir material etnográfico formal para pesquisa antropológica – ao invés de etnográficas, poderíamos até chama-las de “a/r/t/ográficas” (IRWIN, 2008)¹³⁸. Já havia, no entanto, lido o clássico “Sociedade de Esquina” de *Foot Whyte* (2010). Talvez, por isso, ao me deparar com o cenário proposto de zonas degradadas em Boston (EUA) não pude deixar de procurar na cidade do *Rio de Janeiro* (BRA) uma espécie de *anteparo prático-simbólico* para mais apuradamente me conduzir pelo texto – a exemplo do que é feito pelo método pedagógico construtivista *freiriano*, que utiliza elementos vocabulares do “cor-local” do aluno para criar mais envolvimento no processo educacional. O Condomínio da Zona Sul que vislumbrei cognitivamente era considerado uma área predial “degradada” da Zona Sul do Rio de Janeiro, do qual não sabia muitas informações a não ser a clarividente percepção de que os moradores daquele local se distinguiam social e racialmente da imagem estigmatizada que se tem dos outros moradores da área. Mas, também que o sítio arquitetônico homogêneo do prédio, quase soviético, destoava do padrão do bairro, até porque o Shopping que o ladeava,

¹³⁷ A partir da “observação participativa” no espectro de ação do projeto socioeducativo de educação musical “Palavra Cruzada: a voz do Leblon”. Seguindo a tradição etnográfica urbana os nomes das pessoas e lugares contíguos ao local estudado foram modificados para preservar a identidade dos envolvidos aqui enunciados nesta narrativa, que sempre é subjetiva, apesar do esforço em descrever com maior fidedignidade e totalidade as dinâmicas dos fatos observados.

¹³⁸ “São a/r/t/ografistas [artistas-investigadores-professores] que representam suas questões práticas, sua emergente compreensão e textos analíticos criativos. Estão vivendo seu trabalho, estão representando sua compreensão e estão executando suas posições pedagógicas, e enquanto interagem teoria, prática e criação através de suas experiências estéticas passam significado no lugar de fatos. Seu trabalho é ao mesmo tempo ciência e arte, mas está mais perto da arte, e como tal eles procuram realçar o significado no lugar de certeza (IRWIN, 2008, 98)”.

em toda sua suntuosidade capitalista, parecia demarcar um imenso muro de Berlim invisível. Contemporâneo do mesmo espírito da salvação pela planificação que construiu *Brasília*, o Condomínio "Entre a Cruz e a Espada", inaugurado no ano de eleição de J.K. (1955), era um marco da história urbana da habitação social brasileira. Mas isso eu ainda não sabia quando apenas o utilizei como realidade aumentada para minhas leituras.

Quando li livro em questão não imaginava que iria viver no local anos depois, como que caído de paraquedas. O que, de fato, ocorreu quando por circunstâncias pessoais involuntárias, busquei abrigo nesse Condomínio. Durante minha permanência na cidade do Rio, desde 2007, vivi, em função, da minha situação profissional instável, a experiência migrante de fazer incursões por vários bairros, favelas inclusive, e várias tipologias de habitação, o que de fato me permitia ter conhecimento heurístico em análise do mercado imobiliário carioca. Após ser praticamente expulso do quarto que morava no bairro da Gávea por uma Senhora de Maringá (PR) que iria necessitar do mesmo para sua neta trabalhar no Shopping homônimo do bairro, busquei um local provisório em que pudesse permanecer até encontrar outro lugar, com direito a compulsória remoção de meus pertences – como algumas autoridades de ordenamento urbano fazem com os mendigos na rua, com agravante de quase nunca levar seus pertences para o dispensário dos pobres. O episódio revela a posição de *outsider* de um migrante no Rio de Janeiro, mesmo que de classe média, em meio a contexto socioespacial de autorreferência ultrabairrista dos moradores de alguns bairros – cujo ápice, no entanto, é o bairro da Tijuca (zona norte) e, mais, recentemente, Leblon (sul), que conta até com adjetivos para se referir aos seus moradores (“tijucano” e “lebloense”) – o que pode ser operado contrastivamente combinado com certo xenofobismo regional.

Homeless: uma cruzada habitacional na zona sul

Por sorte, já que a ansiedade da senhora não era compatível com o tempo necessário para encontrar um outro local de moradia, ao me deslocar por um condomínio social na Zona Sul para procurar apartamento, me foi

oferecido asilo social e regional, provisoriamente, na sala de uma ONG local, onde poderia deixar meus pertences que incluía na época colchão, sofá-cama e um violão – um fogão de acampamento que doei para *Associação*, até porque todos os indícios levam a crer que estraguei a máquina da ONG no primeiro dia de uso. Procurava apartamento exclusivo para mim de prontidão, mas a oferta do ex-pastor *Nelson Anonimato Mota (AnoniMota)*, na época, presidente da *Associação* de morar em sua ONG *Economia e Sociedade* que atuava prioritariamente em ações sociais e esportivas junto à comunidade, era minha única opção, até que surgisse uma oportunidade mais adequada. Antes de me alocar no local, meu cicerone alertou-me para eu ficar mais reservado no local e, por isso, me intermediou em quase todas minhas interlocuções. Comentou também que a área do *Entre a Cruz e a Espada* seria uma ramificação do comando ADA (Amigos Desgraçados Amigos) que dominava o comércio no Vidigal na época da pesquisa, e que eles estavam descontentes com seu protagonismo político duplo exemplar, na *Associação*, mas também na ONG, – cuja gestão eficiente permitiu experiência e liderança para pleitear a vaga da primeira.

Segundo o mesmo, após um golpe político burocrático na legislação interna da eleição, envolvendo representantes do *Shopping* e da *Paróquia*, que exerciam influência política grande sobre as decisões da *Associação*, ele havia sido impedido de exercer sua vontade antiga de assumir o órgão da liderança comunitária oficial para reabilitar o prédio. Foram criados impedimentos extralegais para que ele não assumisse o posto, apesar de ele ter ganhado a eleição. Porém, depois de consagradas a crise financeira na entidade e a necessidade de alguém com o perfil do *Nelson* fora convidado a saneá-las pelos mesmos que receavam de que com seu carisma combativo, a fé evangélica e uma mentalidade transformadora pudessem ter um estímulo oficial. A projeção advinda da função com prerrogativas também políticas significava uma margem de interferência e poder maior do que o considerado seguro por seus adversários, que tinham ainda muito acessa a memória estigmatizada do novo líder atrelada a uma narrativa de ex-usuário de drogas, ex-pastor, homossexual e de ex-discípulo de pai de santo. Talvez por esse motivo de sua instabilidade política, minha presença fosse um instrumento de

mediação aparentemente lícito. Como expoente de uma família católica e formado em publicidade poderia instrumentalizá-lo semioticamente para que ele conseguisse se adequar com mais eficácia aos subcódigos linguísticos dos discursos de seus oponentes político.

Alma de antropólogo, Corpo de “artevista”

O contato com os locais fora edificante para mim, no sentido, de quebrar um pouco as barreiras morais que me separavam da dura realidade sociais de pessoas negras provenientes de favela. Na época minha prioridade era a carreira musical e teatral, a qual havia tentando alavancar sem sucesso na indústria cultural carioca, devido minha incompatibilidade com modelos eruditos e excludentes de arte, que não dialogasse com o povo e seu cor-local, apesar de utilizá-lo como suposto beneficiado e tema exotizante das obras. Não vislumbrava à época também problematizar a questão vivida no Condomínio em pesquisa antropológica, no sentido acadêmico, pois estava afastado da academia e até havia engavetado minha proposta de mestrado sobre migrantes goianos de classe média em Brasília, devido também ao modelos e formatos científicos da antropologia, apesar de participante, pouco engajados e participativos, no sentido de transformação social imediata. Essas aptidões artísticas e científicas desperdiçadas que estavam latentes durante minha passagem pelo Rio de Janeiro, de fato, pulularam com loquacidade, a partir do momento em que tive contato com meu novo sítio de moradia. Já buscava um *lôcus* multissituado entre a arte e ciência na minha identidade e prática política - mas também, lirismo poético e engajamento social –, sem, no entanto, ter muito êxito em uma cidade em que a prática se coaduna mais com propostas fluídas e espontâneas do que planejadas e conceitualizadas. A experiência antropológica, ou etnográfica incidental de alteridade social e racial entre eu e os moradores do Condômino, me levou a um intercâmbio interno dos polos epistemológicos arte musical inclusiva e ciência antropológica participativa, no equilíbrio frágil entre o projeto e improvisação.

Após ser coagido pelas crianças a tocar com elas, eu de fato, tentei convergir esses momentos de sinergia humana em um cabedal de ações assertivas e afirmativas, que propusesse mecanismos práticos para arrefecer o estigma social desse prédio no bairro, bem como na cidade e sociedade envolvente. Iniciara assim o exercício de prática de conjunto musical com os garotos de lá das canções escolhidas do meu repertório.

Espongiariamente sensível à visão de cidade que poderia microscopicamente construir, a partir dali, pela primeira vez, incidentalmente, iniciei um projeto de arte educação com as crianças da comunidade, não tão, incidentalmente assim, interrompido por questões diplomáticas relativas às disputas de interesses e consorciamentos de lealdades múltiplas entre as instituições (e agentes representantes das mesmas): Associação, ONG, Igreja, Tráfico e Política - o que me levaria à necessidade posterior de realizar pesquisa de doutorado sobre o tema para sanar minhas questões em aberto com a problemática da conflitualidade microfísica no contexto de zonas degradadas e a questão da habitabilidade de projetos de habitação social vertical. Somente imaginava os históricos conflitos de identidade entre moradores da zona sul com este Condomínio em questão, geratrizes de oscilante processo de estigmatização e marginalização social. Mas de alguma maneira o grito de fúria e som desses “degradados filhos de Eva”, parecia ser o mesmo que o meu naquele momento. Mais do que permuta com a moradia, passei a me identificar deveras com aqueles locais, pois de alguma maneira e, mesmo, que um pouco artificialmente, pois não era reconhecido como um deles, tentei internalizar suas visões e invisibilizações de mundo. Protegido pelo meu *background* de estudante de comunicação (graduação na UFG em 2000-2004) e antropologia (aluno especial na pós-graduação da UnB em 2005-6) esbocei com as crianças carentes de atividades ocupação um projeto de educação musical e arte-comunicação que pudesse traduzir os seus pontos de vistas. Um desafio inicial era de, apesar de serem moradores de um prédio da *Zona Sul*, eram vistos e, em certa medida, se vinham, como favelados de um morro.

O intuito secundário era também dar vazão a minha vasta obra musical como compositor e pesquisador de música popular que tem na alteridade e na

diversidade cultural o tema central de minha estética, poética e ética artística. Um ano depois, em 2011, ao terminar de ler o livro "Sociedade de Esquina" (Ibid.), quando cursei a disciplina Pesquisas Urbanas no IFFCS/UFRJ, já não mais morador, percebi a vitalidade de minhas vivências e experiências no prédio e pus-me a reportar etnograficamente algumas situações reveladoras de uma espécie de apartamento moral cotidiano da comunidade, a partir de minha interferência como artista ativista.

Prédio por fora, Favela por dentro

No começo de *dezembro de 2009*, procurei a *Associação de Moradores Entre a Cruz¹³⁹ e a Espada*, situado em uma área da cidade *Pra Lá do Jardim de Alah*, em *bairro da Zona Sul do Rio de Janeiro (RJ)*, conhecido como *Leblue*. Exatamente, um dos quarteirões mais nobres dessas paragens: ladeado pelo *Shopping Leblue*, *Teatro Alô Senzala* e da hoje extinta casa de show *Espala*, além da *Paróquia de Todos os Santos*, *Escola Municipal de Todos os Santos* e o *Clube Beirute e Flamenco*. Com a demanda real de que necessitava alugar um imóvel no *Condomínio* que é composto de *10 blocos de edifícios* de 7 andares, conversei com *presidente da Associação e ex-pastor* que é o *Nelson Anonimato Motta*, cria da comunidade. Em função da estigmatização negativa dos moradores e das péssimas condições aparentes de manutenção do prédio

¹³⁹ Os nomes são quase todos fictícios, já que inicialmente essa pesquisa era sobre uma área urbanisticamente planejada em situação de degradação física e moral tinha um propósito antropológico, que preza por um *etos* narrativa de não revelação das fontes humanas da pesquisa e, muitas vezes, dos locais também não. Mas também, porque por se tratar confessadamente essa primeira parte da pesquisa de uma espécie de etnografia *a posteriori*, empreendida pelo meu esforço subjetivo de observação e memória, tal procedimento editorial desresponsabiliza qualquer agente envolvido no relato de sanções e ônus de qualquer ordem, cabendo exclusivamente a mim qualquer responsabilidade pelo que é escrito. A partir do momento em que a pesquisa se tornou também uma pesquisa de planejamento urbano, o que de fato aconteceu em 2014, quando, a revelação dos locais e entidades, se torna importante instrumento para futuras realizações de novas políticas urbanas para o local pesquisado. Nesse sentido, à guisa de legenda, é mister afirmar que: Shopping = Shopping Leblon; favela do Pau = Favela do Morro do Pinto; Entre a Cruz e a Espada = Cruzada; Leblue = Leblon; Selva de Fera = Selva de Pedra; Clube Beirute = Clube Monte Líbano; Flamenco = Flamengo; Teatro Alô Senzala = Teatro Oi Casa Grande; Escola Municipal e Paróquia de Todos os Anjos = Escola e Paróquia Santos Anjos; Espala = Escala e Associação de Moradores Entre a Cruz e a Espada = Associação de Moradores da Cruzada (AMORABASE); Projeto Amigo Amigo = Aluno Nota 10; Concessionário Rio Barra de Sá = Rio Barra S.A.; Tio *Playground Mobil* = vereador Tio Carlos; Boneco Lego = Manoel Carlos; Dom Nova Brasília = Dom Hélder Câmara e ONG Economia e Sociedade = ONG Crescendo em Graça

e suas dependências, a área é considerada degradada pelo poder público e demais moradores do *Leblue*. Ao todo se estima, com base em dados *extra-oficiais* da *Associação*, que moravam na época que habitei copresencialmente o local (dezembro de 2009 à janeiro de 2010), cerca de 5.000 pessoas entre remanescentes e descendentes da extinta *favela do Pau* – onde é localizado hoje o grupo de condomínios da orla da lagoa vulgarmente conhecidos como *Selva de Fera* – trabalhadores, contraventores, estudantes, vendedores do *Shopping*, traficantes, garis, ambulantes e outras categorias profissionais de baixo poder aquisitivo e *status* social.

Batalhas Campais: complexidade dos campos de disputas de discursos e práticas sociais

O *Shopping*, desde sua construção, que implicou quebra de uma rocha gigante no local onde está situado, provocou impactos ambientais¹⁴⁰ na região e ficou acordado judicialmente, que ele teria que arcar com uma *contrapartida social* mensal para a *Associação*. Havia, porém, projetos socioeducativos organizados pelo *Shopping Leblue* em parceria diretamente com a *Paróquia*, o que, segundo *Nélson*, anulava a autoridade da entidade que representava – pois que a mesma não tinha se quer o caráter consultivo nessas iniciativas. Por sua vez, a *Paróquia*, por seu vínculo com a *Igreja Católica*, que concebeu o projeto do Condomínio em si, centralizava nos bastidores o poder relativo sobre os rumos da *Cruz e a Espada* e a própria *Associação*, apesar de que o poder paralelo do *Tráfico* (da facção *Amigos dos Amigos*, *ADA*, que havia substituído

¹⁴⁰ Os impactos visuais também foram causados contribuíram para aumentar a clivagem e o estigma social entre os moradores do Condomínio e da Zona Sul, visto que não há uma integração física e visual do *Shopping* com o *Condomínio*. O efeito de desconforto visual entre o *Shopping* e o *Condomínio* é diferente do observado no Museu de Arte Moderna (MAR), em que prédios de estilos e épocas diferentes (o modernista Espaço do Olhar e o eclético Palacete Dom João VI) se ladeiam. Mas, aqui são prédios destinados a ser museus com integração arquitetônica funcional e artística (vide o platô que representa o mar), parte de um projeto museológico que visa justamente percorrer ampla diversidade artística e social e, por isso, tem no ecletismo de estilos da fachada uma apresentação dessa proposta de curadoria: “O Museu de Arte do Rio promove uma leitura transversal da história da cidade, seu tecido social, sua vida simbólica, conflitos, contradições, desafios e expectativas sociais. Suas exposições unem dimensões históricas e contemporâneas da arte por meio de mostras de longa e curta duração, de âmbito nacional e internacional. O museu surge também com a missão de inscrever a arte no ensino público, por meio da Escola do Olhar” (extraído de <http://www.museudeartedorio.org.br/pt-br/o-mar>, 16/06/2014)”.

o *CV, Comando Vermelho*) parecia não ser afetado pela junção (quase sempre) conflitiva dos demais atores sociais envolvidos no uso do espaço, que se autodefiniam interessados na defesa da comunidade¹⁴¹. Em 2014 viria a retomar contato com Néelson, quando este já havia se afastado da *Associação* e fechado sua *ONG*, quando fui surpreendido com a notícia de que o tráfico havia assumido o controle da liderança comunitária através de um “laranja”. Tal descoberta reforçou a urgência do meu intento de discutir os conflitos de interesses religiosos, criminosos e ideológicos que subtraem da maioria maior cidadania social.

Fruto de um *projeto piloto de reurbanização de favelas* idealizado pelo *Padre Dom Nova Brasília*¹⁴², *Entre a cruz e a Espada*, há mais de 50 anos, não se perpetuou como modelo para demais política urbanísticas de habitação social similares no *Rio de Janeiro*. Apesar de já terem sido erguidos outros conjuntos habitacionais para *ex-moradores de favela*, nenhum, de fato, foi, pelo menos, no projeto original, tão potencialmente inclusivo como este, pois que a maioria desses é situada em áreas alcônticas. Muito embora seja considerada uma zona pobre e degradada com altos índices de marginalidade pelos moradores do *Leblue*, que a invisibilizam por não a considerar como parte do bairro ou, se quer passam pela rua que dá acesso ao *Condomínio*¹⁴³, é, no entanto, muito solicitada por usuários de drogas do bairro para compra de

¹⁴¹ Pressuposto este que não era exclusividade das entidades oficiais ou reconhecidamente defensoras da cidadania dos moradores, pois que o *Tráfico*, apesar de, segundo, estas entidades, ter um caráter nocivo e ultrajante, também se portava como agente civilizador em meio à ociosidade cultural da comunidade, promovendo eventos como *pagodes, bailes funks e ceias de natal*.

¹⁴² Hélder Câmara.

¹⁴³ Tal situação seria modificada e, 2012, quando por motivo de fechamento – para obras da Linha 4 do metro – de trecho da Avenida Ataulfo de Paiva, arterial via do bairro, a rua Humberto de Campos, cujo perímetro referente ao quarteirão da Cruzada, não era muito utilizado, passou a integrar um caminho alternativo para quem vai destino Ipanema. Para o mesmo uma grade de contenção foi colocada o que impossibilitou o trabalho de dezenas de ambulantes na calçada, bem como de trailers que ficavam na rua, até abandonada pelas autoridades e moradores do bairro. Em maio de 2014, ainda em função das obras do metrô, com a construção de ponte metálica provisória ligando Humberto de Campos sobre o canal do Jardim de Ala e a inversão do sentido da rua, a mesma se tornou ainda mais vital para o trânsito da região, o que tem apontado para maior integração com o bairro – o que pôde colaborar para desmitificar e relativizar educativamente o estigma de que a área do *Condômino* é muito perigosa e apontar para maior integração social. Não há garantias de que esse desvio temporal tenha sido o suficiente para minorar a imagem de desviante social consolidada em mais de 50 anos de existência do *Condomínio* por parte dos moradores, autoridades públicas e da mídia carioca.

drogas¹⁴⁴. Principalmente, devido à proximidade com a *XYº Delegacia de Polícia* e, ao fato, de não ser área de risco iminente como em outros casos (favelas e a *Baixada Fluminense*). Havia, até poucos anos antes de minha chegada na área, um destacamento policial (proto-UPP?) exclusivo para o prédio, descontinuado, por questões, supostamente, operacionais¹⁴⁵, que estava em via de se transformar um posto avançado da Associação

Excesso de Maquiagem: Diálogo intersocial mediado pelo consumo de drogas

Em uma ocasião, por exemplo, conheci uma *atriz paulista* de teatro, a *Lisa Chery Coke*, usuária de drogas e cliente do *Tráfico da Cruz e Espada*, que tinha um apartamento na *Haroldo de Campos*, há poucas quadras dali. Estava com uma sujeira branca na bochecha identificada. Conversando com ela pude ter acesso à porta de entrada das *relações sociais funcionais entre moradores de fora com os de dentro da comunidade*, que no caso, seria mesmo a cocaína de fácil acesso. Por meio do convívio com uma usuária de drogas pude ver como era, de fato, superficial o relacionamento dos demais moradores do *Leblue* com os moradores. Apesar de ela conhecer algumas pessoas do local, seu espectro de influência se restringia funcionalmente ao uso e aquisição de drogas.

Em outra situação com a mesma *atriz* acompanhei todo o momento de tensão entre vendedores e consumidores no ato de compra da mercadoria e pude perceber haver alguns procedimentos de segurança redobrados, quando mais de uma pessoa recorre ao ponto de venda. Posteriormente, percebi um certo cinismo constrangedor por parte do *ex-pastor* homossexual *Nelson*, o que denotava que o mesmo sabia de minhas recentes descobertas pessoais e

¹⁴⁴ Um boato coletado é de que o filho do Sérgio Cabral, então, governador na época, era um *habitué* contumaz da fila da droga do *Condomínio*, que utilizava as grades dos prédios, como balcão dessa farmácia popular 24 hs.

¹⁴⁵ A suspeita comum entre vários moradores participantes das reuniões da *Associação* era de que haveria uma negligência das autoridades com as ações do *Tráfico*, por ser de seus conhecimentos que pessoas da elite social cultural da cidade compravam drogas com os traficantes do prédio, como um dos filhos do Sérgio Cabral. Isso se daria principalmente no *período noturno*, em que as grades dos blocos se transformavam em verdadeiros balcões de negócios.

etnográficas, ao que julguei, ou ter ele conexões com pessoas do tráfico ou ter alguns de seus “abençoados”, vocativo que usava para se referir enfaticamente a seus “fieis” *moradores*, ter me visto e me delatado para o mesmo que já estava com ressalvas ao meu respeito. Tudo em função de eu ter utilizado a máquina de lavar da ONG sem sua autorização, logo quando eu cheguei, que, dias depois, ficou misteriosamente danificada.

Apesar da tensão estabelecida em campo, por conta de situações do tipo acima, me sentia em casa e quase me acostumei a acordar todos os dias com o barulho do padeiro diretamente da *favela da Rosinha* com seus pães doces ou os salgados polvilhados de milho. No entanto, no período noturno, tive que criar uma estratégia para as ambientações cotidianas, desautorizadamente deixando a porta encostada. Numa dessas, ao invés de sair, convidei *Chery Coke* a adentrar o *escritório-casa* da ONG. Mediante minha presença ela conseguiu conhecer um apartamento igual ao da pessoa que vendia o pó para ela e isso já configurava o início de um processo de alteridade mais denso, por envolver a dimensão ôntica do espaço.

Na sua volúpia de *gírias rápidas e fáticas, palavrões indóceis e metálicos* decidi voltar para o conforto de sua casa sala/quarto/cozinha/banheiro, onde fumou maconha, enquanto eu mostrava o meu filme de foto de celular e música de garagem *Vernisound:)))) FormigáVWea Mundo Novo*, principalmente pela crítica aos bastidores do teatro da *Cidade (mais que) Maravilhosa*. Como ela se empolgou com a *proposta estético-temática*, tentei requisitá-la para participar de um possível *núcleo de atuações artísticas e urbanistas no local*, como se fosse porta-voz, naquele momento, da comunidade toda, que ansiava mais dela como atriz, do que como usuária de drogas, feito que a *arte* parecia ser um caminho seguro para imunizar as crianças contra as drogas. No mesmo dia, ela me contou que havia sido muito famosa por causa de seu glúteo avantajado, o que permitiu ela comprar aquele apartamento em que estávamos, já que ganhava 10% dos lucros de seu diretor *Tio Fanta Maça* na *Cia Gaúchos de Magé*, a quem foi entregue por seu pai quando ainda menor. Ela representara o mesmo *papel coisificante*, em que aparecia em uma adaptação grosseira para

o teatro de um grande clássico da literatura regional brasileira que rodou o *Brasil* por muitos anos a *fio-dental* de “biquini cavado”.

No Natal em que passamos juntos ela parece ter perdoado seu pai por tê-la “jogado na pista”, como ela mesma dizia repetidas vezes, com um certo orgulho, e seus familiares por terem discriminado ela e sua mãe por serem “baianas”. Seus avós eram de *São Paulo*, proprietários de uma grande indústria do ramo da produção de plástico para brinquedos e utensílios domésticos, mas que em virtude, da falta de acordo entre herdeiros havia visto vilipendiar o seu patrimônio, ou feito uma divisão não muito equânime dos dividendos oriundos da extinta empresa. Ela parecia se martirizar por não ter ganhado pensão, nem herança. Aos poucos descobri que não era maneirismo o termo “pista”, pois que para se manter no *Leblue*, ela tinha que se prostituir ocasionalmente, o que não era muito diferente da realidade de outras garotas de classe média “aspirantes” à atriz. Ela tentava forjar o astral natalino, mas era evidente em suas pálpebras que a equação natal = família não se fechava no seu horizonte de afeições. Ela fizera uma ceia, para a qual arqueei com parte dos custos e acredito com meu apoio emocional, ela conseguiu aparentar menos rancorosa e até soar mais cativante para seus parentes não muito entusiastas de suas conquistas e dissabores.

Sem Associação com o Estado: O papel dos estabelecimentos privados, organizações sociais-associativistas no cotidiano da Cruzada

O *Estado* se mostrava ausente, principalmente, no que tangia à limpeza e à organização da via de acesso automotivo ao *Condomínio*, que era constantemente repleta de ambulantes e vendas improvisadas em carros e paredes, inclusive, uma barbearia ao ar livre. Em cada bloco imperava usos muitos pessoais das fachadas dos apartamentos que eram visíveis da rua, o que se assemelhava a uma favela com suas roupas por secar e paredes por pintar. Sob o bloco 10, no entanto, pesava o estigma de ser mais *Leblue* do que *Entre a Cruz e a Espada*, pois havia maior regularidade na limpeza interna feita containers de lixo privativos. A *Associação* por meio de seu representante

da época, bem como muitos dos moradores deu votação expressiva para um candidato se eleger vereador (*Tio Playground Móbil*) diversas vezes, o que gerou um *vínculo afetivo-eleitoral* com a comunidade, que recebia do mesmo, algumas benfeitorias pessoais como *organização anual da festa do dia das crianças com distribuição de presentes*. O mesmo era o receptáculo dos anseios governamentais com o *poder público* para atender as reivindicações latentes e potenciais dos *cruzadenses*, o que na prática se revelava não produtora pelo *uso eleitoral de sua relação com a comunidade e a logística fisiológica do sistema legislativo*. O *presidente da Associação* reclamou diversas vezes para mim de negligência de órgãos do governo como *CEDAE* e *COMLURB* no atendimento de questões urgentes do condomínio o que causava prejuízos financeiros e visuais. O *Clube Beirute* era outro agente parceiro dos moradores, que mantinha um acordo de empréstimo de suas quadras para atividades de aula de esportes organizadas pela *ONG*. Em uma ocasião em que estive presente em uma reunião com os mesmos e comentei de minha ascendência libanesa, acabei colaborando para um patrocínio financeiro do *Clube* para a festa das crianças de fim de ano que era promovido pela *Associação – menu: do cachorro quente*. A mesma também foi feita com o tal fogão que havia disposto para *Associação*. A partir daqui havia selado uma parceria espiritual com as crianças do *Condomínio*, que depois desdobraria em um projeto cultural e educacional. Apesar de serem válidas essas *contribuições sociais*, a maioria delas era de *caráter paliativo, paternalista ou meramente político* e não dava conta das reais necessidades da população quanto aos dramas profundos como *uso de drogas e marginalização das crianças*.

Cruz da Igreja, Espada da Polícia e Cifrão do Shopping

Já citei que o Estado somente era protagonista na Cruzada, em função de conflitos ocasionais entre Polícia e os suspeitos de assaltos no Leblon, mais raramente, com agentes locais do comando de droga e assaltos, e a estruturação de um destacamento policial na Cruzada - no que representa um projeto civilizatório coercitivo e disciplinar. Havia um projeto entre a *Igreja* e o

Shopping de organizar na escola um projeto educacional (“Amigo Amigo”)¹⁴⁶. O projeto não tinha total endosso da *Associação* e dos moradores evangélicos que apoiavam o *presidente*, em função de não ter passado pelo escrutínio da mesma a destinação desse recurso extra. Mas mesmo a *contrapartida mensal* que o *Shopping* é obrigado a pagar à *Associação*, em momentos de tensões políticas entre eles, já havia sido suprimida, pois aquele parecia não ter interesse em fortalecer *lideranças comunitárias* capazes de dar voz aos *anseios* íntimos da comunidade de uma forma mais ativa e reflexiva. Nesse sentido, preferia, sempre quando possível, se ancorar junto à *Igreja de Todos os Santos* como agente mediador paternalista menos estranho para sua atuação social – no que configurava certa anulação e discriminação da capacidade dos mesmos de interpretar suas *demandas étnico-sociais* de uma maneira coerente (e a própria bíblia), uma vez que essa entidade não estimula um *protagonismo político-social emancipatório* em seus fiéis.

Os *evangélicos* que, em sua maioria, apoiavam o presidente da *Associação ex-pastor e negro* são estimulados segundo sua fé a andarem com *palavra* na mão (e na boca), para evangelizar missionariamente, mesmo que à revelia, seus condiscípulos no seu cotidiano, o que juntamente ao *caráter classista orgânico* da *Associação*, poderia gerar indivíduos aptos a defender seus *interesses políticos-sociais-pessoais* com mais selvageria e clarividência¹⁴⁷. Uma das iniciativas, de fato, na *Associação* era justamente o

¹⁴⁶ Em propaganda do *site* do *Shopping* há um resumo das atividades que eles desenvolvem junto à comunidade e que refletem um caráter empresarial conectado a esta atual fase em que se coloca o *marketing social* como imperativo categórico para a sobrevivência empresarial das empresas: “Funcionando na Escola (...), o “Projeto (...)” desenvolve oficinas pedagógicas de artes plásticas, capoeira, competências básicas (português, matemática, leitura) e apoio familiar. São quatro oficinas distintas, além do atendimento psicossocial. A proposta é que os 80 educandos, matriculados no ensino fundamental da rede pública, passem por todas as oficinas, em sistema de rodízio. As atividades são realizadas de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h e das 14h às 17 horas, no contra turno escolar. (...). Pensando na inclusão dos jovens e também dos adultos, o *Shopping* atua como facilitador na comunidade para a implantação de outras iniciativas, com o objetivo de capacitar mão-de-obra. Com isso, ao longo desses dois anos, vários cursos de capacitação profissional e geração de renda foram viabilizados (...)”.

¹⁴⁷ Esse fantasma da projeção da fé evangélica e da negritude engajada com a gestão de um *ex-pastor filho de preto velho (duplo sentido e sem preconceito) homossexual* criava uma *paranoia coletiva* entre os católicos, ou adeptos de uma negritude apaziguada *laica, ecumênica ou católica*, mas, sobretudo, nos representantes do *Shopping* e da *Igreja*. O *conflito étnico-religioso* que perpassava todo o condomínio e o interior da *Associação* entre evangélicos e católicos, talvez fosse o principal impasse para a fruição no relacionamento entre as entidades mencionadas.

serviço de alfabetização digital e banco de oportunidades profissional. Porém, percebi que a medida que o efeito anestésico do controle microfísico dos moradores católicos e contraventores, controlados pelo espectro de ação e pensamento da Igreja/Shopping e Tráfico, respectivamente, nas dobras do poder ele foi gradualmente tendo uma guinada para o paternalismo clientelista nos usos de suas atribuições como presidente da associação de moradores e ONG local.

“Palavra Cruzada¹⁴⁸”: Projeto artístico educacional à quatro (ir)mãos

O prospecto do projeto artístico-comunicacional apresentado à *Comunidade* apontou para possíveis atuações da Arte e Comunicação como ferramenta de integração social do Planejamento Urbano. Acreditava e, ainda acredito, que com a valorização cultural é possível tentar minorar efeitos negativos do processo de estigmatização social e nostalgia coletiva em processo de reumanização e remoção e de favelas com realocação de moradores em conjuntos habitacionais populares. Uma vez que se cria autoestima coletiva tanto de crianças como adultos, a autoaceitação e aceitação externa de um determinado grupo a processo de metamorfose social é autenticada através de um objeto demonstrável, no caso, uma obra de arte ou comunicação.

Tal procedimento psicossocialítico permite repensar estratégias de existência e figuração cênico social, a partir da constatação de que a forma nostálgica como os moradores, amiúde, apresentavam sua identidade – com uma certa resistência à vida em condomínio e com alguns hábitos típicos da favela – e/ou a forma pré-estigmatizada com que eram percebidos socialmente – com associação à marginalidade e à desorganização social – apresentava uma divergência em relação à maioria das situações observadas por mim no interior do *Condomínio*. Havia, assim, um ruído e abismo de comunicação constituído pela fronteira moral que separava socialmente locais fisicamente integrados, que impossibilitava um encontro de alteridade genuíno entre os

¹⁴⁸ Vide em Anexo ao final da tese.

moradores do *Condomínio* e do *Leblue*. Nesse sentido, a planta do edifício cultural apresentada por mim, mas inspirado pelos moradores, tinha por intuito sintetizar uma identidade do Condomínio diferente da hegemônica, que, longe de ser instrumento retórico puro e simplesmente, era compatível com a realidade solidária, guerreira, combativa e criativa da comunidade. Através da história da Cruzada seria possível mostrar o pioneirismo do seu projeto, digno de ser tombado e da arte-educativa, apontar para um futuro protagonista cidadão através do fomento a expressividade arquetípica das crianças de lá.

Desde a minha chegada a *Entre a cruz e a Espada*, a situação que mais me despertou sensibilização social foi a das crianças. Ainda não apresentadas à *história social* que englobou seus pais, parecia ter dado como inevitável seus destinos de braços da *Iniciativa Privada* ou do *Tráfico*, ou, mesmo, da *Informalidade Comercial ou Criminal*. Quando muito nessa seara, poderiam se tornar ou pagodeiros, que é o estilo de massa mais contemplado na época. Pela trilha do esporte, havia menções de memória de alguns dos moradores terem chegado a atuar no *Clube de Regatas Flamengo*, clube de grande visibilidade nacional. Tal vínculo parecia ser matéria de consenso entre os moradores, devido à proximidade do Clube com a antiga favela que deu origem ao Condomínio e a próprio. O imaginário totêmico desse Clube que trabalha a questão da inclusão racial no futebol expressa através de sua mascote, o urubu, que era uma forma depreciativa da torcida dos times rivais se referirem aos jogadores negros do time, pode ter também sido um atratores totêmicos de grande valia. O *ex-pastor e presidente da Associação* também era uma figura carismática exemplar, mas que em função de *embates político-raciais religioso-sexuais* era visto com ressalvas por muitos, inclusive, alguns dos colaboradores da *Associação* que eram católicos conservadores. Por onde passava, no entanto, era alvo de romarias de pessoas que desejavam receber sua benção ou fazer alguma reivindicação coletiva ou pessoal relativa ao *Condomínio*.

Entre práticas institucionais, além da questão do reposicionamento profissional e curso de informática na *Associação*, havia as mais assistencialistas, como a distribuição de cesta básica e ingressos dos teatros dos arredores, das quais as contrapartidas sociais, em alguns casos, obrigava

a distribuição de ingressos gratuitos para camadas populares. Em uma mostra de roteiristas, pude conhecer gratuitamente o roteirista de novela *TV Globo*, o paulistano *Boneco Lego* que ficou muito conhecido por ter dupla cidadania e nunca ter mostrado a *Cruz e a Espada* em suas novelas ambientadas no *Leblue*. Deixei uma cópia do meu filme de baixíssimo orçamento para chamar a atenção dos invisíveis sociais da cidade, já que na capa do filme havia o meu *clown-personagem* gari *Ed Beija Flor*, o que em muito confrontava com a estética da TV, que não contempla os varredores de rua.

Pequenos Parceiros, Grandes Parcerias

As crianças da comunidade foram as primeiras a me acolher e, talvez, as únicas que, de fato, o fizeram. Durante toda minha permanência fui acompanhado de perto por todos os *atores sociais* citados. Por ser eu confessadamente branco *Antropólogo-Ativista* de *ascendência católica libanesa*, fui monitorado por todos os *agentes políticos civilizadores*, inclusive, do *Tráfico*, que parecia ter suspeitado de ser eu um à paisana da *Polícia*. De fato, temiam, na verdade, inclusive Néelson, o potencial mobilizatório que eu, enquanto artista e comunicador poderia disparar a partir da convivência com indivíduos do local que ainda não tinha sido socializado na cultura da reificação social. Até ali, somente através do futebol e pagode, havia tido moradores do *Condomínio* se constituído em exemplos virtuosos. Destarte, poderia colaborar para que alguns indivíduos tivesse um acesso à sociedade que não corresponderia somente ao *habitus* social do lugar associado ao Crime ou drogas, ao desemprego ou subemprego – na melhor das hipóteses de projeção protagonista, no ramo do pagode, futebol e evangelismo – com a utilização da arte como ferramenta ocidental de protagonismo social. O mesmo implicaria em certa relativização dos padrões internos de identidade estigmatizáveis que, ao contrário do que se pensa, são tão arraigados e etnocêntricos, quanto a dos moradores do bairro nobre que o excluem e, que por isso, são estigmatizados pelos moradores do “Entre a Cruz e a Espada”. Como formador de opinião, implicava em risco de hegemonia inclusive para os políticos que sobreviviam, justamente da falta de oportunidade de trabalho e educação para os moradores.

Perigo: Fred no Ninho do Urubu

A especulação em torno de minha presença foi tão insustentável por eu não ser cria étnica da comunidade, por ser de condição econômica social superior a da maioria dos moradores, além de ser um dos poucos brancos ex-flameguistas do local (informação que eu sempre omiti), o que me tornava facilmente identificável – o que ficou comprovado no episódio de eu ter acompanhado a atriz paulista usuária de drogas e o ex-pastor ter ficado sabendo no outro dia. *Nélson* me alertou que seria mais conveniente minha retirada do local por motivo de segurança pessoal, já que os traficantes já estavam ressabiados com os reais motivos de minha permanência. Padre havia sido outro que também acompanhava meus passos. O que resultou em uma fracassada visita de cortesia ao líder da Igreja para mostrar que minha causa era os moradores como um todo e defesa dos seus interesses, independente de questões políticas e religiosas. Esperava que as alianças entre antagonismos ulteriores deveriam ter sido abrandadas em prol do benefício do bem comum - o que depois descobriria ser a base filosófica de projetos urbanísticos como o empreendido em Entre a Cruz e a Espada. Mas já era tarde, pois havia um funcionário e um colaborador da *Associação*, que, a meu ver, foi o responsável por diversos tipos de ruídos e distorções de comunicação ao meu respeito e de *Nélson*, por estarem mais sujeitos ao espectro de influência dos desdobramentos sociais da parceria *Shopping-Igreja*.

Sitiado pelo duelo de forças e interesses, muitas vezes, alheios à *Comunidade*, acabei sendo obrigado a sair do Condomínio a pedido do próprio *Nelson*, que no fundo, já tinha uma situação política muito fragilizada e não poderia me sustentar também, por ser "protestante" (duplo sentido). O fato é que mesmo sem ter havido coesão entre eu e o pastor para atuações sócio-educativas mais duradouras, já éramos, por prevenção, vistos como ameaça à situação de hegemonia local da economia monopolista do Shopping em comunhão com a Igreja e o Estado em sua política de desenvolvimento desigual. Por ser morador e empreendedor social, Nelson também não estava totalmente imune à constrangimentos político-cordialistas. Sua relação com o

político *Tio Playground Mobil* tendia a infantilizar politicamente sua liderança ao fazer da Cruzada curral eleitoral (mirim). Em função da empresa de eventos deste brindar a Associação uma vez por ano com sua louvável comemoração festiva nos dias das crianças, mas que não era tramada com um conjunto mais cotidiano de proposta educacional e recreativo, Nelson acabava se fechando para outros tipos de projetos mais militantes e atuantes vindos da sociedade civil, que ele próprio representava, talvez, por receio egóico de vir a criar concorrentes. Sua dificuldade em descentralizar o poder que ele acumulava como presidente da Associação e dono da ONG já era notória pela coincidência dessa dupla função, cujas demandas ele atendia de forma diletante.

Como eu havia percebido se tratar de um vespeiro político a Associação, que era a entidade que ele dava mais atenção, solicitei para que eu pudesse colaborar com o mesmo na ONG, sem obter, no entanto, resposta positiva. Talvez, *Nelson* apenas quisesse chamar os holofotes locais para seu trabalho comunitário e criar polêmicas, o que já era um estigma seu, ou apenas, estivesse inseguro em relação a seu futuro político em função das coações do *Tráfico, Igreja e Shopping*. Cabe ressaltar que iniciei *atividades sócio-musicais* com as crianças do *Bloco 9*– por iniciativa delas que “invadiram” a Associação e se “apossaram¹⁴⁹” momentaneamente dos instrumentos de percussão que estavam inutilizados ali dentro – que logo repercutiram em toda comunidade. Pesava sobre essa nova posição assumida por mim, que repercutiu em todos os setores provocando incômodos e acomodações na configuração do jogo de forças e interesses políticos do local.

Apesar do *representante legislativo* da comunidade, *Tio Playground Móbil*, visitar a comunidade em momentos sazonais e com fins claramente eleitoreiros, representava um *paradigma estagnado de projeto cultural e lazer* para as crianças e poderia perder futuros eleitores e admiradores caso eu permanecesse por um período continuado de tempo como era meu objetivo.

¹⁴⁹ De fato, eu havia que vigiar algumas delas para não pegar em caráter definitivo objetos da Associação, mas não poderia afirmar se é porque eram crianças ou porque estavam se transformando inconscientemente em *atores sociais performáticos* da imagem (roteiro) que a sociedade envolvente confiava a elas, de potenciais assaltantes das famílias tradicionais e turistas desavisados do bairro.

Como havia uma aliança informal velada de defesa de posições de espaços políticos e o entendimento de políticas públicas e sócio-educativas do *Vereador* com o *presidente da Associação*, que só incluía os *desportos e o lazer*, acredito ter sido este o principal motivo da inviabilidade de minha permanência na ONG e na *Cruz e a Espada*. Quando retornava para remover alguns pertences do local, vi a vaga de *Auxiliar de Escritório* da *Associação* ser preenchida por uma local do sexo feminino, o que teria sido um posto estratégico para fazer dali um *observatório etnográfico* mais duradouro.

Mas antes de minha retirada se concretizar de fato, esbocei de fato com as crianças percursionistas um conjunto musical, que pudesse despertar os atores sociais envolvidos para inclusão social através de um *projeto* cultural, a exemplo do que ocorreu com o *Nós do Morro* (Videgal, Rio de Janeiro) e *Olodum* (Pelorinho, Salvador). A princípio, pelo menos, objetiva-se sugerir a *música* como atividade complementar ao *esporte*, para socialização das crianças do local, mas também para reposicionar a imagem estereotipada negativa que reforçava dentro e fora da comunidade os sentimentos de exclusão e baixa autoestima social. Por muito tempo e ainda hoje, qualquer crime na jurisprudência do *Leblue* é associado aos moradores da *Cruzada*, cujo envolvimento com o crime representa atividade de uma pequena minoria. Um crime no bairro já era suficiente para reforçar o estigma metonímico.

Mesmo, por parte, da ONG e da Associação, não acredito ter tido também tanto incentivo – até porque meu papel para o líder de ambas parecia ser o de servir como “boneco de Judas” para amenizar seus ontológicos conflitos precedentes com esses grupos. Apesar disso, acabei por atuar no sentido contrário de agravá-los mais ainda. Por causa do meu ativismo incidental insuflado pelo iniciatismo das crianças sem terapeutas ocupacionais por perto, grupos políticos rivais pressionaram Nélon à cerca da natureza da minha inclusão no campo multidimensional da Cruzada. Internamente eu apontava para uma política pública menos tradicional de projeto social local que, até então, costumava ser relacionada à alimentação, esporte (atividades como capoeira nos clubes), informática (aulas de informática nos

computadores da Associação) e educação (projeto melhor amigo do Shopping e bolsa da PUC, por exemplo).

O relativo insucesso do artista visual francês para implantar seus projetos estéticos com gigantes painéis de artistas famosos e alguns *naifs* de moradores (naif) em alguns dos 10 blocos, apesar do repúdio do presidente da Associação a alguns dos síndicos que rechaçaram a iniciativa, apontava para a dificuldade de acessar a comunidade no pelo campo artístico. Essa desvalorização da estética visual, que poderia atrair olhares menos “armados” para os moradores parecia ser uma atitude de resiliência e conservadorismo cultural-habitacional, refratária ao imperialismo cultural de uma arte exógena supostamente eurocêntrica (artista francês branco). O que talvez, explica certa conivência passiva com as forças nativas associadas ao tráfico e violência (Lei do silêncio), afinal, aqueles são crias (“ruins”) da “comunidade”.

Essa imagem pejorativa dos moradores era, provavelmente, responsável pelo descaso das autoridades com a comunidade, o que aumentava o hiato entre ela e o *Leblue* e a degradação moral e física da mesma. Na verdade, percebia que esta diferenciação entre os dois espaços era um *constructo social arbitrário*, pois que urbanisticamente a *Cruz* e a *Espada* não era favela, pertencia ao bairro do *Leblue* e deveria ter o mesmo ou quase o mesmo *status* social dos outros edifícios. Fenômenos parecidos de estigmatização socioespacial ocorriam no *Rio de Janeiro* com os Edifícios residenciais conhecidos *Rajah* em *Botafogo* e o *336* em *Laranjeiras* e isso me permitiu entender melhor a *sintaxe antropológica* deste tipo *apartheid* social em apartamento popular. Há também como exemplos, – que viria a conhecer depois – na literatura e cinegrafia desse processo o processo degradação simbólico de edifícios, ambos em Copacabana Edifício Estrela e “Edifício Master” (2012), retratados, respectivamente, antropólogo urbano Gilberto Velho (1973) e pelo documentarista etnográfico Eduardo Coutinho. Ambos os trabalhos acadêmicos¹⁵⁰, apontam para revitalização simbólica do espaço, em

¹⁵⁰ Pela via da arte, em São Paulo, vale destacar a experiência ficcional etnográfica “Era uma vez Hotel Cambridge”, produzida em 2016 pela diretora Eliane Caffé na ocupação habitacional no edifício do antigo Hotel Cambridge, na Avenida 9 de Julho (Bela Vista) – projeto em parceria

que o estigma social é combatido pela valorização da dimensão imaterial dos edifícios.

Uma Vez Cruz, Sempre Espada

Voltei a frequentar as instalações do Entre a Cruz e a Espada em 2015, 17 e 18, na condição já de visitante e pesquisador sobre o tema. É claro que o acesso já não era mais tão privilegiado, mas ainda, a partir das antigas anotações e reminiscências sobre o estado da “arte” (vida e habitabilidade) na Cruzada, permitia autenticar as novas conjunturas agenciais microfísicas relevantes no seu ambiente vivido e construído.

A polarização entre ex-pastor/Associação/ONG e padre/Igreja/Shopping, apesar de ser um recorte interessante para pensar a história e memória urbana do Condomínio em questão, já não é representativa do cenário político pós 2010. O encerramento da gestão do ex-pastor Nelson na Associação e mesmo na sua ONG coincide com a relativização também da centralidade do Shopping como ator imperioso na região. Nesse caso, tanto pela descontinuidade do projeto sócio educativo "Amigo Amigo" na escola municipal do Condomínio. Mas, também porque com a construção da linha 4 do metro, por meio de um novo ator no campo de atuação política da Cruzada, a incorporadora Concessionária Rio Barra de Sá, novas configurações sociais no arranjo de disputas discursivas e práticas do lugar podem impactar no processo de integração simbólica do lugar. Tanto pela possibilidade de maior valorização do imóvel e o risco de gentrificação pelo maior afluxo de movimento de pessoas na localidade próxima ao Condomínio, como pelo amálgama do projeto "Across the Universe" que criou turmas de ensino de inglês para moradores de 14 a 20 - sob a prerrogativa de aumentar suas empregabilidades face aos megaeventos globais que cidade do Rio iria sediar em 2014/16.

Cabe lembrar que apesar de ações de marketing semelhantes, esta apresenta um grau de inserção social mais explícito e utilitarista do que a do

de direção de arte com os alunos e professores da Escola da Cidade, cuja sede também é localizada no Centro de São Paulo.

Shopping, cujo projeto consiste em sistema de reforço e controle da assiduidade e rendimento escolar. Isso apesar deste ser um projeto civilizatório autoritário e politicamente correto, como propusera a Igreja através do Projeto Entre a Cruz e a Espada e o Shopping, do projeto Amigo Amigo. Cabe acrescentar que essas instituições o fizeram não somente por suposto compromisso social visionário e responsivo, mas, provavelmente, também tendo em vista a fidelização de clientela de fiéis e consumidores. Tem como resultado o incentivo ao consumo conspícuo e a adesão à religião católica, a filantropia assistencialista e o marketing social da Igreja e Shopping, respectivamente. A relativa recente inserção de um novo agente social no quarteirão em questão, descentraliza, então, um pouco, pelo menos, momentaneamente, a proeminência política e econômica, mormente, do Shopping/Igreja, que autenticou em forma de pós-modernidade e economia monopolista a obra inacabada do solidarismo humanista populista da Igreja-Estado nos anos 1955. Novamente o que se tem aqui é o reforço de imagem de suas instituições e controle social econômico político e religioso dos grupos assistidos, do que real inserção social democratizante e integracional dos atendidos por seus projetos. O discurso da emancipação social tem levado sistematicamente a população em questão a ser constrangidas ou patrocinadas prioritariamente por entes institucionais exógenos e com lógicas urbanísticas e saberes sociais consensuais autoritários e pouco conflituais e participativos.

Figura 10 e 11: Cine Clube da Cruzada com filme feminista e debate das moradoras sobre a situação das questões de gênero no Condomínio com o coletivo Brigadas Populares.



Fonte: Artetutura e Humanismo.

Já há indícios que, a partir de 2011-12, o espaço do cotidiano e dos movimentos sociais, vão apontar para surgimento de novas lideranças

representativas do condomínio, dessa vez atreladas ao gênero feminino, na presidência da Associação o que em si, pela diferença de gênero, e na promoção do Cine Club local, em parceria com o trabalho de divulgação virtual e vital de ações sociais na periferia das Brigadas Populares no Rio de Janeiro. A ascensão de Dilma Roussef no poder aponta macro politicamente para um reforço da ocupação das mulheres em espaços de poder micropolítico também. Durante a gestão do PT Saudações em consonância com ações de estabilização da inflação e crescimento econômico desde governos anteriores do governo social democrata, é inegável que houve, de uma forma geral, uma mobilidade ascendente de parte da classe pobre no Brasil - o que pode ter ocorrido no “Cruz e a Espada” também. Com maior poder de compra e o barateamento do acesso à telefonia móvel e computação doméstica, o fenômeno das redes sociais é fato “consumado” que permite essa renovação política, transversalmente, em níveis multiescalares, em que novas minorias e agentes locais passam, em tese, a poder ter mais representatividade política. E mais do que isso, com endosso de metodologias de ação, resistência e emancipação, teoricamente, mais participativas. De tal forma, é possível cogitar para este período, pelo menos, maior interface do condomínio com outras favelas e outros bairros, o que contribui para diminuir o estigma de que é prédio para o favelado e favela para o morador de prédio.

3 AS CRUZADAS NO JARDIM DE ALAH: análise sócio antropológica do processo de “apartamenthedização” moral dos moradores do Condomínio Cruzada São Sebastião no Leblon

O presente recorte trata das múltiplas apresentações do “eu” e “nós” no processo, observado na Cruzada, de relativa segregação socioespacial de moradores de conjunto habitacional no Leblon – “**apartamenthedização**” sócio-racial-simbólico-religioso (moral). Essa dada configuração social conforma um processo de figuração humana de assimetria interdependente (duplo vínculo) (ELIAS; SCOTSON, 2000) entre um grupo socialmente estabelecido/ dominante (moradores do Leblon) e outro desviante *outsider* inferiorizado (morador do Leblon). O objetivo aqui é empreender uma releitura crítica do instrumental analítico aplicado por Elias e Scotson em área industrial da Inglaterra (Wintson Parva) à situação de fronteira moral encontrada pelos moradores do conjunto habitacional social Condomínio Cruzada construído pela Igreja Católica em 1955¹⁵¹. No sítio arquitetônico da mesma, um destacamento pastoral católico foi criado e é mantido até hoje dentro do sítio da Cruzada. Refiro-me a Paróquia Santos Anjos que atua como mediador cultural entre o Prédio e o Bairro do Leblon.

Morfologicamente, a Cruzada é composta em grande medida por ex-moradores de favela do Morro do Pinto, em sua maioria, negros. Apesar de não haver dados confiáveis, vários moradores são adeptos ou simpatizantes da fé

¹⁵¹ A partir da doutrina social da Igreja na época do auge e seu desdobramento na América Latina com o movimento economia e humanismo (FREIRE; GONÇALVES; SIMÕES, 2010), que propunha uma forma de intervenção filantrópica que conciliasse o mercado capitalista com diminuição da desigualdade social (solidarismo cristão e economia humanista). O projeto de Dom Hélder Câmara de erradicar 150 favelas surge em um período de urbanização no Brasil, quando o Estado varguista com seu habitacionismo popular não conseguia dar conta integralmente dessa demanda social – muito por causa do clientelismo burocrático, – o que o colocava sob o risco iminente do avanço do esquerdismo político sobre as massas redundantes (BONDUKI, 1988). O Condomínio Cruzada seria o piloto dessa iniciativa ambiciosa interventiva que irei patrimonializar a população favelada com apartamentos modernos e sua privilegiada localização, no bairro do Leblon, apontava para o contrário da tendência pós-moderna de descentramento urbano (AUGÉ, 2010) de projetos habitacionais sociais como o Minha Casa, Minha Vida. Apesar de ambos ainda serem questionáveis do ponto da viabilidade antropológica do projeto por quase sempre incorrer em autoritarismo planejamentista que não considera as memórias de vidas e a sacralidade dos lugares onde elas estão enredadas.

evangélica, como ocorre em qualquer zona de favela e periferia. Esse dado aponta para paralelismo possível de ser cotejado entre a Cruzada e esses outros locais, apesar de sua estrutura morfológica e urbanística distinta. Seria o processo de **apartamenthedização moral** de ex-favelado em Prédio afim a ineficácia simbólica na construção social in(ex)terna do Prédio, que resultou na conformação de um **Condomínio-Comunidade**?

Os diversos tipos de estigmas sociais que acometem um indivíduo, população e seu habitat podem ser reconciliáveis no universo de um mesmo indivíduo e seus múltiplos e ambíguos papéis sociais (GOFFMAN, 1985). O estigma, didaticamente, pode ser criado/recriado de forma passiva e ativa, sendo que é a combinação dos diversos mecanismos de estigmatização e seus campos de força social e discursiva que concorrem para que ele tenha uma conotação mais positiva ou negativa, o que depende sempre de qual background é o referencial epistemológico da análise – partindo também da premissa que ele que uma vez criado, ele raramente, pode ser destruído, somente modificado ou, no máximo, neutralizado circunstancialmente.

Ao longo do texto serão investigadas as vicissitudes de um determinado grupo e como tem sido reificado sobre ele um estigma social deletério formador de um que chamo fenômeno da apartamentheidização moral. Os estigmas sociais operantes para essa situação são de natureza e conceituação distinta: 1) seja pela overmimetização dos hábitos sociais do grupo dominante nulificante da sua personalidade individual e social (ELIAS; SCOTSON, 2000)¹⁵²; 2) pela autoestigmatização reprodutora do estigma negativo externo através do exagero do comportamento alvo de crítica, por não ver atendidas suas necessidades de aprovação social (ibid.); 3) pela transferência por parte dos estigmatizados do estigma negativo genérico para sub-grupos e indivíduos considerados desviantes ou reativação de antigas estigmatizações contra diferentes membros do grupos estabelecidos também de serem mobilizadas pelo grupo estigmatizado (VELHO, 1999); 4) “contraestigmatização”¹⁵³ (auto

¹⁵²Muitas vezes o estigma aqui é até maior, como no caso dos novos ricos discriminados como “emergentes”.

¹⁵³ Não queremos significar que esse movimento surge mecanicamente após o estigma externo, já que também tem fundamento autorreferente. Em certa medida nasce do sentido etnocêntrico

afirmativa) pelo grupo estigmatizado – por meio de estandartização auto determinativa de posturas identitárias e práticas simbólicas reificantes e reducionistas¹⁵⁴, que resignificam de forma exotizante¹⁵⁵ o estigma deletério a partir do próprio estereótipo estabelecido (WACQUANT, 2008); 5) nostalgia mnemônico individual coletivo (auto afirmativa ou estigmatizável se combinado com item 2), – reedificante do passado de um tempo remoto e lugar extinto, a partir de correntes de pensamento social dos grupos e subgrupos e seus quadros de lembrança, que, no entanto, têm também a capacidade de selecionar e a memória e esquecimento conforme a identidade política e social do tempo presente (POLLACH, 1992)¹⁵⁶. Ou mesmo por 6) estigmatização moral de despossuídos com controle social por substituição de política pública social de educação e inclusão social (CASTEL, 2011). Cabe ressaltar que todas essas variantes do conceito de estigma assim justapostas permitem destacar o caráter relacional e interdependente do estigma, para além da percepção mais consensual de um grupo em posição social hegemônica tenta impor uma visão sociocêntrica de superioridade sob os demais grupos, considerados assim inferiores. Essa perspectiva pode ser complexificada, quando consideramos o processo de introjeção na visão dos grupos oprimidos sobre si mesmos, muitas vezes, pela via institucionalizada do Estado e Assistência Social, para atender interesses de dominação e reproduzir a

relacional e contrastivo das identidades sociais (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996). Esse fenômeno costuma ocorrer quando minorias, como, por exemplo, a negra e a indígena, em busca de reivindicação política por seus direitos, define o seu padrão de beleza, comportamento e etnicidade, a partir dos marcadores sociais (clichês) que o discriminam, só que a partir de uma mirada positivizada. Um exemplo recente é o da expressão “bicha preta”, que de xingamento composto, se tornou uma forma contraestigmatizante de autodeterminação racial e sexual.

¹⁵⁴Footie Whyte (2005) é obrigado a aprimorar sua técnica de boliche para ser aceito pelo grupo aparentemente homogêneo de moradores de uma área degradada em Boston. Pesquisa sobre invisibilidade social (BRAGA, 2004), como a aceitação grupal de um gari passa por rituais de iniciação, como beber água em copo feito com lata de lixo.

¹⁵⁵Wacquant (2008): “As formas culturais criadas dentro gueto também atravessam suas fronteiras e circulam na sociedade circundante, onde com frequência se tornam marcadores ostensivos de um espírito de rebelião cultural e de excentricidade social – como mostra a fascinação dos adolescentes burgueses do mundo inteiro pelo estilo *gangster rap* negro norte-americano. Isso dificulta uma distinção clara entre as constelações culturais que efetivamente têm validade entre os habitantes do gueto e a imagem pública destas que é difundida na sociedade global (inclusive por meio de publicações acadêmicas) (ibid., 89)”.

¹⁵⁶ Sobre esse caráter político da identidade e capacidade de lembrar ou esquecer coletivamente de acordo com os interesse e conveniência do contexto presente dos grupos sociais, ver artigos de Michel Pollach (1989;1992).

subalternidade – o que não impede que haja um certo inconformismo político nesse conformismo que não seria assim carmático, como sugere o conceito de “cultura da pobreza” dos anos 80 (YAZBEK, 2015).

Em relação aos moradores de favelas removidos para conjuntos habitacionais, consideramos que o processo de mudança física de lugar corresponde a uma segunda socialização, no caso da Cruzada, **processo civilizatório da vida em Condomínio**, que em relação à primeira socialização, **vida em comunidade**, implica em uma relativa desreificação comparativa do *modus operandi* antigo para permitir a internalização do novo (BERGER; LUCKMANN, 2010). O que não significa uma ruptura maior com *habitus* social, pois não há sempre homologia entre esse sentido o *habitat* e os hábitos individuais (BOURDIEU, 1997). A ambiguidade desse processo de migração identitária é que o ponto de vista de um grupo tende a universalizar sua causa específica (BOURDIEU, 2001), mas sincronicamente a isso, temos que considerar que a identidade é relacional, contrastiva e etnocêntrica (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976). Por outro lado, é recorrente esse tipo de metamorfose social que afeta os condicionantes morfológicos resultar em constrangimentos de mediação entre o passado e o futuro, entre a vida em comunidade e condomínio, entre o “projeto de vida” antigo e o “campo de possibilidade”¹⁵⁷. Nesse sentido, a partir de um gradiente de identidades sociais e causas específicas tendentes a variados graus de (des)lealdades entre si, pode ser formar uma fronteira sócio-racial-semiótica-religiosa assimetricamente interdependente, no sentido de duplo vínculo elisiano¹⁵⁸ (ELIAS; SCOTSON, 2000). O que requer uma abordagem multidimensional a partir, principalmente, dos seguintes agentes sociais na Cruzada em suas *cruzadas* específicas: Estado, Shopping e Igreja.

Estabelecidos X Escurecidos

¹⁵⁷ Faço uso aqui do glossário antropológico urbano de Gilberto Velho (2003).

¹⁵⁸ Vide Nota 71.

O processo de construção social da realidade (BERGER; LUCKMANN, 2001) da *Zona Sul* e da toponímia regional que ela representa como forma de pensar, agir e sentir remonta ao processo histórico de ocupação do solo e segregação espacial do balneário carioca intensificada nos meados do século XIX (CARDOSO, 2009). Mudanças nos paradigmas médicos passaram a conceber a prática do banho de mar como benéfica à saúde, são alguns dos fatores que contribuíram também para que áreas vicinais à praia passassem a se ser valorizadas e, posteriormente, até “poetizadas”. “Intimamente ligada às identidades e representações, a toponímia é objeto de estudo que deve ser privilegiado no estudo daquelas categorias relacionadas à formação e à evolução do espaço urbano (ibid, 38)”. Essa toponímia, capaz de gerar uma geografia afetiva, segunda a autora Elizabeth Cardoso, no entanto, nas primeiras décadas do século XX, já foi, assim como ainda o é, operada a partir do fenômeno da interdependência, não necessariamente simétrica, mas capaz de gerar vínculo duplo (ELIAS, 2000) com os agentes sociais encampadores de outras toponímias (no caso, zona norte, periferia, subúrbio e favela) – o que está no cerne do surgimento de dicotomias sociais do tipo estabelecidos/*outsiders*, formuladas por Nobeit Elias (ibid.) para sociedade de menores escalas e mais indistintas, mas que são aplicáveis para a história e experiência urbana carioca e suas aberrantes disparidades de cores, línguas e classes. A chamada “cidade partida” de Ventura (2002), que na verdade, não é tão partida devido à intensa duplicação simbólica (BOURDIEU, 2005) por parte da elite em relação à cultura subalterna. Mas que nem por isso deixa de ser uma cidade desigualmente repartida, termo que agradaria mais a carioca Valladares (2005) em sua crítica a suposta dicotomia maniqueísta da epistemologia *venturiana*.

“Cidade Partida” (VENTURA, 2002), do escritor mineiro, enquanto construção narrativa, na verdade, parte dos estigmas e preconceitos do senso comum, justamente, para apresentar alguns clarões de unidade – como na década no início da década de 90, quando a violência urbana no Rio se tornou muito calamitosa, o que redundou em mobilização da sociedade civil organizada entre favelas e bairros – como na parceria de atuação na criação de uma agenda pela paz entre a ONG de Vigário Geral Casa da Paz e a Vivo

Rio da Zona Sul¹⁵⁹ (VENTURA, 2002) e, até mesmo, a formação do grupo “O Rappa”: “Essa dimensão plural da interculturalidade, muitas vezes, invisível entre a favela e o bairro para além da cordialidade de futebol de praia, em que guetos não são marcados por um tipo de intolerância étnica tão radical como nos EUA e Europa, voltaria a se tornar mote de políticas públicas sociourbanas nos anos subsequentes através, por exemplo, do Programa Favela Bairro, após um ciclo anterior de urbanização de favelas pós-*lebreiano* em 1960-70¹⁶⁰.”

Esse dito programa promovido na gestão do prefeito e arquiteto Comte não modificou, no entanto, as relações estruturais da desigualdade explícita e racismo velado do Rio partido estruturalmente, porém misturado conjunturalmente. Quanto a isso, o autor apresenta uma conclusão preliminar semelhante a de Castel (2011) de que a repressão coercitiva preventiva policial institucionalizada de indivíduos estigmatizados em situação de vulnerabilidade social (no Brasil: pretos, pobres e periféricos) é uma forma de anti-política pública para tentar solucionar a falta de medidas inclusivas e educativas no campo da cidadania desses grupos.

Esse mecanismo de controle social quase “sócio-terapêutico” tenta curar o mal da falta de justiça social através sintoma superficial da segurança pública, em cujo resultado é a arbitrária institucionalização informal da criminalização jurídica e narrativa da alteridade de classe e raça através de massificado e obtuso uso do instrumento de “Reação a Prisão” que, nos Boletim de Ocorrência funciona como estratégia de **Relações Públicas**. O “Tribunal de rua” (Marcelo Yuka) que é a forma demagógica institucionalizada e estrutural pós-militarista da Sociedade, Mídia e Estado brasileiro exercerem a radicalidade latente e mal resolvida do racismo e classicismo através do escudo de proteção policial.

O projeto das UPP’s e UPP’s Social do ex-governador Sérgio Cabral (2008-16), em que esta, de viés menos aparente e imediatista, ficou relegada a um segundo plano com aparência de terceiro, em termos de prioridade. O que

¹⁵⁹ Vide capítulo “Duas cidades se encontram (VENTURA, 2002, 113)”.

¹⁶⁰ Como por exemplo o CPU (Centro de Pesquisas Urbanas) que Carlos Nelson dirigiu no IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Pública), responsável pelo movimento de reurbanização e assessoria técnica das favelas do Bairro de Brás de Pina.

resultou um aumento da rejeição, também generalizada, da população comum de favelas, como reação aos desmandos eugenistas cometidos por esses no período pré e olímpico. E com a crise econômica do Estado com cortes de segurança pública, inclusive, nas UPP's, uma onda de criminalização na cidade muito maior do que outrora a implantação da política, com aumento de morte de policiais e às autoridades policiais. Conjuntura que supostamente tem fundamentado o remédio mais amargo ainda, que é a Intervenção Federal proposta pelo presidente Michel Temer em 2018, cujos efeitos colaterais podem ser desastrosos. Trata-se do mesmo círculo vicioso com mais de um século de experiências positivistas seletivas pouco exemplares na cidade do Rio, da equação exponencial de desenvolvimento urbano, exclusão social e com ela, favelização e criminalidade, que por sua vez, é controlado por políticas públicas de segurança pública:

Na verdade, durante este século, desde a reforma de Pereira Passos e passando pelos planos Agache e Doxiadis, a opção sempre pela separação, senão pela simples segregação. A cidade civilizou-se e modernizou-se expulsando para os morros e periferia seus cidadãos de segunda classe. O resultado dessa política foi a chamada uma *cidade partida*. (...) (...) a política de exclusão foi um desastre. Não apenas moral e humanitário, mas também do ponto de vista da eficácia. O seu principal produto, o apartheid social, corre o risco de ter o destino que teve o apartheid racial em outros lugares. A fantasia de solução final – a remoção e o extermínio – revelou-se desastrosa, por ímproba e impraticável. No fim do século passado havia no Rio uma só favela; no fim deste século elas são mais de quinhentas (VENTURA, 2002, 12).

Uma cidade-cenário como o Rio, objeto-sujeito de disputas e alianças de poderes em busca de consensos sociais e capitais multidimensionais entrecruzados (políticos, econômicos, sociais, religiosos, artísticos, científicos, simbólicos,...) como apresenta Bourdieu (2005), em que a sociabilidade dos (sub) grupos sociais (memórias e *habitus sociais*,...) é estruturante-estruturado¹⁶¹ das/pelas corporalidades dos seus indivíduos (estrutura da psique individual e padrão gestual/ indumental/, ...). Como foi mostrado por Sennet (2008), as posições sociais marcadas nos espaços urbanos da

¹⁶¹Sahlins (2008) considera a possibilidade de conjunturas estruturais e estruturas conjunturais em um jogo acrobático em que o mito incorpora a realidade instável dentro de uma estrutura de significado estável, o que não impede de ser modificado pelos conteúdos discursivos dessa realidade nesse processo de adaptação semântico ideológico. O que no jargão de Bourdieu (2005) seria estruturante-estruturado.

(so)ci(e)dade (arquitetura e urbanismo, mobiliário urbano, publicidade, artes urbanas, moda, etc) expressam e são expressão somáticas de diferentes tipos de disposições corporais/afetivas/espirituais em determinado tempo-espaço. Balanço parecido que fizeram Halbwachs (2004) e Bachelard (2008) ao defenderem a simbiose mutualística entre memória e inconsciente individual-coletivo, respectivamente, como a de um grupo de familiares, e o espaço físico, como a casa da infância. Ou seja, na capacidade das correntes de pensamento social de imitar a passividade da matéria inerte, o que permite Bourdieu (2006) afirmar, ao discutir o mercado imobiliário que a casa é feita de sonho e de cimento, cultura e razão prática (capital simbólico e econômico)¹⁶².

Elias (1994) concebia uma espécie de balança psicossocial¹⁶³, em que a matriz identitária “nós” (superego) é regulada em relação de interdependência com a do “eu”, a variar o grau de implicação nos grupos em suas diferentes escalas sociológicas (global, nacional, regional, local, bairro, grupo, subgrupos), de acordo com as circunstâncias tempo-espaciais. Assim, como os indivíduos e grupos sociais, em seus diferentes momentos e papéis sociais, representam *persona* e mascarar mais preponderantemente individualizantes (autorais) ou coletivistas (sociais) – processo de representação cênico social do eu [e do nós] apresentado por Goffman (1985), gestão de impressões sociais e figurações

¹⁶² Esse debate também concerne à dicotomia entre culturalismo e estruturalismo em que o movimento da história é percebido, como consequência de uma intencionalidade do sujeito cultural ou estrangimento da estrutura social, que Bourdieu tenta equilibrar em sua perspectiva analítica multidimensional e interdisciplinar dos fenômenos sociais. Arranjo parecido com o defendido pela antropologia histórica (dinâmica) de Marshall Sahlins (1979) que busca analisar o sistema cultural estruturante, em uma perspectiva histórica de longo prazo. E, além disso, perceber como o mundo da produção (razão prática) se “personaliza” mágico-totemicamente ao associar produtos e marcas à características humanas desejáveis no mundo do consumo (cultura). Quando se discute o uso do marketing no mercado imobiliário para posicionar marcas de empreendimentos, Bourdieu (2006) mostra como a construção social do prédio ou casa, por meio dessa operação simbólica classificatória dentro do campo do mercado imobiliário é item tão ou mais importante, quanto à construção concreta do prédio para o comprador – sobretudo para as camadas de maior capital cultural. O que não significa dizer que as casas que não se distinguem socialmente por meio de valores agregados de prestígio e status não possam ser simbolizadas por meio de outros valores humanos eternos, como a simplicidade e singeleza.

¹⁶³ A Dialética da Unidade e Diferenciação é um tema constitutivo na Sociologia e metonímico da abordagem relacional elisiana, cujo conceito de identidade “eu” e “nós” aponta para uma balança que equilibra também epistemologicamente a disputa entre estruturalistas e culturalistas. Para tais efeitos, sua sociologia delinea uma interdisciplinaridade com a psicologia, com uso de jargões da psicanálise freudiana (como, “id ou instinto”, “ego” e “superego”) para a compreensão da interdependência relacional na vida em sociedade e o processo civilizatório decorrente da mesma.

cênicas, que incide sobre a personalidade individual ou social para criar/reiterar estigmas e identidades sociais positivas e deterioradas (ibid., 1988).

Em uma cidade com “expressiva” indústria cultural como Rio de Janeiro, em que, para os critérios dessa análise enquadrei como tipo ideal, os indivíduos (com pequenas variações para mais em favor das classes sociais mais altas, em relação ao aprendizado de técnicas de teatro clássicas e em favor das mais baixas, em relação ao treinamento de técnicas de “sobrevivência e improvisação”) têm alto grau de consciência de imagem (e do valor da mesma). O que permite serem mais bem resolvidos visualmente (independente de serem atores profissionais) e se portarem como **atores sociais performáticos**¹⁶⁴. Ou seja, com alto grau de dominância dramática, nas terminologias mais *goffmanianas*.

É evidente, que, no entanto, essa gestão de imagem do “nós” é operada mediada por *constraints* sociais – além das normas e carismas individuais/grupais, o discurso social da mídia e da universidade – que pode desequilibrar o poder de foco mais acurado para um indivíduo/grupo ou (em detrimento do) outro. As metáforas “reinterpretadas” das artes cênicas aplicadas aos estudos dos “dramas” sociais, no entanto, se prestam a redimensionar a relação dialógica social presente “na estrutura dos encontros sociais” (GOFFMAN, 1975, 233)”, como dado relevante da sociedade e da pesquisa sociológica, porém não estanque. Dessa forma, a “representação do “eu” na vida cotidiana dos “atores” sociais operam em múltiplos tipos de “papeis” e “figurações” sociais e múltiplos níveis de do que Goffman (ibid.) chama de dominância dramática ou cênica (ibid.) – uma espécie de medida de

¹⁶⁴ No caso do Rio, os atores sociais e seus papéis podem ser altamente performáticos. Por ser uma cidade com cultura acumulada ancestral e com economia criativa sofisticada chamo de **ator social performático**, aqueles que desenvolvem alto grau de expressividade cênica do seu papel social, o que equivale ao conceito de “impulso íntimo” (SCHOPENHAUER, 2002, 235) que confere “a nossa vida a igualdade de tom e unidade dramática (ibid., 236)”. Semelhante também ao de “dominância dramática e diretiva” (GOFFMAN, 1985, 97), que se contrapõe ao de “papel puramente cerimonial” (ibid.). Em todos os casos, em relação à, pelo menos, a parte estética dessa representação dos dramas sociais dos indivíduos pode haver o seguinte: “Alterações de comportamento e atitude (...) em vários níveis de comunicação simbólica, como vestuário e corte de cabelo, associados a uma nova apresentação do eu – conforme Goffman (2003, p. 7)”, que é sinônimo de “teoria dos papéis sociais” (VELHO, 2003, p. 46), em que atores sociais apresentam uma roupa social diferente em cada situação ou plano social específico (ibid.).

da intencionalidade corporal do “*mis-en-scene*” social. Cabe assim: assumir que expressão (discurso) e ação (prática) são fenômenos nem sempre coincidentes, que aparência é parte da essência e, ao mesmo tempo, não tem nada a ver com ela, o que permitiria, em relação a conflitos sociais, perceber o quão importante é a fruição da comunicação social entre os grupos distintos para uma maior harmonia urbana:

Nota-se que a parte da fachada pessoal a que chamei de “maneiras” será importante em relação à polidez e que a parte chamada “aparência” será importante em relação ao decoro. Pode-se também notar que embora o comportamento decoroso possa tomar a forma de demonstração de respeito pela região e pelo cenário em que alguém se encontra, tal demonstração pode, sem dúvida, ser motivada pelo desejo de impressionar favoravelmente a plateia, evitar sanções, etc. Finalmente, dever-se-ia notar que os requisitos do decoro são ecologicamente mais penetrantes do que os da polidez (ibid., 103).

Com o advento de uma fase crítica no processo de formação das sociedades urbanas – revolução urbana (LEFEBVRE, 1999) – ocorreu no Rio o incremento no número de favelas na zona sul e, mesmo através de famigerados ou degradados prédios (kit nets, conjugados e sala/quartos), como nos mostra Velho (1973) em Copacabana. Essas disposições sociológicas e urbanísticas desordenadas apesar de gerar uma verticalização acentuada de morros (que mais parecem prédios) e prédios (que mais parecem favelas), com consequências humanas, urbanas e ecológicas desastrosas, não comprometeram o maravilhoso e fantástico mundo da utopia urbana de musas gregas tropicais desigualmente compartilhada, daqueles que vivem viver a/ na elite da Zona Sul em um modelo de **moral musical comportamental bossa-novística**.

Esta dupla favelização dos bairros Zona Sul (de prédios e morros) contribui para criar um acirramento das normas e coesões (o que inclui mudanças quanto ao decoro e a polidez) dos grupos moradores “estabelecidos” do bairro, provenientes das “classes médias altas” e moradores de edifícios maiores e com vistas indevassáveis. A estratégia de manutenção do *status quo* se dá fazendo frente à ascensão socioétnica semiótica-espacial por camadas “*outsiders*” recém-chegadas ou emergentes, que são reiteradas

como anômicas por àqueles (ELIAS; SCOTSON, 2000). Segundo os autores, o anticorpo para esse **processo de “barateamento” do recém-chegado**, é mais observada em grupos humanos que detém culturas ancestrais milenares combinadas com saberes livrescos, como a judaica (ibid.) –, que independente do país, resguarda uma relativa coesão social e inteligência coletiva similar e exemplar. “O mundo de pesadelo da imagem do “nós” suja (...)” – (ibid., 49) é tanto mais acrescido pelos grupos locais mais estabelecidos socialmente, em termos de autoimagem e carisma grupal, quanto maior o interesse e necessidade de aprovação e aceitação do grupo recém-chegado em relação ao pioneiro/dominante. Por mais que este possa autenticar uma imagem poluída e depreciativa do grupo e indivíduo estigmatizado, a partir da estrutura interna de (des)lealdades grupos e suas interpelações microfísicas com grupos políticos, assistencialistas e artísticos, estes podem retroalimentar esse caos imagético instaurado psicossocialmente. De forma, a repassar para grupos e indivíduos específicos (*outsider do outsider*) esse *carma*, ou fortalecer uma imagem de resistência e pertencimento social como aqui expressa:

Assim, há um intenso processo de criação cultural em ação na favela, cuja cultura se cria na própria favela, através de relações de vizinhança, práticas culturais, profissões, que têm estreita relação com o lugar de moradia. São, portanto, subsidiárias de um modo de vida peculiar que não se reproduziria da mesma maneira, fora daquele ambiente. Por conseguinte, o espaço da favela é produtor de um modo de ser peculiar, atuando diretamente nas formações identitárias e de novas sociabilidades de seus habitantes. O que, por sua vez, leva à pergunta: seria, em alguma medida, a favela parte constitutiva da cultura urbana brasileira (NUNES; VELOSO, 2014, 14).

É nesse sentido, que seria resultado de uma interdependência mútua ou duplo vínculo entre as partes envolvidas, o que coloca em cheque análises vitimizadoras, que apesar de apontarem para uma universalização da humanidade, pode prejudicar o sentido de busca de conhecimento menos passional sobre a alteridade. E com certeza há mais humanitarismo e militância nessa escolha epistêmica no espectro de atuação do escopo das Ciências Sociais, do que a defesa cega do grupo estudado, sem se considerar essa perspectiva dialógica aqui apresentada. Nesse sentido, em relação ao Planejamento Urbano, conhecer densamente o *habitus social* do grupo estudado é a primeira contribuição epistemológica que grandes projetos

sociourbanísticos podem empreender. Para Elias e Scotson (2000), então, quanto maior necessidade de inclusão social no território urbano e ontológico (memórias e narrativas comuns dos lugares) pelo grupo *outsider*, mais exclusão sistêmica e sistemática por parte do grupo estabelecido àquele. O que, muitas vezes, no caso da Cruzada e no estudado pelos autores acima em Winston Parva (ibid.), assume formas de mitologias negativas em torno da figura e figurações do morador deslocado do típico estabelecido, considerado desclassificado ou marginalizado.

O morador da Cruzada vive em uma situação de entremeios ou mediação cultural específica entre a cruz (Igreja), a espada (Estado) e mais recentemente o manequim (Shopping), sem ser favela, mas tampouco um prédio típico do Leblon – ex-favelados que tentam remoldar suas correntes de pensamentos sociais da vida em comunidade no enquadramento da vida em condomínio. Tais reconfigurações colocam novas questões empíricas que dificultam o surgimento de uma autoestima coletiva ou personalidade social mais coesa (mais para as primeiras gerações), pois a memória coletiva dos grupos ex-moradores de favela tende a imitar a passividade inerte do espaço (HALBAWACHS, 2004)¹⁶⁵. No caso, a casa primitiva e ontológica da infância (BACHELARD, 2008), a da Praia do Morro do Pinto, que pegou fogo na década de 1960, de onde provieram os moradores da Cruzada – o que pode ter desestabilizado o sentido de estabilidade aparente, pois que a memória individual e social tende a imitar a passividade inerte da matéria física (HALBAWACHS, 2004), o que pode ter implicado na valorização maior da continuidade temporal aparente, mais ligada a dimensão temporal, passível de ser reativada por meio do ato de ritualizar o passado (nostalgia).

¹⁶⁵ Esse tópico urbanístico é abordado com proeminente eloquência didática em relação às algumas cidades ocidentais centenárias por Sennet no livro “A Carne e a Pedra (2008), que foi bem apropriado por Nunes e Veloso em artigo sobre paralelismos e contrastes morfológicos entre o conceito de gueto e favela: “Sendo uma modalidade de uso e ocupação do território da metrópole e levando-se em conta que no seu ambiente temos gerações que aí moram e se reproduzem é de se pressupor que sua existência gera formas de sociabilidade que guardam proximidade com sua conformação física (2010, p. 14)”.

Processo Civilizatório de Bairro/Condomínio X Sacralidade Comunitária da Favela/Comunidade: nostalgia e arte como forma de resistência ao “planejamentismo” urbano

A sociologia do desvio de Elias, apesar de considerar o duplo vínculo e interdependência mútua entre grupos em conflito de interesses e configurações sociais na manutenção dos estigmas sociais entre os grupos, aponta para dois aportes complementares a partir da noção processo civilizatório (ELIAS, 1993) e identidade “nós” e a “eu” – que esboçamos há pouco:

1) Considerar o processo civilizatório (ibid.) moderno proposto pelos grupos *estabelecidos* como imperativo condicionantes impingidas aos *outsiders*. Nessa primeira categoria de análise, por serem socialmente hegemônicos (autoimagem de superioridade), os grupos dominantes tendem a programar seus *etos* culturais e normas sociais, que no ocidente, predominantemente, passa pelo controle das pulsões instintivas – mas, ao mesmo tempo, estímulo dos instintos de esportividade competitiva, item esse bem incorporado pelo típico carioca, independentemente da classe. Os *outsiders*, moralmente mal avaliados pelos olhares tacanhos dos *estabelecidos*, cujos parâmetros comparativos de referência epistêmica em um dado espaço territorial e cultural são *apriorísticos*, se não condicionantes, pois que dialógicos, porém hegemônicos, podem retroalimentar esse tipo de processo social através de duas possibilidades de autoafirmação social: a) A mimetização do projeto civilizatório dos *estabelecidos*, na expectativa de adesão oficial, o que poderia resultar em reconfigurações jurídicas das formas de acesso à condição de *estabelecidos*; b) O aguçamento das práticas estigmatizantes por parte do grupo *outsider* como estratégia de protesto pela dor moral acarretada pelo estigma;

2) Considerar a relação flexível da balança nós-eu-eles, que permite a consciência grupal se formar através das percepções alheias aos indivíduos e seu grupo social, mas em última instância com participação elaborativa atuante desses, mesmo quando em situações sociais e/ou econômicas desvantajosas em relação aos demais grupos pares e/ou concorrentes. Esse aumento da clivagem identitária (b) entre os grupos sociais em conflitos não deve significar,

no entanto que, a convicção ideológica da identidade nós _ bem como seu incremento – é somente subproduto do processo da rejeição sociogênica iniciática do grupo dominador. E não, também, consequências de processos de pertencimentos identitários, predominantemente, mais endógenos, pois que esses estão evidentemente, em constantes fluxos relacionais e contrastivos com aqueles exógenos. O caráter etnocêntrico e auto afirmativo por relacionalidade situacional, independente da escala social (micro ou macro; local ou global) que se analisa, ou mesmo em relação aos diferentes papéis sociais do mesmo “eu” nas suas diferentes interações (papéis) sociais, é inerente à vida identitária grupal (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976), existentes mesmo que, rudimentarmente, organizados (p. ex., moradores recém-chegados que compartilham uma mesma área urbana).

Dito isso, conclui-se provisoriamente que: a autoestima de um grupo se dá a partir, apesar e para além da avaliação do grupo avaliador hegemônico dotado de poder simbólico, social e/ou econômico para ditar as regras da aceitação (*habitus* sociais) e lançar a moda dos comportamentos (hábitos sociais). Somente assim, podemos entender o fenômeno social da cultura heurística de gueto, folclore popular e senso-comum, essa última, enquanto diretriz basal até mesmo do conhecimento científico (BERGER e LUCKMANN, 2010). No entanto, o ônus do estigma da comunidade como um todo, por potencialmente acarretar prejuízos psicológicos, sociais e financeiros podem ser repassadas micro localmente para subáreas em semelhança à profilaxia do tratamento do câncer precocemente descoberto pelos próprios moradores – internamente se reproduz nos conflitos imagéticos e políticos entre moradores do mesmo “prédio-problema” o esquema arquetípico opressor (não totalmente autoritário) dos *estabelecidos* e *outsiders*.

É o caso da Cruzada, em que o antropólogo nativo, na época líder comunitário, decidiu ir morar perto dos traficantes moradores do Bloco 4, 5 e 6, supostamente para moralizar a área que alegava ser a “mais problemática” – apesar de que em parte o mito de ***outsiders dos outsiders*** se consubstancia na realidade observada, pois os blocos do meio da quadra permitiam um campo de visão preventivo para fugas, no caso de ronda policial. No entanto,

sua atuação nesse terreno pode ser encarada como estratégia de governabilidade da Associação de Moradores, que presidia na época da pesquisa etnográfica.

Durante o período em que lá habitei percebi disputa de interesses políticos entre o discurso associativista evangélico dessa liderança e o produtivista desviante dos traficantes. Na época em que lá morei a festa de Ações de Graça do tráfico competia com a festa de Natal da Associação (mais voltada para as crianças). Em 2013, o tráfico passaria a ter interface forte na Associação segundo informação do pastor. Velho (1999) é quem anteriormente percebeu essa lógica em cadeia de transferência de estigma negativo. No caso em relação aos moradores de rua de prédios famigerados de Copacabana, que por sua vez, repassam o ônus do estigma para os moradores com hábitos duvidosos, o que pode resultar no reforço do comportamento estigmatizado, como nos mostra Elias/Scotson (2000) sobre incremento da marginalidade na cidade operária estudada por ele. O que, segundo Ribeiro criou um “polígono da insegurança” (2009) e marginalização criminal no Leblon, como efeito da marginalização simbólica, a que são sujeitos os moradores como um todo (apesar de internamente os verdadeiros responsáveis pelo estigma serem somente alguns), que aprofunda a dominação econômica com exclusão do jogo social – já que o projeto do Condomínio só contemplou a inclusão espacial sem considerar a questão antropológica da urbanidade em correlação com a memória social tempo-espacial. A morfologia urbana anterior era estruturante-estruturado de suas representações sociais mnemônicas na vida em comunidade na favela, o que não é modificado por decreto civilizatório, visto que fazem parte de um moroso processo de negociação de 2 realidades (VELHO, 2003).

O projeto de remoção de favela com a construção de Conjunto Habitacional da Cruzada apresenta problemas de execução, apesar de considerar o anacronismo, das questões que apresento só serem possíveis hoje após um lento processo de longa duração de mudança da tônica discursiva no Planejamento Urbano sobre as políticas públicas, da remoção para a reurbanização de favela. A falta de um inventário do imaginário de memória psicossocial em associação identitária individual e social com o

espaço concreto das favelas, que incluísse um estudo de impacto antropológico da mudança de *habitat* e hábitos sociais ou de viabilidade de integração social civilizatória desses moradores com o Leblon e a vida em condomínio, consagrou uma **violência simbólica dupla**:

1) pois que não foi respeitado a sacralidade metafísica e ontológica da casa e das memórias individuais e coletivas infância de seus moradores, visto que:

Não se pode esquecer que a favela no Brasil (no Rio de Janeiro) é uma instituição que abarca gerações de pessoas, muitas delas nascem e se socializam no ambiente. Traduz-se, portanto, num ambiente cultural que leva em muitos casos a opção por ali permanecer mesmo se conseguem meios de mudança de endereço (NUNES, VELOSO; 2014).

2) Nem, posteriormente, foi concedido, tampouco, o direito de habitar simbolicamente em Condomínio, o que é expresso por meio do estigma que esses habitantes sofrem e permitem sofrer. Já que é dialógico o jogo que legitima o estigma social para o **estigmatizado-estigmatizador outsider ou estabelecido**. No caso dos primeiros, seja pela negação agressiva do novo pela reatualização de representações sociais mais arraigadas com a condição social morfológica anterior (comunidade), ou mesmo pela reafirmação compulsiva-compulsória da nova condição social morfológica nova (condomínio). Ou seja, os dois extremos refletem pouco êxito social de integração, pois não mais refletem a nova morfologia em combinação com as velhas representações sociais. Essa percepção está na base da minha hipótese de que a Cruzada é um Condomínio-Comunidade.

Ao cotejar a perspectiva de Elias, Velho, Bourdieu, a partir da experiência etnográfica de impregnação cultural na Cruzada em 2010/2011, seria interessante refletir sobre o procedimento de exclusão social e etnocêntrico pelos estabelecidos (e de alguns **outsiders-estabelecidos** que tentam mimetizar os estabelecidos e transferirem a moral do estigma para os **outsiders-outsiders**) e da convicção ideológica e etnocêntrica dos *outsiders* (com desengajamento da vida em condomínio, mas reengajamento da vida em comunidade)? Nesse sentido, o que leva os grupos subalternos a assumirem suas identidades coletivas e se autoafirmarem de forma ainda mais agressiva com seu passado considerado “negro” pode ser o próprio confronto de

alteridade permitida pelo espelho antropológico da experiência da diversidade. Ou seja, a resistência, nostalgia e etnocentrismo cultural ao processo de civilização da vida em condomínio devem ser considerados também, a partir do âmbito do chamado *outsider* nos conflitos de poder, como uma estratégia de sobrevivência grupal inerente a condição humana, passível de ser agravada pelo fenômeno da exclusão social, como nos mostra Elias/Scotson. O que daria margem para um sentimento de nulidade que a filantropia normalmente acarreta, visto que enquanto moradores de prédio no Leblon são tratados como pobres coitados neófitos paternalizados pela Igreja e o Estado patrimonialista, enquanto, que, como moradores de favela, não precisavam nem pedir e, para grande maioria, nem roubar – verdade heurística do sobrevivente. Nesse sentido:

(...) a filantropia é uma verdadeira política sob a responsabilidade dos notáveis, dos religiosos e dos patrões, e ela não deve preocupar-se com as causas estruturais que podem explicar as desgraças do povo. É necessário e suficiente impor uma moral a todos àqueles que vivem no inferno do pauperismo (CASTEL, 2011, 70).

Da favela, conservam mais intensamente a parte deletéria e degenerescente, por se co-criar projetivamente ali o estigma que se quer extirpar da sociedade, por medo paranoico de que ele ocorra. Falo aqui da violência disciplinar panóptica do Estado (FOCAULT, 2007) a transformar a Cruzada em uma relativa instituição total, no sentido de mortificação do “eu” (e eu coletivo) empreendido por Goffman (2010)¹⁶⁶. Isso porque ele mantinha até

¹⁶⁶ “Instituição total” (GOFFMAN, 2010) demanda um controle hierárquico por parte de uma “equipe dirigente” (estabelecida), no caso da Cruzada, de uma forma extraoficial, o Shopping, a Igreja e o Estado que tentam submeter à “equipe dirigida” (outsiders), os moradores e sua Associação, uma ONG que existia na época e o Tráfico (independente da facção gerencial), a um condicionamento identitário, parte de um processo civilizatório de vida em condomínio, que, no entanto, é fragmentado, de forma a contemplar mais os itens de interesse da equipe hegemônica. Como, por exemplo, na área de educação (projeto educacional Aluno Nota operado pelo Marketing Social do Shopping Leblon na escola Santos Anjos, dentro do sítio do Condomínio, capitalizado no site do Shopping, de forma a agregar valor humano a sua marca), orientação religiosa (atividades da pastoral e lobbismo da Igreja na Associação) e ordenamento urbano (grades de contenção na calçada da rua de acesso ao Condomínio e a extinto destacamento policial). Há também a influência indireta dos Clubes (Clube Monte Líbano e Associação Atlética do Banco do Brasil) no cotidiano da Cruzada, cujos fundos com enorme muro dá para a rua Humberto de Campos, onde há acesso ao 10 blocos. No entanto, apesar da aparência segregaria dos mesmos, fui notificado da existência de convênios deles com a Escola, Associação e ONG e para realização de atividades esportivas e capoeira. Testemunhei uma visita do líder comunitário em nome da Associação na época ao Diretor do Clube Monte

2009 um destacamento policial dentro da Comunidade – modelo muito parecido com o atual de UPP’s utilizado nas favelas –, para criar a sensação de vigilância constante interiorizada subconsciente do morador, estigmatizado, como traficante e marginal¹⁶⁷. Nesse sentido, a área tem recebido tratamento diferenciado também pelo Estado, que quando não é pela omissão, é pelo excesso do uso da força disciplinar em relação à segurança pública do bairro. No que contribui para consolidar o estigma negativo de prédio-problema e impedir simbolicamente dos moradores de assumirem a posição de classe (*status* e prestígio) de moradores de apartamento no Leblon, com todos os predicativos que isso poderia implicar. O fato de o Condomínio ser ponto de drogas de luxo – moradores do Leblon de famílias ricas¹⁶⁸ – da facção ADA (Amigos dos Amigos) – pelo menos, nos anos de 2009/2010 –, não legitima tal prática, visto que tal situação é comum em diversas ruas da cidade da Zona Sul, as milícias e cancelas já se tornam braço paramilitar quase institucionalizado em função do aumento da paranoia de segurança pública, quase sempre maior do que o risco real e iminente de violência urbana diária.

Líbano na busca por subvenção para festa de final de ano para as crianças, cujo cardápio seria cachorro-quente. Eu que já havia doado um pequeno fogão de acampamento para a entidade, contribui também para a liberação da receita por parte do clube. Ao perceber morosidade e amenidade no trâmite da conversa, comentei simplesmente que era descendente de libanês para o Diretor, o que contribui para criar um clima mais amistoso em favor das crianças. Dessas, alguns garotos seriam destinados por eles mesmos a iniciar comigo atividades musicais no interior da ONG desse mesmo líder comunitário – local onde eu me alojava na sala junto com meu violão inseparável –, pois as mesmas sabiam da existências de instrumentos de percussão ociosos da instituição, o que os levariam a tentar invadir todas as manhãs, enquanto atendia o padeiro da Rocinha, para a prática de conjunto comigo. Iniciativa delas que acabei por transformar em um projeto de arte educação “PALAVRA CRUZADA: a voz do Leblon”, cujos impedimentos para não realização, me impeliram a intentar uma arqueologia da história sócio urbana da Cruzada e o Planejamento Urbano na área de Habitação Social no Rio de Janeiro, em interlocução com a espontânea etnografia *a posteriori* subsidiada pela memória psicossocial, gerada a partir de minha estadia no Condomínio como morador “artevista”.

¹⁶⁷ Uma metáfora do panóptico na literatura é o do drama inacabado do personagem Joseph K. que vive assombrado pela culpa por ter sido acusado por um crime que não consegue descobrir qual é (KAFKA, 2007).

¹⁶⁸ Na época escutei boatos de que o filho do, então governador, Sérgio Cabral, morador do Leblon também, era um dos clientes de alto padrão do plantão com direito a *drive thru* da farmácia do Condomínio, que utilizava para anteparo e balcão de negócios improvisadamente das grades laterais dos blocos 4 ao, 7, normalmente – esses distavam mais remotamente das ruas principais, no que permitia uma margem de segurança visível em caso de ronda, já que na época estudada (2009-10) não havia mais o destacamento permanente da polícia. No final do ano participei da festa de Natal que havia bastante fartura, ao que descobri ser a mesma bancada pelos traficantes. Em outra ocasião conheci uma ex-atriz, prostituta, cliente do negócio informal e ilegal do tráfico quem me contou na festa a procedência da pajelança. Esse exemplo mostra como por meio do tráfico relações sociais também eram desenvolvidas no Condomínio-Comunidade.

Mesmo que em condição subalterna e vitalizante, um grupo que se vê e é visto como inferior pode se pensar veladamente como estabelecido (BECKER, 2008), capaz de intergeracional cumulativamente sofrer dores e efetuar trabalhos subumanos de forma sobre-humana e ser ainda capaz de, pacientemente, subtrair a partir disso uma economia e aprendizado da dor. E a partir, de reordenar na ecologia da mente (BATESON, 2000) seus mártires ancestrais do passado em heróis do futuro glorioso das novas gerações para que essas injustiças contra os supostos algozes dos crimes anteriormente legitimados pelas configurações sociais da época, mas também pelo pacto dialógico entre os agentes envolvidos (duplo vínculo) (ELIAS; SCOTSON, 2000).

As rotulações e classificações mais oficiais de crime e infração para Becker (2008) são, assim, como a de loucura e ciência para Foucault (2000) construções discursivas das sociedades em consórcio e conflito com seus indivíduos pares-concorrentes. E dependem da forma como sua economia simbólica e *habitus social* (BOURDIEU, 2005), espécie de macroestruturas jurídicas sócio comportamentais que estruturam e são estruturadas pelas conjunturas históricas tempos-espaciais. Castel (2011) acrescentaria que o estigma moral decorrente desses casos em relação à atividade de repressão policial social e racialmente seletiva pode também ser uma espécie de solução governamental para sua própria omissão, ou seja, como substitutivo de política pública social e econômica, mormente em relação a trabalho qualificado (não basta dar a casa, tem que ensinar a bancá-la), para essas camadas da população: “Resulta desta estigmatização do proletariado uma substituição da política social (além da repressão de sua periculosidade e, se necessário fosse usando do exército, com em 1848) por uma estratégia de moralização que assue múltiplas formas (ibid., 69)”.

Há casos, como no Rio, em que a pirâmide cultural pode ser relativa ou ocasionalmente nivelada pela base do tecido social, no que permite um arrefecimento considerável, caso se aplique o esquema bipolarizado de *estabelecido* e *outsiders*. Esse escapismo social não teria outro sentido, desde os tempos da escravidão em formas de perpetuar o sistema patriarcal-

patrimonialista das elites brancas europeizadas dominantes (FREYRE, 2003). Devido à assertividade bairrista de algumas áreas suburbanas e favelas centrais e a originalidade da cultura negra expressa nos maneirismos verbais (gírias), sensualidade, cinema, feijoada, cor da pele, futebol, pagode, samba, *funk*, capoeira, jinga do andar, os que se esperariam ditar regras e lançar modas muitas vezes se tornam os que seguem. Esse fenômeno de figurações aparentemente inverso, pois que servem para expropriar simbolicamente aquele que já o é materialmente: por coibir transformações da condição e posição de classe do mesmo, é chamado por Elias/Scotson (2000), como refinamento ou mais-valia sociocultural (BOURDIEU, 2005).

Dessa forma, a favela e mesmo os conjuntos habitacionais populares podem figurar, pelo menos, no sábado (dia da feijoada), ou enquanto os turistas fazem o safári antropológico para ver o cotidiano dos locais, como estabelecidos superiores, em que os aventureiros *outsiders* é que vão passar pelo escrutínio social de serem aceitos culturalmente. Em observância a isso, a noção de capital social e simbólico de uma área urbana passa a não depender tanto, como no caso francês observado por Bourdieu (1997), do capital econômico. Reafirmo, assim, que há a possibilidade de um lugar com habitabilidade material considerada precária, ser imbuído de simbolismo preciosista e/ou exotizante, seja pela forma da habitação vernacular ou modo de vida *outsider*, passar a apresentar um capital social prestigiado (percepção “positiva” do lugar) – como, por exemplo, o que vem ocorrendo com algumas favelas do Rio que se tornaram *culties* (Vidigal, por exemplo), na iminência dos grandes eventos internacionais (Copa 2014 e Olimpíadas 2016)¹⁶⁹.

Deve-se ter em mente que locais considerados marginais em termo de condição de classe, são passíveis de serem catalogados aprioristicamente, como sem capital social na aplicação automática do arcabouço epistemológico

¹⁶⁹ O processo de duplicação da posição social e cultural detentora de capital social e cultural, normalmente, associado ao espalhafatoso (divulgação) em poder simbólico das classes suburbanas e faveladas, no entanto, pode ser dificultado pelas classes mais altas nos campos sociais, simbólicos e econômicos associadas ao discreto (distinção), ao expropriarem a cultura acumulada daquelas através do que Bourdieu (2005) chama de mais-valia sócio cultural. A mudança de classe social também, muitas vezes, não coincide como mudança de posição social e vice-versa, já que um favelado ganhador da Sena pode não ser considerado um cidadão notável, assim como um banqueiro anarquista ainda é *sir* para o BNDES.

de Bourdieu (2005). Tal procedimento é equivocado, primeiro, pois a análise sobre os efeitos do lugar tem como enquadramento contextual a sociedade relativamente homogeneizada francesa em relação ao acesso à educação e cultura¹⁷⁰. E segundo, porque Bourdieu aponta para possibilidade de aquisição de capital cultural por meio de capital cultural incorporado, em que, por exemplo, indivíduos e grupos com maior distinção social (discrção sofisticada) podem operar um processo de refinamento cultural (mais-valia cultural) do repertório simbólico das classes com maior divulgação social (massificação espalhafatosa) (BOURDIEU, *ibid.*). E o apoteótico desfile de escolas de samba, no sentido contrário, não seria uma espécie de “academização” erudita da favela, ou seja, uma **vulgarização cultural**.

Etnografias na **sociedade brasileira multidesigual** apontam para a viabilidade de uma autovalidação simbólica de suas diferenças de posições sociais internas ou entre grupos semelhantes marginais (entre favelas, por exemplo). O que não significa dizer que as relações do capital econômico (condição de classe) deixaram de ser hegemônicas para aquisição de capital social, como prestígio e *status* social (situação de classe). Por outro lado, não se saberia precisar até que ponto o surgimento do processo de subculturalização do gueto, a partir da cultura hegemônica, que pode condensar e fazer frente coesa ou não de contra culturalização ao hegemônico (BRITO GARCIA, 2005) é imbuído por uma convicção de ser diferente ou pela exclusão inerente a não poder ser igual.

Nesses casos, os negros duplamente “marginalizados” (pela exclusão social e pelo estigma racial) saem de sua condição subalterna para galgar posições afirmativas na fronteira cultural, inclusive no *mainstream* fonográfico e televisivo, o que obriga uma relativização por completa dos papéis e hierarquias sociais referentes a *status*, honra e estima. Evidentemente, que no microterritório do Leblon onde se localiza a Cruzada, o fato do projeto apontar para uma inserção mimética, ou seja, condomínios com infraestrutura moderna em um bairro nobre (exclusive a falta de elevador) talvez, possa ter sido

¹⁷⁰ Há uma incompatibilidade de aplicação automática do arcabouço teórico do autor francês em relação ao contexto sociourbano carioca, em que muitas vezes, o descivilizado para o padrão francês é o civilizado aqui.

tomado como afronta de ameaça da cultura negra em novas conjunturas sociais (posse fundiária de patrimônio, possibilidade de acesso a equipamentos culturais como o teatro e adesão a um padrão de comportamentos das classes formadoras de opinião no Rio). *Non sense* social da presença dos moradores da Cruzada no Leblon é aguçado pela deterioração exógena da sua identidade social – processo de **estigmatização e invisibilização social** – observada por diversos autores que se dedicaram ao tema. É endógena, pela overmimetização dos hábitos do Leblon para se esquivar do estigma negativo do Condomínio, em detrimento do morador sem poder de compra ou contraventor – processo de **desestigmatização pelo consumo** observada por Mello (2001) – e resistência dos moradores da Cruzada ao processo civilizatório de bairro e vida em Condomínio expressos através do alheamento do comprimento de regras básicas de convivência e engajamento político nas assembleias condominiais Ribeiro (2009) – processo de **estigmatização por autoestigmatização**.

A possibilidade de projeção de afirmação ancestral negra mais ideológica na Cruzada se torna menos comum, pois que a vida em condomínio e seus hábitos sociais implicam em uma ruptura espacial em relação à comunidade, abismo que é compensado através da reatualização do *habitus* social anterior. Tal situação de fronteira e mediação cultural acarreta diferenças morfológicas e representacionais em relações ao que é observado em uma favela, pois que nesse caso, tanto o morador da Cruzada (agora em prédio), quanto o vizinho do Leblon (agora rodeado por ex-favelados), tendem a se sentir perturbações adaptativas da identidade individual e coletiva em relação ao lugar – mormente após a chegada do Shopping Leblon em 2006, que criou uma mais-valia visual enorme entre a modernidade solidarista cristã (economia humanista) da Cruzada e a pós-modernidade capitalista monopolista do Shopping. Apesar das inúmeras críticas que se pode elencar ao autoritarismo **apartheidizante** de qualquer projeto de **planejamentismo urbano** de conjunto habitacional popular, a Cruzada ainda aponta como modelo de remoção de favela visionária e pioneiro por seu caráter não descentrado. O efeito de estigmatização da Cruzada da sociedade carioca tem um sentido desintegrador mais amplo do que barrar a ascensão social daquelas 6.000 pessoas. Há que

se hipotetizar que as replicações de “Cruzadas” em outros bairros nobres da Zona Sul poderiam ter um efeito desestabilizador da estrutura relativamente exclusivista, fundante da cidade maravilhosamente mal repartida. Essa, por sua vez, criada constitutivamente a partir da histórica maniqueização geradora de segregação urbana racial dos grupos negros a moradias menores, piores, poluídas e famigeradas.

Gueto¹⁷¹ Preto: memórias e cicatrizes da cor

Em relação à problemática étnica-racial na Cruzada, percebo que, por mais que pudesse ser relativizada a posição social política e estamental inferior do carioca do Condomínio Cruzada, caso todos eles em uníssono (hipótese), pudessem adquirir capital e poder econômico com adoção de hábitos sociais de consumo e comportamentos típicos do Leblon – o que ainda não seria uma mudança de *habitus* sociais ou *frameworks* de interpretação (Barth, 2000), – a impossibilidade de apagar as máculas de um passado escravocrata das pessoas de epiderme negra, cria uma situação de fronteira étnica (ibid.)

¹⁷¹ “Embora o termo “**gueto**” admita várias significações distintas (porém intrinsecamente ligadas umas às outras), o fato é que esta transposição de usos e sentidos – de espaço que servia de moradia às populações específicas, para conceito sociológico abstrato – teve uma série de efeitos, positivos e negativos, sobre os estudos de espaços marginalizados urbanos. Mesmo assim, defendemos aqui a ideia da **relativa relevância sociológica do conceito** para compreender não apenas aqueles espaços mais comumente associados ao termo – áreas marginalizadas e segregadas em território americano – como ainda outras áreas urbanas, também marginalizadas e segregadas, que guardam com o “gueto” tanto semelhanças quanto diferenças (NUNES; VELOSO, 2010)”. Já Wacquant (2004) ao trabalhar a evolução relacional do termo (conciliador de invisibilidade social e exploração econômica) em seus diversos usos de controle social e ordenamento urbano sócio espacial ao longo da literatura e políticas públicas, concebe com uma categoria sócio-organizativa balizada por 4: *estigma, limite, confinamento espacial e encapsulamento institucional*. No que permite um olhar mais responsivo na aplicação desse objeto teórico válido para entender a problemática da Cruzada e minha leitura sobre o disciplinador processo de apartheid moral através de projeto de inclusão social em apartamento de conjunto habitacional: “O reconhecimento de que o gueto é um produto e um instrumento de poder de um grupo permite-nos a apreciação de que na sua forma completa ele é uma instituição de duas faces, na medida em que serve a funções opostas para dois coletivos aos quais une em uma relação assimétrica de dependência. Para a categoria dominante, sua função é *circunscrever e controlar*, o que se traduz no que Max Weber chamou de “cercamento excludente” da categoria dominada. Para esta última, no entanto, trata-se de um *recurso integrador e protetor* na medida em que livra seus membros de um contato constante com os dominantes e permite colaboração e formação de uma comunidade dentro da esfera restrita de relações criada. O isolamento imposto pelo exterior leva a uma intensificação do intercâmbio social e cultural dentro do gueto. O gueto é o produto de uma dialética móvel e tensa entre a hostilidade externa e a afinidade interna que se expressa como uma ambivalência no nível do consciente coletivo (ibid., 2004, 159)”.

territorialmente marcada. Processo de segregação espacial sócio étnico-racial simbólico e religioso que opera junto a grupos sociais compostos majoritariamente de pobres, negros, iletrados e sincréticos, silenciamento e mortificação de memórias psicossociais estruturante-estruturado de um determinado tempo-espaço, por meio de uma intervenção urbanística positivista (ordenadora e progressista) – conjunto habitacional popular – criada por ricos, brancos, graduados e católicos em desacordo com o *habitat*, os hábitos e *habitus* social anteriores.

A cápsula neologística chamado “processo de apartarmentheidização moral”¹⁷², que, no contexto dessa pesquisa, traduz o apartamento moral em apartamento - normalmente, conjuntos populares bloqueados e comprimidos estigmatizáveis negativamente pelo diminuto tamanho -=, de populações - os cidadãos pobres, o que é sinônimo de negritude independentemente da cor no Brasil) -, que tangencia o fator de adaptação simbólica e adequação territorial ao novo lugar (ou nova forma de habitar) por parte dos novos moradores. O que é oriundo e pode levar à baixa interação social e risco patente (auto) estigmatização social (como no caso da Cruzada). No que pode implicar, ou seja, em um relativo processo de (auto) segregação espacial de cunho sócio-racial-simbólico-religioso – que não irrompe naturalmente, oriundo de uma reação intuitiva ao processo de hostilização e nem é totalmente involuntário submisso aos desígnios do planejamento urbano. Cabe ressaltar, que, concomitantemente, aos vários processos civilizatórios demonstrados a esses moradores para assumir novas dinâmicas socioculturais ou moralidades neoliberais, classe média, branca, bossa novística e católica, vários outros, no sentido contrário, são amalgamados. No caso, os diversos tipos de estigmas e resistências sociais (internas e externas) que reproduzem os valores anteriores

¹⁷² A outra possibilidade, para além do hipergueto, de desfecho fatalístico do gueto como fronteira identitária de exacerbação da fronteira espacial “interetnorracial” é a exterminação física como no caso do campo de concentração. Acredito, no entanto, que a situação relativa de gueto como o observado na Cruzada, já é, pelo menos, uma forma de apartheid, porém não físico, mas moral. Não quer dizer que não haja comunicação e integração, mas que se ela é feita de forma estigmatizante (satanizante ou exotizante) (WACQUANT, 2008): “O gueto não só é o meio concreto de materialização da dominação etnorracial por meio de uma segmentação espacial da cidade, como também é uma *máquina de identidade coletiva* potente (...) (ibid., 2004, 161)”. Para Wacquant, porém, o processo de guetificação em seus múltiplos níveis, pode não ocorrer com segregação involuntária, o que remete, inevitavelmente, mais uma vez, a questão do duplo vínculo de interdependência entre desiguais (ELIAS; SCOTSON, 2000).

ou ressignificações desses ao universo e linguagem da classe pobre, negra, favelada e sincrética (atualmente, evangélica).

Barth (2000) em relação à polivalência étnica intergrupar com baixa diferenciação cultural no Sudeste da Ásia e na Melanésia, onde os arranjos de interesses e conveniências conjunturais permitiam clarividentes abrandamentos e ambiguidades nos sistemas interétnicos. Essa pesquisa sobre o Leblon a partir da minha convivência coabitacional na Cruzada permite apontar para uma situação de etnicidade ambígua e multifacetada e com pouco contato social intermoral – exclusive profissionais, visto que a maioria dos moradores trabalham na região, (RIBEIRO, 2009) e clandestinos, visto que muitos usuários de droga optam por comprar tóxicos no Condomínio por ser, relacionalmente, mais seguro, do que às favelas. Se eles trabalham de doméstico no DCE do Leblon ou balconista do tráfico de drogas da Cruzada (bem como outras ocupações informais), apesar de ser fonte de rendas úteis para sobrevivência, essa tipologia de trabalho específico que apresenta resquício do período escravocrata, denota uma continuidade da posição estética marginalizada (duplo sentido) do prédio e social dos moradores no Leblon para o terreno do trabalho. Queiroz Ribeiro (2009) atenta que a situação de entrave social é amplificada na Cruzada por não ser ela identificada com favela no sentido estrito e, nem como Leblon, o que se assemelha ao descrito por Velho (2003) em relação aos mediadores culturais.

Apesar de poder ser considerado um relativo gueto negro, mais do que uma favela que preserva diferenças bem nítidas em relação a essa categoria (NUNES; VELOSO, 2014), a situação de relativo apartamento moral da Cruzada não assume contorno de hipergueto racial abandonado típico de enclaves verticais sociais americanos, conforme descrito por Wacquant (2014) no contexto da crise do bem-estar social em Chicago. Ressalvo que “hipergueto” implica em uma redução a uma análise morfológica estruturalista (referente à primeira geração da Escola de Chicago, Ecologia Humana), que relativiza muito os pormenores sutis contidos em um sistema social aparentemente caótico, porém detentor de uma organização social (WIRTH,

1928)¹⁷³, somente perceptível a partir de uma análise que contemple também um viés representacional culturalista (a exemplo da segunda fase da Escola de Chicago, Interacionismo Simbólico). Essa abordagem possibilitou Footie-Whyte (2005), em uma zona degradada de imigrantes italianos em Boston, dimensionar as hierarquias internas em uma perspectiva dinâmica através do conceito de zonas de lealdades no interior das “gangs sociais” que constituem possíveis interfaces microfísicas com a sociedade política, mafiosa, associativa e social-desportiva. Evito aqui uso generalizado do conceito de “hipergueto” em detrimento do gueto no sentido empregado por Wacquant (2014), passível de experimentar, em algum grau, nos casos de conjuntos habitacionais populares, o processo desigualmente interdependente de “aparthamenthaidização” sócio-racial-simbólico-religioso – sem com isso, querer significar isolamento total, mas enquadramento estigmatizante e moral moralcêntrico. No entanto, conceito de gueto e hipergueto tem uma mácula de estarem muito associado à contracultura e pesquisa urbana americana e anterior conceito de zonas morais de Park (1967). Cabe o seguinte alerta:

A terminologia do gueto começa por amalgamar situações e populações extremamente heterogêneas, enquanto o principal desafio, para uma análise das periferias, é mostrar essa dupla heterogeneidade [raça e classe social]. A imagem do gueto, importada dos Estados Unidos, qualifica zonas etnicamente homogêneas, abandonadas a elas mesmas e vivendo quase como autossuficientes (CASTEL, 2011, 30).

Em relação ao caso estudado por Elias e Scotson (2000), também cabe ressaltar que: mesmo que fossem da mesma classe social e fenotipicamente semelhantes, em uma pequena cidade industrial inglesa dividida em duas áreas/grupos não permite apontar para um alentador afrouxamento do etnocentrismo inerente aos grupos e indivíduos sociais (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976) em conflito do tipo estabelecidos/outsideers, como os observado no estudo sobre o microterritório Cruzada do Leblon – talvez, em relação às disputas identitárias internas (inter-moradores), mais orientada relativa aos valores religiosos, as zonas de (des)lealdade seja mais ambíguas e multifacetadas, (WHYTE, 2010) em pesquisa sobre a dinâmica de

¹⁷³ Wacquant (2004) no entanto, critica o viés organicista típico da primeira geração de Chicago que Wirth dá a sua noção de gueto, como se fosse uma reação social metabólica espontânea em face ao meio hostil refratário a determinada etnia ou grupo social.

alianças e desafetos interindividuais entrecruzadas com intergrupais (a depender da posição e grau de liderança do indivíduo nos grupos que faz parte) no interior de uma área degradada em Boston. A cor da pele enquanto distinção de valores (normas e cultura) e estigmas diferentes mereceu uma digressão filosófica na teorização de Elias/Scotson sobre o arquétipo estabelecido-outsider, o que ressalva a importância de traçar uma genealogia do racismo anterior a essa configuração social:

Um dos aspectos mais notáveis das abordagens atuais das relações estabelecidos-outsiders com conotações “raciais” é a frequência com que as discussões são conduzidas em termos de um problema do aqui e agora. A exclusão dos processos grupais de longo prazo – que não devem ser confundidos com o que chamamos “história” – do estudo desse tipo de relação estabelecidos-outsiders tende a distorcer o problema. Ao discutir os problemas “raciais”, tende-se a pôr a carroça adiante dos bois. Afirma-se, em geral, que as pessoas percebem as outras como pertencentes a outro grupo porque a cor de sua pele é diferente. Seria mais pertinente indagar como foi que surgiu no mundo o hábito de perceber as pessoas com outra cor de pele como pertencentes a um grupo diferente. Esse problema coloca prontamente em foco o longo processo durante o qual os grupos humanos se desenvolveram em diferentes partes da Terra, adaptaram-se a condições físicas diferentes e, mais tarde, após longos períodos de isolamento, entraram em contato uns com os outros, não raro como conquistadores e conquistados e, portanto, dentro de uma mesma sociedade, como estabelecidos e outsiders. Foi em decorrência desse longo processo de interpenetração, no qual grupos com diferentes características físicas tornaram-se interdependentes como senhores e escravos, ou ocupando outras posições com grandes diferenciais de poder, que as diferenças na aparência física passaram a ser sinais de pertença das pessoas em grupos como diferenças de poder, com pertenças diferentes e com normas distintas. Isso faz lembrar, mais uma vez, a necessidade de reconstituir o caráter temporal dos grupos e suas relações como processos na sequência temporal, caso queiramos entender as fronteiras que as pessoas traçam ao estabelecer uma distinção entre grupos a que se referem como “nós” e grupos a que se referem como “eles” (ELIAS; SCOTSON, 2000, 46).

O Condomínio Cruzada São Sebastião incrustado em pleno baixo-Leblon com moradores negros de classe socioeconômica mais baixa faculta um cenário de conflitos sociais e dialógicos gerador de forte tendência, não absoluta, de exclusão social externa – apesar de acordos tácitos tácitos e explícitos entre grupos hegemônicos e contra hegemônicos internos com grupos externos –, correspondente a um reforço da integração social interna – apesar das conflitualidades dos diferentes grupos nativos muitas vezes irreconciliáveis. Este é em uma cápsula o sentido de apartheid sociorracial que aqui apontamos através do etnoconceito “apartamentheidização moral”, que

mescla a palavra “apartheid” (sentido excludente) com “apartamento” (includente), – até para diferenciar do conceito de Park (1967), “gueto moral” que aponta, justamente, para uma perspectiva mais imobilizadora de fronteira e identidade territorial mais hermética.

O resultado de baixa interação social combinado com relativa inadequação territorial dos pioneiros da Cruzada aponta para um resultado pífio em relação ao que o projeto vertical de habitação popular inclusivo com remoção de favela com construção de conjunto habitacional, talvez, pretendesse ou pudesse superar – com base na Doutrina Social da Igreja, na América do Sul, cujo sentido expressa através da incursão do Padre Lebrecht no Brasil, que disseminou uma aplicação dessa doutrina a partir da conduta de conciliar “Economia e Sociedade” (FREIRE; GONÇALVES; SIMÕES, 2010). No entanto, a reduzida inserção de moradores brancos no prédio, disparidade da condição socioeconômica religiosa dos moradores em relação às demais áreas do mesmo bairro, tende a reforçar, mesmo que inconscientemente, a operação semiótica racial da melanina (fenotípica) funcionar como signo e marca indelevelmente deletéria de uma história social ancestral (SEGATTI, 2005) de preconceito, exclusão e desigualdade sociorracial.

Tal condição de inferioridade simbólica e efetiva aponta para o sentido weberiano de clausura social, em que grupamentos humanos são privados oficial ou extraoficialmente de direitos básicos, inclusive, o direito à vida (etnocídio), em função de componentes físicos (WEBER, 2009). Relativo isolamento, que no caso dos prédios e pessoas estudados, tende a se observado pela baixa interação social, empregabilidade formal e qualificada, projeção cultural e exposição pública dos moradores da Cruzada no Leblon. Que não é quebrado, mas, sim, intensificado pela alta vigilância e doutrinação disciplinar moralizante da Cruz (projetos pastorais, filantropias corporativas...) e Espada (educação básica, policiamento ostensivo, etc.) respectivamente. Não tirar os olhos de lá, não tem significado olhá-los de verdade, mas, sim, se cegar para o fato de que o controle sócio urbano e político religioso de forte acento totalitário e enclausurador, tem impedido essa população de ter clarividente para buscar seu lugar ao sol no posto 11.

Funciona, assim, em simbiose reificante do estigma negativo junto com a degradação do prédio, o controle social e político coronelista evangelizador (a exemplo da experiência de tutela com os índios pelos jesuítas) no relacionamento, pelo menos, nesse novo milênio, da Paróquia Santos Anjos e seu aliado político social (Shopping Leblon) com os moradores e sua Associação. O que não era propalado por padre Lebre, uma das influências seminais do projeto sócio habitacional de reurbanização de favela proposto pelo bispo Dom Hélder Câmara (FREIRE; GONÇALVES; SIMÕES, 2010), cujos mandamentos não são tão compatíveis para assimilação e sobrevivência no capitalismo (WEBER, 2001), ou mesmo no capengo Estado de Bem Estar Social no Brasil, o que pode estar na ordem dos fatores eletivos que insuflam muitos moradores da Cruzada a procurarem o meio protestante, como forma de emergência protesto social – no que passam a se tornar simbolicamente os infiéis, os novos mouros, que a Igreja historicamente se dedicou a combater no período das Cruzadas e pelo qual o nome do condomínio localizado no Jardim de Allah, remete simbolicamente, como recurso discursivo subliminar. Esse é também um movimento dos moradores da Cruzada para reatualizarem a **vida em comunidade**, de forma, a resgatar uma identidade comum e sincrônica com os moradores de favela, e continuassem sujeitos às mesmas variáveis histórica-representacionais desses, apesar de que a **vidas em condomínio**, aponta para diferenças morfológicas e urbanísticas visíveis no padrão de vida entre ambos.

Há muitos católicos, porém, sobretudo, em relação à primeira geração de moradores nascidos e crescidos na Favela da Praia do Pinto, provavelmente, por conservar uma memória afetiva de gratidão em relação ao visionarismo de Dom Hélder Câmara. Tomando o exemplo do antropólogo nativo da pesquisa, o ex-pastor, representante da Associação da época da pesquisa como tipo ideal, pude observar que ele vivia conflitos de identidade geracional e/ou religiosa entre os moradores de primeira (nascidos e criados na Favela Praia do Pinto) e segunda geração (nascidos e/ou crescidos na

Cruzada). Aqueles tendiam a estar mais representados pela fé católica¹⁷⁴ e, alguns destes, pela evangélica. O apogeu bombástico constitutivo de uma cisão religiosa interna ocorreu quando o líder comunitário foi eleito para presidente da Associação, mas quase foi impedido de assumir, em função de suposta manobra política do responsável pela Igreja Santos Anjos na época da pesquisa. Esses indivíduos da primeira geração – que migram já adultos para o Condomínio – contribuem, assim, para manter o controle social, político e religioso do Condomínio sob a égide da Igreja no plano subtextual e microfísico – e seu atual aliado em projetos sociais na Escola Santos Anjos, o Shopping, para controlar simbolicamente os moradores, o Shopping –, o que é revelador de zonas de (des)lealdades relacionais muito imbricadas e contraditórias (WHYTE, 2005). Cabe considerar que o movimento de violência religioso é duplo, pois se em um primeiro momento foram silenciadas, provavelmente, as diversas orientações afro-religiosas presentes nas favelas no processo de

¹⁷⁴ A partir de grupo de amigas da primeira geração de moradoras católicas fervorosas na Cruzada que conviviam com o bispo Dom Hélder, que manteve uma forte influência pós ocupacional civilizatória no local até 1964, Simões (2006), enfatiza, inclusive, com foto de um presépio humano feito com crianças na capa da sua tese de doutorado, como o imaginário catolicista permeia muitas das relações sociais no local até a contemporaneidade – mormente, em relação a primeira geração de nascidos e crescidos na favela Praia do Pinto e, também, em relação às mulheres deste subgrupo etário, talvez, ao meu ver, também pelo fenômeno projetivo com a figura maternal e compassiva de Maria. Esta relação fundante e refundada com a Igreja, que tem uma Paróquia ao lado do Condomínio, não tem sido suficiente para suplantar o estigma comezinho de motivações, no fundo, sociais, raciais, culturais e econômicas, de que o local não é um Condomínio de Deus. Isso, apesar de ter sido útil, sem resolver a questão principal da interação interclasses no Leblon, para forjar onticamente um *pocket* sentido poético de auto georreferencialidade identitária das novas moradoras com o novo prédio, que não é detrimento com a antiga favela, que continua como base de referência analítica da primeira socialização, já que também, “tradicionalmente, vivemos nossas pertencas como necessidades imutáveis, agradáveis ou desagradáveis (BOURDIN, 2001, 158)”. O próprio nome do prédio (“Cruzada”) já convocava arregimentava nelas a postura de “cruzados” do Senhor, para qual era conclamada boas-vindas no bairro por um bispo midiático e politizado que abriu os mares do Leblon para esse povo aprisionado nas favelas da Lagoa. É evidente que havia questões de ordem sanitárias para que muitas delas se sentissem satisfeitas racionalmente no novo tipo de habitação, pois água e esgoto era um antigo pleito das mesmas. Uma contribuição adicional da nossa pesquisa em complementaridade ao vasto estado da arte da bibliografia sobre a Cruzada, é – além de mostrar como o saber local e criatividade comunitária, como o próprio Dom Hélder defendia, é importante como índice de mensuração de habitabilidade, – o de mostrar o como representantes da primeira geração de nascidos e/ou crescidos na Cruzada, tem buscado encontrar novas orientações político religiosas para “protestar”, com auxílio epistemológico das religiões neopentecostais afins à pró-atividade político capitalista (WEBER, 2001), contra este pacto nem muito velado de subordinação entre Igreja católica (Dom Helder) e as mães marianas, para desconstruir um pouco desse “edifício bíblico conceitual” que, parece suscitar um apaziguamento e parasitismo social total. Talvez, seja por isso, que a Igreja Católica, mesmo do alto de suas alas mais progressistas, como Dom Helder representou, porém, em última instância, a ela subordinada, não consiga, de fato, transferir credibilidade para os moradores da Cruzada, porque ser assistido por suas missões civilizatórias lucrativas, já imprime à ferro, fogo e fé, o estigma da miserabilidade e colonialidade eterna.

evangelização implícito no projeto (o nome parece apontar para esse tipo de missão). No segundo, é a tentativa de autenticação com o tempo histórico vivido nas demais favelas por meio do incremento do evangelismo que é alvo de combate. Coincidência ou não, o ex-pastor havia também morado em terreiro e sido ajudante de pai de Santo e parecia encampar o arquétipo de toda a história negada pelo positivismo urbanístico do Planejamento Urbano.

Conjuntamente com tendência à baixa integração por parte do morador do Leblon, não somente por ser operado o fenômeno da estigmatização clãnesca (bem nascidos/brancos/bem resolvidos simbolicamente/católicos), mas também pelo nostalgismo e orgulho coletivo do passado próprio ou familiar na favela e de ser ex-favelado ou parente (e o fenômeno da **favelização do prédio e dos comportamentos** no mesmo) e o baixo poder aquisitivo dos moradores da Cruzada para consagrarem um **processo civilizatório de condomínio em bairro nobre** – bens de consumo individual, mas também etiquetas sociais compatíveis com os demais moradores do Leblon que normalmente envolve autocontrole dos impulsos pelas quais o desenvolvimento ou não, interfere no grau de adesão ao novo grupo (ELIAS, 1993), apesar de ser possível a esse, quando na iminência de ser atingido pelo grupo excluído, cerrar o acesso a seu clã através de novas normas mais rígidas (ELIAS; SCOTSON, 2000).

O ex-favelado ou filho de favelado morador da Cruzada passa a ser percebido e se perceber como comportamentalmente favelado, em função do duplo processo social – a partir do duplo vínculo¹⁷⁵ (ibid.): estigma externo¹⁷⁶ e o sentimento interno de “comunidade”, - enquanto forma de sociabilidade ligada à um tipo de arquitetura de favela, nesse caso, - no condomínio – mas não

¹⁷⁵ Quer dizer, consentimento velado a um contrato social de interdependência desigual com o outro de classe. E nesse sentido, a literatura sobre análise do “estigma” mostra que essa categoria epistêmica pode não encontrar ancoradouro empírico “(...) quando há comunidades desviantes, cujos membros, sobretudo quando longe de seu meio, não estão particularmente preocupados com sua aceitação social e, portanto, são difíceis de serem analisados em referência à manipulação do estigma (GOFFMAN, 2008, 157)”.

¹⁷⁶ “Fica bem claro, então que os desviantes intergrupais, os membros de minorias e as pessoas de classe baixa algumas vezes, provavelmente, se verão funcionando como indivíduos estigmatizados, inseguros sobre a recepção que os espera na interação face a face, e profundamente envolvidos nas várias respostas a essa situação (GOFFMAN, 2008, 157)”.

necessariamente só em um sentido de negação e inferioridade, pois muitos até com condições financeiras de sair do Condomínio-Comunidade, permanecem fiéis ao seu local de origem. Aos olhos do planejador urbano antropologizado, defensor do estudo de impacto sócio urbano prévio aos projetos de planificação urbana, evidentemente, que esse aspecto não previsto, poderia ser encarado como uma falha do projeto. Mas, sem querer assumir aqui um discurso antropologicamente correto em demasia na defesa da intocabilidade da favela e uma coerência urbanística do seu *habitat* e *hábitus*(o)s sociais (BOURDIEU, 1997) e o ataque à exogeneidade do discurso desenvolvimentista inerente aos dos planejadores urbanos, quando não de caráter participativo, é clarividente que: o estudo da equalização harmônica civilizatória dos atos comunicacionais e simbólicos, pode contribuir em processo de adaptação habitacional inevitável de moradores de favela para áreas condominiais do tipo conjunto habitacional.

Destarte, pode minorar ruídos de comunicação na transcodificação dialógica dos *outputs* (expressão) e *inputs* informacionais (impressão) entre indivíduos (GOFFMAN, 1985) tão díspares em suas interações do tipo face-à-face cotidianas. Caberia, a partir desses apontamentos, lançar uma questão sobre o processo civilizatório ambicionado em projetos de planejamento urbano (no caso, aplicado ao projeto de inclusão social e reurbanização de favela através habitação vertical em bairro nobre) serem ineficazes por concentrar suas preocupações referentes à tecnoesfera arquitetônica e engenharística – em detrimento do inventário antropológico imaterial de memórias coletivas locais do grupo em questão e o impacto social afetivos dessas correntes de pensamentos e *habitus* sociais no ambiente sócio cultural envolvente. Ou, fabulisticamente contando, por transformar os assistidos em Alices (CARROL, 2005) e colocá-los em suposta cidade maravilha (Programa Minha Casa, Minha Vida) desprovidos do conhecimento das regras do jogo social cênico-semiótico (simbólico) nas formas de pensar, sentir, agir e “interpretar” da vida comum em condomínio modernista e bairro nobre.

White Shopping: política de anti-vizinhança

A estratégia de mimese do comportamento de vida de Leblon por meio da sociedade do consumo (MELO, 2001), – que no fundo revela uma camuflagem para o estigma e exclusão social – com a chegada do Shopping Leblon – há mais de 10 anos em área vicinal ao Condomínio –, sua vida é afetada frontalmente. No que constituiu um novo cenário de jogos de pertencimento da experiência retoricamente moderna de morar em um projeto habitacional popular planejado. O fenômeno de exclusão do projeto de inclusão social que é a Cruzada se acentuou a partir da construção do Shopping Leblon, ladeado ao Condomínio, cuja distinção econômica e social exigida para participar do mesmo, seja como funcionário ou cliente, não é possuído pelo morador. Esse fenômeno do cerramento do acesso por meio de novas regras iniciáticas dos estabelecidos ameaçados pela possibilidade da emergência econômica (condição de classe), com possibilidade de se tornar social (posição) dos *outsiders*, foi percebido por Elias/Scotson (2000) e se aplica aqui, quando se percebe que a Cruzada já apontava para uma ligeira integração entre as duas classes, simplesmente, por permitir uma mimetização indireta dos hábitos da vida em condomínio no Leblon.

Devido ao requinte do Shopping, alto valor dos produtos da loja e alto padrão de vestimenta dos frequentadores do Shopping o acesso à sociedade de consumo é negado simbolicamente pela porta da frente desse que é o templo do capitalismo “overmoderno” (AUGÉ, 2010). Diferentemente de outros shoppings localizados nos subúrbios cariocas, cuja suntuosidade está a serviço das classes populares, que por meio do fenômeno da nova classe “C”, se tornaram filão de mercado, o que obrigou uma descentralização da localização desse tipo de empreendimento, outrora, localizado preferencialmente, em bairros nobres. Com o Shopping o sentimento de exclusão é aumentado, pois além de não ser estimulado o ingresso dos moradores da Cruzada, o projeto arquitetônico contemplou uma blindagem visual contra o Condomínio, pois é quase impossível ver a Cruzada, uma vez dentro do mesmo.

Com a instalação do Shopping Leblon, as discrepâncias (e os seus paradoxos) socioespaciais semióticas em relação às demais áreas e moradores do Leblon que conferiam uma distância social relevante em

contraponto à proximidade física (RIBEIRO, 2009), correm sérios riscos de terem seus indicadores acrescidos. A constituição desse luxuoso prédio com vitrines gigantes aumentar o contraste sócio visual entre o restante do bairro e o Condomínio, em proporção ao aumenta a proximidade física das demais áreas do bairro com o Condomínio – o que provavelmente deve ter aguçado o sentimento de não participação social do bairro pelo morador da Cruzada e de valoração positiva da toponímia Zona Sul por parte dos moradores do grupo estigmatizados. O aumento da proximidade territorial (o shopping como representante dos moradores do bairro que são seus clientes) teria aumentado à distância social¹⁷⁷.

A partir do conceito de violência simbólica, distinção e distância social e efeitos do lugar de Bourdieu (1997), Ribeiro (2009) apresenta um panorama da situação de relativo isolamento e estigmatização social (hiper-individualização) dos moradores da Cruzada em relação à integração e pertencimento ao bairro. Essa individualização condomínio, no entanto, revela não somente uma defesa contra o estigma. Mas, também uma resistência e/ou dificuldade existencial de adaptação ao **processo civilizatório de bairro** imposto pela política pública de remoção de favela na época em que favela ainda não tinha *status* de patrimônio arquitetônico e imaterial. Ou seja, uma compactuação com o aumento da socialização na comunidade, através da capacidade que os grupos sociais possuem de conservar suas correntes de pensamento social, de lembrar coletivamente (HALBAWACHS, 2004). Impossibilitados simbolicamente da **vida em condomínio** no bairro físico Leblon, mesmo aqueles que avidamente tenta mimetizar por conveniência tácita e tática alguns hábitos sociais das classes estabelecidas – o que não significa que psicologicamente estão bem resolvidos com a adaptação, por seu movimento implicar em um desajuste comportamental e que, internamente, não estejam sob à égide do *habitus* social da comunidade – seja por saudosismo, por resistência, ou estigma social, passam a transcender a diferença morfológica entre favela e prédio, para reatualizar o tempo anterior e/ou ancestral

¹⁷⁷ Distância cultural: termo utilizado por Eduardo Galvão (1979) para analisar sistemas interétnicos entre aldeias próximas, porém sem parentesco cultural.

representacional da **vida em comunidade** realocado da favela metafísica do Morro do Pinto.

A psicologia social de Goffman (1975) aponta aqui como uma epistemologia complementar que lança luz sobre o objeto consagrado na bibliografia sociológica psicanalítica elisiana: a interdependência cênica dos indivíduos entre si e consigo mesmo, bem como desses grupos sociais em relações com os demais – balança “nós-eu-eles” (ELIAS, 1994). Goffman (1975), sobre as escolhas cênicas sociais do sujeito ou sobre o caráter de representação social do eu no cotidiano acredita que “(...) o papel que um indivíduo desempenha é talhado de acordo com papéis desempenhados pelos outros presentes e, ainda, esses outros também constituem a platéia (ibid., 7)”. O autor também afirma ao final da exposição exaustiva de casos e situações pontuais em que o indivíduo é convidado a participar desse palco social e gerir sua expressão conforme o resultado desejado de impressão que deseja causar – o que não exclui a hipótese de que o desenvolvimento dessa percepção corporal ocorra em todos de forma iguais, principalmente, por cada indivíduo ter um *background* e metabolismo (e a *homeostase* entre essas duas variáveis) distintos:

Ao analisar o “eu”, então somos arrastados para longe de seu possuidor, da pessoa que lucrará ou perderá mais em tê-lo, pois ele e seu corpo simplesmente fornecem o cabide amostral no qual algo de uma construção colaborativa será pendurado por algum tempo. Mas os meios para produzir e manter os “eus” não reside no cabide. Na verdade, frequentemente estes meios estão aferrolhados nos estabelecimentos sociais. Haverá uma região de fundo com suas ferramentas para dar forma ao corpo e uma região de fachada com seus apoios fixos. Haverá uma equipe de pessoas cuja atividade no palco junto com os suportes disponíveis construirá a cena da qual emergirá o “eu” do personagem representado, e outra equipe, a platéia, cuja atividade interpretativa será necessária para esse surgimento. O “eu” é um produto de todos esses arranjos e em todas as suas partes traz marcas dessa gênese (ibid., 231-32).

A Construção Social de um Condomínio-Comunidade: cidade repartida discursivamente

A espetacularização e banalização da violência na sociedade carioca e sua economia simbólicas, expressos na popularização do filme e livro como

“Tropa de Elite” (2007) e “Cidade de Deus” (1997) têm implicado no Rio – assim como na guerra civil colombiana (que envolve toda a sociedade, não somente Estado e facções guerrilheiras), no processo de presentificação da sociedade (PECAULT, 2009): incapacidade de operar racionalmente. O que culmina em uma doutrina de segurança regional e vilanização do sistema social, bem personificadas através da figura do roteirista de “Tropa de Elite”, Rodrigo Pimental, e o escritor de “Cidade de Deus”, Paulo Lins, respectivamente: o primeiro ex-policial do BOPE, que se tornou comentarista esportivo das notícias das inúmeras guerras particulares que circunda o território carioca e o segundo, ex-moradores de favela que trabalhou como etnógrafo de da antropóloga urbana carioca Alba Zaluar em muitas pesquisas acadêmicas sobre favela. Ambos personificam o maniqueísmo novelístico da sociedade carioca (e aqui não se sabe quem surgiu primeiro, a novela mexicana ou o maniqueísmo na sociedade carioca) por representarem lugares de falas opostos (o primeiro incorporado pela mídia à exaustão e o segundo, pela academia em conserva: ambos pelo cinema) a assumirem uma posição no campo midiático e literário (respectivamente) especializados e aptos a falarem em nome dos grupos estabelecido e outsider. Que são por sua vez, os seus *backgrounds* e lugares de falas orientadores dos seus *habitus* sociais e *frame works* de interpretação (BARTH, 2000). Um romanceando o trabalho dos heróis policiais, o outro, dos anti-heróis traficantes – quem não se lembra “meu nome é Zé pequeno, porra” – e também satanizando a violência panóptica disciplinar do Estado com as “comunidades” (FOCAULT, 2007). Esse grau de rebuscamento que uma sociedade de culto à personalidade espetacular como o Rio de Janeiro costuma estimular o surgimento do que chamo de **atores sociais performáticos** (alta consciência de sua imagem pública).

Orbitante a essa polêmica sobre Cruzada, que devido a sua localização em um bairro nobre da cidade e a um projeto de vitrine da doutrina social da Igreja Católica, grupos especializados (jornalistas e acadêmicos) têm historicamente atuado como porta-vozes dessa ou aquela voz do tabuleiro do banco imobiliário que se tornou a questão fundiária e social no Rio de Janeiro – já que quanto mais caro o valor do metro quadrado, mais ampla adesão à

máxima proverbial e heurística: “cada um no seu quadrado”. Apesar dos fóruns de discussões dos dois principais grupos serem de dimensões de profundidade empíricas, metodológicas e epistemológicas distintas é notório que as matérias de jornais e noticiários locais, por um lado, e artigos e teses acadêmicos alusivas ao tema da fronteira Leblon/Cruzada, por outro, tendem a apontar predominante e respectivamente, para a denúncia do aumento da criminalidade do bairro que o Condomínio, supostamente, favoreceria ou acobertaria (jornalistas), e na denúncia da criminalidade simbólica que a sociedade dominante do Leblon opera retórica ou subliminarmente, às expensas do direito à moradia e à cidade.

Nesse sentido, é que se torna reducionismo falar em estigmatização unidirecional vitimizante. Ambos os lados reificam, o que é diferente de afirmar ser uma escolha livre, já que partem de constrangimentos morais históricos milenares, em alguns casos, seus papéis sociais de estigmatizante e estigmatizado em suas práticas cênico-sociais cotidianas (GOFFMAN, 1985). Tal abordagem interacionista simbólica foi tratada por Bateson (2000) através do conceito de “*double bind*” (duplo vínculo)¹⁷⁸, – apropriado por Elias para forjar sua ontologia das situações de conflitos assimétricos com fronteiras identitárias ambíguas e relacionais da balança Nós X Eu (1994) e Estabelecidos X Outsiders (ibid.; SCOTSON, 2000). No mesmo sentido, Hannah Arendt (1999), já denunciara a complacência dos líderes judeus em relação ao antissemitismo ariano, o que relativiza as análises imbuídas de um humanitarismo mosaico; e Foucault (2000) já demonstrou como as categorias e ordens discursivas e enunciativas – no caso, em torno da toponímia “Leblon” e “Cruzada” –, são formadas/deformadas através de processo histórico de transformações e deslocamentos (des)contínuos e intercambiáveis, em que arranjos e rearranjos de associações positivas e contrapositivas (muitas vezes ambíguas), provenientes dos saberes e ciências em processo de (des)(re)constituição representam o ponto de vista de determinado grupo em um dado tempo espacial em conflitos/associações ideológicas e políticas com outras – passíveis, por isso, de uma arqueologia desconstrutiva do saber ou

¹⁷⁸ Vide notas 70 e 175.

sociologia do conhecimento genealógica (vigilância epistemológica). O que Bourdieu (2012) viria a chamar, posteriormente, de sociologia clínica das condições sociais de cientificidade.

Há que se pensar se a sustentação ideológica aparentemente polarizada dessa fronteira sociorracial toponímica-territorial entre estabelecidos (zona sul / Leblon) e *outsiders* (zona norte; subúrbio; baixada; favela / Cruzada), provavelmente, não atende, de ambos os lados do muro, em grau diferentes, a alguns grupos de interesses (empresariais / políticos / comunitários / culturais / religiosos / criminosos), em situação relacional de mutualismo, inquilinismo ou parasitismo. O consenso social formal ou informal dos seus líderes e representantes, destarte, ancorado, sincronicamente, na existência dramática e mediação cordial dos conflitos. A perpetuação fato-mítico dramática das guerras bélicas e simbólicas de classes, raças e facções no Rio de Janeiro seria, nessa hipótese, um espetáculo que alimenta, atualmente, uma indústria de endividamentos bancários, dízimos religiosos, políticas públicas, armamentos pesados, drogas ilegais, projetos sociais, corrupções generalizadas, defesas advocatícias e bens culturais – sobre este último aspecto, bastaria ver as opções de filmes e séries de ação milionárias ambientados no Rio no cardápio do “Netflix da Globo” (Globo Play), algumas delas produzidas pelo braço de negócio social (AfroReggae Audiovisual) da entidade filantrópica AfroReggae.

Robert Castel (2011), em relação ao contexto francês, examinou que a estigmatização moral pode estar a serviço da falta de solução eficaz e estrutural para a questão econômica e social das classes subalternas que uma vez marginalizadas no sentido de serem consideradas em absoluto marginais no sentido pejorativo (não somente às margens da sociedade), justifica-se medidas policiais cabíveis (será por isso que a UPP veio antes da UPP Social) de forma a apontar na convivência civil urbana caótica e desarmônica para uma sensação de segurança generalizada (para além da questão de segurança pública) – o que nos permite dar um sentido literal para o que Becker (2008) afirma quando diz que a sociedade é coautora dos crimes que a rodeiam. Para Castel (2011) o estigma social por meio “discriminação negativa”

é, nesses casos, orquestrada pela mídia, sociedade e Estado (política pública de segurança pública – aparato policial – como substitutivo de política pública de desenvolvimento social e econômica, seja porque a questão é insolúvel ou há falta de vontade política por transformações sociais e promessa de solução para a insegurança generalizada (pública, social e psicológica). No caso do Brasil, esse instrumental analítico pode ser usado para observar a formação da tríade dos 3 p's (pobre-preto-periférico), uma tripla estigmatização (social, racial e territorial) criada pela sociedade para simplificar suas mazelas e fazer os descendentes de ex-escravos continuar sendo simbolicamente escravizados – em alguns casos, fisicamente também.

A urgência em estudos que percorram essa singularidade social epistêmica a partir de uma perspectiva de mediador cultural (VIANNA, 2005) da capital carioca se mostra ainda maior em um momento em que tais características maneiristas de cordialidade e ilegalidade tendem a se tornar patrimônio imaterial informal. O efeito de adrenalina de apocalipse iminente, porém, deixa de ser inebriante, quando o envolvido diretamente nos conflitos urbanos entre polícia e ladrão é alguém de sua família ou si mesmo. O microterritório que envolve a Cruzada e Leblon, assim como no caso da pesquisa etnográfica sobre a criminalidade anômica na pequena cidade operária inglesa Winston Parva (ELIAS; SCOTSON, 2000) para sua pesquisa sobre o fenômeno do conflito estabelecido / outsider, permite também aplicar esse instrumental epistemológico valioso para pensar a iniciativa social de reurbanização de favela e inclusão socioterritorial pioneira como a Cruzada. Pioneira, porque apesar de ter implicado na quase sempre criticável estratégia de remoção urbana, não incorreu no crasso erro em políticas públicas urbanas de habitação social, do “descentramento” (AUGÉ, 2010) de grupamentos pobres e negros do Centro da cidade. O que não foi suficiente para minorar o efeito “apartamento social” (duplo sentido) causado pela tentativa de inclusão através de posse de unidades em conjuntos habitacionais planejados. Afinal, são muitos fatores de qualidade da urbanidade, que não levam em conta somente a patrimonialização habitacional.

Baixas adequações territoriais e interações sociais percebidas nas avaliações pós-ocupacionais são explicáveis por razões de ordem psíquica e sociológica tanto dos moradores, como dos seus vizinhos do Leblon. A reacomodação do mesmo conflito social anterior entre Favela Morro do Pinto e o Bairro do Leblon se dá apesar e em resposta à tentativa patrimonialista de inclusão social em prédio planejada. Isso, por revelar se tratar mais um mecanismo de positivismo seletivo, talvez, na sua fase mais ambígua e perversa, pois que oriundo de uma inclusão excludente: parafraseando o bordão luso-tropicalista, incluir “para melhor governar”. Nesses casos, em que as plantas e tijolos não são suficientes para trazer habitabilidade plena, a arte surge como ferramenta psicodramática de empoderamento social para reconstruir a obra arquitetônica, doravante, em termos artísticos e sabedorias locais. A fachada dessas pessoas personificadas por prédios (pessoas-prédios) reificantes de atitudes/valores morais tidas como famigeradas e cogeratrizes de tensões/ marcações sociais crescentes, só pode ser modificada desde dentro, a partir da conscientização crítica da autorreferência local, social e psíquica. Mergulhado nos conteúdos inconscientes do coletivo, se torna possível perceber as espirais inertes da violência e modificar os frameworks interpretativos de que nos fala Barth (2010). O estigma negativo, apesar de parecer, não é uma situação karmática e pode ser redimensionando por meio da manipulação responsiva e protagonista de novos equipamentos de sinais:

(...). Verificamos habitualmente que a mobilidade ascendente implica na representação de desempenhos adequados e que os esforços para subir e para evitar descer exprimem-se em termos dos sacrifícios feitos para a manutenção da fachada. Uma vez obtido o equipamento conveniente de sinais e adquirido a familiaridade na sua manipulação, este equipamento pode ser usado para embelezar e iluminar com estilo favorável as representações diárias do indivíduo (GOFFMAN, 1985, 41)”.

(...) tendemos a supor que os esforços expressivos numa representação necessariamente reivindicam para o ator uma posição de classe superior à que, se assim não fosse, lhe seria concedida (idid., 43).

Da iminência de colapso psíquico social causado pelo estado de *double Bind*, como estado de duelo de cobras cegas venenosas, se pode extrair antídoto catártico por meio do estado de graça da arte que aponta para a

possibilidade momentânea de harmonização ecológica dos fluxos, processos e ordens mentais (BATESON, 2000). Interessante notar a metalinguística dessa alegoria da medicina, pois que o mesmo autor que criou o termo “*double bind*” e sistematizou o efeito por ele ensejado”, também fez o mesmo com a “ecologia da mente”. O que aponta para este caminho de conflitos ecologizáveis pelo exercício diário do “mentalismo” (re)criativo.

Entrada de Serviço do Edifício Positivista

O projeto da Cruzada foi simbolicamente corrompido pelas elites cariocas, haja vista que seu sucesso poderia de fato apontar para uma horizontalidade social entre negros e brancos através de uma inclusão positivista e edílica daqueles no mesmo espaço de tipo modernista. No plano formal ele, no entanto, ela já não colaborou ne mesmo para que aos padrões de tecnicidade urbanística modernista fossem acatados. Por causa da proximidade física entre um bloco e outro, com a conseqüente compressão das áreas comunitárias de lazer, o “*affordance*” (ambiente construído) precário acaba por pré-condicionar um “*symbolic*” (ambiente vivido) passível de compreender estigmatizações internas e externas –, recriantes do mesmo abismo social entre pobres/negros/favelados/sincréticos e ricos/brancos/“zonalsulistas”/católicos que tentava minorar.

A modernização aculturada ou conservadora (FREYRE, 2006) se trata da capacidade do discurso positivista (seletivo) de incluir a todos em sua retórica idealista e moderna, mas operar uma seletividade segregacionista no plano real e cotidiano. Ribeiro (2009) aponta em sua pesquisa de campo e estatística sobre a proximidade física entre dois grupos econômicos sociais distintos implicar em distanciamento sócio cultural, mais da metade dos moradores da Cruzada trabalhavam no bairro no início do novo milênio – os dados aumentariam se colocarmos os traficantes como trabalhadores informais. Ou seja, mesmo que haja contato físico entre os prédios e moradores da Cruzada com os do Leblon, não há motivos para crer que o abismo social seja minorado por esse tipo de relacionamento profissional. O mesmo implica não

em um contato social intimista, mas em um extremamente hierarquizado que remonta ao período escravista, em que a mão de obra barata negra desqualificada trabalha é expropriada pela burguesia branca capitalista qualificada.

A edificação do Shopping Leblon, a partir de uma racionalidade instrumental e a Condomínio-Comunidade, predominantemente relativa a valores –, parece apontar para reificação ao quadrado do contraste urbanístico e social entre Leblon e Cruzada, já que os moradores não trabalham no Shopping e não se sentem possuidores de capital econômico e simbólico para frequentar suas dependências:

O lugar constitui, pois, uma utilidade para a ação, em função de três fatores: a probabilidade de nele encontrar os bens ou serviços procurados, o nível dos recursos mobilizáveis que facilitam a procura desses bens ou serviços, a capacidade de controle da situação que o ator se atribui (BOURDIN, 2001, 159-60).

A experiencição do **processo civilizatório ergonômico-morfológico do tipo “vida em condomínio” e descivilizatório** ¹⁷⁹ **ergonômico-**

¹⁷⁹ Nem toda civilização tem civilidade, assim como pode haver civilização na barbárie e, como o Brasil já demonstrou com especial apreço, civilidade também. Ao usar “descivilização” espero não polemizar o rescaldado mito do politicamente correto maniqueísta e unidirecional cada vez mais cerrado, já que a palavra aqui significa somente processo de desconstrução ou desmobilização de um tipo de civilização, seja ela considerado “civilizada” ou não para os padrões franceses, europeus e ocidentais. O que implica em recivilização de outros padrões normativos. Parto aqui, do arcabouço de Berger e Luckmann (2010), de que todo processo de socialização tende a ser vivido como civilizatório para seu pares de iniciadores e iniciados (no sentido de condicionamento reificante para se tornar membro legítimo no interior de um grupo social e/ou nacional), independente da cultura ser civilizada ou não, no sentido, descritos por Elias (1993). Ou seja, mesmo que contenha práticas descivilizatórias, como muitos dos rituais de iniciação em sociedades indígenas, demandam um processo de civilidade em acordo com os legitimadores institucionais do neófito em busca de se tornar civil no espectro moral do grupo. O “processo civilizatório” – da qual Elias derivou “descivilizatório” para falar dos alemães nazistas (1990) – é, em parte, um termo épico, pois o autor mostra o caráter cultural das palavras “cultura” e “civilização” para se referir ao contexto da formação do Estado e da sociedade da corte na Europa, da qual a França é o arquétipo mais didático, o que requeria autocontrole da pusilanimidade instintiva expressos, por exemplo, por meio da linguagem, moda, gastronomia e etiqueta (1993). Em sentido estrito, o que é considerado civilizado ou não, o é a partir ontologicamente dos padrões culturais europeus que, evidentemente, se espalharam etimologicamente por vários países. Porém o significado fica ambíguo se for cotejado com o fato de os nazistas no interior da própria Europa, terem sido apreciadores de arte (nesse caso, também pilhadores) e do método, como qualquer civilizado francês típico do antigo regime. Ironia histórica apropriada pelo meio publicitário que utilizou recursos da psicologia gestáltica (figura/fundo) na célebre peça “Hitler”, criada pela W/Brasil para Folha de

morfológico do tipo “vida em comunidade” implicam, pelo menos, na aquisição física e jurídica de patrimônio imobiliário de tipo apartamento no Leblon, em substituição ao de tipo favela. O que, supostamente, colocaria os moradores da Cruzada em situação de encaminhamento para ascensão de posição e condição de classe (BOURDIEU, 2005) em relação aos moradores das favelas da Zona Sul. Fisicamente, o corpo ligado ecologicamente a uma tipologia de habitação e urbanismo específica, deve ser recondicionado para assimilar uma nova ergonomia funcional no espaço (adequação territorial).

Porém, esse primeiro conjunto de vetores dinâmicos mais mecânicos de mudança cultural e espacial é contrabalanceado por um outro antagonista mais sinérgico¹⁸⁰. A dinâmica social dos moradores do Condomínio de não se consideram e nem ser considerados pelos moradores do Leblon como legítimos nesse direito, o que impacta negativamente na interação social, resulta na tendência de um **processo anticivilizatório cognitivo-representacional do tipo “vida em condomínio”**. Deriva daqui o comportamento autosabotativo de negação e desengajamento de assuntos decorrentes da imposição dessa nova morfologia-representacional socioespacial que representa o Condomínio, como, por exemplos: taxas, regulamentos, reformas, ativações e reuniões de condomínio, que segundo Ribeiro (2009), seria uma hiperindividualização¹⁸¹.

São Paulo em 1989. Os alemães foram desumanos em via de erigir as bases de uma civilização humana ariana e perfeita. E os favelados se consideram em uma civilização superior (a comunidade) e mais feliz e solidário do que os bairros formais. Civilização é um termo que, nesses termos presentificado, se refere a um grupo e nesse sentido, é relacional, etnocêntrico e relativo, mas passível de ser submetido a um processo de descivilização, ou socialização de segunda natureza, como aponta Berger e Luckmann (2010).

¹⁸⁰ Esses processos descritos aqui estão sendo descrito de forma didáticas, mas só são críveis analiticamente, se coadunados, na prática, de maneira multifacetadas e entrecortadas em variados graus em concordância com as histórias de vida de cada indivíduo, família e demais (sub)grupos sociais. Somente um estudo de caso minimalista em uma perspectiva de longa duração poderia os delinear com acuidade.

¹⁸¹ A adesão, mais ou menos generalizada, parcial e fragmentada ao processo denegativo da “vida em condomínio”, pode implicar também em comprometimento do aspecto morfológico também, haja vista a tendência mesmo que mínimas de correlação de mutação cultural entre ação e lugar (BOURDIN, 2001). A falta de manutenção, o não cumprimento de regras do condomínio e o informalismo profissional observado no período da vivência *in loco*, comprometiam a percepção urbana do lugar enquanto somatório das práticas sociais e corporais também e concorria para criar a **sensação morfológica de comunidade dentro da habitação morfológicamente do tipo condomínio**. Esse é uma cápsula um dos sentidos das alcunhas vulgares “favelão” e “cabeça de porco” com que são chamados edifícios de populares

O fenômeno complementar e que dá substância a essa negociação de duas realidades e temporalidades sociais observadas seria o **processo recivilizatório cognitivo-representacional do tipo “vida em comunidade”**. Essa tendência tende a ser objetivada através de quadros temporais mais ou menos comuns nas correntes de pensamento psicossocial, como expressos nas de zonas de (des)lealdade do tempo da favela (inclusive referente ao tráfico de drogas e tratamento policial em meio as ladeiras), que permite criar uma continuidade mais ou menos aparente, por ser a memória produzida e reativada a partir da vida e ação coletiva (HALBAWACHS, 2004). Dimensão essa da vida psíquica essa (percepção profunda de Bergson), que, no caso estudado, é extenuada em relação ao efeito de estabilidade aparente do espaço (percepção superficial de Bergson) (HALBAWACHS, 2004), ter sido comprometido em função da antiga favela dos moradores da Cruzada (Favela do Morro do Pinto) ter sido incinerada.

O fato de parte dos ex-habitantes da mesma ter sido deslocados exatamente para o mesmo conjunto habitacional popular (Cruzada), aponta para a preservação e reprodução representacional da favela na morfologia de condomínio. Essa nostalgia autoafirmativa na dimensão do ambiente vivido como o hábito comum de ajuda mútua entre vizinhos e guerras de facções do tráfico de drogas típicas de favela podem, no entanto, resultar em reapropriações do significante arquitetônico. O que permite apontar para um **processo recivilizatório ergonômico-morfológico de tipo “vida em comunidade”**, como o fenômeno dos “puxadinhos”, “barraquinhos de comércio nas ruas/casas” e “varais em corredores”.

Para além do projeto socioeducativo Aluno Nota 10 que é também uma estratégia de marketing social, que extraí uma mais-valia social das crianças da Cruzada para a imagem institucional do Shopping, cabe ressaltar que o mesmo paga um salário coletivo à Associação de aproximadamente R\$ 5000 reais (menos de 1 real por morador do Condomínio), provenientes de indenização pelo impacto ambiental causado na época da construção do prédio,

do Rio de Janeiro. A observância do que foi apontado por Goffman (1985) da importância simbólica dos múltiplos papéis cênico-sociais na apresentação e percepção do “eu-nós” no cotidiano é aqui também instrumental de valiosa aplicabilidade.

a partir da detonação de uma grande rocha localizado no terreno do empreendimento. Apesar de no plano retórico discursivo a Cruzada ser um projeto de inclusão social de influência católica e *keynesiana*, o impacto sócio-urbanístico do mesmo aponta para um processo de adaptação cênico-comunicacional dos novos moradores no processo de figuração individual-social cotidiano como circunspectos ao espectro idílico da chamada toponímia Zona Sul. Formalmente aceitos por meio da *mores* católica, no plano intimista do cotidiano são preteridos através do estigma social e da nostalgia coletiva (autoestima). E o Projeto, de pretensamente afirmativo, se torna negativo.

Problemática parecida com a do chamado racismo invisível à brasileira (DA MATA, 1987) em que, apesar das leis jurídicas universalizantes e liberais em relação à cor e etnia no Brasil (Lei Afonso Arinos) e o discurso oficial antirracista do mito da democracia racial serem patentes, não encontram corolário no plano privado e intimista da família e da casa (SCHWARTZ, 2012) do homem cordial personalista brasileiro (HOLANDA, 2012), desrespeitam as leis – até porque elas exigem testemunhas, no caso, do racismo. A cerrada resistência cultural ao modelo de discriminação positivo da Lei de Cotas no Brasil, sob o subterfúgio de ela atentar contra o caráter meritocrático, revela justamente esse paradoxo dúbio de exigir a aplicação da lei para o outro de classe e etnia em relação ao acesso educacional, mas se beneficiar da manutenção do clientelismo racial e social em outras. É sabido que a democracia racial brasileira é para inglês ver, pois que a intimidade maior entre pretos e brancos, inclusive sexual (mestiçagem), por mais que possa ter permitido, desde engenho colonial até o engenho urbanístico, algum ganho de capital cultural e material na conformação de uma elite negra esbranquiçada compactuada com a classe historicamente dominante, jamais significou igualdade econômica e afirmativa.

Em que medida o Projeto Cruzada São Sebastião, por apontar para uma política de remoção de favela com acesso habitacional próximo a antiga área ocupada – no caso, uma das mais valorizadas da Zona Sul –, não contraria interesses imobiliários e ideológicos da elite cultural e social do Rio de Janeiro? A quebra, através de política filantrópica, da homologia entre *habitat*,

habitus sociais e hábitos individuais (BOURDIEU, 1997) pode ter sido um grande entrave catalisador da situação de enclave e apartamento social-étnico-simbólico-religioso da área, já que o êxito desse Projeto poderia influenciar novas políticas públicas que não incorresse em descentramento populacional (AUGÉ, 2010), a exemplo da tônica do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) do governo federal (2010-2014). O fato é que o Projeto Cruzada São Sebastião que pretendia erradicar 150 favelas passou à largo de atingir sua meta, assim como a maioria das políticas públicas da área de habitação, tanto anteriores (período militar e populista), como posteriores (período militar e democrático). O déficit habitacional atual é equivalente a uma Polônia.

A partir da análise dos aspectos morfológico-representacionais do conjunto habitacional popular Cruzada São Sebastião no bairro do Leblon, o fenômeno da segregação socioespacial desses moradores (aparthamenteidização), mediante o conflito identitário mútuo de autoafirmação de memória coletiva e estigmatização social deles com os moradores dos demais prédios Leblon – o Shopping e a Igreja. De tal forma, conclui-se que simbioses entre território (lugar) e sociedade (ação) são criadoras de fronteiras de moralidades e lealdades coincidentes e concorrentes de ordem sócio-racial-simbólico-religioso, que requer dos projetos de planejamento urbano e estudos de impacto sócio urbanístico profundo diálogo interdisciplinar entre arquitetos (urbanistas) e antropólogos (sociólogos), para garantir que uma interlocução com os assistidos por projetos urbanísticos de habitação popular com remoção de favela e reurbanização de favela possam, de fato, ter tratamento personalizado¹⁸², – que, por sua vez, só mais raramente, tem se visto na arquitetura comercial. No que aponte para políticas públicas com planejamento urbano mais participativo, no sentido *gramsciano* de replicar contra-hegemonicamente os canais de acesso aos novos agentes intelectuais de

¹⁸² Há que considerar também a possibilidade antiprojetista de não atuação de profissionais de planejamento em determinadas situações e lugares sociais, como estratégia de planejamento urbana, haja vista, que muitas vezes, sua presença pode reproduzir desigualdades funcionais em função do conhecimento técnico exercer supremacia quase natural entre os possíveis assistidos por projetos. Em casos de conflitos de alguns grupos sociais em seus territórios ameaçados por obras de planejamento com o poder público a mobilização via academia pode descambar para uma precipitação de fechamento de diálogo radical pelas autoridades públicas pelo preconceito desses com o saber especializado gestado nas universidades públicas. Nesses casos o mais indicado, talvez, uma atuação camuflada/silenciosa.

liderança e saber local (superestrutura) dentro da estrutura hegemônica de poder e decisão (COUTINHO, 1998) – com aportes com correntes acadêmicas instrumentalizadoras e catalisadoras de práticas comunicativas endógenas multiplicadoras como a Etnometodologia, *Cultural Studies* e Pesquisa-Ação¹⁸³.

De tal forma, se espera somente que um olhar institucional governamental e/ou contra-hegemônico – planejamento urbano e movimentos sociais, respectivamente, (CASTELS, 1983) – sobre a realidade social e predial já construída, como uma favela (e mesmo os conjuntos habitacionais¹⁸⁴), tenham seus edifícios morais e urbanísticos inventariados como se fosse patrimônio imaterial e material, antes de quaisquer proposições interventivas sociourbanísticas de qualquer natureza e empreendida por qualquer agente externo. É preciso, destarte, considerar que, muitos projetos sociais desenvolvimentistas ordenadores criam uma ilusão de progresso¹⁸⁵ (ASSIS, 2016), já que suas ineficiências resultam, amiúde, no aumento da desigualdade social, atraso econômico e desvalorização cultural (patrimonial) na escala local. Por exemplo, o sítio original da Cruzada de 1955, composto pela Paróquia e Escola Santos Anjos foi tombado pelo poder público, no âmbito municipal da Secretaria Extraordinária do Patrimônio Cultural, mas o prédio da Cruzada não. O Estado, a Igreja e o Shopping, – cujo prédio se tornou uma vitrine do próprio Bairro –, ou seja, entidades hegemônicas, tendem a aumentar seu poder social, econômico e simbólico, enquanto conjunto social em questão passa a ser (auto)estigmatizada como favela invisível – devendo, para muitos eugenistas, ser novamente erradicada.

¹⁸³ O surgimento do Programa de Pós Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas (PPECCPU) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro em Duque de Caxias parece já apontar para essa tendência de ação acadêmico-social ancorado na empiria. Vale conhecer a estética e poética psicodramática (“Teatro-Fórum”) do grupo do Teatro do Oprimido formado por Augusto Boal (2009) que aponta para o potencial biopolítico do teatro, ainda é maior contribuição brasileira para as artes dramáticas mundiais, apesar de estigmatizado negativamente como “teatro político” no Brasil.

¹⁸⁴ A segregação e exclusão tendem a ser persistentes mesmo que determinado grupo social seja removido da favela para apartamentos, o que, posteriormente, tendo em vista, a tendência desses projetos urbanos para este tipo de habitação serem feitos de forma pouco zelosa, no tocante, à observância dos aspectos culturais inerentes à antiga habitação (pré-existências), acabam comprometendo o prédio também que passa a ser estigmatizado e condenado pela população envolvente como edificação “marginal”. No EUA, muitos desses prédios, em função do alto índice de marginalidade, foram detonados literalmente pelo Estado.

¹⁸⁵ A “Ordem” é democratizada, mas o “Progresso” não através de projetos sociais e econômicos ilusionistas que, muitas vezes, mais reproduzem o problema do que o solucionam.

O planejamento urbano do projeto original da Cruzada, mesmo relativamente exemplar, não levou em conta o espaço cotidiano anterior e o caráter de movimento social em si da realidade da favela dos antigos moradores da Praia do Pinto – a referência a Lefvbre (1998) e Castels (1983) é explícita aqui. Muito menos, os previsíveis, pelo menos atualmente, contra efeitos do processo de emergência social dos moradores da favela por meio de processo de (auto)estigmatização social do assistido em sua nova apresentação do eu-nós (GOFFMAN, 1985). Essa dissociação entre a dimensão do ideal (moderno) e do real (cotidiano) (LEFEBVRE, 1998), é oriunda de uma ineficácia simbólica do projeto e mesmo da literatura sobre urbanismo social da época da construção do mesmo, que não enfatiza esse aspecto discursivo e socialmente construído dos dois polos mediadas pelo território da cadeia do planejamento urbano – e seus interesses predominantemente mais positivistas estatais e hegemônicos – e sociedade assistida pelos projetos sociais – e seus interesses mais culturais populares e, muitas vezes, contra hegemônicos. O sentido da mudança impositiva morfológica de habitação de comunidade para condomínio opera um controle moral desses moradores de favela, que resulta em um tipo de habitação morfológico-representacional do tipo “apartamento-apartheidizante”, parte integrante de um projeto civilizatório de urbanidade autoritário e simplificador.

Segundo Bachelard (2008), o espaço primordial, como a casa da infância, é também metafísico, de forma, a gerar uma geografia de afetos, com possibilidade de até estruturar ambientalmente, mesmo o universo onírico do sonho – no que, em uma perspectiva de psicologia analítica, representaria o arquétipo do próprio inconsciente, espiritualidade e infância. O que parece estar de acordo com Halbwachs (2004) que postula a capacidade das correntes de pensamento coletivo de imitar a inercialidade do espaço físico patrimonial e, por isso, de criar sentido de pertença e enredamento em relação a um determinado lugar e suas especificidades arquitetônicas (e vice-versa). Por sua vez, ambos podem ser cotejados também com o fato de haver nos indivíduos e grupo sociais valores estruturados no processo psicopedagógico da primeira socialização, responsável pela construção social da realidade e do espaço (BERGER; LUCKMANN, 2001), cujo segunda, no caso, representando

pela perspectiva positivista de urbanização, apesar de tentar desreificar relativamente aquela (nativa), sempre parte dela como referencial comparativo.

Esse abismo comunicacional antropológico estimulado por um tipo de planejamento urbano com metodologia não participativa, cuja dimensão simbólica, é tratada como uma mera peça de acabamento, culmina em uma abordagem inócua, que simbolicamente não é percebida de forma como foi projetado – quando é o caso de haver, de fato, intenções legítimas. Criam-se exclusão estigma social na própria origem da válida tentativa tornar a cidade menos injusta e entrópica, o que culmina com o resultado simbólico desastroso, quase sempre: baixa ou assimétrica integração externa do conjunto habitacional com o bairro e guetificação apartamento-apartheidizante. É preciso no ato da criação do projeto de planejamento em determinada localidade em suas permanências e perspectivas, permitir as camadas envolvidas serem protagonistas do seu projeto de vida e condução de suas metamorfoses sociais, a partir do cruzamento de seus projetos de vidas e campos de possibilidades (*background*) (VELHO, 2003). Isso, em detrimento relativo das classes tecnocratas corporativizadas –, que acabam por reforçar a seletividade do positivismo ordenador e progressista ao sabotar simbolicamente na origem o projeto de emergência e inclusão social ao pensa-lo à sua imagem e semelhança. Pois que os representantes dessas próprias camadas médias e liberais são da mesma classe do que os principais responsáveis pela reverberação do estigma externo reificante da condição desviante ou *outsider* de tal grupo social. É preciso reconhecer o saber local como um instrumento pedagógico de práticas etnometodológica e a localização como: “(...) fenômeno instável e universal, instável porque universal e porque as relações entre localização e objetivos são múltiplas, e raramente estacionam utilidade do lugar com relação à realização do objetivo (BOURDIN, 2001, 161)”.

Essas precauções sócio-analíticas e epistemológicas são assertivas para consolidar um estatuto utópico de ação comunicativa e participativa minimamente radical, que considere possíveis dobras, sintomas e interstícios da esfera do poder e do dinheiro, por onde penetre os raios da solidariedade no espaço urbano, catalisadores das zonas espontâneas e *folk* comunicativas de

produção de cultura, na mediação ainda não totalmente perdida – como faz crer a racionalização instrumental –, entre o mundo da vida e do sistema (HABERMAS, 1987). O que permite suscitar amplamente o direito de morar em um lar doce como cidadão e não somente ocupar um espaço como um consumidor social. Pois que há diferença entre morar e habitar ou, como atenta Bourdieu (2006) entre *habitat*, *habitus* social e hábitos sociais. Ou seja, considerar não somente questões concernentes à construção predial arquitetônica do espaço, mas também social-representacional, *vis-à-vis*, ao fato de que a fachada e a planta do projeto urbanístico são tão importantes quanto as pessoas e seus sonhos do projeto pessoal¹⁸⁶. Já que são os seus sonhos de lugar (passado e futuro) que estão em jogo – e, muitas vezes, em caso de insucesso inclusivo por causa da invisibilização dessa dimensão simbólica no bojo do projeto –, o pesadelo de do **estigma social do ser-lugar** associado à marginalidade e degradação.

¹⁸⁶ No que consiste na equiparação de *status* profissional da atividade da Antropologia e Comunicação Social com a Arquitetura e Urbanismo em projetos sócio habitacionais de moradia que implique, em último caso, em remoções de favelas, cortiços e ruas.

4 VIZINHOS ECONÔMICOS: As Múltiplas Faces entre Capitalismo Excludente Monopolista do Shopping Leblon e o Keynesianismo ¹⁸⁷ Assistencialista Eclesiástico no Condomínio Cruzada São Sebastião

A partir do instrumental léxico e teórico da economia política (1) aplicado a estudo do nosso caso específico (2), é possível, doravante, mensurar e contextualizar de que maneira o aumento do potencial rentista e comercial do/no Leblon em meio à era do capitalismo altamente financeirizado, afeta as condições de adequação territorial/inclusão social do morador da Cruzada no bairro.

1) múltiplas escalas de atuação (empresarial e local/nacional), tipos de capitais (especulativo, imobiliário, varejista,...), tipos de mercados (terra, trabalho, dinheiro e produto/serviço), tipos de preços (aluguel, salário, juros e venda) escolas de interpretação (keynesiana, neoliberal e marxista) e consequências humanas (mais valia, concentração de renda/poder aquisitivo e exclusão socio espacial) das escolhas econômicas;

2) contraste visual ideológico e social entre o Shopping Leblon e seu vizinho “indesejado”, Condomínio Cruzada São Sebastião – projeto social da Igreja de habitação popular vertical, construído em 1955.

Preliminarmente, podemos afirmar são múltiplas e ambíguas as inter-relações do capitalismo *joint-venturista* – predominante representado pelo Shopping Leblon, pertencente atualmente ao Aliance Shopping Centers¹⁸⁸ – e o keynesianismo Eclesiástico – pela Cruzada, consonante ao movimento

¹⁸⁷ O conceito é polifônico e genérico porque, apesar da era Vargas e Militar com suas políticas sociais assistencialistas e econômicas intervencionistas ter paralelo com o modelo de Estado de Bem Estar Social (Welfare State) de Keynes que acredita não haver justiça e equilíbrio

natural na Lei da Mão Invisível de Adam Smith, no Brasil não tivemos uma aplicação literal. E mesmo na Europa cada país como França e Inglaterra ecoou de formas distintas esse legado. Além do que os maiores beneficiados das políticas sociais e desenvolvimentistas no Brasil não foram as classes mais pobres.

¹⁸⁸ Vide nota 46.

solidarista cristão e humanismo econômico (SIMÕES; FREIRE; GONÇALVES, 2011) – no cotidiano do Leblon por meio dos diferentes agentes em alianças e/ou disputas território espacial e simbólico em debate e litígio.

A divisão desse texto é orientada de acordo com algumas noções básicas da economia. Na parte I será feita uma discussão geral aplicado ao caso elencado sobre as 3 dimensões do capitalismo; depois, sobre dois momentos, ou melhor, duas tendências de forças em movimento no sistema capitalista, o da destruição criativa concorrencial e manutenção destrutiva do capitalismo monopolista, alimentada por um sistema de crédito voltado preferencialmente para os grandes oligopólios. Na III, a noção de ergordicidade (variável) do investimento em contraponto à calculabilidade (invariável) do mesmo, no modelo econômico de Keynes, será confrontada com a conjuntura e história do Shopping Leblon, cujo vizinho, Cruzada São Sebastião tem sido sinônimo de incerteza. Haverá ênfase na noção dos tipos de economias para Keynes e os tipos de capitais sob o critério da liquidez, com especial foco nos acionados no cotidiano tanto dos investidores, comerciantes, clientes e os “marginais” do mundo do consumo coroadado com o templo da fé capitalista, o shopping. No subitem posterior será resgatado o conceito de economia de mercado e os 4 tipos de mercados-preços que subjazem o atual contexto econômico monopolista e globalizado, para então, na seção V, pensar a questão urbana da produção capitalista do espaço especificamente e as consequências humanas no caso brasileiro, mas também do microterritório compreendido entre o Shopping e o Condomínio. Para o tanto serão também acionados os conceitos de capital incorporado de Smolka (1987) e convenção urbana de Abramo (1995).

E, à guisa de conclusão, o resgate do conceito pós-althuseriano que revela uma guinada teórica de Poulantzas (2005) em favor da defesa do caráter relacional das relações entre estado, ideologia e economia dentro do jogo de força da autonomia relativa das classes sociais e poder político – com a diferença de que aqui o Estado não aparece como entidade externa e a economia como auto reproduzível no velho esquema materialista histórico do kit analítico superestrutura/estrutura e a tensão burguesia/proletariado (ibid.). A

explicação sobre Dulong (1977) em relação à crise da relação entre Estado e Sociedade local catalisada pelo capitalismo monopolista revela como as contradições de classe resvala no aparelho estatal (no caso aqui, também eclesiástico), fecha esse exercício de imersão nas atividades do Shopping Leblon - em observância da mais-valia assistencialista extraída dos moradores do condomínio-comunidade Cruzada. Espera-se, destarte, poder mensurar os impactos sociais e urbanísticos do empreendimento capitalista pós-moderno sob a comunidade e diversidade local e seus diferentes atores e classes com múltiplos e ambíguos papéis sociais entrecruzados (GOFFMAN, 1985): gestores do Shopping Leblon, membros distintos da Associação (AMORABASE), da ONG local (Crescendo em Graça) da Igreja Católica Santos Anjos (das Igrejas Evangélicas exteriores ao prédio), da Escola Santos Anjos, dos projetos arte-ativistas, etc.

!

O capitalismo, em geral, é caracterizado por 3 dimensões básicas (BRAGA; MAZZUCHELLI, 1981): progressista, antagônica e contraditória. Progressista por incitar rizomaticamente nas pessoas, empresas, entidades, cidades e países uma racionalidade instrumental (WEBER, 2006), que faz da expansão de mercado sua lógica de funcionamento concorrencial, produtivista e acumulativa por si mesmo e entre os *players*. Antagônica por ele se estruturar constitutivamente a partir da disputa de classes sociais, a dono dos meios de produção que explora a mais-valia (tempo de trabalho não remunerado) e dona do seu tempo de trabalho que é expropriada. E, por fim, contraditório porque a reificação contumaz da mão de obra despossuída dos meios de produção – mas também a acumulação máxima do capital e diminuição da concorrência (SCHUMPETER, 1961) – leva a crises cíclicas de produção e ideológica¹⁸⁹

¹⁸⁹ “(...) a vida econômica transcorre em um meio natural e social que se modifica e que, em virtude dessa mesma transformação, altera a situação econômica. Esse fato é importante e essas transformações (guerras, revoluções e assim por diante) produzem frequentemente transformações industriais, embora não constituam seu móvel principal”. (...). “Ressalvo que removi justamente a parte do parágrafo referente a um caráter evolucionista para explicar o capitalismo como forma ou método de mudança econômica, da qual não comungo (SCHUMPETER, 1961, 110)”.

(BRAGA; MAZZUCHELLI, 1981), que são retroalimentadas pelo sistema, devido a sua alta capacidade elástica e paradoxal de sobreviver de sua própria negativa (BERMAN, 1986) e se renovar a partir de sua própria crise, no:

(...) que revoluciona incessantemente * a estrutura econômica a partir de dentro, destruindo incessantemente o antigo e criando elementos novos. (* Essas revoluções não são permanentes, num sentido estrito; ocorrem em explosões discretas, separadas por períodos de calma relativa. O processo, como um todo, no entanto, jamais para, no sentido de que há sempre uma revolução ou absorção dos resultados da revolução, ambos formando o que é conhecido como ciclos econômicos.) (SCHUMPETER, 1961, 110).

- 1) Aplicado essa leitura processual ao case do Shopping Leblon – como metonímia do sistema capitalista glocal – em seu movimento de justificar o caráter social de sua viabilização – principalmente quando o grupo Nacional Iguatemi solicitou empréstimos ao BNDES para construção –, é constatável que, de fato, há um caráter progressista. Afinal, uma meca do capitalismo a ser construído em uma região economicamente ativa como o Leblon, há de criar uma legião de fiéis fervorosos em seguir o seu catecismo. Além de modernizar a área com seu prédio tecnológico e vistoso, um polo comercial como esse é responsável por aumentar dinamizar a economia do bairro e criar divisas com impostos sobre circulação de mercadorias (ICMS). Por concentrar em uma mesma área vários tipos de lojas, facilita o acesso de muitos consumidores às novidades da moda, gastronomia, cultura, lazer e tecnologia, no que se torna mais do que um centro de comércio, mais uma atração turística e social (religiosa) da cidade.
- 2) O antagonismo (e suas forças conservadoras) do sistema capitalista no microterritório estudado tem se dado, porém, por meio do que chamo de mais-valia assistencialista (“menos-valia”), em que massas redundantes, no caso os moradores da Cruzada, não passíveis de oferecerem sua força de trabalho para expropriação da mais-valia no Leblon e, mormente, no Shopping Leblon, são exploradas em sua condição de marginalidade e exclusão por meio de uma indústria de assistencialismo social empreendida por entidades do setor estatal, privado e terceiro setor que capitalizam essas ações filantrópicas em seu favor também.

Os ambientes construídos (espaço) da Cruzada e Shopping são representantes originalmente de partidos arquitetônicos e vieses econômicos bem diferentes (tempo) – o primeiro do modernismo funcional com capitalismo neoliberal (hipermodernidade) e o segundo do keynesianismo (modernidade) com pós-modernismo paratático. As temporalidades pretéritas inscritas na técnica arquitetônica do espaço pré-condicionam fisicamente as durações cotidianas do ambiente vivido. Mas também metafisicamente, já que é conhecida a capacidade inercial da matéria inerte em conservar memória coletiva dos (sub)grupos sociais (HALBWACHS, 2004). Porém, como em 1955, a ascensão do Estado mínimo neoliberal, relativamente democrático, já despontava como modelo econômico mais adequado aos novos tempos (espaços) em meio à crise financeira e representacional do Estado máximo populista relativamente ditatorial¹⁹⁰.

Tal recessão estatal, vai permitir a Igreja, clássica parceira do Estado brasileiro colonialista na ação estrutural civilizatória e ocupacional do espírito e território brasileiro, esboçar reassumir, a partir da figura de Dom Hélder (Projeto Cruzada de erradicar 150 favelas), um protagonismo na arena das políticas públicas sociais (questão negra) e urbanas (habitação social) – que, de fato, só se resumiu, mais concretamente, ao Condomínio Cruzada. O retorno simbólico da sua tutela espiritual e política, – dessa vez com os negros¹⁹¹ – a partir da

¹⁹⁰ Esse modelo político, espécie de **Ditadura de Bem-Estar Social**, ao combinar autoritarismo e clemência como estratégia de governança e governabilidade não é novo, mas já era uma tendência desde Império Romano, tendo sido instrumentalizado como cartilha para o governo Nero por Sêneca (2013). O keynesianismo seria, assim, um **capitalismo clemente**, que por ser condescendente aos inaptos à lógica concorrencial e, por vezes, oligopolista, do sistema capitalista clássico, demonstra, na verdade, não somente um atributo humano de compassividade, mas de estrategismo sistêmico. Já que por meio da clemência se permite a manutenção do sistema em face aos seus inimigos mais mortíferos de todas as épocas: o comunismo e o anarquismo.

¹⁹¹ Sobre a causa negra mais propriamente, em 1982, por iniciativa de Dom Helder, Milton Nascimento se juntaria à Pedro Casaldáliga e Pedro Tierra para compor o disco musical de “Missa dos Quilombos” (1982), uma paródia da missa cristã voltada para tratar e denunciar a questão negra. Dessa vez, ainda no contexto da ditadura, quando o bispo fora exilado do Rio em Recife-Olinda, a ideia de tutela habitacional ao negro exemplificada na Cruzada fora revertida em protagonismo cultural na primeira pessoa da voz de Milton Nascimento. No disco, o Câmara participa do momento da Missa reservado ao sermão: “Mariama, Nossa Senhora, mãe de Cristo e Mãe dos homens! Mariama, Mãe dos homens de todas as raças, de todas as cores, de todos os cantos da Terra. Pede ao teu filho que esta festa não termine aqui, a marcha final vai ser linda de viver. Mas é importante, Mariama, que a Igreja de teu Filho não

inclusão no projeto da Cruzada de uma Igreja (e Centro Pastoral) ao lado do bloco 10, nos mesmos moldes das missões jesuítas (Igreja/Aldeia), confronta com a encíclica basal ser a *Rerum Novarum*, pautada pelos valores do bem comum e saber local, o que mais tarde resultará no movimento economia e humanismo (Lebret). Só que agora, o objeto do messianismo não será os índios, já escassos em cultura e fenotipia, mas os negros que não somente se mantiveram vivos em suas “quebradas” e “perifas”, como culturalmente imponentes, sobretudo, na cultural do litoral brasileiro. Os historicamente negligenciados negros, no tocante à escravidão e ao genocídio histórico, pela mesma Igreja catequista e protetora dos índios no Brasil Colônia, serão, doravante, talvez, (desconfio muito) por um senso pouco bem-vindo de reparação institucional, a bola preta da vez, a receber a benção anacrônica da Igreja:

a) que apontava para um solidarismo avançado na esfera papal europeia (como na época colonial, também já existia o humanismo),

b) mas cuja inércia clientelista, ainda a impelia a agir por meio de um missionarismo colonialista. Esse, que no seu curso final, após o período militar (Ditadura do Bem Estar Social, ou melhor, da Segurança Nacional) ressurgiu novamente, será lembrado pela consolidação de um processo de laicização do Estado brasileiro e de neocontratualizações sociais (terceiro setor; marketing social) em que entidades sem fins lucrativos, empresa privadas (e mesmo facções criminosas) responsáveis, influenciadas por causa de fatores como movimentos sociais anticapitalistas nas áreas ambientais, direitos humanos e comerciais passam a dividir com Igreja/Estado a dianteira da arena pública dos discursos e/ou práticas cidadãos (FERNANDES;

fique em palavras, não fique em aplausos. O importante é que a CNBB, a Conferência dos Bispos, embarque de cheio na causa dos negros. Como entrou de cheio na pastoral da terra e na pastoral dos índios. Não basta pedir perdão pelos erros de ontem. É preciso acertar o passo de hoje sem ligar ao que disserem. Claro que dirão, Mariama, que é política, que é subversão, que é comunismo. É Evangelho de Cristo, Mariama (...). Mariama, Mãe querida, problema de negro acaba se ligando com todos os grandes problemas humanos. Com todos os absurdos contra a humanidade, com todas as injustiças e opressões”.

MACHADO, 2013). Essa cultura do bem-estar social, que se consolida na era petista (Lula/Dilma) (“lulopsdbismo”?)¹⁹² –, independente do padrinho financiador –, utiliza da política de favor, tal qual no período marcadamente clientelista-coronelista na história brasileira (QUEIROZ, 2006), para criação de consenso institucional associado à clemência. Sucedâneo a isso, com a construção do Shopping em 2006 ao lado da Cruzada, vemos uma reorientação da exploração da pobreza para fins de imagem institucional, como sempre fizera franciscanamente a Igreja. Porém, doravante, tendo a filantropia corporativa neoliberal como matriz e diretriz “edificante” no sentido civilizatório e arquitetônico qual a Cruzada – bem como a surgimento de OnG’s e o fortalecimento da Associações de Moradores, já que ambas tiveram também representatividade morfológica, com direito a sede física no condomínio, pelo menos, no período de coabitação minha no local (2009-10).

Os assistidos infantis dos projetos mais recentes na Cruzada da Igreja e Shopping e no projeto Melhor Amigo na Escola Municipal Santos Anjos teriam extraída sua **menos-valia dupla** (negras e crianças) para a perpetuação política e social dessas entidades, que sobrevivem de sua capacidade de cumprir suas funções sociais – para Igreja sempre, mas para empresa, sobretudo, por causa do paradigma aquariano, cuja moda é o ecológico e politicamente correto. Ou seja, essas crianças, são expropriados pelos órgãos “clementes” da caridade divina e neoliberais por não serem expropriados. E por isso esses instrumentos, pelo menos nesse caso, não incentivam o empreendedorismo e empregabilidade para os pais dos assistidos, tendo em vista, que a emancipação social equivaleria à demissão em massa para essas entidades que mantêm sob sua alçada a ossada hierárquica de seu organograma, os excluídos

¹⁹² O potencial caráter clientelista-coronelista criador de curral eleitoral-partidarista de um Estado periférico de *background* de esquerda, mas com práticas inspiradas na Social Democracia europeia (“Mensalão” e “Petrolão”) não anula os efeitos positivos dos programas sociais dele decorrentes: Bolsa Família, Bolsa Escola, Pontões de Cultura, Pontos de Cultura e Financiamento Estudantil, Programa Jovem Sem Fronteiras e Mais Médicos. O fato dos mesmos terem sido feito à despeito do endividamento exacerbado da economia brasileira, aponta para a dependência de tais políticas para garantir reeleições para presidente ou suavizar na percepção popular os defeitos éticos nefastos das corrupções sistêmicas, no caso, mancomunadas com grandes empreiteiras e empresas através de contratos de grandes obras e ofertas de financiamentos públicos.

do sistema apartados do acesso protagonista ao shopping e à Igreja – ao sistema capitalista neoliberal e sua capacidade elástica de juntar fé e dinheiro e até mesmo, pobreza e dinheiro.

- 3) A construção do Shopping, no entanto, gerou contradições visuais e econômicas muito grandes no microterritório do Leblon nas imediações da Cruzada. Antes mesmo de entrar no Shopping o contraste visual gritante entre este e o Condomínio Cruzada salta aos olhos. Os impactos sociológicos com o aumento da sensação psicológica de exclusão, tanto pelo prédio em si, mas também por não participar de sua comunidade por meio de capital simbólico e econômico (BOURDIEU, 2005), só são comparáveis aos ambientais¹⁹³. Por mais que no segundo milênio, já se encontrava suavizada a tônica retórica discursiva do jornalismo que havia nos anos 80 marcado com tinta preta os moradores com estigma deletério de marginalidade negra (ALMEIDA, 2010), com a chegada do empreendimento pós moderno em 2006 – a Cruzada seria um projeto moderno –, não há mais necessidade midiática para diferenciá-los, já que as fachadas dos prédios, formas de agir, portar e se vestir se tornam as manchetes o suficiente escancaradas para atualizar subliminarmente esse passado associado a uma negritude delinquente. Cabe mencionar que quando estive no aniversário de 5 anos do Shopping na presença do escritor de novelas bairrista Manoel Carlos, morador do Leblon, que nunca mencionou a Cruzada em suas réplicas do cotidiano e urbanismo do Leblon, no que mostra como a identidade do bairro se concatena com seu centro comercial¹⁹⁴ –, mas como as narrativas de exaltação de *Leblon way of life* operam o esquecimento do morador da Cruzada. A Cruzada entendida como projeto de responsabilidade social da Igreja e outras formas de lidar com as contradições sociais do sistema na Cruzada, como projeto corporativismo cidadão do Shopping, apontam para uma forma elástica

¹⁹³ Por causa dos transtornos produzidos no período da construção no ato de quebrar uma inclinação rochosa, o Shopping foi onerado em indenizar a Associação dos Moradores (AMORABASE), com base em documento jurídico chamado Termo de Ajuste de Conduta (TAC).

¹⁹⁴ Binômia parecida com a que ocorre com alguns clubes de esportes e os bairros da cidade, como Flamengo (Gávea), São Cristóvão (Vasco), Botafogo (Botafogo) e Laranjeiras (Fluminense)

do sistema de se realinhar a partir de suas sequelas e traumas sociais expostas. O que faria da Cruzada, uma possível resistência ideológica e visual ao sucesso do Shopping, se torna a garantia de êxito, pois afinal, entre 8 e 80 da cidade partida, é mais esperado, pela lógica do novo capitalismo, esperar que os moradores do bairro se compactuem mais com a segunda opção. Até mesmo, porque ela pode colonizar a outra mediante a mercantilização das relações sociais que o sistema capitalista hipermoderno, representado simbolicamente pelo Shopping e sua overdose de estetização artística e vitrinística (LIPOVETSKY; SERROY. 2015). Ou seja, tornar esse vizinho ameaçador em primo pobre domesticável com mesada – no caso específico, por meio da responsabilidade social e indenização por impacto ambiental).

II

Já o capitalismo monopolista, em específico, tem uma característica seminal que é o engendramento de um sistema de crédito privado e público a juros que concentra um portfólio de poucos *players* em condições de pleitear e queimar capitais monetários disponíveis (BRAGA; MAZZUCHELLI, 1981). Quer seja através de capitais reais portador de juros - dinheiros que se tornam mercadoria por se autovalorizar na forma de juros –, ou capitais fictícios, que na atual fase do capitalismo financeirizado são 4: bancário, dívida pública, acionário e derivativos (MARQUES; NAKATANI, 2009).

Essa lógica financista atua de forma a reforçar a concentração da massa de capitais redundantes por meio de fusões, sociedades anônimas, cartelizações e trustes, como no caso do Grupo Santa Isabel, detentor do Shopping Leblon, que atua no setor de shopping centers no Rio de Janeiro¹⁹⁵, que aponte para acumulação e liquidez do capital financeiro especulativo – junção do capital produtivo e monetário, juros e lucros, acumulação real e financeira de forma a garantir maior poder de concorrência (diferencial

¹⁹⁵ “(...) Começamos nossas atividades como Nacional Iguatemi até que, em 2004 surge a Aliansce Shopping Centers. Nasce a Aliansce, fruto de uma joint venture entre Nacional Iguatemi e a norte-americana General Growth Properties (GGP). (<http://www.aliansce.com.br/pt/a-companhia/nossa-historia>, acessado em 01/08/2014)”.

competitivo) e aportes de capitais (investimentos de acionistas e credores para alguns grupos (ibid.) por intermédio do mercado e sistema bancário, respectivamente).

O capitalismo monopolista, passado o seu ciclo teórico¹⁹⁶ de destruição criativa (concorrência ativa) que estimula a busca pela excelência através de vantagens comparativas temporais (preço, produto, promoção e praça ou ponto de venda) (KOTLER; KELLER, 2012), tende a um ciclo de concorrência restritiva (ou coativa). Nessa fase, com forte tendência a fusões de grupos e formação de oligopólios refratários (cartel, truste, joint-ventures, *holdings*) a inserção de novos players – uma espécie de concorrência coativa, em que se pretende, por formas persuasivas e/ou predatórias, manter territórios mercadológicos conquistadas (região, público-alvo, segmento de mercado), por meio também de posicionamento persuasivo com práticas restritivas (patentes e *commodities* por exemplo).

No caso do ramo da atividade de implantação e administração de Shopping Centers, se percebe uma forte concentração de controle dos estabelecimentos na mão de alguns poucos grupos – o que faculta maior desempenho burocrático para obtenção de vultosos aportes financeiros públicos em órgãos e bancos de fomento ao desenvolvimento (BNDES, por exemplo). Não se trata de um negócio qualquer, visto que o Shopping engloba quase um microcosmo do *pool* de empresas representativas da esfera do consumo e mercado (cidade capitalista). O fechamento de mercado não ocorre em relação ao mercado específico do Shopping Center, mas também em relação ao comércio tradicional de rua, que muitas vezes, são extintos devido à centralidade convergência do Shopping em determinadas regiões – assim como o Hipermercado pode impactar negativamente na microeconomia de

¹⁹⁶ Referência à crítica de Schumpeter sobre os extremos analíticos tanto dos economistas neoclássicos como marxistas que exageram demais em uma perspectiva etapista pouco dinâmica, partindo de uma situação concorrencial de lei de oferta e demanda para uma de monopolismo natural e truístico, como se não houvesse violências extra-econômicas também na suposta etapa concorrencial ativa (destruição criativa) e progressividade transformadora na etapa tendencialmente mais coativa. Ou seja, como se houvesse uma oposição radical entre concorrência e monopólio (SILVA, 2004). Na observância disso: “Em linhas gerais Schumpeter procurou destacar o caráter progressivo (não-estacionário) do sistema capitalista. Assim, independentemente dos fatores exógenos, o capitalismo é descrito como um sistema evolutivo em permanente transformação, onde a produtividade é crescente. Um sistema que pela própria natureza nunca pode ser estacionário (ibid.,2004, 206-7)”;

determinadas áreas e constituir como **fenômeno de inanição ou asfixia contrastiva**:

É importante observar na descrição feita a referência a um mundo miniaturizado, que simula a cidade, mas lhe subtrai a rotineira balbúrdia. À artificialidade da rua corresponde a sublimação das tensões sociais. Outra interessante referência é a iluminação zenital, a qual foi possível por meio das coberturas de vidro, e capaz de oferecer proteção contra as variações climatológicas. O controle do ambiente, assim, estava programado (PEIXOTO; FERRANTE, 2006 , 2).

Além de ser um tipo de negócio com forte tendência oligopólica, o mercado de Shopping tem uma atuação predatória com os antigos estabelecimentos desprovidos de sua blindagem climática e social, adequada ao discurso de conforto – no qual a escada rolante é um item obrigatório para permitir disposição de percorrer o circuito completo das lojas (ibid., 2006). Mas, sobretudo, de ordem urbana que faz uso do conteúdo paranoia de insegurança pública presente no inconsciente coletivo e na mídia tradicional. Apesar do preço de suas mercadorias serem mais altos, por ter mais valores agregados e custos operacionais, a premissa da violência urbana generalizada pode induzir alguns consumidores das classes intermediárias e altas de ir se privando de frequentar locais como Rio Branco, Feira de Caxias, Calçadão de Madureira, Bangu e Nova Iguaçu. Esse fator contraria o princípio concorrencial do capitalismo – progresso técnico como catalisador de redução de preços e aniquilamento da concorrência pela lei do custo/benefício (BRAGA; MAZZUCHELLI, 1981). Mas em certa medida, isso é sustentado pelo fato das empresas já consolidadas em forma de rede de oligopólios do mesmo segmento e *target* no interior dos shoppings já terem domínio do mercado suficiente para transcender parcialmente a lei da oferta e procura e cartelizarem entre si os preços, independente do Shopping da cidade – o que gera uma forte tendência de efeito cascata de cartelização de preços Inter *shoppings*, já que algumas lojas são filiais em vários estabelecimentos desse tipo pela cidade e até do Brasil, que atua como uma forma de precificação e logística padronizada (*franchising*) – além de um empobrecimento das relações sociais no consumo que em mercados de bairros se percebe. Pertinente ao que foi comentado, Ferrante e Peixoto (2006), acrescentaria que:

Esses magasins¹⁹⁷ [um dos elos da origem do shopping], reservados ao comércio de luxo, funcionavam com uma nova forma de tratamento dirigida ao consumidor definida pela relação direta entre esse e o produto, em que se observa um primeiro distanciamento interpessoal com a dispensa do solícito vendedor (ibid., 3).

Por outro lado, uma diferenciação de preço e posicionamento de mercado pode ocorrer a partir desse nivelamento técnico-industrial, em que extrinsecamente os produtos de marcas diferentes são cada vez mais padronizados entre si, o que confere ao estatuto ao mundo da publicidade (cultura), a missão de pessoalizar os produtos ao criar um caráter de exclusividade no mundo da produção (razão prática), que ele não possui intrinsecamente (ROCHA; 1995) (SAHLINS,2008). O shopping pode ser visto como produto e passível de ser entendido pela lógica do fetichismo da mercadoria de Marx (2013) por “(...) atitude do comércio em transformar o ato de consumir em fonte de espetáculo, fascinação e fantasia (PEIXOTO; FERRANTE, 2006 p. 3)”:

Os ambientes interiores dessas lojas magnificaram-se com decorações do universo maravilhoso, como a recriação de ambientes egípcios da atual Harrod's, aproximando esses empreendimentos aos parques de diversão, às exposições mundiais e, num salto no tempo, ao mundo da cultura de massa, identificado com Las Vegas (ibid.).

III

Se tempo é dinheiro para o capitalismo, não é somente por causa da questão da produtividade, ou porque a mais-valia, tempo excedente de trabalho não remunerado, se torna o lucro do capitalista. Ou porque, no capitalismo monetarista, o capital fictício, é, em termos, cada vez mais constituído de ganhos futuros por meio de juros sem necessidade de lastro físico e espacial em capital real (moeda). Mas também, porque a variável tempo é um

¹⁹⁷ Os edifícios das passagens parisienses seriam outro elo morfogenético da formação do Shopping que se consubstanciou como tal no EUA, a que se deve sua expansão no mundo após a segunda guerra a influência direta de seu imperialismo cultural: “O primeiro shopping, segundo a tipologia conhecida, data de 1956 e foi construído em Minneapolis, nos Estados Unidos, pelo arquiteto Victor Gruen. Algumas outras experiências com características peculiares o precederam, como, por exemplo, o fato de serem abertos. A partir desse primeiro shopping, observa-se que sua estrutura espacial permaneceu quase inalterada, com licenças para uma ou outra variação. O sucesso e a hegemonia política dos Estados Unidos pós-Segunda Guerra Mundial transformaram essa forma de comércio numa espécie de epidemia que se alastrou na mesma velocidade do capital internacional e corporativo (PEIXOTO; FERRANTE, 2006, p. 3)”.

ingrediente alquímico polissêmico a ser combinado com diferentes noções de moeda (neutra, perfeitamente válida para economia de troca direta ou keynesiana ou pós-keynesiana, mas mais aplicável a economia monetarista) e economia. Nesse campo do conhecimento, ele pode ser lógico (causal), mecânico (datado, mas reversível e multidimensional) histórico (tempo diferente do espaço, irreversível e unidirecional) e expectacional (momento subjetivo da tomada de decisão) – todas consideradas pela perspectiva keynesiana, exclusive a terceira (AMADO, 2000). A abordagem de Keynes dos eventos econômicos credita maior relevância ao tempo histórico irreversível em que o conjunto dos resultados é passível de ser completado por meio do processo da destruição inovadora – que podem ser as vantagens comparativas na ampliação de mercado (SCHUMPETER, 1961). A “variável” incerteza atua conforme uma escala “que varia das decisões de produção às decisões que concernem ao investimento e ao processo de acumulação (AMADO, 2000, p. 48)” – mas, que, por definição, é sempre diferente do conceito de risco, por ser essa variável passível de cálculo atuarial ou ergodicidade (ibid.), em que se analisa estatística e a-historicamente o passado e o presente para reduzir a incerteza a perto de zero em um processo decisório vazio. Em oposição aos eventos ergódigos, estão os eventos cruciais, em que “(...) condições em que o evento teve lugar são destruídas pela própria realização do mesmo (ibid., p.51)” e, por isso não são computáveis mediante probabilística tradicional divisível e seriável por não serem conhecidas e, às vezes, nem conhecíveis. Os quais estão mais próximos dos eventos econômicos segundo Keynes.

Como um castelo de cartas ou pirâmide humana, o *shopping* representa metonimicamente bem sobre qual tipo de solo pantanoso está sedimentado o sistema econômico maior do qual está enredado, em que uma crise mundial poderia afetar as relações comerciais por efeito de cascata. Afinal: não há lastro de moeda para pagar todos os credores do mundo, caso ele resgatasse seus investimentos-investimentos ou investimentos-dívidas sincronicamente. Ao investir uma grande soma de capitais em um *shopping*, esse tipo de empreendimento, apesar de ser um dos que mais recebe estudo prévio de

viabilidade do negócio¹⁹⁸, está sujeito a variável incerteza não somente em relação ao investimento inicial em si. Mas também em relação ao processo de acumulação individual da empresa *shopping* –, muitas vezes ligada ao capital fictício acionário – e das demais empresas que abriga em suas galerias, enquanto empresa guarda-chuva que é. O alto valor das ações e sua rentabilidade (dividendos) não é casual, por ele ser um *combo* de investimentos que combinam tripla possibilidade de valorização do capital empreendedor:

Novo objeto de comercialização e consumo, o capital empreendedor do S.C. [Shopping Center] se valoriza em três momentos, a saber:(1) na construção propriamente dita do equipamento, como capital da indústria da construção civil, extraindo mais-valia diretamente dos trabalhadores que a produziram;(2) na forma a de valorização da renda da terra, através do aluguel composto; e (3) na venda de serviços especializados em administração de S.C (BIENENSTEIN, 2001, 68).

Em relação à moeda, Keynes¹⁹⁹ apresenta 3 tipos de economias: a **cooperativista, empresarial neutra**, – em que as trocas comerciais por meio de mercadoria e moeda, respectivamente, tem papel instrumental, equivalente à visão da economia de troca diretas dos economistas clássicos em que o mercado é regido pela lei da oferta e procura – e a **empresarial**, em que as decisões de produção e investimentos são tomadas mediante expectativas de lucro (ibid.). Nessa, a moeda se constitui um ativo de máxima liquidez por excelência – no caso de uma moeda de valor estável –, por ser rápida e eficazmente conversível em mercadoria – no, fundamental para mínima estabilidade dos contratos comerciais, que Keynes chama de função de

¹⁹⁸ “(...) A adoção de tal conjunto [de técnicas e estratégias de planejamento], de um lado, possibilitar reduzir as margens de erro na tomada de decisão sobre o local e o tipo de empreendimento a ser construído, e, de outro, viabiliza a obtenção de parcelas crescentes de lucro após sua implantação. Maciça aplicação de técnicas e/ou estratégias de marketing (nas sua administração cotidiana assim como na organização de eventos e promoções), têm também sido desenvolvidas (e implementadas) técnicas e modelos de planejamento no processo de concepção e, num outro plano, da construção propriamente dita do empreendimento (BIENENSTEIN, 2001, 59)”. “Um conjunto de sofisticadas técnicas de propaganda e marketing, têm sido introduzidas diversas inovações que vão desde campanhas promocionais veiculadas nos diversos meios de comunicação de massa (jornais, revistas e televisão), até a incorporação de funções que, em alguns casos, acabam por demandar a inclusão de novos espaços que até então eram inimagináveis no programa arquitetônico de um S.C. [Shopping Center] (ibid. 62).”

¹⁹⁹ Lembrando que sua teoria geral se refere a interseccionalidade causal entre emprego, juros e moeda.

unidade de conta ou poder de compra, que gera sua função de reserva de valor.

Mesmo que os moradores desse conjunto habitacional detenham capital suficiente para comprar no *shopping*, podem se sentir despossuídos de capital cultural e simbólico, que, de certa forma, a modalidade crédito/débito e acesso bancário também fazem parte – pois indicam uma sofisticação social pela inclusão institucional e/ou tecnológica. Principalmente, o cartão de crédito que permite ao burguês gastar antes de ganhar, que é o elemento síntese que representa o capitalismo monetizado, em contraposição ao proletário, trabalhador informal ou desempregado, cujos muitos ainda juntam o dinheiro primeiro antes de gastar moeda²⁰⁰. A exclusão do sistema capitalista mais formal se dá também pela ausência física do morador da Cruzada mesmo do lado de dentro do balcão, provavelmente, por causa do estigma deteriorado da imagem do prédio e seus moradores no bairro do Leblon.

A arregimentação no continente da Cruzada de funcionário para trabalhar no lado de dentro do balcão do Shopping (não somente área interna-administrativa como tem ocorrido desde 2016), seria, provavelmente, em termos operacionais, até atraente por parte do empresário das lojas por: não ter que pagar passagem, problema com atrasos e faltas e, certamente, ter um banco de reserva de profissionais ávidos por adesão a programas de hora-extra empregos temporários em datas comemorativas. No que aponta para a **desigualdade da desigualdade**, já que existem indivíduos que não estão igualmente em condições materiais para serem reificados através da troca desigual das suas forças de trabalho por percentual insignificante em relação ao capital gerado pelo seu trabalho para detentores dos meios de produção, no que consiste o significado de “mais-valia” (MARX; ENGELS, 1999). Se faz mister considerar aqui também a questão da exclusão histórica de negros do mercado formal de trabalho ou inferiorização salarial, mesmo quando, em igualdade de qualificação com seus concorrentes.

²⁰⁰ É fácil perceber tal relação por meio da observação do acesso ao crédito facilitado para indivíduos com maior salário e poder aquisitivo. Muitas vezes o próprio banco disponibiliza crédito pré-aprovado com altas somas para alguns privilegiados, ainda mais se for de conta corrente *premium*, enquanto, para a muitos dos demais mortais, o crédito não é ofertado mesmo se for reivindicado pelo correntista.

Paralelo a isso, a intervenção educacional do Shopping na comunidade com aquiescência da Escola e a Paróquia Santos Anjos²⁰¹ – ambas localizadas no mesmo prédio –, aponta para uma diminuição da incerteza de que a variável de natureza extra econômica, que é o vizinho indesejado por ser estigmatizado e estigmatizado por ser indesejado, poderia e pode acarretar. Desde o princípio da construção do empreendimento, essa estranha vizinhança de um *shopping* com um conjunto habitacional popular deve ter sido fonte de preocupação dos investidores, pois que, tal externalidade poderia intimidar os *prospects*, moradores do bairro. Esse conflito pode ser bem personificado a partir da análise entre o choque de urbanidades entre a cidade móvel do qual a Cruzada faz parte e *Edge City*, do qual se aproxima o *Shopping*:

Esta, “conectada ao mundo, controla, pelo menos simbolicamente, as entradas e saídas, enquanto a cidade móvel se fundamenta na dinâmica da diversidade e sua gestão: (...), a primeira, por mais moderna e tecnológica que seja, se constrói a partir do local *comunitário*, a segunda só funciona se o local lhe for *societário* (BOURDIN, 2001, 112).

Segundo um informante morador da vizinhança, antes da construção do *shopping*, quando se mudou para seu prédio no Leblon, descobriu que incluído na taxa de condomínio havia uma tarifa oculta que era paga para milicianos assegurassem um isolamento humano de grupos marginais supostamente

²⁰¹ As entidades citadas têm atribuições institucionais e referências jurisprudenciais próprias, o que não as impedem de serem coesas/consorciadas em busca de soluções sociais para a Cruzada e que essas não devem ser vistas como perversas – ainda mais que o resultado imediato das mesmas quase sempre é bem-vinda em um local de múltiplas carências sociais. O fato de serem hegemônicas mesmo que vistas isoladamente e, ainda sim, atuarem em parcerias que acabam incidentalmente formulando com práticas as diretrizes comuns de prioridades e pautas sociais do local apontam, no entanto, para uma postura autoritária de para além de somar forças em prol das minorias, afinarem o discurso entre iguais para conduzir o processo civilizatório dos diferentes – o que poderia comprometer suas estratégias mais ou menos externadas e conscientes de perpetuação de poder, o que é diferente de dizer que há um “maquiavelismo” inconfesso por trás dos regimentos internos de ambas. O Centro Pastoral e a Reunião de Pais ligada à Igreja e o Shopping, talvez, sejam as instâncias mais aproximativas da Igreja e Escola Municipal com a comunidade dos moradores da Cruzada. É possível que haja espaço para o contraditório e a conflitualidade pacificadora nesses locais, que, no entanto, não foram o cerne de minha interlocução no local, mediada mais fortemente pelo espectro da ONG local e Associação de Moradores, que onde a desigualdade de forças e vozes entre essas entidades aparecem de forma incontestável. O que não impede parcerias interinstitucionais com as entidades hegemônicas no quarteirão, apesar de estruturalmente terem motivações (visões) e *background* (missões) diferentes. Os projetos esportivos da ONG, por exemplo, dependiam do empréstimo quadras da Escola e dos Clubes vizinhos e os tecnológicos na Associação, do suporte operacional e financeiro (professores/computadores) do Shopping e o Centro Pastoral.

provenientes da Cruzada, que tinha costume de transitar pertos das portarias – ou até mesmo cometer crimes contra os moradores – apesar de haver uma delegacia policial à 50 metros da Cruzada. Após o *shopping*, de fato, houve a construção de um destacamento policial exclusivo para Cruzada localizado, uma espécie de embrião das UPP's, entre o prédio e a Escola Santos Anjos, desativado em 2009²⁰² – o que não impedia que as memórias o fossem, pois o local ainda estava em transição no ano de 2010 para se tornar um posto avançado da Associação de Moradores e considera-se que as correntes de pensamento coletiva, no caso a memória dessa instituição policial naquele local, tende a imitar o caráter inerte do espaço tangível (HALBAWACHS, 2004).

O relato da existência desse posto policial posterior à instalação do Shopping Leblon demonstra como a Cruzada era fonte de insegurança para as autoridades e para o próprio Shopping. Por mais que não possa ter garantia da eficácia do investimento, mas somente, da disposição de investir no mesmo, conforme defende Keynes, evidentemente, que a história do Shopping e da Cruzada é marcada constantemente pela tentativa daquele de intervir politicamente em favor de produção social do espaço favorável aos seus interesses financeiros (acionistas e clientes)²⁰³. Mesmo que através de parcerias opacas com a Igreja Local do Condomínio-Comunidade, indenizações fixas pagas à Associação ou do projeto de Responsabilidade Social na Escola do mesmo. Pois, assim como a moeda não é neutra em relação ao sistema social que a envolve, as relações capitalistas não são de ordem puramente econômica, sendo passíveis de serem articuladas interdisciplinarmente por meio de variáveis supestruturais e microfísicas. O que permite ao capitalista viciar os dados para que seus números da sorte sejam contemplados. Dessa forma, a vida no interior da Cruzada, por mais, que não seja mediada pelas relações financeirizadas de forma extrema como o é no Shopping e no capitalismo em sua atual fase monopolista, tende a ver seus ritmos e sua imagem de vidas serem pautadas em referência à vida monetarizada gradativamente. O mesmo pode ser percebido pelo surgimento

²⁰² Cabe a ressalva, que esses postos de segurança que foram desativados em 2014 são de espécies diferentes das cabines que em locais estratégicos de grande vulnerabilidade ou marginalidade na cidade localizados em vias rodoviárias em áreas como Linha Vermelha e na Lapa.

²⁰³ Sobre isso, vide “A Produção Capitalista do Espaço” (HARVEY, 2013).

de gradientes sociais do interior do Condomínio, em que se percebe, assim como nas teorias da marginalidade, graus de diferenciação social interna, em função do tipo de carro e eletroeletrônicos. Mesmo que seja para esses se manterem no papel de relativamente excluídos do sistema e da sociedade, afinal, é sabido que esse modelo econômico depende da mediação cultural desses, que embaralham as cartas e vivem de migalhas do poder, fazem entre os *players* com as melhores cartas do baralho, e aqueles são joguetes desprovidos de cartas para jogar e assistem sem saber bem as regras desse pôquer sem pudor.

E no que consiste esses termos derivativos de Max, menos-valia e mais-valia visual²⁰⁴ (por contraste semiótico de edifícios urbanos)? São formas de demonstrar como indivíduos que, supostamente, são cartas fora do baralho, ainda sim, estão dentro do jogo, porque a expropriação da mais-valia não se dá sempre de maneira direta, – ainda mais na atual fase de acumulação do capital, em que a dimensão subjetiva do consumo de produtos humanizados com valores eternos por totêmica magia da propaganda (ROCHA, 1995) cria um verdadeiro castelo de cartas de marcas super-homens, que são o que não são. Indivíduos des(sub)empregados da Cruzada, porém assistidos por projetos sociais – ou sociohabitacionais, como o da própria construção do Prédio –, alimentam engrenagens de um tipo de assistencialismo capitalista e são disputados a tapa por ONG's e Igrejas (“extração de menos-valia”), afinal, são eles os seus maiores cartões de visita e garotos propagandas. Mas, como a lógica da mercadoria se espraia para o espaço urbano semiótico, é claro que o local onde elas moram e frequentam também vão servir de anteparo para uma expropriação/apropriação capitalista. Chamo aqui atenção para o contraste espaço-temporal entre o edifício moderno funcional pouco reformado edificado desde 1955, em oposição ao hipermoderno excrescentemente estético – constantemente remodelado pela lógica híbrida da interface entre lógica da produção industrial na sua era financeirizada e arterrealizada (moda,

²⁰⁴ O termo mais-valia urbana já consolidado no campo das políticas públicas urbanas mercado imobiliário, se refere a aquisição de terrenos e imóveis em áreas consideradas estratégicas por possuírem equipamentos públicos que imprimem a eles vantagens locacionais, que resultam em imediato ou potencial incremento no valor dos contratos de aluguel e/ou compra-venda. Em São Paulo, O instrumento tributário da outorga onerosa foi criado para traduzir em interesse público, o potencial construtivo de áreas urbanizáveis de alto valor imobiliário em função da mais-valia urbana presumida.

designs, publicidade, arquitetura,..) (LIPOVETSKY; SERROY, 2015). Essa configuração composicional do ambiente social e predial construído relacional dos dois prédios e usuários é, destarte, o signo matricial do relativo²⁰⁵ processo de segregação espacial por desigualdade racial-social-simbólica-religiosa (moral) que ocorre com os moradores do conjunto habitacional Cruzada.

Espaços detalhadamente preparados para exercer funções mais precisas, o seu valor específico é assim realçado, criando ecologias exigentes. Forma-se, desse modo, o fundamento de uma nova escassez, uma nova segregação espacial, uma nova teoria do valor e uma nova realidade da lei do valor. Mais ainda, em razão exclusiva de tais virtualidades, cada lugar torna-se capaz de transmitir valor aos objetos que sobre ele se constroem, do mesmo modo que edifícios funcionalmente adequados transferem valor às atividades para as quais foram criados. Seu “envelhecimento social” pode ser rápido e fatal no caso de deserção da atividade compatível [será estudado o conceito de externalidade de vizinhança mais a frente que ajuda a compreender essa dinâmica]. É essa rigidez contemporânea que caracteriza as nossas metrópoles tão modernizadas e tão prematuramente envelhecidas. As parcelas do espaço produtivo imunes às transformações impostas pelo nexos técnico-científico são o teatro de atividades menos poderosas, menos necessitadas de “informação”, enquanto esta constitui o apanágio dos bolsões da modernidade atual (SANTOS, 2013, 72-3).

²⁰⁵ Relativa, pois há integração em função do tráfico de drogas local que possui clientela assídua de moradores dos demais condomínios que preferem comprar drogas na Cruzada a em favela, por ser mais seguro e menos impactante visualmente. E também por meio do mercado de trabalho das casas de famílias, em sua maioria, e alguns comércios do Leblon que contratam os moradores do Condomínio-Comunidade Cruzada (RIBEIRO, 2009). Apesar das lojas do Shopping não empregarem muitos moradores da Cruzada para o atendimento direto ao cliente de classe média e alta, pode ter havido participação deles, mesmo que ainda pífias, na administração do Shopping após uma parceria de formação de profissionais deste com o SENAI no ano de inauguração do Shopping, quando a Associação ameaçava embargar as obras por risco ambiental com apoio do Ministério Público – querelas que não vão se arrefecer passados 7 anos após o Termo de Ajustamento de Conduta por danos coletivos materiais decorrentes da obra do Shopping em 2006. Sem querer questionar a legitimidade óbvia da motivação dessas ações, por outro lado, é possível afirmar que a opção pela judicialização da vizinhança pode, por revanchismo, ter fechado portas de trabalho, inclusive essas abertas em 2006, haja vista a cultura brasileira de patrimonialismo cordialista não compactuar muito com este tipo de “protestantismo” das minorias, pois um poderoso não gosta de sentar no banco dos réus sendo culpado ou não. Uma anedota pessoa talvez sirva para ilustrar a questão das (im)possíveis relações “intersociorraciais”: cursando mestrado na UNIRIO sobre o tema da migração regional e arquitetura modernista em Brasília, conheci uma funcionário da administradora do Shopping, vizinha de bairro, quando morei no Bairro de Fátima, mais precisamente no Edifício Boa Luz (deveria se chamar Trevas, pois fui assaltado na segunda semana, o que me fez crer que a Cruzada era realmente um lugar seguro). Chegamos a esboçar um romance que me pareceu um Romeu e Julieta nada romântico. As coisas iam bem até que comentei que era “comparsa” do ex-presidente da Associação de Moradores da Cruzada e que havia morado lá. Lembro da sua reação de repugnância, talvez, estimulada pela aptidão adquirida pelas injustiças sociais da vida, do meu antropólogo nativo, em fazer inimizadas com seu dom da palavra “protestante” e, amiúde, reforçar o seu estigma negativo. Não tive nem direito à curso de reciclagem. Fui demitido na mesma hora, sem nem ter pego minha participação nos lucros da empresa.

Cidade formal X informal, sistema capitalista X não-lugar (AUGÉ, 2002), formal e outra informal (FANIA, 1986), uma luminosa e outra opaca (SANTOS, 1990), uma globalizada e outra subdesenvolvida, primeiro mundo X terceiro mundo, Sociedade Anônima X Sociedade de Anônimos, Cartão de Débito/Crédito X papel moeda/moeda; consumo conspícuo (excesso) X consumo parcimonioso (precariedade); salário fixo X emprego instável; Clientes do shopping X moradores da Cruzada; The Edge X cidade móvel (BOURDIN, 2001); católicos dizimistas X protestantes assistidos são as matrizes que se cruzam e entrecruzam em diversos matizes para conformar essa realidade plural e multifacetada no microterritório estudado no Leblon. Cujas relações de ordem econômica no Brasil são ditadas por fundamentos prioritariamente neoliberalistas e keynesianos²⁰⁶. No caso da Cruzada, especialmente, porque o *Shopping* implicou na afirmação do capitalismo em sua fase monopolista nas adjacências do projeto de habitação social, como se marcasse território na origem do mesmo em contraposição ao viés keynesiano²⁰⁷ do projeto “Cruzada” de bem-estar social da Igreja Católica no Brasil por meio de Dom Hélder Câmara (outrora integralista) e do marxismo subjacente à influência principal do mesmo: os fundamentos do movimento economia e humanismo do padre Lebrecht. Como reflexão, vejamos a letra traduzida da Música “Solo pido a Deus” de Leon Gieco:

Eu só peço a Deus,/ Que a dor não me seja indiferente./ Que a seca morte não me encontre um dia/ Solitário, sem ter feito o que eu queria./ Eu só peço a Deus,/ Que a injustiça não me seja indiferente./ Pois não posso dar a outra face, / Se já fui machucado brutalmente./ Eu só peço a Deus,/ que a guerra não me seja indiferente./ É um monstro grande e pisa forte/ Toda

²⁰⁶ O estigma político de que Dom Hélder Câmara (1983), “o bispo vermelho”, era comunista não era compatível com sua aposta em uma terceira via, que se aproximava do modelo keynesianista (*Welfare State*), com base na Doutrina Social da Igreja e movimento Economia e Humanismo. Com o detalhe de que ambas as referências eram implicadas e adaptadas à luz do subdesenvolvimento brasileiro.

²⁰⁷ O que é diferente da interpretação de Keynes sobre o capitalismo. Seria, então, o seu modelo político propositivo de intervencionismo estatal que teve seu ápice no período de estabilidade do dólar (1945-1971), que parte do pressuposto que o capitalismo seria complexo demais para ser facultado ao controle da mão invisível do mercado ou de alguns poucos privilegiados. E que seria essa, assim, a estratégia mais apropriada para lidar com a incerteza inerente ao sistema. No Brasil, o representante mais literal dessa corrente foi Vargas, mas como em relação à habitação social, a demanda urbana era maior do que a propaganda governamental de ampliação do número de tetos por meio do controverso sistema de financiamento por fundos de pensão (IAP’s e FCP), a Igreja, por meio da liderança de Dom Hélder Câmara, propôs o projeto “Cruzada São Sebastião” de erradicar mais de 150 favelas cariocas, do qual a o “Condomínio Cruzada São Sebastião” fora o piloto.

flor e inocência dessa gente./ Eu só peço a Deus,/ Que a mentira não me seja indiferente./ Se um só traidor tem mais poder que um povo,/ Que este povo não esqueça facilmente. / Eu só peço a Deus,/ Que o futuro não me seja indiferente. / Se tem que fugir desenganado, /Pra viver uma cultura diferente/ Eu só peço a Deus,/ Que a guerra não me seja indiferente. / É um monstro grande e pisa forte/ Em toda pobre inocência dessa gente.

IV

As consequências humanas negativas da produção capitalista do espaço no Rio de Janeiro, do qual o fenômeno do *shopping centers* em todas as regiões do Rio de Janeiro, com principal foco no bairro do Leblon (caso Shopping Leblon), é reflexo e reforço da economia de mercado moderna e seu desenvolvimento – bem como suas 3 formas de renda básicas (terra, dinheiro e trabalho – mercadorias fictícias – e mercadorias comerciais – produtos e serviços), que é base por onde se assentam o capitalismo monopolista – atual fase do capitalismo acessado pela porta da frente por empresas como o grupo que controla o Shopping Leblon. A economia voltada para o mercado se diferencia, frontalmente, do tipo do capitalismo empreendido em épocas anteriores (economias tribais, feudais e mercantis²⁰⁸), em que o mercado era apenas acessório e intrínsecos a determinado sistema político e social (POULANY, 2000).

A chegada do Shopping e efervescente economia de mercado global monopolista embutida em seu bojo cotidiano tende a provocar transformações econômicas e culturais profundas na microrregião vicinal a seu espectro de atuação. Tende a obsolescer zonas e padrões de cultura espontânea e solidária, não mediadas necessariamente pela via do consumo ou filiação à marcas/propagandas; Encarece o custo de vida, o valor do imóvel e alugueis, cria cenário desfavorável para microempresa tradicional – seja, pela

²⁰⁸ “O mercantilismo, por mais que tivesse insistido enfaticamente na comercialização como política nacional, pensava a respeito dos mercados de maneira exatamente contrária à economia de mercado, o que fica bem demonstrado pela amplitude da intervenção estatal na indústria. Neste ponto não havia diferença entre mercantilistas e feudais, entre planejadores coroados e interesses investidos, entre burocratas centralizadores e particularistas conservadores. Eles discordavam apenas quanto aos métodos de regulamentação: as guildas, as cidades e as províncias apelavam para a força dos costumes e da tradição, enquanto a nova autoridade estatal favorecia o estatuto e as leis. Todos eles, porém, eram igualmente avessos à ideia da comercialização do trabalho e da terra - a precondição da economia de mercado (POULANY, 2000, 91)”.

competição predatória com o confortável Shopping (segurança, ar condicionado, escada rolante, estacionamento,...), bem como por causa da valorização da área que resulta em aumento do custo de funcionamento das empresas locais –, aumenta o policiamento violento contra aquele que detém o estigma de desviante (“potencial” criminoso), aumenta a competitividade pelo posto de trabalho no próprio *shopping* e arredores, bem como atrai um número maior de fluxo de movimento de carros e pedestres (poluição sonora). No caso, do Shopping Leblon houve também poluição ambiental provocada pela ruptura de imensa rocha situada onde ele agora se instaura, o que gerou uma indenização legal paga a Associação de Moradores da Cruzada (AMORABASE). Trata-se de um fenômeno comum em relação a *shopping centers* no Brasil a seguinte profusão de objetivos e estratégias de mercado, bem como impactos de:

Combinando os interesses dos investidores e dos comerciantes, concentrando e explorando adequada e racionalmente as diversas vantagens relacionadas à economia de escala e de aglomeração, ele (re)define a centralidade, (re)valoriza as áreas de seu entorno e engendra novas possibilidades, oportunidades assim como constrangimentos aos habitantes da cidade capitalista, delineando, nos dias em curso, novos padrões sociais e culturais, aqui resumidos ao termo sociabilidade (do capital) (BIENENSTEIN, 2001, 68).

Em outros tipos de economia anteriores a esfera da economia e política não estão dissociadas e, por isso, trabalho, terra e dinheiro não são autorreguláveis pelo mercado. Com a sociedade de mercado e o sistema industrial, esses três componentes tiveram que se transformar em mercadorias fictícias sujeitas também ao processo de compra e venda (lei de oferta e procura) e o próprio humano se tornou um acessório do sistema econômico, no que configura um processo de autodestruição moral e físico (POULANY, 2000). Isso não se deu sem aguçar contradições sociais vez que o progresso da economia mercado, onde quer que ele tenha “oportunidade” de penetrar, tende a ser desmedido, no sentido, de desestruturar engrenagem sociais culturais e simbólicas em benefício dos seus altos lucros e produtividade:

Os mercados de trabalho, terra e dinheiro são, sem dúvida, essenciais para uma economia de mercado. Entretanto, nenhuma sociedade suportaria os efeitos de um tal sistema de grosseiras ficções, mesmo por um período de tempo muito curto, a menos que a sua substância humana

natural, assim como a sua organização de negócios, fosse protegida contra os assaltos desse moinho satânico (ibid., p. 95).

V

A economia de mercado, defendida pelos economistas neoclássicos, não dá conta da complexidade de fatores que concorrem nos processos de especulação e valorização imobiliárias, já que os mercados já não reagem de acordo com a lei da oferta e procura, cabendo ao estado o papel de pensar a cidade em sua totalidade. Por isso, foram alvos de críticas pelos teóricos do bem-estar social que defendiam uma perspectiva social da terra e a um papel atuante do Estado em relação ao combate e não reforço da desigualdade de riqueza sócio espacial, que colidi com os interesses do mercado rentista e especulatório.

Com esse processo de decadência do Estado (Igreja) de Bem-Estar Social deflagrado já nessa época, os impactos atuais para o mercado da terra na Cruzada, cuja tônica de construção segue essa política keynesianista religiosa, com terrenos tendo sido cedidos pelo Estado e a obra custeada pela Igreja, é de forte tendência de incremento do processo gentrificação da Cruzada, também pela iminência dos grandes eventos esportivos, religiosos e ecológicos de 2012 a 2016. Evidente, que esse processo tem seu desenlace embrionário com a chegada do Shopping 2006 em terreno vicinal a Comunidade, no que gera um duelo ideológico sócio visual entre duas localidades e temporalidades teoricamente irreconciliáveis: o capitalismo neoliberal monopolista pós-moderno e o keynesianismo estatal-elesiástico moderno.

Cabe ressaltar que as duas correntes não são opostas e estanques e, muitas vezes, ambigualmente complementares, por meio de associações de ação comum e alinhamento diretivo cultural entre a Paróquia Católica e o Shopping em relação aos moradores da Cruzada (Projeto Melhor Amigo, p. ex.). Por outro lado, conflitos de ordem religiosa – sobretudo, no período, em que o presidente da Associação de Moradores era ex-pastor entre o novo paradigma de cunho evangélico crescente entre os moradores, –, com a Paróquia Católica ao lado do prédio, aponta para uma defesa endógena anti-neoliberal e ataque ao do descaso governamental pós-keynesiano por parte desse extrato

evangélico O que contraria um pouco o esquema weberiano, que, em relação à América do Norte, essa religião teria mais afinidades eletivas que concorrem para o sucesso da empresa capitalista (WEBER, 2001). Esse exemplo mostra como a Igreja pode estar compactuada e sintonizada com o estágio ou modismo atual da economia capitalista, assim como esteve na em acordo com o keynesianismo, durante o ápice de sua cristalização na história política. Destarte, atua em detrimento do próprio interesse e bem comum da Cruzada por se esquivar da defesa do sentido original da Cruzada contra o capitalismo sob as bênçãos do movimento Economia e Humanismo de onde eclodiu.

Segundo Queiroz Ribeiro (1982) os problemas urbanos no Brasil, como dispersão/hiperconcentração, crescimento periférico, déficit habitacional e alto custo dos equipamentos urbanos, são decorrentes de questões fundiárias, em que certas áreas territoriais urbanas são valorizadas com iniciativas e intervenções públicas, em detrimento de outras. Como no caso do Parque de Madureira na primeira gestão do prefeito Eduardo Paez, que sem poder ou querer criar iniciativas públicas descentradas como essa em vários locais do subúrbio, elenca um subúrbio central modelo para criar a sensação de dinamismo local inclusivo, mas que acaba por rereificar a segregação socio espacial. A questão do Planejamento Urbano aparece, então, como possibilidade de racionalização do uso da terra a partir do conhecimento teórico de que:

(...) a terra é um bem não produzido, que, portanto, não tem valor, mas adquire um preço [e que, por isso,] não pode ter seu preço regulado pela lei da oferta e procura pois não há lei regulando a sua oferta [já que] (...) é a procura [capitalista por solo] que suscita o preço da terra e não o encontro no mercado de "produtores" e compradores de solo (RIBEIRO, 1982, 32)". (...) os preços fundiários são formados a partir da hierarquia de preços gerada pelas várias demandas dos agentes capitalistas que valorizam seus capitais através da utilização e da transformação do uso do solo urbano (ibid., 33).

O projeto da Cruzada é paradigmático até o presente momento em matéria de conjunto habitacional popular, porque existem poucos casos desse tipo de empreitada social construído na Zona Sul da cidade. A questão da tendência recente de gentrificação massiva da Cruzada, após o início do surgimento das bolhas imobiliárias com a iminência dos Grandes Eventos,

merece aqui ênfase. Risco atual cujos primórdios remontam mais concretamente com à vinda do Shopping Leblon para área vicinal ao Condomínio. Empreendimento comercial e imobiliário, o mesmo atua em busca de “(...) maximizar a apropriação do valor de uso complexo (...) através das utilidades e efeitos úteis da aglutinação (RIBEIRO, 1985, 35)” do local, cuja localização urbana é privilegiada no Rio de Janeiro – entre a Lagoa e Praia do Leblon.

Essa situação cria na área e no bairro uma valorização mais extrema do metro quadrado do que já era – como foi mostrado acima, não pela oferta, mas pela demanda de preços hierárquicos dos capitais imobiliários – do qual o próprio Shopping se beneficia, posteriormente, já que é também uma propriedade fundiária privada rentista, além de prestadora de serviço. Para Smolka (1983), o mercado de terra é acionado por dois fatores: o valor potencial do terreno²⁰⁹ que, tende a levar a concentração fundiária, com a possibilidade de se configurar caso de mais-valia fundiária (FURTADO; SMOLKA, 2001) e a expectativa de valorização futura²¹⁰, que tende a atrair o capital incorporador, como no caso do Shopping Leblon, a adquirir terreno no bairro para, oportunamente, investir em empreendimento imobiliário comercial.

A terra enquanto bem não produzido passível de monopolização só pode ter seu estoque renovado por meio da superação da propriedade privada mediante o capital incorporador (SILVA, 1992). Trata-se de um processo de longa duração do capital incorporador histórico na região, que tem, por outro lado, capacidade de capitalizar, a bel-prazer dos seus investidores, o espaço urbano construído, mesmo que através do uso de capital público e sistema financeiro – e mais do que valorizar a terra, intensificar a segregação socioespacial (ibid.). Não seria de esperar que entre as metas de expansão do Shopping, houvesse alguma estratégia mesmo que remota de viabilizar a compra de todos os apartamentos da Cruzada para demolir o Condomínio e ali construir o seu anexo, ou mais vagas para estacionamento, – pois a família de

²⁰⁹ Proveniente das “(...) modificações das modificações no ambiente construído, que alterarão os atributos do terreno proporcionando aos mesmas vantagens locais na forma de renda fundiária (SILVA, 1992, 55)”.

²¹⁰ Referente à “(...) capacidade dos proprietários imobiliários de influenciarem o uso que se dá a terra, de modo a reproduzirem a dependência do capital produtivo por este meio de produção (SILVA, 1992, 55)”.

carros das famílias dos clientes, tende a dobrar em relação ao seu crescimento vegetativo.

Empurrados pelo constante estigma sócio racial no Leblon que coloca os moradores da Cruzada como potenciais ameaças aos valores de braquitude abastada, ordem urbana, segurança pública e livre mercado, a presença de moradores emergentes provindos da favela naquela microrregião é percebida como afronta às boas práticas de vida e arquitetura. O aumento do custo de vida na região por causa do alto valor dos aluguéis, impostos, condomínios e compras/serviços também são componentes que constroem o morador da Cruzada a coabitar no Leblon cotidianamente uma realidade social bem distinta da maioria dos moradores. Convive-se com a pressão dupla exercida pela sociedade e pelo mercado para que esses moradores “desviantes” descentrem para bairros ou favelas mais compatíveis com seu *backgrounds* culturais e poderes aquisitivos. A situação de entremeios de muitos deles e do prédio – nem favelados, nem lebloenses; nem favela, nem condomínio – é um risco para estabilização e aprofundamento da centenária desigualdade social e exclusão espacial carioca. Para os moradores do Leblon e da elite local, esse precedente único na história urbana de distinção social por meio da propriedade privada em bairro de alto padrão para negros ex-favelados, aberto pelo ativismo do “bispo vermelho” (Dom Hélder) é até hoje considerado uma brecha e flerte com comunismo – mesmo que fosse, de fato, mais alinhado com as premissas fundantes do Estado de Bem-Estar Social, Doutrina Social da Igreja e Movimento Economia e Humanismo.

É patente, destarte, de que o estigma sofrido pelos moradores da Cruzada no Leblon, não é meramente por preconceito social em relação aos hábitos de vida e comportamento de bairro. O discurso de “cidade partida” mais tudojuntoemisturado com farofa na praia interessa aos especuladores imobiliários que querem que cada um fique no seu quadrado, principalmente, quando estamos falando de uns do metro quadrados mais caros do Brasil. As empresas rentistas, terra-tenentes e investidora do capital imobiliário, sabem com muita “propriedade” dos valores de uso, troca e fetiche do imóvel no Leblon. Ao contrário do morador da Cruzada, proprietário de um único imóvel, que, na maioria dos casos, não teria condições de comprar um apartamento no

bairro em condições reais de mercado e concorrência. É importante reter que quanto maior o estigma social e o analfabetismo econômico dos moradores, mais sujeito à gentrificação e descentramento espacial estará a Cruzada – o que só interessa ao potencial compradores do terreno (muito mais valioso do que o prédio em si), ávidos por transformar discursiva e socialmente a Cruzada em um projeto sócio e arquitetônico implodível, o que justificaria a remoção completa dos remanescentes e descendentes da Praia do Pinto para alhures além Central do Brasil.

O estigma social e a exclusão econômica, moderada pela intensa especulação na área, coloca o morador em situação de desconforto psicológico contumaz, em relação ao seu patrimônio edificado e vivido. Além disso, concorre como fatores agravantes da precarização da vida coletiva na Cruzada, a dificuldade de empregabilidade e o alto custo de vida no bairro e Condomínio – são recorrentes histórias de vida de moradores eternamente inadimplentes com a taxa de condomínio na Cruzada, o que, talvez, seja, até mesmo uma derradeira forma de diátribe política à remoção compulsória da condição habitacional anterior, que, por mais que precária, além de não ter aluguel, não havia “condomínio” (a tipologia habitacional ser sinônimo de cobrança, talvez, ainda reforce ainda mais esse movimento), bem como uma forma de autoafirmação cega ao relativo anarquismo micropolítico da vida em favela, em que a laje e o puxadinho, por exemplo, eram formas de expressão do livre arbítrio, inovação local, planejamento familiar e devir urbano. A racionalidade ilustrada e “pacificadora” no ordenamento urbano e no controle social de forma eugenista e higienista, atentaria de forma violenta, em muitos casos legitimando a violência e criando uma representação de inimigo público, contra aos equilíbrios dinâmicos vitais, baseado em conflitos e entropias orgânicas, psíquicas, sociais²¹¹ (MALDONATO, 2017) e urbanísticas²¹²: “estado permanente de desequilíbrio (ibid., 35)²¹³”.

²¹¹ O conceito chave aqui é “*Double bind*” (duplo vínculo) de Bateson (2000), reapropriado por Elias, aponta para “equilíbrios” desarmoniosos e desaglutinativos, mantidos por interdependências conflituosas crescentes a partir de tensões identitárias (atração/repulsão) de ordem sociais, étnicas, raciais, culturais, econômicas, políticas e religiosas: “(...) a identidade de um indivíduo e de um grupo é e não é; ela tem, ao mesmo tempo, atributos positivos e negativos que sempre dependem das relações positivas e negativas, das posições relativas de indivíduos e de grupos, e dos seus pontos de vistas (NEIBURG, 2001, 59)”.

A resistência, o despreparo e a discriminação no processo de adaptação aos hábitos da vida de apartamento no Leblon, não impedem o morador da Cruzada de ter consciência de distinção social – e, talvez, até certo orgulho –, que conquistaram por morar em Condomínio nesse bairro. As suas diferenças no campo da religião, raça, hábito social, partido arquitetônico e estilo de consumo/vida, não impedem de assumir uma relativa igualdade no campo da economia por ser possuidor de propriedade privada. Em uma última instância, é este restolho de empoderamento liberal que eles estão sendo “privados” de possuir no âmbito do fenômeno social que denomino etnoteoricamente de apartamentização moral, que visa além da estigmatização, a invisibilização, a exclusão e, por fim, a extinção sócioespacial da diferença.

Retém-se com isso, que o lugar do morador da Cruzada é o de reificador do capitalismo pela porta dos fundos através da expropriação pela mais-valia econômica da burguesia e social das políticas compensatórias do governo, mas sem direito a propriedade privada – se isso, mas paga em prestações a perder de vista a exemplo do modelo de crédito das Casas Bahias. Afinal, se as classes mais baixas passarem a ter propriedade privada hipotecada e estímulo de integração social, de fato, em locais nobres generalizadamente²¹⁴, mesmo que através de políticas compensatórias livremente inspiradas no

²¹² Por outro aspecto, a favela enquanto tecido ecológico de seres “semelhantes” em um entorno imediato (*unwelt*) que coabitam juntos diariamente no espaço a compor os mosaicos de uma localidade com sentido de pertença e autoidentidade geoafetiva e reflexiva, (BOURDIN, 2001) também é expressão de conservadorismo natural a qualquer coletividade espacial humana que tende a defender biopoliticamente a memória coletiva, em oposição à diversidades e modernidades, essas sentidas como agressão frontal à cultura local (*folk*), apesar dos desígnios irreversíveis e imprevisíveis da duração temporal. É compreensível que todas as políticas públicas sociais e urbanas remocionistas de habitação, sejam percebidas como formas de “intrusão” moderna socioespacial, que atentam contra o direito natural da primeira ocupação, que é argumento, no entanto, utilizado para legitimar o pressuposto heurístico do direito positivo da propriedade privada.

²¹³ “Das moléculas aos organismos, dos indivíduos às sociedades, nosso universo é um arquipélago de sistemas no oceano da desordem (MALDONATTO, 2011, 35)”.

²¹⁴ A dificuldade do incremento de habitações populares comerciais não é somente relativa a conflitos de classe proletária e burguesa, mas também por causa da dificuldade inerente a condição comercial do próprio setor imobiliário, no que exige do mercado imobiliário um fluxo excedente de terras redundantes para poder operar, a esbarrar nisso no fato de que essas terras para comprar são propriedades privadas, muitas vezes, caras e não disponíveis, e, posteriormente, a venda do empreendimento depende de demanda do público consumidor (RIBEIRO, 1985). Mesmo quando fomentado pelo Estado, a lucratividade desse tipo de negócio ainda é arriscada, o que prejudica o produto final, que, no caso, desse programa social é apresentado com apenas quatro variações de planta, independente do lugar (MARICATO, 2012).

keynesianismo, a mentalidade racional ocidental pautada pela expansão e domínio do mundo, poderia ser relativizada no seu ímpeto de contrastividade etnocêntrica e ideológica com o excluído do tabuleiro do banco imobiliário e jogo da vida. Vira, assim, de cabeça para baixo, do Norte para o sul e da zona sul para zona norte. Pois que não é somente uma questão de competição de capitais no mercado imobiliário a tentativa de minar a eficácia simbólica de iniciativas como a Cruzada. Mas, também de reiterar o exclusivismo do acesso a direitos humanos universais básicos restritos à uma seleta parcela do globo – de preferência, leitores do O Globo, que crenes de poderem ser senhores do seu destino com a calculadora científica na mão, se gabam de ser ocidentais, positivistas, modernos, proativos, economicamente ativos, maratonistas triatletas, modernos, tetrafilos, *smarts*, *eu-phones*, sujeitos, pós-modernos do Shopping Leblon, cuja Cruzada, não serve nem para quartinho de empregada.

O que coloca esse apogeu do capitalismo monopolista no Leblon, por esse aspecto, em pior situação do que no período escravista do engenho colonial, em que Casa Grande e Senzala se comunicavam por meio de figuras sociais intermediárias que transitavam mais livremente entre os dois universos – a criadagem pessoal (FREYRE, 2006). Apesar de alardeado treinamento com SENAI em parceria com Shopping no ano de sua inauguração (2006) para angariar braçais da Cruzada para seus quadros administrativos, após terem contratados para peões para obra de engenharia, o fato perceptível a olho nu, pelo menos, é que quase nenhum dos seus moradores pioneiros ou descendentes de pioneiros, por isso, mesmo, negros, trabalham atualmente lá, ou, pelo menos, não no atendimento ao público no Shopping e em suas lojas. Se há alguma(s) dezena(s) de pessoas da Cruzada que trabalham no Shopping como um todo, ainda, de fato, certamente, será uma confirmação da regra de exclusão, haja vista a proporção do contingente de mão-de-obra ofertante do Shopping e demandante da Cruzada.

Apesar de ser um local privado aberto ao público, tendem a não criar memórias internas ali – o que pode ser comprovado a olho nu, pois quase não se vê negros no Shopping. Por algum motivo, tendem a sentir que são estranhos às extravagâncias de maquiagem das vendedoras e às luzes pirotécnicas das vitrines. Tudo branco e *clean*, enquanto a Cruzada, negra e

suja. Mais-valia visual extraída do Shopping e transforma em valor agregado para seus produtos valerem mais do que valem, sua ação valer mais do vale, seu terreno- valer mais do que vale. E até seu ar irrespirável para quem não tem costume, vale mais caro do que o ar puro da Cruzada, que é do lado de um dos postais mais admirados do Rio, a Lagoa. Mas, que infelizmente, se transformou em um não-lugar (AUGE, 2002) para esses que a observam protegidos pelo *blindex* e os seguranças do Shopping – a partir das poucas frestas visuais que se tem do Shopping para o lado da Cruzada, em que mal se consegue discernir se tratar de um condomínio popular o que se configura aos seus olhos. Em relação a isso Auge (2010) acrescentaria:

O mundo-cidade e a cidade mundo aparecem como ligados um ao outro, mas de modo contraditório. O mundo cidade representa o ideal e a ideologia do sistema, da globalização, enquanto na cidade mundo expressam-se as contradições ou tensões históricas engendradas por esse sistema. E na articulação do mundo cidade e da cidade mundo que se situam as zonas vazias e porosas das quais fala Philippe Vasset, essas zonas que são face invisível da mundialização ou ao menos a face que não podemos, não queremos e não sabemos ver (ibid., 44).

Ao testemunhar, pelo menos, discursivamente contra a confirmação da crença dos moradores do Leblon alardeada pelo capital incorporador no momento destruição criativa a fim de criar vantagens competitivas (SCHUMPETERS, 1961) – que é complementar ao seguinte de manter as posições conquistadas – para anunciar seus produtos imobiliários, de que o bairro é tradicionalmente de famílias e indivíduos distintos, a Cruzada se torna, outrossim, uma variável a ser considerada pelo capital incorporador e especulador na área. Antes da chegada do Shopping, o valor do imóvel de prédios de padrão médio vicinal à Cruzada era inferior às demais áreas do Leblon, como mostra Queiroz Ribeiro (2009). Devido a uma paranoia de insegurança local consubstanciada mais pelo estigma de marginalidade do local, do que pela criminalidade no mesmo, os interesses do capital incorporador e dos proprietários de apartamentos podem ter sido comprometidos. Apesar de a Cruzada ter passado a criar, assim, uma relativa ruptura com à convenção urbana do bairro (ABRAMO, 1995) e a consequente desvalorização sócio urbana por causa do risco de insegurança trazido pelo de tipo de família e vizinhança que nela se inscreve, o Shopping, aponta para uma

revalorização da região como um todo, inclusive, da Cruzada – como sugere a tendência relativa de gentrificação do prédio, para o qual, no entanto, ainda há condições de previsibilidade para afirmar ser um fenômeno generalizável e irreversível.

O que é cabível analiticamente considerar é que a percepção da Cruzada como não-lugar, permitida pela mais-valia estético arquitetônica com o Shopping, já permitiu uma esmaecer a relativa depreciação simbólica e econômica dos imóveis da região trazida pela sua construção em 1955. Tal qual a eterna disputa urbanística entre o Edifício Itália e Hilton Hotel em São Paulo²¹⁵, os edifícios Cruzada e Shopping Leblon, um modernista e sujo também pela mente poluída da elite, o outro pós-modernista e limpo por funcionários de empresas terceirizadas, malucos, que fazem rapel nos arranhas céus, aponta vitória lavada para o segundo.

Para Abramo (2001), a inovação espacial tem capacidade de apontar para um novo tipo de estrutura intraurbana (ordem) que modifique a “externalidade de vizinhança” (HARVEY, 1982) antecedente (desordem)²¹⁶ – o que reforça o estigma social do morador da Cruzada, apesar de arrefecer o estigma do prédio, que passa a ser alvo de interesse imobiliário de forma mais recorrente, no que a depender desse desenlace, poderá apontar para um processo de gentrificação social nos próximos anos. Ao resgatar a convecção urbana que se inicia na mesma época da construção Cruzada para os bairros litorâneos da zona sul carioca, imaculada pela classe média alta carioca, o Shopping, enquanto discurso urbanístico e agente produtor do espaço capitalista americanizado, age em defesa do capital incorporador e da

²¹⁵ “A Briga do Edifício Itália Com O Hilton Hotel” do disco “Se o caso for chorar” (1972) de Tom Zé.

²¹⁶ Gomes (2007) apresenta um interessante caso desse mecanismo do capital incorporador nos projetos imobiliários de Águas Claras (DF), que são apresentados como apartamentos de luxo diferenciados dos (com sauna, piscina e playground), ao contrário do que costumavam haver na região para atrair um público, usualmente, interessado em imóveis no Plano Piloto. Tentam compensar a distância elevada entre a cidade satélite e o Plano Piloto com benefícios extras para que se construa uma nova percepção e experiência de morar nesse lugar. Esse tipo de investimento pode conseguir por meio do efeito manada da propaganda boca-a-boca e institucional gentrificar territorialmente um espaço. Mas, sempre há o risco do procedimento manipulatório através de práticas e discursos por parte do capital incorporador incorrer em incerteza urbana futura por parte do novo morador, caso não seja confirmada satisfatoriamente sua crença na convecção urbana, a depender da externalidade da vizinhança. Ou seja, no caso dos outros compradores, futuros vizinhos, não serem compatíveis, com seu perfil familiar – a partir de critérios pessoais objetivos e subjetivos.

propriedade privada burguesa, como um todo, interesses “cruzados” com o seu. Pois que tem seu valor acrescido na bolsa pela imagem que gera a seu empreendimento e o aumento do valor rentista do seu terreno-imóvel. Segundo já afirmou aqui Bienenstein (2001), um shopping, enquanto investimento no setor de comércio e consumo, em geral, tem seu capital empreendedor, valorizado também pela valorização da renda da terra, no que gera aluguel composto.

O fato de ser homônimo ao bairro articula ainda mais essa variável sincronicamente bairrista e capitalista, em prol de eliminar a incerteza urbana corporificada através da construção predial e social da Cruzada na área mais nobre do Leblon. Cria-se, dessa forma, uma “comunidade de marca” (VIEIRA, 2002), em que o discurso de dedicação e devoção ao bairro da propaganda do Shopping é corroborado até mesmo na defesa indireta do valor dos imóveis e anulação do efeito progressivo de desvalorização imobiliária e não confirmação da convenção urbana no ciclo de vida da região causada pela construção da Cruzada. Tive a oportunidade de participar como “observador penetra” em 2010, durante a minha breve permanência no Condomínio, na ocasião da comemoração dos 5 anos do Shopping, festa fechada, porém visualmente aberta, em que pude elencar a presença de celebridades “glocais” como Manoel Carlos (Maneco)²¹⁷, conhecido por apresentar recorrentemente o “cor-local(-social)” do Leblon nas novelas da Globo, o que obrigou a emissora a ter uma cidade réplica do bairro do Leblon no PROJAC – ultra-bairrismo. O sentido daquele ritual de sacrifício era para mim quase o mesmo do templo do capitalismo para os moradores da Cruzada. Os clientes do Shopping podem participar da orgia do consumo, mas aos moradores da Cruzada, só resta ver

²¹⁷ Dias depois a esse episódio, o presidente da Associação traria uma compensação para o sentido de exclusão que eu passara a sentir em comunhão com os demais moradores excluídos de suas vidas faveladas e das vidas descapitalizadas no Leblon. Era o convite para participar de uma oficina de roteiro para TV com o luso brasileiro Maneco no Teatro Café Pequeno. Ao final, entreguei a ele uma cópia do meu filme com fotos de celular em que o personagem principal se vestia de gari, como se quisesse chamar a sua atenção para outro invisível que também não aparecia na TV, sobretudo, na sua novela sobre o Leblon: “Cond. Cruzada”. Anos mais tarde, fiquei feliz em saber que outro Manoel, o Carneiro, viria a rivalizar na condição de grande autor de novelas do horário nobre com o luso-brasileiro Manoel Carlos, que, decididamente, não incluiu a Cruzada no seu imaginário poético do Leblon – porque se o fizer, certamente, terá que pagar a conta dependurada na Padaria Lisboa. A novela, em questão, era sobre não-lugares cariocas, no caso a “Avenida Brasil”.

pela TV e se sentir convidados a se retirar para o seus devidos não-lugares, de preferências, descentrados.

VI

O contexto histórico macroeconômico mundial da transição incompleta do Keynesianismo para o Neoliberalismo pode ser observado na história da Cruzada e do Shopping Leblon, respectivamente. A atuação social por meio de uma política neoliberal de intervenção local do Shopping tenta, de forma híbrida (setor público, privado e eclesiástico), por meio de um processo institucional de destruição criativa neoliberal, compensar a crise do estado de bem-estar social fordista. Porém, somente pela via da educação complementar, sem afetar estruturalmente a questão atual da baixa empregabilidade formal e/ou posição profissional (subemprego) de jovens e adultos negros²¹⁸ – o que permite aportes com o conceito de lumpemproletariado, relativo ao des(sub)emprego estrutural dos muitos negros excluídos de serem explorados pelo sistema capitalista industrial (MARX, 2013), mas não das engrenagens do sistema terciário (menos valia) com ONG's, Associações, Coletivos Artísticos, Marketing Sociais, Missões Religiosas e Partidos Políticos – alguns deles, quando “empreendedores”, sujeitos ainda a mais-valia estatal²¹⁹, na forma de suborno policial para manter suas atividades de comércio informal ou ilegal (drogas). Assim, como o atrelamento de concessões de políticas sociais de combate ao desemprego estrutural por meio por programas de capacitação, reciclagem, cooperativismo e empreendedorismo. Em suma, o projeto do Shopping é mais uma vitrine do mesmo, que ao já extrair mais-valia visual do contraste com o prédio da Cruzada que se torna quase invisível perto da suntuosidade dele, acumula também mais-valia social (Projeto Aluno Nota 10).

²¹⁸ O que remete a premência do cumprimento de lei de cotas no mercado de trabalho público, que aumentou a inserção do negro na burocracia pública e economia ativa, mas sem alterar a “segregação ocupacional” (SANT`ANNA, 2018, 65) que o limita à áreas de mais baixa qualificação profissional e remuneração financeira. Bem como cobrança da sua universalização, tendo valor normativo e não, somente, sugestivo, para o mercado de trabalho privado. É provável que em ambientes elitizados, o ideal de branquitude camuflado de “cultura de empregabilidade” (ibid. 63) seja ainda mais forte, ou seja, maior o número de lugares como no Shopping que necessitam de pessoas de “boa aparência”, ou seja, brancas.

²¹⁹ Quando autoridades, burocratas e representantes do Estado a quem já pagamos vultosos impostos destinados aos seus salários de empregos estáveis se beneficia m duplamente do contribuinte por aceitar e estimular cultura de improbidade e corrupção pública.

Isso, apesar de haver relatos só de alguns poucos moradores trabalharem de fato no local (e estarem sujeitos a expropriação de mais-valia propriamente dita), e em sua maioria, no setor de limpeza (SIMÕES, 2008) – em 2006, há relatos do próprio Shopping de constar 23% de funcionários administrativos nascidos na Cruzada.

Mediante variabilidades múltiplas e intercruzadas, é mais prudente pensar a Cruzada como um gradiente de inclusão e marginalidade social (com hierarquias locais em alianças e conflitos com as estruturas sociais externas) cujo mais importante gênero de distinção social é a posse de mais de um apartamento no condomínio, de automóvel (a variar o *status* e consenso social de acordo com marca, ano e modelo), bem como tipo e local de emprego. Há que considerar que o Projeto Cruzada da Igreja, em comparação com a atuação social do shopping Leblon no microterritório do Condomínio Cruzada, apesar de insensível ao patrimônio imaterial da favela erradicada dos seus ex-moradores, pelo menos, permitiu o acesso formal à moradia por meio de patrimônio material. O risco de descentralização e gentrificação da área, no entanto, pode ocorrer, na medida em que ela passa a ser ainda mais valorizada pelos grandes eventos esportivos e pela construção da linha 4 do metro – cuja empresa incorporadora também atuou na região através de programas corporativos sociais.

Do lado da estrutura cabe mencionar que somente a análise de longa duração que considere a dependência da trajetória (*path dependence*) das políticas públicas e modelos macroeconômicos permite perceber esse conflito ideológico explícito entre o “keynesianismo periférico” do Projeto Cruzada do século XX e o Neoliberalismo urbanístico do Shopping do XXI. A criação com *neons* do Shopping seria destruidor econômico e simbolicamente daquele, portanto, portador de um lado “negro” que seria esse progresso segregador, desenvolvimento desigual e positivismo seletivo. O *set list* teórico, a partir da referência do conceito de dependência da trajetória (*path dependence*) permite um instrumental léxico analítico para desfiar os “sentidos” das sequências temporais em relação ao desenvolvimento de processos e eventos sociais

(BERNARDI, 2012). Seguindo essa perspectiva seria possível apreciar o período histórico fordista/keynesista através da seguinte contextualização:

An analysis of actually existing neoliberalism, then, must begin by exploring the entrenched landscapes of capitalist regulation, derived from the Fordist-Keynesian period of capitalist development, within which neoliberal programs were first mobilized following the geoeconomic crises of the early 1970s. From this perspective, the impacts of neoliberal restructuring strategies cannot be understood adequately through abstract or decontextualized debates regarding the relative merits of market-based reform initiatives or the purported limits of particular forms of state policy. Rather, an understanding of actually existing neoliberalism requires an exploration of: • the historically specific regulatory landscapes and political settlements that prevailed within particular (national) territories during the Fordist-Keynesian period of capitalist development; • the historically specific patterns of crisis formation, uneven development and sociopolitical contestation that emerged within those territories following the systemic crisis of the Fordist-Keynesian developmental model in the early 1970s; • the subsequent interaction of market-oriented, market-disciplinary (neoliberal) initiatives with inherited regulatory frameworks, patterns of territorial development and sociopolitical alliances; and • the concomitant evolution of neoliberalizing policy agendas and restructuring strategies through their conflictual interaction with contextually specific political-economic conditions, regulatory arrangements and constellations of social and political power (PECK; THEODORE; BRENNER, 2009, 53).

A questão da produção estatal privada capitalista no tempo-espaço pós-moderno/pós-modernista implica na análise dos efeitos da globalização pós fordista/keynesianista que, ao invés de diminuir a desigualdade social e bairrismo local, o fez aumentar nas centenas de “cidades partidas” pelo mundo (HALL, 2006). O incremento da velocidade e intensidade do fluxo de informação entre várias grandes cidades aponta para uma tendência de relativa homogeneização dos problemas urbanos (entropia) e soluções urbanísticas (ordenamento) entre elas – modelos de governanças/policiamentos, como o “Tolerância Zero” de Nova York, por exemplo. De forma tal, que, talvez, seja possível mirar e conceber metrópoles e megalópoles globais conectadas partidas em duas por cortinas, portarias e cancelas de fumaça com redes de vigilância que tendem à criação de simulacros, que corporifica padrões informacionais, ao mesmo tempo, que se desmaterializa os corpos materiais²²⁰.

Essas duas cidades são permeadas por fronteiras reais ou simbólicas que produzem, tendencialmente, zonas interditas interseccionada com áreas

²²⁰ “No limite, toda entidade humana e não humana deste novo lugar, deste novo mundo, resulta de uma articulação ou de uma distribuição de diferentes densidades informacionais e materiais (CUKIERMAN, 2012, 83)”.

blindadas e expostas, uma formal e outra informal (FANIA, 1986), uma luminosa e outra opaca (SANTOS, 1990), uma globalizada e outra subdesenvolvida. Para que uma cidade exista embarcada no capitalismo glorioso de criação destrutiva, a outra deve “dexistir” (Lei de Pareto), naufragada no subdesenvolvimento imperioso da segregação socioespacial, – no caso estudado, da “apartamentheidização” moral (de cunho socioeconômico também). O processo de globalização hegemônico suplantado pelo capitalismo monopolista, no entanto, apesar da tendência de subverter a lógica dos lugares, incorrendo em ordenamentos, *apartheids* e gentrificações, pode esbarrar em processos de “microrresistência cotidiana” (SILVEIRA; VAZ, 2013, 135) – e o que é visto de fora como senzala pode se transformar, relativamente, em quilombo visto de dentro. A exacerbação da cultura cotidiana e copresencial local, – do qual o mundo do crime e tráfico também podem ser incluídos –, pode ser um antídoto, por criar anticorpos grupais ou subgrupais contra esse alinhamento a um modelo de cidade capitalista eugenista e homogeneizante, mesmo nos casos, em que ele está disfarçado de capitalismo clemente (responsabilidade social)²²¹:

Os desviantes sociais [comunidade de desviantes ou desviantes intergrupais], conforme definidos, ostentam sua recusa em aceitar o seu lugar e são temporariamente tolerados nessa rebeldia, desde que ela se restrinja às fronteiras ecológicas de sua comunidade. Como os guetos étnicos e raciais, essas comunidades constituem um paraíso de autodefesa e um lugar onde o indivíduo deslocado considera abertamente a linha em que se encontra como tão boa quanto qualquer outra. Mas, além disso, os desviantes sociais sentem amiúde que não são simplesmente iguais a, mas melhores do que os normais, e que a vida que levam é melhor do que a vivida pelas outras pessoas que, de outra forma, eles seriam. Os desviantes sociais também fornecem modelos de vida para os normais inquietos, obtendo não só sua simpatia mas também adeptos (GOFFMAN, 2008, 156).

Se a política de pacificação de favelas (UPP’s) originária da Colômbia permite vislumbrar um quadro com maior interação social, porém, assim, como o Projeto Cruzada keynesianista e lebreista, não escapa do fato de que “as relações de produção detêm o papel determinante [, visto que] elas traçam o

²²¹ Cláudia Pfeiffer (2012) apresenta, no entanto, algumas “possibilidades” virtuosas de simbiose salutar globalização e desenvolvimento local de parcerias públicas, privadas e comunitárias que podem ser eficazes na retomada do desenvolvimento humano nas zonas opacas da cidade. Acredito, no entanto, que o Shopping Leblon, não tem tido o desprendimento institucional adequado, como o observado no projeto da Vila Aliança relatado por Pfeiffer (ibid.), em que o líder comunitário, Samuca, é valorizado e ouvido na formulação de ações sociais pela entidade responsável por elas, o SESC/RJ.

campo do Estado e da ideologia, mas estes, por sua vez, estão presentes na formação e na reprodução daquelas relações (ARAUJO; TAPIA, 2011). E mesmo que a arte-resistência, ativismo e atividade criminosa exista em alto grau de efervescência, há que considerar que, como afirma Berman (1986), ser o capitalismo tão elástico, ao ponto de ser fortalecido com a própria crítica contrária. Tapia e Araújo, a partir, das ideias da fase pós-estruturalista *althusseriana* de Poulantzas (2011) afirmam sobre isso, que:

A relação de poder não é, entretanto, pensada como se houvesse, de um lado, os que possuem poder e, de outro, aqueles que não o possuem ou que dele estão excluídos. O poder funciona como um conjunto de dispositivos ou mecanismos que se disseminam por toda a sociedade, de modo que deles, nada, nem ninguém escapa. Isto significa que mesmo as lutas ou resistências contra o exercício do poder não lhe são de fato exteriores, ou seja, não podem ser vistas como ocorrendo em um outro lugar, fora dos aparelhos ou instituições onde o poder se cristaliza (ibid., 11).

No caso da Cruzada, algumas das esferas predominantes mais contra culturais ou hegemônicas (na qual incluímos o tráfico de drogas) citadas acima – o que significa que o neoliberalismo se espraiou pelo terceiro setor, como fica clarividente no caso de mais-valia social na filantropia empresarial do Shopping –, se reorganizam no ano de 2013. Segundo consta o relato de um informante privilegiado, a nova configuração no comando da Associação de Moradores, que tinha no portfólio de atividades principais atividades esportivas, técnico-informacionais (informática), comunicacionais e culturais passa a não ser, relativamente, mais anticordial com o tráfico e ao Centro Pastoral, como na última gestão. O ex-pastor Néelson, quando morador, presidente de um ONG local e presidente da Associação em 2009-10 tinha um projeto comunitário e político de ascética evangélica eletivamente mais afim a um capitalismo emancipatório (WEBER, 2001)²²², que esboçava uma radical divergência dos desígnios civilizatórios subalternizantes progressos– da Pastoral/Shopping (mais-valia social e visual) e do tráfico de drogas (subempregalização

²²² Sem querer aqui incorrer em romantização da comunidade neopentecostal brasileira a partir de apropriação mimética da datada obra de Weber sobre o protestantismo no contexto norte americano e europeu, já que é notória que as práticas efetivas de arrebanhamento parasita piramidal com lavagem cerebral para fidelizar com grandiloquência a clientela de “fiéis” em “investimentos materiais (bolsa espiritual), não parece se coadunar com as premissas históricas do protestantismo, que surge como reação ao clientelismo e corrupção moral-institucional inveterado da Igreja Romana na Idade Média.

criminosa). Minha presença ali na ONG como morador e na Associação como voluntário, em momento sensível que Nelson parecia acossado por diversos atores antagonistas a ele, apontava para uma tentativa de negociação ou reação à essas forças opostas – que, possivelmente, tinham interesse em conter o avanço de prestígio social desse líder comunitário no comando simultâneo de duas entidades relativamente contra-hegemônicas: a sua ONG e a Associação de Moradores. O que, em tese, aumentava o poder de barganha.

Segundo Ribeiro (1995) é comum além das mais recentes atuações da filantropia empresarial (no caso da Cruzada em parceria com o Estado e Centro Pastoral Local), as ONG's atuarem em conjunto com Associações Populares "(...) no vácuo deixado pelos poderes públicos no que tange ao enfrentamento da pobreza (...)" (1995)²²³. Já, segundo Randolph, uma das características das ONG's é, além de apontar para um planejamento comunicativo (1996) – o que tentei desenvolver por meio da ONG local com o projeto "Palavra Cruzada: a voz do Leblon" –, que possibilite uma democracia participativa radical em zonas espontâneas de produção de cultura, pelo foco na esfera da solidariedade e ação comunicativa (HABERMAS, 1987), a formação de lideranças comunitárias e emancipação da comunidades locais para consubstanciar processos reivindicatórios e integracionais.

O exposto acima é tanto verdade que, por meio da atuação social da ONG, o líder comunitário em questão chega a presidência da Associação de Moradores. As implicações políticas e simbólicas dessa convergência de poder do ex-pastor negro homossexual sincrético (mais que um representante da minoria composta pelos moradores da Cruzada somente) seria suficiente para disparar uma série de tensões microfísicas, da qual minha parceria com esse que se tornou o antropólogo nativo da pesquisa, seria uma tentativa de diálogo interdisciplinar com os diferentes agentes dos diferentes campos entre "cruzados" do local – pois eu era branco, católico da classe média,

²²³ Segundo Ribeiro (1995) o fortalecimento do terceiro setor com práticas-valores sociais (assistencialismo-filantropia-solidariedade-fraternidade, neoliberais acrescentaria) que integra as ONG's, Pastorais, Associações, Sindicatos Patronais e de profissionais liberais e Marketing Social está ligado também ao medo da violência que coloca a premência de uma união transversal pela sobrevivência individual para além de projetos políticos idiossincráticos, mas também pela formação de "redes de solidariedade diretas" (ibid., 8), que aponte para uma redução da demanda e expectativa do papel do Estado e menor invisibilidade social, que aponte para um desenvolvimento social.

formado em comunicação, o que não funcionou, na prática, justamente, por esse meu caráter, pelo menos, superficialmente exógeno e estrangeiro, já que eu realmente me senti atrelado ao lugar e considero ter sido vítima de preconceito racial por parte de muitos moradores – e oposição radical dos grupos civilizatórios políticos mais expressivos como o Tráfico, Shopping e Igreja, que mediante, funcionário e até o próprio presidente da Associação, temiam o suporte comunicacional que esboçava acordar com a ONG/Associação.

A unificação momentânea de atuação desses dois organismos sociais poderia apontar para o fomento de uma liderança transformadora, no caso o ex-pastor, o que teria sido um passo importante, no sentido *gramsciano*, de ação contra-hegemônica. No entanto, apesar de tê-lo orientado, até para que eu pudesse ter uma ocupação formal, e equanimemente equalizar suas energias empreendedoras entre a Associação e a ONG, ele optou por concentrar seu foco na primeira o que relegou a segunda, base política para chegar a presidência da Associação (e, provavelmente, também para se manter ativo ali por mais tempo), a um descaso organizacional financeiro e produtivo. Tal conjuntura vai levar a mesma a bancarrota, posteriormente, em função de ter concentrado seus esforços em um desastroso projeto de inclusão telecomunicativa para os moradores, cujo ônus das contas telefônicas ficava a cargo da ONG, que por sua vez, repassava os devidos valores discriminados de acordo com uso para os consorciados, que, em determinado apresentaram um alto índice inadimplência.

Cabe salientar que no começo de 2011, eu, enquanto arte-educador informal já parecia ter sido banido por completo do tabuleiro de xadrez desse jogo de palavras cruzadas que são os 10 blocos do Condomínio Cruzada e suas interfaces conflituosa da planificação estatal (e eclesiástico) com os movimentos sociais (e artísticos) (CASTELS, 2009). O projeto educacional do Shopping Leblon na Cruzada²²⁴, enquanto representante do capitalismo monopolista pós-moderno, – em que as empresas multinacionais relativizam o

²²⁴ Posteriormente a isso, em 2012, o shopping depois de mais de 5 anos de projeto Melhor Amigo saí de cena dessa arena discursiva civilizatória hegemônica do marketing social, papel que passa a ser substituído pelos projetos sociais do Consórcio da Linha 4 do Metro.

poder microfísico do Estado já mínimo, por razões desse movimento de reificação cultural disfarçado de contrapartida social através do seu Marketing –, acaba por interferir favoravelmente ou não ao entrecruzamento coercitivo e/ou consensual de grupos sociais distintos. Já que para fazer frente ou obter barganha com o poder institucionalizador do Shopping, só comparável em termos de credibilidade normativa ao da Igreja e do Estado, os demais atores são obrigados a dançarem conforme o jingle daquele. Afinal, parcelas significativas de domínio dos discursos identitários e práticas políticas sobre o Condomínio estão em jogo, passíveis de serem revertidas não somente em *status* social, mas também em dividendos bancários. No caso do Shopping, controle e marketing social se comutam para não comprometer a bolha física e psicológica de segurança dos clientes comerciantes e clientes compradores. A atuação social se torna assim mais um instrumento de gestão e recálculo do risco da externalidade de vizinhança²²⁵ provocada mais pelo estigma do que pela realidade social de pobreza e marginalidade local do Condomínio. Por isso a importância da “produção social da distância (BOURDIN, 2001, 14)” que não incentivem os moradores da Cruzada, mesmo sendo vizinhos imediatos, a não trabalharem e frequentarem o Shopping:

(...): é da proximidade que pode vir não o risco que se calcula, mas o risco permanente. Os distúrbios da vizinhança, a algazarra da esquina, a destruição programada de seu carro (...) são perigos que ameaçam sobretudo os espíritos. (...); os diversos distúrbios de vizinhança são do tipo de perigo que atinge diretamente teu ambiente próximo e conhecido, o que é um golpe radical à tua personalidade (ou à tua integridade física). Por o bairro só pode oscilar entre a perfeição – com o risco de instaurar os controles rigoroso do entre-si – e o drama (ibid., 121).

As perspectivas de ganhos com aluguel das lojas e taxas de administração do shopping são ancoradas gestalticamente na imagem, valor de marca e ações de mercado em escala multinacional: investidores, sócios e gestores (inter)nacionais da Aliance Shopping Centers – a joint-venture incorporadora, administradora e sócia-proprietária de shoppings sediada no

²²⁵ Para Bourdin, existe outras externalidades que são levadas em conta como critérios explícitos para escolha de localização de implementação de grandes empresas: “matéria econômica, acessibilidade e os custos (ibid., 2001, 159)”.

Brasil de capital aberto na BOVESPA. Mas, também na valorização do microterritório do Shopping em escala nacional/local, para a qual, o tipo e percepção de urbanidade no entorno, incide com efeitos diretos e simbólicos na procura pelo seu serviço e valor agregado do mesmo. Sobre isso, Dulong (1977) arremataria:

A relação da sociedade monopolista com a classe local é então múltipla por causa dessa diversidade. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento do capitalismo monopolista implica um novo tratamento do espaço, que altera os arranjos locais, exigindo novas formas de dominação/direção; e aliás trata-se de manter a coesão desse sistema como conjunto nacional, no mesmo momento que seus interesses de classe tornaram-se cada vez mais não-nacionais (ibid., 189).

Os supostos interesses filantrópicos da Igreja por meio de sua influência com o Estado entrecruzam-se também com o vizinho hegemônico, o Shopping, representante burguês dessa cadeia de discursos e poderes multidimensionais. Centro Pastoral e Shopping tem acenados com roupagem pós-keynesianista, no que tentam tapar os buracos de um Estado brasileiro subdesenvolvido em cumprir as promessas do bem-estar social de primeiro mundo. A atuação daqueles tem se dado prioritariamente através de projetos de educação básica complementar às políticas públicas do MEC e Prefeitura Municipal. Ambas atuam de forma politicamente correta de forma a extrair uma mais-valia social por meio de projetos de caráter comunitário. Que servem mais para agregar valor institucional as suas missões e marcas, do que modificar deveras o âmago da questão da segregação socioespacial e desigualdade socioeconômica.

Acossados, talvez, tem estado essa população excluídas de direitos e consumos, desde tempos ancestrais, quando as políticas públicas governamentais, eclesiásticas e, agora, empresariais passaram a se ocupar da reurbanização e recivilização do seu território. Sem considerar o repertório cotidiano de sua memória coletiva, no que implica um “esquecimento social – e mesmo “amnésia traumática social” (NEVES, 2003) – do tempo do seu lugar original, esses povos tem suas geopoéticas silenciadas (invisibilização) e baratinadas (deslocalização), respectivamente, a partir da desqualificação e

desmantelamento de seu *modus operandi* de viver e morar em favela²²⁶. Acreditamos que a ausculta participativa do saber e grupo local no planejamento territorial permite criar uma etnometodologia de apropriação do espaço passível de convertê-los, a sua maneira, de “degradados” à “luminosos” – mesmo que não exatamente à imagem e semelhança da cidade-luz, como querem os urbanistas radiosos. Mas passível de fazer brilhar, minimamente, as redes de relações biopotentes da copresença dos indivíduos em seu cotidiano local (re)inventado.

O embrião do shopping surge nos EUA pela estrutura e dinâmica cosmopolita e monopolista de verticalidade aglomerativa ou concentrada das atividades de produção e consumo - posteriormente, mais esta do que aquela -, combinado com o fenômeno urbano do surgimento do subúrbio e do automóvel e o inchaço populacional que criava novas demandas sociais e locacionais para a comercialização de bens e serviços cada vez mais tecnológicos (BIENENSTEIN, 2001). O que resulta em uma nova forma mercadejação do espaço urbana, em que o Shopping assume uma centralidade geoeconômica templária nas cidades. Além de se tornar a mola propulsora da engrenagem da acumulação e reprodução capitalista (capital monetário; produtivo e comercial) por criar e incentivar tendências sociais e demandas consumistas, onipresentemente, em consonância com uma temporalidade global produtivista (“*time is money*”). Neste sentido, o Shopping Universal do Reino do Meu tem se tornado um espaço estético, estrutural e funcional "(...) de criação de novas sociabilidades (modos de vida, de comportamento, atitudes, hábitos, relações sociais e uso cotidiano do espaço urbano (BIENENSTEIN, 2001, 53)", para além, das paróquias (IGREJA) e praças públicas (ESTADO).

A quase completa ausência de um componente sócio racial na condição de trabalhador ou cliente de um shopping de bairro, certamente, aponta para o caráter excludente e individualista, que tais empreendimentos arquitetônicos e comerciais, podem vir a ter. No Brasil, a inversão da equação público e privada no interior do Shopping com seu ilusionismo espacial de calculadora colorida

²²⁶ As durações de suas memórias coletivas tinham como anteparo material suas casas de favela para se manterem mais inertes (HALBAWACHS, 2004), apesar de que, mesmo sob essas condições, jamais impermanentes. Ou seja, mesmo que a favela da Praia do Pinto não tivesse sido removida e incendiada, ela também estaria hoje vivendo um franco processo de transformação socioespacial estimulada também por agentes externos.

fetichista, enquanto espaço privado vendido como público, em relação à rua, ao espaço público comprado como privado, é acompanhada de uma maior inibição social, de maneira a fazer dele uma extensão da sala de visita, mas onde as pessoas, reificadas, também só podem ser vistas como por uma vitrine. Em tempos de *commoditização* das mercadorias nas fábricas, em que a dimensão mágico-totêmica (ROCHA, 1995) do consumo passa a ser decisiva para criar identidades pós-produtivos e necessidade sacrificiais conspícuas, como ocorre no fenômeno da obsolescência programada, o Shopping se tornou “a fantástica fábrica de chocolate” – mesmo que a gente saiba que àquelas gotas de estalactites de chocolate caindo como água na boca em quiosques de venda da iguaria de cacau, não sejam produzidas ali de fato.

5 SHOPPING DE CRISTAL X CONDOMÍNIO DE PAPELÃO: Análise da percepção urbana do ambiente construído relacional do Condomínio Cruzada São Sebastião

Figura 12 – Infográfico/Mapa das vias do Jardim de Alah (Divisa de Ipanema com Leblon).



Fonte: G1/Google Maps (Disponível em <http://extra.globo.com/casos-de-policia/rio-tem-15-guerras-de-quadrilhas-rivais-em-21-bairros-da-cidade-81-dias-das-olimpiadas-19312324.html#ixzz48pyM1FPs>, acesso em 08/12/2017).

Após a construção do pós-modernista do Shopping Leblon em 2006 em área frontalmente vicinal ao condomínio social modernista construído nomeado Condomínio Cruzada São Sebastião (1955), se torna mister analisar o seu ambiente construído “relacional” – cujo sítio original é composto também pela Igreja Santos Anjos. A investigação de percepção urbana multimodal aponta, preliminarmente, na escala da vizinhança comezinha de quarteirão, para incremento da mais-valia visual entre os ambientes construídos temporal e arquitetonicamente distintos, aguçando o contraste socioeconômico e o distanciamento simbólico e cultural do ambiente vivido dos moradores da Cruzada em relação aos demais do Leblon, em interdependência com a já histórica estigmatização do local e moradores. É na escala da vizinhança esporádica interbairros, que se percebe um processo de negativização de outra natureza: o da invisibilização social em homeostase com a visual.

A partir das características morfológicas (estética e estrutura) e representacionais (função)²²⁷ dos ambientes construídos, se espera aqui

²²⁷ Vide textos teóricos sobre o assunto no artigo “Avaliação da qualidade de projetos – uma abordagem perceptiva e cognitiva” (LAY; REIS, 2006).

inventariar o grau de co-relação entre os problemas de orientação espacial da arquitetura modernista – como aponta Trancik (1986) – presente em alguns dos seus aspectos no Condomínio Cruzada (Leblon, Rio de Janeiro, 1955) – e a tendência de baixos níveis de satisfação residencial. Como o ambiente construído estrutura e é estruturado comportamentalmente pelos padrões de comportamento humano – motivação, percepção e cognição (LANG, 1974) – no ambiente vivido em uma espécie de “habitus social ambiental”, a aplicação do instrumental analítico da abordagem perceptiva cognitiva e espaço-comportamental do campo de Estudos Comportamento-Ambiente que serve para apresentar interferências conjecturais sobre a qualidade urbana do “ambiente construído relacional” – no sentido de ambiente construído em relação ao conjunto da área e em relação ao ambiente vivido. No caso aqui aplicado ao Condomínio Cruzada São Sebastião²²⁸ (Projeto Cruzada de remoção de favelas), Igreja Santos Anjos e Shopping Leblon (Rio de Janeiro).

Figura 13 – Vista panorâmica solar no Leblon (Bloco 10). Ao centro, a Igreja Santos Anjos.



Fonte: Artetutura e Humanismo

Este último agente patrimonial e empresarial representa uma nova temporalidade e *práxis* econômica, a da hipermodernidade e do capitalismo artístico ou hiperbólico ou excrescentemente estético-vitrinístico, a partir da dessacralização da arte e reencamentamento do mundo com a subjetividade das ferramentas marketing, moda e indústria cultural (LIPOVETSKY; SERROY, 2015). O que, provavelmente, tende contrastivamente em submeter, com maior grandiloquência estética e “mais-valia arquitetônica” o prédio modernista da

²²⁸ Conjunto de prédios de 10 blocos com mais de 3000 pessoas. Vide fotografia panorâmica ao final do artigo.

Cruzada em relação ao seu contexto espaço-temporal, pelo menos, no caso dos moradores adjacentes da área e frequentadores contumazes do Shopping Leblon. Mas também, nas demais escalas de uso do bairro, parecem haver uma tendência à invisibilização social em função da invisibilização arquitetônica não somente pela questão de partido arquitetônico, mas, também, da volumetria. Já que mais de quase 35%²²⁹ da área de fachada construída da Cruzada perde indevassabilidade, em virtude do tamanho e posição do Shopping em relação à sua planta. O processo de invisibilização social teria, destarte, na visualidade estética e estrutural um aliado poderoso em alguns casos de moradores do Rio, a depender em ambos os casos do grau de vizinhança e utilização da área analisada.

Em uma escala relacional de quarteirão, no entanto, parece ser inegável a já citada tendência de aguçamento da estigmatização da imagem estética e social modernista de habitação social em função do seu caducamento temporal e arquitetônico, em relação aos demais ambientes construídos relacionais do Leblon. Nesse sentido, cabe concordar com Halbawachs (2004), no tocante às correntes de pensamento social, que por mais que, sempre heraclitianamente dinâmicas e irreversíveis (BERGSON, 2015), tendem a imitar a matéria inerte, sendo o contrário também é possível. No que permite afirmar que os diferentes tipos de mais-valia do contexto econômico e social, tendem a ser perpetuados na disposição arquitetônica e antropológica do espaço urbano – como no caso da expressão “áreas marginais” e “zonas degradadas” que parecem reforçar a noção de Park (1967) de que gueto são morais. Sem desconsiderar a possibilidade de pregnância visual (Gestalt), é possível afirmar que há um diálogo contrastivo e conflitual estético²³⁰, — também, poético, como nos lembra Bachelard (2008), velado ou explícito entre casas, prédios, ruas, bairros

²²⁹ Valor aproximado. Este número chega a mais ou menos o dobro se considerar que me vários ângulos da Avenida Borges de Medeiros no Jardim de Alá, os muros dos Clubes do quarteirão fronteiriço impossibilitam a mirrada em vários ângulos do condomínio, mormente, para os pedestres.

²³⁰ Em uma perspectiva em que ambiente construído e vivido se comutam é possível afirmar que essa conflitualidade ocorre também em espaços homogêneos e planejados, mais harmonioso visualmente, seja através de diferenças sutis macro, micro e extra arquitetônicas como descentralização da periferia, diferenças sutis entre residência (a cor da pintura da casas, o cuidado com a calçada) e o estilo de vida da família.

na cidade, que tendem a reproduzir a lutas de classes sociais, raças, regiões, ideologias e estilos de vida.

No meio do caminho tinha um Shopping “Global”²³¹ (e uma Igreja Neogótica)

As pedras, no entanto, por representarem a eternidade simbolicamente, haja vista que estão reféns da ação do tempo como todos os outros seres de origem não mineral, podem se tornar sagradas (maná) e preciosas, (*status* social). Essa é uma cápsula a história da Igreja Santos Anjos e do Shopping Leblon vicinais ao Condomínio Cruzada, que foi construído, onde antes havia um grande sedimento rochoso, respectivamente, o primeiro e o último edifício a ficarem pronto no quarteirão microcosmo do mundo desse ambiente construído relacional analisado. Esse enquadramento dos prédios permite analisá-los agora como figuras eminentes vivas em relação visual e simbólica geradora de uma estética, estrutura e usos totais. Por muito tempo a Igreja extraíra a mais-valia filantrópica dos moradores ao tentar escamotear a luta de classes entre os despossuídos e patrimonialistas, por meio de uma doutrina assistencialista, no que permite a ela recapitalizar a pobreza, dessa vez, mediante seu papel missionário em benefício de sua imagem institucional – e do prédio da Cruzada, que nesse sentido, é um *shopping center* social. A partir de 2006, a esse fenômeno vai se somar o aguçamento da mais valia arquitetônica – que é originária da mais-valia subjacente à reprodução do conflito de classes, na morfologia de prédios e cidades. Por meio da inserção loquaz do quarteirão na “hipermodernidade” global (LIPOVETSKY; SERROY, 2015) através do prédio do Shopping pós-modernista, a modernidade do prédio modernista da Cruzada é submetida a um por efeito contrastividade temporal estético-arquitetônico gerador de maior degradação simbólica do local. Nesse sentido, a

²³¹ “(...) os perfis ambivalentes das modernidade globalizada, (...) nos limiares e nas passagens entre mundos distintos, entre universos empobrecidos da periferia e shoppings centers e os lugares prestigiosos de consumo e lazer, os baixos empregos do terciário moderno e os circuitos do trabalho precários que tangenciam os fluxos de riqueza plasmados pelo espaço urbano. São esses limiares [que no caso aqui apresentado é muito estreito] que precisam ser bem compreendidos e bem situados, pois é aqui que vai se armando uma teia de relações (e tensões) que escapa de definições modelares ditas de exclusão e segregação urbana (CABANES; TELLES, 2006, 20)”.

arquitetura/sociedade modernista é abalada pela crítica artística (estética) e social (funcional) da chamada “pós-modernista”:

(...). O paradigma funcionalista aplicado à cidade, cujo arremate é a Carta de Atenas, concretizou-se, depois da 2ª Guerra Mundial, nos grandes conjuntos habitacionais geométricos, cidades-dormitórios, torres e blocos habitacionais, marcados pelo anonimato, a homogeneidade fria, a feiura triste. As “renovações-trator”, aplicando ao urbanismo os princípios tayloristas-fordistas do mundo industrial, não fizeram nada mais que criar, com seu planejamento urbano, sua especialização funcional do espaço, seu zoneamento monofuncional, uma paisagem de subúrbios “desumanizados” e sinistros. (...) a estetização do ambiente doméstico, durante todo esse período, permaneceu bastante limitada nas camadas inferiores da pirâmide social. (...) Um sistema dicotômico insuperável opondo estilo e indústria, arte e produção de massa, vanguarda e pacotilha *kitsch* (SERROY; LIPOVETSKY, 2015, 25-6).

Modernidade Pós-Moderna (Hipermodernidade)

Apesar do termo pós-modernidade ser ubíquo no discurso sobre a contemporaneidade, David Harvey que escreveu “A Condição Pós-Moderna” (2013) tenta mais considera-lo como fenômeno cultural mais superficial-discursivo do que radical-transformativo –, a repercutir o miraculoso eco reflexivo da sua metonímica de espelhos, do que como conjunto de ideias mais ou menos coesos. Nesse sentido sustenta a seguinte tese:

Vem ocorrendo uma mudança abissal nas práticas socioculturais, bem como político-econômicas, desde mais ou menos 1972. Essa mudança abissal está vinculada a emergência de novas maneiras dominantes pelas quais experimentamos o tempo e o espaço. Embora a simultaneidade nas dimensões mutantes do tempo e do espaço não seja prova de conexão necessária ou causal, podem-se aduzir bases *a priori* em favor da proposição de que há algum tipo de relação necessária entre a ascensão de formas culturais pós-modernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de "compressão do tempo-espaço" na organização do capitalismo. Mas essas mudanças, quando confrontadas com as regras básicas de acumulação capitalista, mostram-se mais como transformações da aparenta superficial do que como sinais do surgimento de alguma sociedade pós-capitalista ou mesmo pós-industrial inteiramente nova (ibid., 8).

Teixeira Coelho acrescentaria que: “Quem usou a palavra pela primeira vez, que realidade história ela recobre: as respostas a essas duas questões são quase tantas quantos forem os que tentarem respondê-las. E a visão clara do quadro se torna ainda mais embaçada pelo jogo das vaidades ou das ignorâncias (ibid., 1986, 58)”. Ambos, no entanto, apontam a vinculação

etiológica do conceito ao de pós-industrial (Revolução Industrial do século XIX) e pós-estruturalismo (relativo ao caráter descontínuo) (ibid.) e o “ismo” do pós-moderno. Segundo Lipovetsky e Serroy (2015), apesar do sensacionalismo hiperbólico e espetacular dessa nova fase da modernidade reflexiva instrumental e estética artística, não haveria ruptura ou negação ideológica com a racionalidade instrumental moderna entre elas implícito ao prefixo “pós” (o que contraria até mesmo o sentido do pós-estruturalismo e suas descontinuidades), mas um aprofundamento – no que revela, mais uma vez a elasticidade do sistema capitalista (BERMAN, 1986) – já que:

(...) estamos num novo ciclo marcado por uma relativa desdiferenciação das esferas econômicas e estéticas, pela desregulamentação das distinções entre econômico e o estético, a indústria e o estilo, a moda e a arte, o divertimento e o cultural, o comercial e o criativo, a cultura de massa e a alta cultura: doravante, nas economias da hipermodernidade essas esferas se hibridizam, se misturam se curto circuitam, se interpenetram. Uma lógica de desdiferenciação que é menos pós-moderna do que hipermoderna, a tal ponto se inscreve na dinâmica de fundos de economia modernas que se caracterizavam pela otimização dos resultados e pelo cálculo sistemático dos custos e benefícios (SERROY; LIPOVETSKY, 2015, 15).

Essa definição de conceito de “hipermodernidade” é mais afinada a este trabalho, por considerar nodal o caráter descontínuo fragmentado e não meramente dialético-marxista da história como em Foucault (2007) incompatível com marcação temporal rígida (“pré” e “pós”) de formação histórica de uma episteme disciplinar já que ela se dá por meio de trocas/fusões enunciativas e discursivas associativistas (aglutinativas/justapositivas) e contrapositivas. Posto isso, não será possível se furta a lidar com o termo “pós-modernidade” aqui, visto que esse termo implica em diferenças ideológicas discursivas entre os conceitos de “modernidade” que marcam época dentro dos diversos campos epistêmicos de atuação, do artístico ao científico. E por isso, foram utilizados por autores defensores e críticos do período que ele supostamente representa e as transformações que seus processos históricos acarretaram. Mormente, quando nos referirmos à arquitetura (ideologia) estruturante (estruturada) do prédio funcionalista da Cruzada em relação estética/espaço comportamental/funcional

do Shopping. Sobre as polifônicas tentativas de explicar as transformações trazidas pela modernidade pós-moderna (hipermoderna) na arte, arquitetura e ciência, a seguinte passagem é bastante deselucidativa:

Mais positivamente, os editores da revista de arquitetura PRECIS 6 (1987, 7-24) vêem o pós-modernismo como legítima reação à "monotonia" da visão de mundo do modernismo universal. "Geralmente percebido como positivista, tecnocêntrico e racionalista, o modernismo universal tem sido identificado com a crença no progresso linear, nas verdades absolutas, no planejamento racional de ordens sociais ideais, e com a padronização do conhecimento e da produção." O pós-moderno, em contraste, privilegia "a heterogeneidade e a diferença como forças libertadoras na redefinição do discurso cultural". A fragmentação, a indeterminação e a intensa desconfiança de todos os discursos universais ou (para usar um termo favorito) "totalizantes" são o marco do pensamento pós-moderno. A redescoberta do pragmatismo na filosofia (p. ex., Rorty, 1979), a mudança de ideias sobre a filosofia da ciência promovida por Kuhn (1962) e Feyerabend (1975), a ênfase foucaultiana na descontinuidade e na diferença na história e a primazia dada por ele a "correlações polimorfas em vez da casualidade simples ou complexa", novos desenvolvimentos na matemática - acentuando a indeterminação (a teoria da catástrofe e do caos, a geometria dos fractais) - , o ressurgimento da preocupação, na ética, na política e na antropologia, com a validade e a dignidade do "outro" - tudo isso indica uma ampla e profunda mudança na "estrutura do sentimento". O que há em comum nesses exemplos é a rejeição das "metanarrativas" (interpretações teóricas de larga escala pretensamente de aplicação universal), (...) (HARVERY, 2013, 19).

Mais-Valia Arquitetônica (Contraste e conflito estético visual paratático entre o Shopping de Cristal, Torre de Marfim e Condomínio de Papelão)

Figura 14, 15 e 16 – Imagens da Santíssima Trindade do Leblon: Shopping, o Bloco 1 da Cruzada, visto da ponte provisória sob o Jardim de Alah e a Igreja Santos Anjos.



Fonte: Artetutura e Humanismo

Em relação à arquitetura a pós-modernidade seria, especificamente, seria aquela corrente, que a despeito da heterogeneidade de propostas filosóficas e urbanísticas, que teriam unanimemente decretado a falência do

modelo internacionalista funcionalista da arquitetura moderna com seus campos de concentração (COELHO, 1986) – como a Cruzada e aqui está o sentido do processo que descrevo como “apartamentheidização” moral (apartheid moral em apartamento), ou mesmo a versão brasileira da cidade radiosa de Le Corbusier, Brasília. Como morei nas duas, ambas influenciadas pelo mesmo ímpeto modernista universal, poderia dizer que no “campo de concentração” de Brasília há de fato mais qualidade de vida visível do que no da Cruzada, onde a proximidade dos prédios e ausência de vista de natureza, implicou em uma estética de instituição total mortificante do eu – já que a ressignificação simbólica do espaço através do híbrido condomínio-comunidade é que permite antídoto contra a desorientação espacial causada pelo excesso de ordem estrutural sem estímulo estético para quem está acostumado a pseudo-caos ou ordem socioespacial menos cartesiana da favela.

Porém é evidente que Brasília suscita um pseudoplanejamento capaz de explicitar contrastivamente a desordem urbanística sócio segregadora subjacente de forma mais clarividente no contexto da favela carioca, que não é desprovido de alguma ordem sócio arquitetônica legível, apesar do aspecto historicamente estigmatizado da favela assim suscitar. O que, por conseguinte, permite conceber essa configuração como pertencente a categoria de fenômenos que chamo de pseudocaos, até porque a ideologia social do “tudojuntocomfarofa” se revela no pseudoplanejamento do urbanismo dos prédios sem nenhum distanciamento edilício em Copacabana e Centro²³² (“favela de prédios”²³³) – lembro que as favelas *ipsi literis* de Copa surgiu

²³² Em função dessa estrutura de prédios coletivizados, que é talvez, anterior ao fenômeno da favela, e não restrita à configuração urbana carioca, a queda do Edifício Liberdade na Cinelândia em 2011, resultou em efeito dominó com mais dois prédios vizinhos que tombaram devido a esse sufocamento claustrofóbico interpredial. Até que ponto a favela não segue também modelo de aglomeração urbana do espaço urbano legal e vice-versa?

²³³ Tal morfologia urbana com saturação de prédios, muitas vezes, contíguos uns aos outros não é privilégio de bairros nobres, apesar de haver aqui maior rigor da fiscalização legal e denunciativa das obras pelo Estado e CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), respectivamente. Também é patente em áreas alocêntricas, como por exemplo, o Morro do Muzema, Favela do Rio das Pedras e Terreirão Pontal (todas na Zona Oeste do Rio), em que empreitadas edilícias com obras irregulares, escrituras provisórias (certificado de posse pela Associação de Moradores) terrenos grilados, crimes ambientais e serviços pagos (TV a cabo; gás; ...) controlados por milicianos –, esta essas passíveis de desmorações “naturais” pelo

depois da de prédios e nos seus fundos, promovida por pedreiros que trabalharam nas obras das construtoras que atuavam no bairro (VALLADARES, 2005). Da mesma forma que a planejada Brasília, apesar de embevecida por tantas correntes epistemológicas científicas (racionalismo, iluminista, positivista, funcionalista, construtivista, futurista, produtivismo e cartesianismo) não consegue conter as invariantes lineares do espectro vital social e tem hoje seu espectro histórico “lameado” por conteúdos entrópicos e distópicos, que, nas bordas do projeto original, aparece de maneira incontrollável. No que revela a perversidade e ingenuidade do projeto. O saber local desconsiderado pela estética elitista ascética²³⁴ da máquina de morar, passou a patola por cima das memórias coletivas e espaços cotidianos como ocorreu na construção da Cruzada (em relação à favelidade dos moradores) e Brasília (em relação a ruralidade dos sertanejos) é o que sobra na favela carioca²³⁵. Holanda (2010) aponta para a criação de uma zona de exceção na capital federal por haver pouco “espaço” (político) para ambíguas exceções como multiescalaridade (monumental/gregária), gestaltismo (dentro/fora), diversidade social (pobre/rico). Nesse sentido, as pré-modernistas favelas estão mais próximas da massificante hiperbólica arquitetura pós-modernistas²³⁶, que entre muitos vetores, como a heterogeneidade eclética de estilos – o que também ocorreu na modernidade com o chamado ecletismo paulista –, valoriza:

diletantismo construtivo das edificações e demolições públicas, por ação preventiva de acidentes.

²³⁴ Interessante notar que o Condomínio Cruzada apesar de ser oriundo esteticamente do internacionalismo moderno protestante capitalista, que elege a salvação pelas obras funcionais como forma de abnegação estética, foi construído pela Igreja Católica, que, inclusive, vez uma oposição demagógica ao líder comunitário protestante quando esse assumiu a Associação de Moradores.

²³⁵ Meu objetivo não é equiparar um Conjunto Habitacional de interesse social Cruzada no Rio de Janeiro ao Conjunto Habitacional de interesse comercial do Plano Piloto em Brasília, ambos contemporâneo histórico e ideologicamente da época e corrente funcionalista – o ano de início das obras da Cruzada (1955) coincide com o ano de eleição de J.K.. Somente apontar para o parentesco primal (um rico e outro pobre, no tocante as diferenças crucias de qualidade urbanas formais, funcionais e estruturais) do mesmo esforço e utopia de (so)ci(e)dade futurista e mais justa.

²³⁶ São várias as tipologias: *Camp*, *High Tech*, Neo-ecletismo, hiper-realismo,... (COELHO, 1986).

No lugar do internacionalismo, sustentado pela arquitetura da linha reta supostamente funcional, o *recurso às formas locais*, em sua ampla especificidade e diversidade. Estão aqui dois dos grandes ingredientes do pós-modernismo: a recusa do funcional, filho do mito moderno da ciência e da tecnologia (...) e o recurso ao estoque cultural encontrável na história (fim da obsessão com o novo) (ibid., 70).

Um outro aspecto, associado a esses pois que permite o ecletismo e citação nativa ou não ao ambiente, seria o caráter decomposicional paratático que permite “dispor, lado a lado [justa-posição], blocos de significação sem que fique explícita a relação que os une (...) (ibid., 103), em que a compatibilidade entre eles é pressentida, mas não aferida em termos práticos. No que se tem que: “a significação final resultará desse processo de coordenação e será necessariamente maior do que a simples soma mecânica que se possa fazer entre os blocos (ibid.)”²³⁷.

O Shopping Leblon (pós-modernista) com seus limpadores de vitrais voadores, a Igreja Santos Anjos (pós-neogótico²³⁸) com seus coroinhas a badalar seus sinos em torres celestiais neogóticas e a Cruzada (funcionalista) com seus moradores caídos de paraquedas no varal-sacada de um prédio blocado, “romanescamente” funcionalista, são parataticamente pós-modernos

²³⁷ Um exemplo desse tipo de estética caleidoscópica pós-moderna é o Museu MAR no bairro da Saúde, Rio de Janeiro, cujo sítio arquitetônico é composto por duas construções com níveis diferentes de preservação histórica e ressignificação estética (o eclético Palacete Dom João e o modernista prédio da Polícia Civil e Rodoviária do Rio), que entraram literalmente na onda pós-modernista: há uma “estrutura” ondulação estética de concreto estilizada no terraço e um túnel corredor funcional, no fundo do prédio, em um dos andares intermediários que interconecta de forma visível estruturalmente as edificações. Abordagem essa que também tem estatuto expressivo (interface entre estético/funcional/experiencial) como defende Levi (1974): essa forma remete as ondas do “mar”, que dão nome a sigla que significa Museu de Arte do Rio, além de, ao meu ver, ter uma menção subliminar: a famigerada ou famosa, laje das favelas, que por sua vez também são paratáticas. Coincidência ou não, o fato é que a exposição fixa debaixo dos pilotis é sobre favela (Projeto Morrinho de Cirilan de Oliveira). Uma outra iniciativa digna de nota é a do Centro Cultural Tread” Toshiko Mori e Jordan Mc Tavish em Sinthian, Senegal, em que um esforço recombinação parecido permitiu uma simbiose harmoniosa entre estilos (partidos) arquitetônicos diferentes com uso de materiais como bambu, palha, barro e concreto por meio do moderno processo de parametrização.

²³⁸ O movimento arquitetônico revivalista intitulado neogótico durou somente até o início do século XX e pode ser considerado também uma sub-escola do ecletismo. A fachada da Igreja Santos Anjos já é da segunda metade do século XX (pós-neogótico), mas aponta para o sentido estético do verticalismo (torre) e iluminação (vitrôs) gótica. Mas por seus vidros e suas torres serem em formato quadrangular, não pode ser contemplada como um projeto de pura inspiração neogótica, no que para isso, deveria observar a integralidade deste descritivo: “(...) verticalismo dos edifícios; utilização de arcos de volta quebra - arcos ogivais; janelas predominantes - vitrais; paredes mais leves e finas; contrafortes em menor número; torres ornadas por rosáceas; consolidação dos arcos feita por abóbadas de arcos cruzados ou de ogivas; abóbada de nervuras (disponível em <https://www.patrimonioneogotico.com/neogotico>, acesso em 09/04/2019)”.

(COELHO, 1986) se tomados em conjunto relacional sinérgico. O Shopping construído em 2006²³⁹ – em contraposição a já cinquentenária Cruzada e a Igreja – pode ser enquadrado como pos-moderno por ter sido construído na era da globalização neoliberal, quando o edifício teórico que sustentava a modernidade com suas meta-narrativas ruiu. Em relação aos elementos e opções estéticas na arquitetura externa, interna e design de interiores, a diversidade de citação de motivos estilísticos distintos contemporâneos e clássico-modernos nacionais e internacionais é considerável:

A arquitetura foi planejada para conceber um lugar agradável para quem quer, além de fazer compras, passear. Já na entrada, os traços contemporâneos e a inovadora utilização de vidro estrutural, com vigas curvas, nas escadas rolantes e pisos, criam um espaço moderno e sofisticado. Nos lounges das praças internas, é difícil resistir aos confortáveis móveis, inspirados em Le Corbusier, Philippe Starck Saarinen e Florence Knoll, e a clássicos brasileiros, como cadeiras de Sérgio Rodrigues e Carlos Motta e cerâmicas de Svenja Kalteich (<http://www.renta.com.br/ademi/shoppingleblon.html>, acesso em 18/06/2015).

O componente paratático aparece também, como no caso do Museu Mar, no ambiente construído relacional. Por estar ladeado pela sua antítese moderna e vernacular (apesar de construído nos anos 50) que a sustenta através do contraste e conflito da **mais-valia arquitetônica** que o deixa ainda mais hiperbólico esteticamente, do que já em suas contradições paratáticas polifônicas. Esse efeito pode ser justificado por uma das leis da Gestalt, que defende que a **segregação ou desigualdade de estímulo, gera enviesamento hierárquico da ordem de leitura, bem como separação de unidades por forma, dimensão e posição.** Como ambiente construído são também **signos comunicacionais morais de classe, raça, status e credo, a estética contrastiva e conflitual entre as três edificações elencadas, mesmo que seja os ângulos que permitam a ver sincronicamente, criam 3 temporalidades morais distintas no mesmo quarteirão: o do Shopping pós-modernista associado imagética e**

²³⁹ “O Shopping Leblon, o maior empreendimento comercial dos últimos 25 anos na Zona Sul carioca, está inserido em malha urbana consolidada, terreno rochoso, com limitações legais relevantes e um programa de projeto complexo, composto de um shopping, um edifício comercial Triple A, um teatro para 1000 lugares e um centro cultural (disponível em <http://www.renta.com.br/ademi/shoppingleblon.html>, acesso em 18/06/2015)”.

estigmatizadamente aos ricos, brancos, letrados e consumistas-hedonistas; a Igreja católica paulina pós-gótica, associada aos ricos, brancos, letrados e católicos e o conjunto habitacional social modernista, a pobres, negros, iletrados e protestantes. Aqui é interessante notar que: a associação eletiva entre a economia da forma no funcionalismo de capitais no capitalismo e do consumo no ascetismo protestante coincidem com o fato de muitos moradores terem, apesar da origem católica, se convertidos em protestantes na Cruzada. Bem como um ex-pastor ter se tornado líder comunitário/presidente da Associação de Moradores. Essas categorias, no entanto, não são estanques, mas interseccionadas e ambíguas, no campo da prática social, propriamente.

O que não impede de, enquanto elementos de discursos e enunciados sobre o lugar e seu endereço serem reveladoras da percepção, cognição e comportamento espacial a partir da dialogicidade dos atributos morfológicas e representacionais desse ambiente construído e vivido relacional em questão. Nesse sentido, apesar do Shopping ser parceiro da Igreja em iniciativas pedagógicas como o Projeto Aluno Nota 10 nas Escolas Santos Anjos e pagar uma indenização de R\$ 5000 reais mensais, pelos impactos ambientais causadas pela sua construção, para a Associação de Moradores da Cruzada, é evidente que, pelo menos, arquitetônica-esteticamente e discursiva-ideologicamente ele apresenta uma nova mentalidade e temporalidade. Trata-se do consumismo hedonista/capitalismo hipermoderno ou transéstético, que longe, de excluir as demais que, as incluiu, subvertendo suas durações e valores, e capitalizando-os em sua máquina de registrar compras e vender no interior da Igreja Universal do Reino das Grifes:

(...) com o novo capitalismo, que se define por um sistema de legitimidade diametralmente oposto, centrado na valorização das fruições materiais, no hedonismo do bem-estar, do divertimento e do lazer. Neste caso, a justificação fundamental do capitalismo artista é a elevação perpétua do nível da vida, o bem-estar para todos, as satisfações incessantemente renovadas, a perspectiva de uma vida bela e excitante. Assim, um sistema de justificação moral foi substituído por uma legitimação de tipo estético, (...). A ideologia do bem-estar consumista não foi construída em resposta às rejeições a modernidade desumanizante [“crítica artística”], mas pelo desenvolvimento de um modelo individualista, materialista e mercantil do ideal democrático da felicidade [direitos humanos] (SERROY; LIPOVETSKY, 2015, 125-6).

Mas apesar sugestionalidade retórica de *Hipermodernidade democrática*²⁴⁰ *individualista*²⁴¹ que, na verdade, transforma os cidadãos do extinto e falido Estado de Bem-Estar Social em consumidores é evidente que nem todos os indivíduos têm acesso a esse templo do capitalismo artístico. Ou seja: o consumo das grandes marcas é somente visual platônico. O que estimula a pulverização de marcas falsificadas e imitações de originais como Nike que fazem literalmente, com direito a *hair design* coma insígnia da marca, a cabeça de muitas crianças carentes. Mas também pelas portas dos fundos, o que estimula crimes de furtos cometidos pelo impulso cleptomaniaco (SERROY; LIPOVETSKY, 2015) de fazer parte como *flanneur* ou flanelinha dessa “demo”cracia vitrinística azeitada também pela máquina publicitária²⁴², independente de fazer parte do ritual de sacrifício do consumo (MILLER, 2002):

(...) a arte da vitrine constitui um formidável instrumento da nova economia do desejo: reduzindo a relação táctil com as coisas mas intensificando a relação visual, elas

²⁴⁰ A democracia também é relativa também a valorização de muitos gêneros que antes eram tratados como subgêneros e temas, mediados por um artista livre e soberano (SERROY; LIPOVETSKY, 2015).

²⁴¹ “O regime hiperindividualista de consumo que se expande é menos estatutário do que experiencial, hedonista, emocional, em outras palavras, estético: o que importa agora é sentir, viver momentos de prazer, de descoberta ou evasão, não estar em conformidade com códigos de representação social (SERROY; LIPOVETSKY, 2015, 30)”.

²⁴² Como os produtos tendem a se homogeneizar demais pelos seus atributos tecnológicos, é a capacidade de agregar valor simbólico ao mesmo que será o grande diferencial dos produtos (MARTINS, 1997). A retórica publicitária transforma produtos impessoais indiferenciados do mundo da produção mágico-totemicamente em produtos humanizados personalizados no mundo do consumo com valores eternos, capaz de aferir determinado tipo de *status* social ao consumidor real do mesmo (ROCHA; 1995). No que revela que a operação de reencantamento do mundo através do tempo circular da propaganda permite suspender as contradições sociais do universo da produção e transpô-la para as do universo do consumo. Um efeito e metáfora desse processo de diferenciação simbólica das marcas é que o conflito entre patrão capitalista e empregado sindicalizado se transmutou no duelo entre consumidor ludibriado e atendente. Uma metáfora disso é o aumento dos Serviços de Atendimento ao Consumidor (telemarketing) com suas plataformas de atendimento (P.A’s), verdadeiras linhas de montagem de atendimento, incapazes de sustentar o laureado padrão ISO de imagética surreal do universo mágico-totêmico e hiperbólico da propaganda das marcas: A ética estética hipermoderna se mostra impotente para criar uma existência reconciliada e harmoniosa: nós a sonhamos voltada para a beleza, e ela é voltada para a competição (SERROY; LIPOVETSKY, 2015, 33)”. Cabe, no entanto, ressaltar que a moda e *design* de produtos, mesmo funcionalista, não pode ser reduzido a esse papel de classificador social, apesar de ter se prestado a criar produtos elitistas de alta costura e alto padrão, mormente, nos anos de 1950-89, vez que permitiram apontar para a individualização e destradicionalização da cultura capitalista purista rumo a arte realização da criação, que depois, resvalaria na revolução estética do cotidiano (ibid.).

transformaram os passantes em olhadores compulsivos, promoveram o imaginário da sociedade de consumo nascente, propagaram as visões da “vida bela” por meio de sonhos de paraíso materialista (SERROY; LIPOVETSKY, 2015, 141).

Figura 17: Pobreza iminente = Segurança Reforçada: Guarda municipal “vigia” presentes fictícios no Natal do Shopping Leblon, que conta também com guarda patrimonial própria.



Fonte: Artetutura e Humanismo

Em pesquisa diletante com uso da ferramenta do mapa comportamental (abordagem ecológica) que realizei no interior do Rio Design no Leblon em plena tarde de domingo (por cerca de 2 horas), vizinho ao Shopping Leblon, percebi mais brancos animais de estimação, do que os negros moradores da Cruzada. O que me fez pensar que o excedente da classe média alta e rica, poderia servir para comprar muitas cestas básicas em detrimento das rações vitaminadas para cães e gatos. No Shopping Leblon, em aproximadamente 2 horas que estive por lá nesse mesmo domingo, encontrei apenas uma moradora, justamente é que tem mais alto grau de instrução escolar no Condomínio. Além de um adolescente negro, possível morador, deslocado, mexendo no celular no corredor da área de entretenimento, que liga o acesso a praça de alimentação.

Apesar de não serem proibidos de entrar parece óbvio que o ambiente gigantista, espetacular (cinema) e hiperbólico, bem como o tipo afinado de roupas dos frequentadores e lojistas – apesar de ser comum um despojamento em Shoppings próximo a orla, – e o *timing-blazé* de suas durações contrasta também com o *hábito(u)s sociais prevaescentes* nas dinâmicas socioculturais da Cruzada. Há ainda o risco de que, mesmo que não se compre nada e vá somente passear pelo parque de diversões visuais que é o Shopping, o

indivíduo seja vítima de estigmatização e preconceito velado, implícito a um olhar panóptico da segurança internalizado na mente (FOUCAULT, 1997) de negros e negros acostumados a ser considerados ameaças por causa da cor da pele associada à marginalidade, pobreza e maus hábitos sociais. A mais-valia arquitetônica é parte do processo macro de mais-valia, que se revela também no plano identitário social para além das diferenças hierárquicas entre cidades, mas também dos corpos (mais valia fenotípica, identitária e psicológica).

Assim a visualidade arquitetônica, indumentária, gestual e melanínica, afeta por seu caráter relacional a autoestima psicossocial e a livre circulação, pois que cada bairro, quarteirão, rua ou prédio se configura dinamicamente em uma estrutura intraurbana hegemônica (convenção urbana), constituída pelas práticas e conflitos sociais espaciais que define um relativo padrão de externalidade de vizinhança adequado a determinado território (ABRAMO, 1995). O conjunto de expropriações sócio identitárias e visuais conflituosas e contrastantes no espaço urbana aparenta ser um dos fatores nodais para a (auto)estigmatização social e “apartamentheidização” moral na Cruzada. Em que apesar da proximidade física com o bairro do Leblon, a distância e social e violência simbólica (BOURDIEU, 1997) não é superada – como concluiu pesquisa de campo anterior no Condomínio (RIBEIRO, 2009).

Figura 18 – Boneco ou Monstro de Neve da decoração de Natal no pátio do Shopping?



Fonte: Artetutura e Humanismo

Um desbunde multicitacional da abundância de *neons* e *frisson* das vitrines das lojas e estética de estufa botânica de vidro com bromélias e cactos do Shopping é expressão e expressa a compressão espaço temporal

(HARVEY, 2013) desse ambiente construído-vivido globalizado. Seu fluxo contrasta com o ritmo e duração temporal, relativamente, menos pós-moderno da maioria dos moradores da Cruzada²⁴³ – cuja temporalidade histórica está formalmente concatenada com uma lógica espacial de tábua redonda formulada pelo estilo internacionalista (arquitetura modernista). Cabe ressaltar que o fato da Cruzada ser modernista enquanto partido arquitetônico, não o faz seus habitantes se tornarem modernos ou regidos sob a égide temporal mental moderna – como parece ser mais plausível apreciar, em termos, no caso da cidade de Brasília. Mesmo sob a ordem temporal pós-moderna que se avizinha no espaço público e privado do seu quarteirão, os moradores ainda conservam alguns traços de vida comunitária mais lenta típica da que é observada em favelas cariocas.

A mais-valia visual extraída do Shopping em relação à Cruzada se fundamenta na mais-valia temporal dessa transversalidade de tempos-espacos ecléticos e paratáticos que condiciona essa era hiper-moderna artística transestética (SERROY; LIPOVETSKY, 2015), a partir da cultura do presente individualista elevado à enésima potência. A mercadização da arte e arte realização do capitalismo (ibid.) também ocorre em relação à filantropia, em que essa atividade se torna um mercado (terceiro setor/ONG's), mas também torna mais humano o capitalismo (Marketing Social). Porém aqui o interesse claro é servir aos interesses financeiros. Ou seja, sem o mesmo idealismo e compromisso utópico do modernismo que tinha um caráter social clara evidenciado em projetos de Conjunto Habitacional popular como o já épico Pedregulho (Zona Norte, Rio de Janeiro), mas que por não considerar a interdependência entre o ambiente vivido e o construído (comportamento espacial), redundou em ambientes moralmente segregados.

²⁴³ Na época da minha pesquisa muitos moradores aderiram ao fenômeno da “nextelização” do cotidiano, o que permitia acesso de telefone via rádio barato com seus entes e não via muito utilização dos computadores da Associação de Moradores para uso de internet. Com o fenômeno de *smatphonização do cotidiano* é possível que esse descompasso tenha minorado, apesar da precariedade de velocidade e qualidade do sinal com que o acesso à internet e telefonia no Brasil mesmo em telefones pós-pagos 4G.

No entanto, essa extração da mais-valia visual e o processo de “apartamentheidização” moral são ancorados no contraste de partidos arquitetônicos e modos de vida (social) entre a Cruzada e Shopping – este último entendido como condensação metonímica do sentido de estética e pertencimento que representa os demais prédios e moradores do Leblon. Essa configuração visual sócio tempo espacial conflitual destacada acima é produto e produtor também de uma desigualdade interdependente (auto)estigmatizante, em que a modernidade exaurida da Cruzada, implica em reforço da “hipermodernidade” lucrativa do Shopping. O que não significa reduzir a multidimensionalidade polifônica do *habitus* social ambiental que pode mesmo a partir de brechas e dobras do sistema de representação social hegemônico, permitir que a Cruzada também se insira no Leblon e viva a sua hipermodernidade. Pelo menos, em relação a alguns apartamentos isso já tem ocorrido em função também do processo de especulação imobiliária aquecido pelos Mega Eventos no Rio de Janeiro, o que tem implicado em um processo de gentrificação pela elevação do valor financeiro territorial e identitário do bairro, o que implica conseqüentemente no incremento do custo de vida (produtos e serviços) e manutenção do apartamento (IPTU e condomínio)²⁴⁴.

Cabe ressaltar também que a construção social e predial de um Condomínio degradado física e moralmente como a Cruzada, cujos moradores são associados generalizadamente a criminalidade do Bairro do Leblon não se deu somente em função do contraste visual e social aparente com os demais prédios e modos de vida do Leblon. Mas também pelo bombardeamento discursivo das representações do favelado e, por extensão, dos moradores de

²⁴⁴ Partindo da referência de movimentos de homogeneização social neoprimitivistas de reivindicações autogeográficas de viver-junto somente entre-si (semelhantes), como o NIMBIES patrimoniais (Not In My Back Yard), Bourdin nos mostra como tais estratégias de reposicionamento passam pelo “(...) pelo banimento dos moradores inoportunos: os mais pobres que vocês e “naturalmente” os negros, chicanos e outros “não brancos”. A luta contra a densidade (portanto, contra o habitat acessível a todas as categorias) é um dos instrumentos (...) (2001, 76)”. O que pode incluir também argumentos localistas de homogeneização social em prol de uma defesa antidesenvolvimentista (*soft growth e minimal city*) que redundem na ausência de políticas de serviços em determinado local, bem como defesa preservacionista ecológico e patrimonialista histórica intransigente.

conjunto habitacionais sociais pela polícia, mídia e academia²⁴⁵. Sobre a tendência maniqueísta dualista de perceber o Rio de Janeiro a partir do paradigma contrastivo visual da “Favela/Bairro”, Valadares (2005), em sua sociologia da sociologia da favela, retifica:

Parece que a temática da favela também poderia ter sido reativada pela importância das questões referentes à segregação socioespacial. Dentro de uma metrópole em que o espaço geográfico é tão particular (mar e morros), a presença de favelas [e Condomínio sociais] em meio a bairros de classe média e alta oferece um violento contraste entre o modo de vida dos pobres e o modo de vida dos ricos. Tanto mais que o aumento da violência reforça o medo dos habitantes da cidade formal frente a população dos morros, acentuando uma visão dualista, rapidamente reduzida a formulações lapidares, tais como “cidade partida” de Ventura (1994), ou metáfora de “Guerra” de Leite (2000). As favelas passam a ser percebidas [generalizadamente] como “a outra metade da cidade”, aparecendo, antes de tudo, como o território da violência e da pobreza, da ilegalidade frente à cidade “legal” (ibid., 20).

Aparentemente funcionalista e moderno, a Igreja Santos Anjos, por ser parte integrante do projeto da Cruzada, tendo sido a primeira construção a ter saído do papel, sua construção, no entanto, apresenta visionariamente (1955) características formais já pós-modernas pelo caráter de citação do estilo barroco gótico – a comparação da Cruzada com o Românico no parágrafo anterior não seria aqui aleatória, visto que esse estilo precede aquele. Nesse sentido, apesar de serem pensados para integrar o mesmo sítio, o ambiente construído destoa do restante dos prédios funcionalistas. Apesar dos seus vitrais que remetem a claridade celestial não serem em formato ogival, como em uma Igreja gótica barroca (GOMBRICH, 2000) ou neogótica, eles são quadrados, no que permite uma mediação híbrida com a preferência pelas retas na geometria internacionalista. A torre que remete à superioridade celestial coloca o fiel ou observador em permanente contra-plongée com a entidade Igreja e a Entidade Jesus (Deus), também tem moldes

²⁴⁵ Almeida (2010) mostra que em sua análise de sócio discursiva crítica que nos anos 80 a Cruzada foi altamente estigmatizada pela imprensa carioca como um condomínio problemático em função das constantes batidas policiais, o que justificou a colocação posterior de um posto policial fixo na Rua Humberto de Campos. O mesmo não pode ser observado em relação às produções acadêmicas específicas sobre o Condomínio que tendem a denunciarem o processo de estigmatização e exclusão social dos moradores a partir de premissas pós-marxistas da dominação por parte dos estabelecidos, sem, no entanto, recorrerem ao conceito antimaniqueísta e vitimizante sobre as relações sociais desiguais de poder e posição social: interdependência assimétrica (ELIAS; SCOTSON, 2000).

quadrangulares, o que permite, ecleticamente, misturar romanesco (blocado) e o gótico (verticalizado), modernismo com barroco – a base da torre também tem formato reto (retangular).

Interessante notar que essa pós-modernidade visionária do prédio da Igreja (exceto o Centro Pastoral que integra o mesmo pavilhão edílico da Escola Santos Anjos, perfeitamente, modernistas), cria um caminho de dependência estética que se revelou também no âmbito político e social. A partir de 2000, com a construção do pós-moderníssimo Shopping (que ao contrário das Igrejas (neo)góticas ornamentadas com vitrais rosáceos, mais parece uma vidraçaria de vidros verdes) as relações políticas e sociais “estreitas” e entrecruzadas entre esse modernismo solidarista keynesiano da Igreja em sua atuação da Cruzada foi renovada através do hipermodernismo sócio-marketeiro neoliberal do Shopping. Muitas são as parcerias de atuação e afiliação entre o Shopping e a Igreja, que media suas ações de marketing social educativo na Escola da Cruzada, no que revela o filhotismo de cordão umbilical ubíquo com a presença da Igreja. Entre a Cruz (Igreja), a Espada (Polícia/Estado presente no passado através de posto policial fixo na comunidade e, atualmente, através de um *trailer* fixo) e a Máquina registradora ou marca registrada (Shopping), enquanto representante do bairrismo de classe média alta e alta no Leblon, se codificou comunicativamente no ambiente construído os atores e interesses envolvidos no microcosmo da sociedade carioca e brasileira que é o Condomínio Cruzada.

Shopping Transestético²⁴⁶

²⁴⁶ “(...) o capitalismo artístico (...) favoreceu, com a cultura democrática, o advento de uma sociedade e de um indivíduo estético ou, mais exatamente, transestético por não depender mais do ecletismo à moda antiga, compartimentado e hierarquizado. Vivemos num universo cotidiano transbordante de imagens, de músicas, concertos, filmes, revistas, vitrines, museus, exposições, destinos turísticos, bares descolados, restaurantes que oferecem todas as cozinhas do mundo. Com a inflação da oferta consumatória, os desejos, os olhares, os juízos propriamente estético se tornaram fenômeno presentes em todas as classes sociais ao mesmo tempo em que tendem a se subjetivar (SERROY; LIPOVETSKY, 2015, 29-30)”.

Em relação às categorias analíticas da análise espacial o Shopping, por surgir após as críticas pós-modernas às correntes funcionalistas, pode evitar vários desajustes e estéticos funcionais, estruturais e, nesse sentido, atender minimamente, se tomado isoladamente, aos requisitos básicos das abordagens gestáltica, ecológica e transacionalista. O elemento que tende a permitir maior alto grau de satisfação visual e qualidade urbana é justamente o vidro presente em claraboias, fachadas, marquises, pisos e demais elementos da sua arquitetura. Além de atender aos requisitos estéticos pela leveza desse material (ordem e estímulo visual que remetem a ideia de clareza mental) e estruturais pelo alto aproveitamento da luz natural (legibilidade visual).

O que aumenta as possibilidades funcionais do prédio, na medida em que incentiva inúmeras sugestões de uso por maior tempo nos seus átrios seu ambiente construído – já que orientação espacial está ligado a fator satisfação ambiental – atividades como leituras e encontros afetivos/sociais nas suas áreas de lazer. Para se ter uma ideia de como esse ambiente pode ser convidativo, vejamos uma descrição hipotética da percepção-cognição e comportamento espacial em um shopping de padrão claustrofóbico em periferias norte-americanas:

(...) a luz pode alterar a percepção do espaço, revelar os contornos, os alterar limites, escalas, cores e texturas das superfícies. A relação entre luz e espaço determina nossa percepção visual do mundo que nos cerca e da maneira como o sentimos. Procuramos redefinir o conceito de *conforto visual*, ampliando-o para *conforto luminoso*, que passaria a abordar aspectos não visuais da luz que exercem grande influência no metabolismo humano, através da regulação dos ritmos circadianos, com desdobramentos na saúde, bem-estar e produtividade (BARBOSA, 2010, 4).

Mesmo nos EUA de hoje, com seu ideal de amplidão, simbolizando pelas grandes janelas e paredes de vidro, criou os *shopping centers* suburbanos fechados. Como se sentirá o comprador em um lugar como este? À medida que se aproxima do *shopping center*, ao cruzar com seu carro a imensa área aberta do estacionamento, ele só pode ver as sólidas paredes, que, exceto por um grande letreiro comercial, não faz nenhuma tentativa de atrair as pessoas. A imagem é desoladora. Estaciona seu carro, transpõe a entrada do *shopping* e, ao entrar, penetra em um mundo encantado de luz e cor, plantas ornamentais, fontes borbulhantes, música em surdina e compradores passeando (TUAN, 1983, 121-2).

O sucesso estético e funcional do edifício pós-funcionalista não se deve somente em relação à sua visualidade fisiológica e simbolicamente atraente. Mas também é estimulado pela sua climatização, segurança patrimonial e “consumitividade total quase perfeita sem exterioridade (SERROY; LIPOVETSKY, 2015, 190)”, que cria novos padrões estéticos, funcionais e estruturais de espaço coletivo privado semi-público. Porém, cabe aqui a ressalva de que se do lado de fora ela extrai mais-valia visual da Cruzada, do lado dentro ela nem isso faz, onde prevalece a invisibilidade predial do condomínio²⁴⁷. Há que considerar, no entanto, que o aspecto estrutural, estético e funcional fundamental e perverso do Shopping é que justamente esse cria uma cidade seletiva. Uma vez que dentro dele, a externalidade da vizinhança representada ali pelo prédio da Cruzada desaparece praticamente da vista, já que só há vista do Shopping para Cruzada, no caso, em parte do último piso (lazer) e na garagem superior, em altura que só permite ver o teto praticamente. Essa situação é corroborada pela invisibilidade social estimulada também pela baixa frequência dos moradores no seu interior, quer pela ausência de capital aquisitivo e/ou moral.

O ambiente construído do Shopping deve, provavelmente, ter sido engendrado em termos de “dar as costas” por meio das escolhas arquitetônicas – com exceção do último andar do estacionamento que tem vista para o átrio de alguns blocos da Cruzada e a entrada alternativa pelo lado da Borges de Medeiros que ladeia o bloco 1, mas que, porém, tem linhas axiais de acesso (HILLIER; HANSON, 1998), são menores do que a outra entrada. O vizinho indesejado, excluído da sala de visita do Shopping que se autointitula “Vizinho transformador”²⁴⁸, só é, praticamente, é convidado a aparecer para os

²⁴⁷ Cabe ressaltar que muitas moradores e frequentadores da Zona Sul se quer percebem a existência da Cruzada, o que não é possível afirmar em relação aos moradores do Leblon em sua maioria, mormente, os de prédios próximos ou cujo seus moradores são contumazes frequentadores do Shopping Leblon. A falta de percepção espacial do conjunto de 10 blocos se deve ao projeto original modernista, mas que não respeitou uma premissa básica do mesmo que é o do distanciamento amplo entre as construções. E ao fato de haver entre uma murada muito alta dos Clubes Associação Atlética do Banco do Brasil e o Clube Monte Líbano do bairro vicinal, que impede parte da visão em uma das extremidades dos blocos de 2 a 9. Bem como o próprio Shopping que é um pouco maior em tamanho vertical e horizontal, de forma a atuar como emagrecedor fagocitótico de boa parte do ambiente construído da Cruzada.

²⁴⁸ “Vizinho Transformador: Patrocínio do Eco Ponto Light Recicla na Cruzada São Sebastião que estimula os cerca de 5.000 moradores a fazer coleta seletiva para ganhar como

visitantes do Shopping, porém virtualizado, no *link* de Marketing Social do site do Shopping em que algumas ações ecológicas e socioeducativas. Que, por sua vez, apesar de esforço legítimo, mais servem para extrair a mais-valia social dos jovens do Condomínio, do que resolver o problema da baixa qualidade de ensino público e empregabilidade digna futura de seus estudantes.

Diferentemente das lojas de departamento e hipermercados, excessivamente funcionalistas futuristas modernos, o shopping, como o Leblon apresenta identificação profunda com o iluminismo arcadista hipermoderno (paradoxalmente, utilitarista e mitológico²⁴⁹) fetichista das marcas (mais do que das mercadorias), por meio de estéril estetização e “individualização das práticas de consumo, dos lazeres e dos modos de vida em geral” (SERROY; LIPOVETSKY, 2015, 181)”. Principalmente, por se concentrar nele lojas de grifes internacionais e nacionais famosas em momento histórico, em que a lógica desse universo pauta o próprio capitalismo: obsolescência programada ou inovação permanente (SCHUMPETER, 1961):

De uma cultura orientada para o futuro, típica da primeira modernidade, passamos a uma sociedade presentista comandada por novas formas de fruição, de lazeres, de satisfações imediatas. A economia-moda minou as prescrições sacrificiais e disciplinares em proveito do hedonismo consumatório, da sedução das mensagens, do humor, do conforto privado; deslegitimou as imposições autoritárias e levou, nesse mesmo movimento, à autonomização dos indivíduos face às instituições coletivas e enquadramentos rigoristas (SERROY; LIPOVETSKY, 2015, 189-81).

Essa individualização estética, longe de ser a racional e instrumental do iluminismo, difere bastante do cotidiano da Cruzada que vive acossada por agentes estatais, privados, associativistas, “artevistas” e eclesiásticos que

contrapartida um desconto na conta de luz. Manutenção de 300 crianças e adolescentes – 4 a 17 anos - em atividades esportivas continuadas ou na Escolinha de Futebol de Areia do Paulinho Pereira ou no Viva Vôlei, projeto social da Confederação Brasileira de Voleibol que tem chancela institucional da Unesco e de 660 crianças, alunos da Escola Municipal Santos Anjos na Cruzada São Sebastião, expostas à ciência em suas múltiplas vertentes através do Projeto Ciência Divertida (disponível em: <http://shoppingleblon.com.br/pt/Sustentabilidade>, acesso em 19/06/2015)”.

²⁴⁹ “O ideal estético que triunfa é o de uma vida feita de prazeres, de novas sensações, mas simultaneamente temos de dar prova de excelência, de eficiência, de prudência (SERROY; LIPOVETSKY, 2015, 33)”.

emaranham em seus multidimensionais campos de discursos e práticas em prol de defender projetos civilizatórios para os moradores. A qualidade histórica funcionalista dos prédios que tende a reproduzir uma temporalidade do tempo de sua construção, onde as correntes keynesianista e solidaristas eram patentes, dificulta a autenticação temporal e moral dos seus moradores a uma nova conjuntura sócio-técnica e informacional (SANTOS, 1999). Para além da questão da competência adaptativa (LANG, 1974) ao tempo moderno, o processo de escarificação (remoldagem) personal e contra hegemônico do ambiente construído pelas práticas cotidianas do ambiente vivido é que permite aos moradores relativizar esse tempo moderno futurista sem passado, rumo ao tempo imediatista e *vintáge*, que, comprime transversalmente as diferentes temporalidades históricas e permite o resgate do patrimonial e ritualístico do passado (compulsão de memória coletiva) – no que aponta para democratização, individualização e ecletização das estéticas.

Como a antiga favela onde moravam foi destruída em incêndio, o processo de hibridização do prédio na constituição do que chamo de Condomínio-Comunidade, surge como opção de ressignificação identitária pós-moderna em relação ao ecossistema habitacional alterado abruptamente – o que fora, talvez, ofuscado pela presença do Shopping pós-modernista. Esse processo tem raízes nos equívocos urbanísticos da opção por remoção compulsória de favela e não reurbanização da mesma no passado. Até porque –, mesmo que incorra aqui em anacronismo – a casa de favela e a própria já eram “pós-modernista” por suas ecléticas e criativas combinações simultâneas de materiais e modelos construtivos²⁵⁰, mesmo que essas características sempre têm sido usadas metonimicamente como denúncia do seu aspecto tosco e precário (“não cidade”). Como também não deixa de ser pós-modernista, tanto quanto o cruzamento paratático e multicitacional de linguagens entre o Condomínio modernista com a subjetividade social típica de Comunidade vernacular, e a interação visual desse, mesmo que contrastiva,

²⁵⁰ Sobre o tema, talvez, seja interessante ler o artigo de Brand “How slums can save the planet”, disponível em <http://www.prospectmagazine.co.uk/2010/01/how-slums-can-save-the-planet>, acesso 09/04/2014, e a “Carta do Novo Urbanismo” de 1996, disponível em ftp://ftp.usjt.br/pub/revint/11_48.pdf, acesso 09/04/2019.

com o Shopping propriamente pós-modernista. Afinal, é de um número infinito de mixórdias, miríades, imbróglis e cipoais de citações pleonásticas e/ou ambíguas que a modernidade se hiperbolizou, enquanto estéticas prolixas, fáticas e fálicas de música de elevador.

Com o conceito de “mais-valia arquitetônica” foi mostrado que o Condomínio modernista-keynesianista e funcionalista sofre um contraste formal perceptivo, mas também simbólico-cognitivo e espaço comportamental com o Shopping pós-modernista e hipermoderno, o que agrava a situação de decadência moral e predial. O que tende a comprometer ainda mais a interação social e adequação territorial desses moradores no Leblon, que, nesse sentido, devem ser analisados a partir de uma perspectiva interescalar e multidimensional. Os gritos roucos e surdos de uma massa redundante de excluídos, muitas vezes, até de serem explorados pelo sistema, que passam a ser explorados nessa condição de nulidade social por meio de políticas públicas urbanas e marketings sociais assistencialistas (mais-valia assistencialista), também pode ser escutado a partir da análise estética, estrutural e funcional do ambiente edilício. Que pode reproduzir a negativização de um determinado grupo sócio racial, tanto no sentido de estigmatização quanto invisibilização social. No caso aqui, respectivamente apresentado através do ofuscamento devassabilizador entre um prédio com outros, o que tem ocorrido pela renovação urbana que não contempla a noção de patrimônio sustentável²⁵¹. E a defasagem contraste arquitetônico-temporal de condomínio modernista em relação aos demais prédios da área envoltória pós-modernista é geradora de mais-valia arquitetônica e/ou urbanística na era da sociedade transestética (imperialismo visual).

Percebe-se um crescimento das religiões neopentecostais na Cruzada, em alguns casos, dentro do próprio condômino mesmo, com cultos realizados nas próprias casas – sem a estrutura física imponente com o prédio da Igreja

²⁵¹ “As figuras contemporâneas da localidade são marcadas pelo patrimônio, quer ele sirva para resistir, para reivindicar ou para produzir algum sentido, e este último aspecto talvez seja o mais importante: no momento em que a localização resulta sobretudo da deslocalização, a referência patrimonial, por mais fabricada que seja (o drama começa quando se quer que ela seja autêntica e exclusiva) constitui um meio de “fazer localidade” particularmente eficaz: Disney e os promotores americanos de centros comerciais compreendem bem isso (BOURDIN, 2001, 120)”.

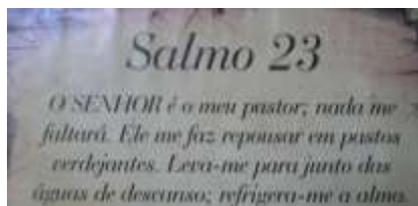
Católica, que torna o fiel menor do DEUS TODO PODEROSO, sempre nas alturas. O que pode ser interpretado como uma tentativa de busca de alguma epistemologia ético-religiosa (de matriz protestante), relativamente, com mais afinidade eletiva com a defesa e alcance do progresso material e pessoal (WEBER, 2001)²⁵². No que permita aos moradores entrarem no Shopping pelas duas portas da frente com poder de compra, já que, por enquanto, com a mentalidade franciscanamente correta, pouco sócio-emancipadora, combinada com a apartheid moral em condomínios de apartamentos sociais, coadunada por ações educacionais com as crianças/jovens negras²⁵³, que se confundem com a vigilância panóptica que eles irão conhecer quando se tornarem adultos e forem circular pelo Shopping, nem pela saída dos fundos (de serviço) desse império com torre de cristal, os moradores do Condomínio costumam ser vistos.

²⁵² Mesmo que a Igreja neopentecostal e suas práticas de lavagem cerebral com arrebanhamento progressivo (até televisivos) inspiradas no modelo de pirâmide (ou, melhor, “videira”), para gerar mais lucro para seus negócios de fé (Jesus S.A.), de modo geral, estejam muito longe da sobriedade ainda verificada no Brasil em algumas igrejas protestantes pioneiras como as anglicanas, metodistas e batistas.

²⁵³ Com exceção da contratação pelas empreiteiras da obra do prédio, o Shopping não apresentou nenhuma política de inclusão social profissional para adultos. Após 10 de apoio a projetos educacionais como “Aluno Nota 10”, “Polo”, “aulas de reforços”, “oficinas interativas de ciências” e esportivos

6 CHEGA DE ALUGUEL: à guisa de ocupações conclusivas

Figura 19: adesivo bíblica na porta de um morador: católico ou evangélico, eis a questão?



Fonte: Artetutura e Humanismo

A tipificação que trago de vida em condomínio e comunidade relativamente independente da morfologia arquitetônica da habitação ser casa ou prédio longe de apontar para a defesa de imobilismos cristalizantes da irreversibilidade e inovação do processo vital e duracional da vida – mesmo que tenhamos aqui incidentalmente como contra efeito, relativamente, permitir argumentos para defesa também para a atuação nociva dos projetos de inovação urbana e especulação imobiliária²⁵⁴ –, apenas conclama o leitor a fazer uma suspeição: se em termos de adequação territorial e interação social determinados territórios e populações são adaptáveis a determinada populações e territórios. As políticas públicas de habitação para populações em áreas sensíveis e tidas como degradadas deve considerar, então, a pré-existências afetivas e poéticas com o lugar independente do seu escrutínio. Nesse sentido, é mister preliminarmente concluir que somente em casos de extrema necessidade, como casas em áreas de risco por deslizamentos por intempéries se deve iniciar qualquer processo de transferências de moradores. Assim, como a classes médias e abastardas, salvo raras exceções de falência e perda de bens na justiça, não se muda para novas moradias sem mensurar os prós e contras, devido à noção do impacto de que a arquitetura da nova casa e suas áreas urbanas envoltórios vão ter sobre seus sentidos de pertencimento, identidade e memórias psicocoletivas espaciais não se deve

²⁵⁴ Quanto a isso é possível por meio da participação popular conseguir que com os moradores de uma determinada área e seus vizinhos iminentes sejam gestores do processo de transformação urbana, como já ocorre em alguns bairros com associações de moradores mais engajados onde qualquer nova construção de grandes impactos socioambientais e urbanístico é passível de ser desaprovada pelo escrutínio local, com a possibilidade gerar abaixo assinados pró embargamento da obra.

privar das populações pobres que o façam, mesmo quando assistidas pelo Estado.

O direito da moradia só pode ser exercido com plenitude, juntamente, com o direito de liberdade de escolha do tipo, local e vizinhança de habitação. O tecido social e urbano são obras primas coletivas das construções sociais e arquitetônicas. Do ponto de vista da arqueologia e antropologia espacial do futuro, todas as formas de habitação e viver se equivalem. Mesmo que nem todas tenham valor material de troca nos limites do seu devir espaço temporal, apresenta valor sentimental de uso (significado) para determinado povo (ou indivíduo), é porque não é o significante em si, insignificante.

Ainda no século passado, a Sociedade, o Estado (3 poderes da República e Ministério Público), a Universidade e a Mídia parecem ter despertado no Brasil para a constatação de que a cidade enquanto espaço público, independente da propriedade privada e estatal e muitos usos exclusivistas do espaço público – cancelas em ruas e museus com acesso restrito, por exemplo – é nosso patrimônio, propriedade material carregada de imaterialidade e, que, por isso, deve ser gerido de forma consorciada, em consonância com a pluralidade democrática. Somente essa polifonia de atores, – a partir de seus corpos que são arquetípicas “casas de cultura ambulantes”, sem privilegiar interesses das classes mais ricas e letradas – é que se pode definir com primazia e “propriedade” qual a função socioespacial dessa “arte urbana” *in progress* de urbanismo e urbanidade que são as cidades, e e por que caminhos as estórias de suas ruas históricas deverão seguir: o que deve ser preservado, restaurado, reformado ou destruído dentro do esforço de conciliação entre o reconhecimento das várias pré-existências e pós ocupações físicas-identitárias; emolduramento *folk* das paisagens sócio-urbanas alçadas à categoria de patrimônio material/cultural e abertura rizomática para transformações des(re)territorializantes; público e privado; micro e macro; individual e coletivo; Estado e Sociedade; “corpopoeticidade” ²⁵⁵ da

²⁵⁵ Cidade vivida de forma sensível, difusa, caótica e dissonante, sensibilizada recreativamente pelo corpo dinâmico, enquanto expressão de vontade (desejo; instinto) e representação, que quase sempre não coincide com a cidade uniforme “higie(euge)nizante”. Nesse sentido é bastante rico o visionarismo na seguinte passagem: ““(…) os arquitetos-urbanistas-urbanólogos,

dissonância/decomposição urbana (ARDENNE, 2012), e ordenamento urbano/controle social; consenso, preferencialmente, conflitual (não autoritário):

(...) restará aos urbanistas apenas projetar *minimamente* as nossas cidades, atendo-se ao mínimo de obrigações: permitir-nos de morar, circular, cuidar da nossa saúde e educar-nos, trabalhar, consumir. O “resto”? O belo ordenamento, a teatralidade, o simbólico, dos quais cada um fará o que bem entender, na medida do seu imaginário e em função da sua capacidade gestual a influenciar a cidade como ela é. A cidade corpopóética: o tûmulo do urbanismo sofisticado, na perspectiva desse advento, uma urbanidade autenticamente democrática (ARDENNE, 2012, 142).

Em face disso, talvez, antes de uma conclusão clássica, seja oportuno e potencializador da abertura de novas frentes de pesquisa e interlocução, breves considerações sobre uso do solo da favela e habitação social em relação ao debate sobre direito natural da terra e direito positivo da propriedade. Que talvez, sejam as bases epistemológicas para as políticas públicas sociais de moradia popular, que hoje observamos no Brasil do século XXI²⁵⁶.

Back to Favela: Ocupação Patrimonial X Renovação Urbana (direito a posse x crime da propriedade)

No esforço de apontar para os desmandos tecnocratas e resiliências sociais em processo de transferência de moradores de favela para condomínio sociais, objeto prioritário desta pesquisa, uma nova família de etnoconceitos

e todos os cidadãos, não só podemos como devemos configurar um espaço urbano não esquartejado, capaz de atuar como mola sempre ativada da perplexidade e estupefação. Um espaço urbano e um entorno urbano não “patrimonizável”, nem como coisa nem como enclave. Não um objeto cristalizado nem um fragmento de território dotado de limites, senão um palco à espera de acontecimentos. O urbano, então, como lugar de harmonia confusa onde a vida pulse e onde a relação cidade-urbanidade-espaço público seja causadora de desejo de um modo de vida a ser desfrutado; uma cidade com uma relação bem-balanceada entre massa verde e massa construída, como queria Lúcio Costa, reintroduzindo vegetação desde a microescala do doméstico, até as quatro escalas clássicas do urbano: a pequena, a média, a grande e a territorial (JÁUREGUI, 2012, 100-1)”.

²⁵⁶ Em artigo para a Revista do CLAEH (ASSIS, 2019), já pude apresentar a e(in)volução comparativa dessas políticas desde a Era Vargas até Dilma e, por isso me concentrarei somente na aplicação e adaptação do debate dos intelectuais de outrora para o contexto atual, mormente, o caso do Condômino Cruzada São Sebastião. Vide versão virtual: <http://claeht.edu.uy/publicaciones/index.php/cclaeht/article/view/190>, acesso em 08/02/2019.

que tenho utilizado – logra a possibilidade um diálogo mais aproximado com as verdadeiras vicissitudes enfrentadas por essas populações impelidas por imperativos relativos aos conflitos de classes e saberes, a realizar diásporas e exílios de suas formas de ver e viver, habitar e construir o mundo. É quando a modernidade e positivismo proposto pela aclamada vida em Condomínio e pelos políticos, engenheiros e arquitetos se revela retórico, pois que por mais que se modifique a aparência habitacional de alguém, o sentimento de lar pode continuar atrelado ou ser estigmatizado com *modus operandi* de construção social e predial anterior. No que revela questões de ineficiência simbólica de projetos habitacionais, supostamente, de inclusão social, que por serem superficiais no seu tratamento – sem considerar a questão da empregabilidade e mobilidade, por exemplo –, não resolvem, nem mesmo, “simbolicamente”, a questão da desigualdade social. Tanto por não tocar no âmago dela, o que passa pela questão dos vários tipos de colonialismo interno (racial, social, religioso, econômico, político, etc.). Quanto por legitimar o direito petitório consuetudinário (*jus ad rem*) de propriedade com direito absoluto ao abuso e ao uso da mesma, a partir de aplicação seletiva do direito possessório factual (*jus in re*) de ocupação mútua (igualdade de posse). De maneira a defender sua condição de terra-tenente com base no direito natural da posse, mas impedir novos terra-ocupantes de assim fazê-lo com base no direito positivo de propriedade privada. Para Proudhon somente o direito de apropriação “(...) conduz não apenas a igualdade, ela impede a propriedade (ibid, 1988, 75)”.

A mesma prudência filosófica aqui é aplicada em relação aos juristas modernos para quem o instituto do trabalho seria o elemento legitimador da propriedade privada, por ser supostamente o salário uma propriedade catalisadora da outra. Alegam que o “(...) o *trabalhador conserva, mesmo após receber seu salário, um direito natural de propriedade sobre a coisa que produziu* (ibid., 100). Proudhon considera que tanto quanto os juristas primitivos de que ela seria um direito natural absoluto e universal como a igualdade, liberdade e segurança:

(...), segundo sua razão etimológica e as definições da jurisprudência, é um direito exterior à sociedade; pois é evidente que, se os bens de cada um fossem sociais, as condições seriam iguais para todos e implicaria uma contradição afirmar: *A propriedade é o direito que tem um homem de dispor da maneira mais absoluta de uma propriedade social*. Portanto, se estamos associados para a liberdade, a igualdade, a segurança, não o estamos para a propriedade: assim, se a propriedade é um direito natural, (...) não é social, mas anti-social. Propriedade e sociedade são coisas mutuamente repulsivas: é impossível associar dois proprietários quanto reunir dois ímãs por seus polos iguais. É preciso que a sociedade pereça ou então que ela elimine a propriedade (ibid, 49-50).

Essa questão da propriedade privada legal no plano institucional (vontade), mas ilegal, no lógico (razão), é pertinente, pois a favela não é uma invenção gratuita de artesões engenheiros, nem congelamentos indelévels dos primatas das cavernas. Alguns favelados, em função do trabalho autônomo e informal subvertem a filosofia e prática do *status quo* capitalista do lucro gerido a partir da expropriação da mais-valia e ampliação da lucratividade/produktividade. Mas, não somente em relação ao tempo-dinheiro que eles rivalizam com a cidade formal, muitas vezes, com preços muito mais competitivos de seus produtos, mas também em relação a variável espaço-dinheiro. Como muitas favelas são em áreas centrais e com vistas privilegiadas, em alguns casos, as vantagens locacionais do espaço urbano enquanto lugar (próximo) da produção/lazer tende a tornar o não pagamento de aluguel ou aluguel irrisório²⁵⁷ para uso do solo,²⁵⁸ um ativo rentista²⁵⁹ diferenciado por

²⁵⁷ A favela não está imune a especulação imobiliária (ABRAMO, 2009) e pode em função do local e momento histórico, como na zona do Sul do Rio de Janeiro na iminências dos megaeventos esportivos ter precificação incompatível com a renda do trabalhador assalariado.

²⁵⁸ O lugar de produção reproduz a força de trabalho, enquanto componente da cidade e produz mercadoria, enquanto produto (COHEN, 1979).

²⁵⁹ Ativo de *Renda diferencial, de monopólio e absoluta*, já que a partir do excedente de capital advindo de vantagens locacionais do espaço urbano, quando produto/serviço é convertido em mercadoria, é que se capta, de forma inativa, somente a parte crescente do excedente desse lucro extraordinário da produção para si. É mister considerar a partir de Lojkine, Marx e Folin que “a reprodução dos meios de produção e da força de trabalho tem como condição a construção/reconstrução do espaço físico da cidade (COHEN, 1979, 35)” e “a cidade enquanto forma construída se realiza como mercadoria, necessita para sua construção a terra, que entra como condição para que esse produto se dê como mercadoria (ibid.). Assumimos, destarte, que a configuração urbana – e seus respectivos conflitos fundiários – como extensão resultante (lugar da produção) e resultado (produto) da mais-valia do processo de (re)produção das lutas de classes. (Apropriação do) Trabalho equivale aqui à cidade (Processo Urbano), este produzindo, através do homem, bens materiais e aquele, através do conjunto acumulado do trabalho dos homens, a vida social, sendo que o processo de acumulação do capital seria indissociada tanto da (re)produção da apropriação da força de trabalho pelo monopólio dos meios de produção, quanto da acumulação da renda fundiária e monopólio da propriedade privada (COHEN, 1979).

economizar tempo e dinheiro com mobilidade para os espaços de acumulação de capitais, pessoas, mercadorias e informações da malha urbana. É que a luta entre classes sociais por trabalho e renda também ocorrem em relação à terra e estão quase sempre emaranhadas.

No entanto, ao elevar o preço da terra por se reproduzir nos lugares de produção no espaço urbano, cujas demandas são crescentes para o processo de acumulação de capitais, o capitalismo passa a ter o monopólio da terra como obstáculo. No caso de muitas cidades do Brasil, de industrialização incompleta, mas, mormente, do Rio de Janeiro, onde o setor industrial não é moeda corrente da economia atual, mas, sim o turismo, e várias das áreas com amplas vantagens locacionais ou que atrapalha a criação delas estão em ocupações irregulares, as favelas representam fator adversativo não somente simbólico, como esbocei anteriormente, mas também concreto para a (re)produção do capital público e privado. Nesse sentido, mediante estratégia de “positivismo seletivo” (ASSIS, 2018) da renovação urbana e não, de justiça social, a partir da retórica desenvolvimentista urbanística iniciada por César Maia e completada por Eduardo Paez, se passou a fazer um uso da cidade fluminense, enquanto mercadoria e valor, segundo critérios mercadológicos— processo similar ao que ocorreu em São Paulo com a Empresa Municipal de Urbanismo (EMURB)²⁶⁰. Em prol de desenvolver o suposto bem comum urbano por meio dos grandes eventos (Jogos Pan Americanos, Copa e Olimpíadas) várias favelas, como a Vila Autódromo, foram varridas para debaixo do tapete vermelho para receber as delegações esportivas internacionais. De fato, para atender os interesses públicos e privados com possíveis ganhos extraordinários para indústria do turismo, fundiária e tributária, o eixo determinante na determinação da configuração urbana voltou a ser remoção com transferências de populações pobres e negras para áreas descentradas – doravante com salvo conduto de organismos e empresas internacionais que apostaram ou vão apostar na corrida de cavalos na qual o favorito é a marca Rio. Sobre isso Harvey (1982) acrescentaria:

²⁶⁰ Ibid.

Os conflitos que se concentram sobre o ambiente construído exibem certas características peculiares porque o poder monopolístico, conferido pelos arranjos da propriedade privada, gera não apenas o poder de se apropriar da renda mas também confere aos proprietários o controle de um "monopólio natural" no espaço. O caráter fixo e imóvel do ambiente construído acarreta a produção e o uso de mercadorias sob condições de competição monopolística espacial, com fortes efeitos de "vizinhança" ou de "externalidades". Muitas das disputas que ocorrem referem-se a externalidades (o valor de uma residência é determinado em parte pelas condições das que a rodeiam) e cada proprietário está, portanto, muito interessado em assegurar que a vizinhança em conjunto seja bem conservada (ibid., 9).

A favela, apesar de vista como espaço marginalizado, reproduz o mesmo tipo de especulação imobiliária e extração de mais-valia urbana em função de vantagens locacionais, como vista para o mar, que as demais áreas estratégicas da cidade – como aponta pesquisa sobre precificação de barracos no contexto dos megaeventos esportivos no Rio (ABRAMO, 2009). A mesma dinâmica do mercado inflacionado da Zona Sul carioca, que viveu uma bolha imobiliária surreal no período iminente e corrente aos Grandes Eventos, tem atuado também em favelas centrais. Para além da economia do tráfico de drogas e armas, bem como serviços ilegais ou informais oferecidos pela milícia “gatonet”, gás, etc), algumas favelas contam com a presença de vários agentes financeiros comerciais e bancárias, como na Favela da Rocinha e estatais educacionais e médicas – com as UPP’s, policiais também. Apesar disso, por sua ocupação irregular (terrenos públicos e privados), etnoarquitetura (autoconstrução), economia informal (ilegal), e proto cooperação social (redes de ajuda mútua) apresenta uma postura contra-hegemônica em relação ao papel autoritário e paternalista do Estado – principalmente, por ser um elemento dissonante da paisagem urbana das grandes cidades, historicamente, marcados por ideologias urbanísticas higiênica eugenistas e, por isso, remocionistas e segregadoras também.

Para não morar longe de seus trabalhos formais ou informais, ou pagar aluguéis ou prestações caras, a favela incidentalmente surge como arquitetura vernacular ímpar e etnometodológica. O que no Brasil, tem se revelado com potencial de ser assumido como uma escola e estética tão ou mais representativa da nossa história da arquitetura quanto/do que o barroco mineiro, neoclássico carioca, brutalismo paulistano e o modernismo brasiliense. Duplamente empoderador social seria a favela, pois que além de permitir, seja

pela posse ou aluguel com pagamento irrisório, uma emancipação de moradia – ainda que em condições irregulares, precárias e insalubres, por vezes, ao qual o Estado, Universidade, Terceiro Setor não podem ser furtar amparar também pelo instrumento da Lei Assistência Técnica²⁶¹ –, permite um modelo de construção e governança, relativamente, pautado pela autoconstrução e autogestão, respectivamente. Talvez, por essa biopotência é que se tem se tentando há tanto tempo disciplinarizar e criminalizar a moral do “morar favelado”.

A favela da Praia do Pinto, ambiente vivido e construído da maioria dos atuais moradores da Cruzada se pensada como patrimônio cultural material e imaterial, passível de performar dinamismo e complexidade cultural vital, a partir do momento, em que é interrompida enquanto projeto civilizatório e fenômeno social total, em suas ambiguidades, precariedades, perde o direito de ressonância (GONÇALVES, 2005). Longe de apontar aqui para o imobilismo social ou arquitetônico, e, sincronicamente, negligenciar a possibilidade ganho

²⁶¹ Lei federal 11.888/2008 baseada no Estatuto da Cidade (lei federal 10.257/2001) que assegura as famílias de até 3 salários mínimos os direitos aos serviços profissionais para manutenção das famílias em áreas consolidadas ou consolidáveis por meio de reforma edilícia de habitações com patologias construtivas ou insalubres e assessoria social de instalações provisórias, para além e em complemento ao esforço mais amplo de reurbanização de áreas desassistidas de infraestrutura ou reassentamento ou remoções em casos de área urbana de risco ou atingidas por intempéries. Além de ter como campo de atuação colateral o acompanhamento da construção autogestionária de novas moradias juntos aos mutirões de movimentos sociais e habitacionais, consultoria técnica para gestão participativa de condomínio e associações, regularização fundiária de favelas e ocupações, intermediação de áreas de litígios fundiários urbanos, estudos de viabilidade e planejamento de ocupações, entre outros. Pode-se afirmar que o embrião das **Consultorias de Assistência Técnica no Brasil**, de implementação ainda complexa até hoje, tem início com a atuação pioneira dos escritórios modelos de pesquisa, análises e intervenções urbanísticas (SAGMACS) do movimento economia e humanismo (Pe. Lebret) – cuja interdisciplinaridade na prática influenciou o modelo de pós graduação na área de Urbanismo, Planejamento Urbana (Territorial) e Gestão Urbana. Deveria, destarte, apontar para uma da lógica democratizante de organização do espaço a partir de um planejamento territorial da cidade a partir da escala micro e saberes locais para as demais escalas e *expertises* e não o contrário (zoneamento urbano e saber urbanístico), como parecia predominar em meados do século XX. Diferencia das Consultorias atuais que também não eram agências estatais por não atuar com foco maior em áreas de minorias de direito, mas em toda a cidade. Várias cidades brasileiras que influenciaram gerações de urbanistas, apesar do hiato democrático da Ditadura. Prova disso é que em algumas cidades brasileiras (Santa Catarina, Paraná e Espírito do Santo), no final do período militar, a experiência de planejamento participativo aponta novamente para o resgate do humanismo *lebretiano*: “Considerando o período no qual a SAGMACS atuou, seja pelo ideário difundido pelo Pe. Lebret, seja pelos trabalhos desenvolvidos, a instituição pode ser considerada inovadora em três pontos: ao estudar as necessidades e possibilidades para se planejar o desenvolvimento; ao estabelecer como unidade de análise o município, pois reconhecia escalas e dimensões regionais que este poderia afetar; e ao reconhecer Estado, técnicos e população como grupos cuja atuação poderia interferir no desenvolvimento regional (ANGELO, 2007, 7)”

sustentável em termos de habitação social e saúde pública com aportes dialógicos com políticas urbanas e sociais para incrementar a vida e ecologia das populações de favela, só alertamos para a falta de ausculta e participação popular em processos de remoções e reurbanizações em favela. Vale a pena destacar também que:

Na mesma medida em que são “arbitrários”, os objetos culturais também são compulsoriamente centrados na história, na sociedade e na natureza. É assim, que eles próprios constituem um centro que é histórico e está culturalmente construído, podendo sempre assumir múltiplas formas, sentidos e funções no tempo e espaço. Enquanto produto que resulta tanto quanto fomenta a experiência humana na e pela cultura, a ressonância ganha contorno institucionais, rituais e textuais que a constituem sua natureza total, agregando função eminentemente mediadora da materialidade e imaterialidade, da subjetividade e objetividade, do presente com passado e com futuro e, por fim, da onipresença (ROCHA; AMARAL-SILVA, 2015, 22).

Conflitos Socioterritoriais: Revolução dos Inquilinos & Revolução do Proletariado

Com o crescimento dos movimentos de ocupação de áreas urbanas públicas e privadas (prédios e terrenos desocupados) por todo o Brasil no novo milênio, com especial destaque para as grandes capitais do país em suas áreas centrais mais adensadas e abandonadas, as questões fundiárias e trabalhistas têm se cruzados sobremaneira – paralelismo causal entre conflitos de classe e terra²⁶². Influenciado pelo movimento e intelectualidade de

²⁶² “(...)”. A aparência superficial dos conflitos nas sociedades urbano-industriais contemporâneas indica que existe na verdade uma dicotomia entre as lutas no local de trabalho e no local de vida, e que cada tipo de luta é travada segundo distintos princípios e regras. As lutas em torno do fundo de consumo para o trabalhador, (...), igualmente emergem das tensões inevitáveis entre os apropriadores (procurando a renda), os construtores (procurando o lucro), os financistas (procurando juros) e o trabalho (procurando se opor às formas secundárias de exploração que ocorrem no local de vida). (...). Entretanto, os meios e a forma de tais conflitos diários e ostensivos são o reflexo de uma tensão muito mais profunda, com manifestações não tão facilmente identificáveis — uma luta sobre o significado e a definição de valores de uso, do padrão de vida da força de trabalho, da qualidade de vida, da consciência e até mesmo a própria natureza humana. Desse ponto de vista as lutas ostensivas entre proprietários de terra apropriadores, construtores e trabalhadores, (...), devem ser encaradas como manifestações mediatizadas do conflito profundo subjacente entre o capital e o trabalho. O capital procura definições, procura impor significados que conduzam à produtividade do trabalho e ao consumo das mercadorias que o capital pode lucrativamente produzir. (...). Mas o trabalho procura seus próprios significados, em parte derivados de uma lembrança que rapidamente se esvai, da vida artesã e campesina, mas também de um imperativo inelutável de aprender o que significa ser humano. "A natureza humana" não tem,

esquerda pós-marxista, um dos autores que mais tem se dedicado a ressignificar a obra de Marx à luz da contemporaneidade, procura demonstrar como há uma solução continuidade moralmente segregadora e disciplinadora entre a expropriação da mais-valia e meios de produção com da livre moradia e condições de habitabilidade²⁶³:

O capital procura disciplinar o trabalho tanto no lar como na fábrica, porque é somente nos termos de uma ampla dominação do trabalhador em todas as facetas de sua vida que podem ser criados e garantidos a "ética do trabalho" e os "valores burgueses" necessariamente exigidos pelo processo capitalista de trabalho. A promoção da casa própria para os trabalhadores [vila operárias e habitações sociais] estabelece a submissão destes ao princípio da propriedade privada, encaixando-se, portanto, nesse estratégia geral. (...) (...) vemos a necessidade, por parte do capital, de promover uma sensação de contentamento e satisfação na força de trabalho, de maneira a levá-la à cooperação espontânea e à eficiência no local de trabalho. Essa situação não pode ser cultivada sem que seja dada, ao trabalhador, pelo menos a ilusão de liberdade de escolha no local de vida, bem como de saudáveis e gratificantes relações com a natureza na esfera do consumo. Essas ilusões são envolventes, porém nem sempre fáceis de se sustentarem diante das realidades impostas pelas necessidades da acumulação pela acumulação e da produção pela produção. As condições no local de trabalho não podem nunca ser assim tão facilmente escondidas, por mais gigantescas que sejam as mistificações (HARVEY, 1982, 28-9).

Após as derrocadas dos projetos socialistas em URSS e Cuba, pós-socialistas em vários países, não parece haver uma visão estreita e dissociativa, como ocorreu no libelo socialista comunista de Engels contra os

então, um sentido universal, mas vem sendo perpetuamente refundida no jogo de uma luta sem tréguas. Embora o capital possa dominar e impor sobre nós um sentido de natureza humana predominantemente capitalista, as resistências estarão sempre presentes e as tensões internas dentro da ordem capitalista — entre a apropriação privada e a produção socializada, entre individualismo e interdependência social — (...) (HARVEY, 1982, 33-4)".

²⁶³ Vejamos uma análise mais brasileira dessa vertente pós-marxista, já que os textos de Harvey, muitas vezes, apesar da precisão teórica, pecam pelo geografismo generalista ou síndrome de Wally: "A mediação da luta de classes é fato e o conflito se desloca para o campo das políticas sociais. O que está em jogo é a "luta por condições de existência diante de desoneração do Estado do custo da reprodução social". Todos esses condicionantes concorrem para o processo de territorialização da nova dinâmica socioeconômica. Logo, a distribuição e o uso do espaço vinculam-se, cada vez mais, à reprodução ampliada do capital e se dão de modo desigual, combinando o moderno e o atrasado como expressões de uma unidade que é contraditória e tem por base a racionalidade da busca do lucro. A materialização dessa racionalidade conforma, por conseguinte, não um espaço dual, mas a expressão no território das contradições e antagonismos entre as classes sociais que compõem a sociedade, contradições estas resultantes da apropriação desigual da riqueza produzida socialmente. As cidades se organizam de modo a favorecer a nova ordem, respondendo aos movimentos de reprodução do capital e da reestruturação do mercado de trabalho. Assumimos aqui, portanto, a definição da cidade como espaço que se organiza exprimindo estruturas societárias mais amplas, com papéis vinculados ao contexto histórico-social (PINTO, 2005, 104)".

socialistas pequeno burgueses influenciados pelo anarquista Proudhon, de que a luta pela moradia deva ser encarada como um suborno ou paliativo da luta transcendental pelo fim da luta de classes (ENGELS, 1979). De certa forma, como se percebeu, até mesmo com o forte incremento das políticas públicas de habitação social no governo de inclinações mais esquerdistas (PT) de Lula/Dilma voltado para populações realmente pobres – como não ocorreu, prioritariamente, no período da Ditadura Civil Militar Empresarial, essa pauta voltou a adquirir centralidade. No caso “descentralidade”, pois para tornar os empreendimentos mais lucrativos as áreas mais remotas e devolutas das cidades são oferecidas para a população de baixa renda adquirir seu imóvel próprio

O êxodo rural, a conurbação urbana, o inchaço populacional e a insegurança pública ocasionando pelo crescimento entrópico das cidades tem atuado como *constraint* macropolítico para colocar na mesa de discussão a crise habitacional, muitas vezes, subdimensionada, pela classe dirigente. O outro fator macro é a mudança da configuração de demanda do mercado de trabalho. Com o aumento da globalização, robotização, virtualização, terceirização e precarização do trabalho formal, ocorrem um enfraquecimento das organizações sindicais que passam a não ter liderança efetiva sobre seus representados, cada vez mais alienados pelo receio do desemprego estrutural, o que foi aprofundado e formalizado com o fim da obrigação do imposto sindical no governo Temer – reforma trabalhista de 2017. Essa conjuntura geral e específica tem acarretado um contexto socioeconômico em que o campo da luta de classe tem se deslocado do foco na questão trabalhista propriamente para a fundiária/rentista. O que não invalida a percepção mais geral de que esse conflito sempre se revelou na biopolítica das relações produtivas, tanto quanto na geofísica das estruturas urbanas. O fato é que, à medida que os postos operacionais de empregos com carteira assinado tem ficado menos estáveis, bem como mais escassos, dando lugar ao crescimento da informalidade empreendedora, a luta trabalhista e o próprio sentido clássico da palavra “trabalho” se tornou anacrônica – no sentido de que a empresa capitalista multinacional já não depende dos assalariados de um determinado lugar como outrora.

O irrompimento vulcânico de grupos aglutinados em torno do chamado Movimentos do Sem Teto (MTST) é consequência direta dessa janela que se fecha e que tenta garantir às classes ditas operárias com o pé na porta, um lugar ao sol, de preferência, próximos aos locais de aglomerações humanas e conglomerados empresariais na nova cartografia real e imaginária da cidade global. Sincronicamente, os trabalhadores qualificados e bilíngues das áreas de decisão e criatividade, que ainda mantêm seus postos, pelo menos, enquanto, máquinas de aprender ainda não aprenderam a criar campanhas publicitárias, necessitam de locais de moradias centrais ou, pelo menos, estratégicos (próximos a comércios, equipamentos culturais e meios de transporte). Destarte, alimentam o potentado econômico das imobiliárias e empreendedoras, que, por sua vez, não vem no uso do solo a função social e preservação patrimonial vigentes em Lei e Planos Diretores, mas tão somente, a mais valia fundiária urbana desses locais com essas vantagens locacionais, aptas a se tornar dividendos das comissões de corretores. Esses também, que, em piores condições trabalhistas do que a classe trabalhadora subempregada sacrifica sua vida pessoal trabalhando em horários de plantão nos finais de semana e feriados em um cassino de vendas. Casarios, cortiços e malocas²⁶⁴, algumas, tombáveis pelo patrimônio público, utilizados improvisadamente também para moradia de famílias pobres por meio de aluguéis de baixo custo, passam a ser cortejados pela indústria da especulação imobiliária e suas feudais pós-modernas máquinas de morar (Academia de Ginástica/ *Cow working*/ Mini comércio/...) – e mesmos os prédios antigos ocupáveis, com o mercado que se abre com o *retrofit*, também estão na mira. O que tende a aumentar o fluxo, gentrificação e verticalização²⁶⁵ de áreas centrais, que tem por consequências piorar a já péssima mobilidade urbana e a saúde pública (poluição sonora, residual e visual) nas grandes cidades brasileiras.

²⁶⁴ Tipologias de habitação pouco estudadas, apesar de bem retratadas na literatura. Em 2018, alvo de edital para realizar censo dos cortiços em São Paulo.

²⁶⁵ No caso de São Paulo, na gestão Dória, com campanha para prefeito financiada pelas incorporadoras imobiliárias com tentativa de revisão em 2018 das taxas da outorga onerosa e gabarito dos prédios previsto pela elogiada Lei de Zoneamento do Plano Diretor de 2017, antes do seu primeiro aniversário, no que visava flexibilizar também construção em áreas de interesses social para melhor lucrar e gentrificar.

Mas o que Conjunto habitacional social como a Cruzada do Leblon tem a ver com ocupações urbanas como Hotel Cambridge na 9 de Julho? O fato é que ambos são condomínios comunidades, a sua maneira, marcados pelo estigma negativo de marginalidade, que pesa sobre populações pobres negras/ (i)migrantes e, que, por isso, se tornam indesejáveis. Em ambos, o direito físico e simbólico à moradia e a cidade estão acossados. Aos moradores do Leblon, a Cruzada, mesmo que tenha sido um empreendimento social segundo os padrões técnicos de salubridade, justamente por causa do eugenismo higienista de meados do século XX – Batalha do Rio (Prefeito Lacerda) –, feita pela milenar Igreja em terreno doado pela União, adquirido pelos mesmos com suas parcas somas, é percebida como uma ocupação irregular de desqualificados e delinquentes em potencial: ou seja, uma “favela vertical” – termo lúdico infantil de perversidade subliminar que busca prejudicar até mesmo a relatividade da percepção universal da forma de que uma reta (prédio) é uma reta e não é uma curva (favela). Em último caso, resta-nos ainda recurso, caso a argumentação antropológica, histórica, jurídica (direitos constitucionais e humanos) e até mesmo artística, como tenho proposto com o Projeto Palavras Cruzadas parece se mostrar incipientes e diletantes amiúde, apelar para o direito natural. Nele, a questão de afinidade e pertencimento de classe, raça, cultura e religião é desprezível em face do direito à vida (extensão e duração) e livre ocupação com “azinho de anarquista” ou de “aroba”, o espaço natural e refunda-lo física e poeticamente à luz de seu corpo e áurea viva, solares.

Construção Social e Predial da Realidade Viva e Construída

Em suma: por meio de uma mirrada inter(trans)disciplinar de Antropologia Urbana, Economia Política e Percepção Urbana, espero ter inventariado um *pool* de impactos sociais e urbanísticos do projeto pioneiro de reurbanização de favela com remoção compulsória (Praia do Pinto) no Rio de Janeiro (Cruzada), com relocação dos moradores em um Condomínio de um bairro da zona Sul. Enquanto ambiente construído e vivido, a Cruzada

apresenta um comportamento espacial híbrido e multissituado entre condomínio, pela sua morfologia predial, e comunidade, pela representação social. Durante esta apresentação parcial da pesquisa, tentei dimensionar relativamente os pontos positivos e negativos desse ecossistema habitacional e seus impactos urbanos e sociais para esses moradores e para sociedade carioca²⁶⁶. Percorremos por meio de análise sócio urbanística os campos de lealdades e conflitos sócio raciais, político-econômicos, ético religiosos e estético visuais geradores de (auto)estigmas, invisibilizações e exclusões entre os moradores e os prédios da Cruzada entre si e esses, com os demais moradores e prédios do Leblon – haja vista haver hierarquização de *status* de distinção e estigma de marginalidade entre um bloco e outro, seus moradores e dos outros Para tanto, a questão do comportamento sócio espacial, relativo à adequação territorial e interação social desses moradores no espaço semiprivado e público no sítio, foi observada em duas escalas distintas:

- 1) entre cada um dos 10 prédios e suas instalações contíguas como Escola e Igreja, e entre os moradores na sua vida comunitária;
- 2) entre os prédios residenciais do bairro, empresas e instituições vicinais ao Condomínio, com ênfase para o Shopping, e entre os moradores da Cruzada e do bairro e os demais na região e Zona Sul.

Com maior clarividência das nuances das temporalidades objetificadas de determinados moradores e espacialidades subjetiváveis de determinadas edificações, tentou-se criar um escopo de compreensão complementar sinérgica do caráter “construído” do espaço enquanto território e patrimônio material e imaterial (bem comum): ambiente construído (espaço/extensão), arquitetonicamente construído, mas também, do ambiente vivido (tempo/duração), ou socialmente construído. Tal equivalência ou até mesmo precedência do caráter poético do espaço sobre físico (HEIDEGGER, 2012), requer, destarte, repensar as políticas público sócio habitacionais em termos de contemplar lugar de fala e ação para etnosaberes. E saberes técnicos, para

²⁶⁶ Raymond (2001) sugeriria o método ARO de avaliação pós ocupacional (APO) que permite analisar as relações e oposições de determinado espaço (estética) e sociedade (símbolo) para apreciar discursos.

além do campo da medicina social, engenharia civil, arquitetura/urbanismo e serviço social, no que inclua democraticamente a ciências humanas, a arte, a ecologia, e a psicologia.

A utopia de transformação social e urbana com participação popular ativa e sem intervenção urbanística, presente no projeto cultural “Palavra Cruzada”, parece apontar responsivamente, no caso de zonas física ou simbolicamente degradadas como a Cruzada, para a possibilidade de desestigmatização sócio espacial através de autenticação de novos *frameworks* de interpretação (BARTH, 2000). Aqui aponto para complementaridade entre o projeto habitacional (físico, ambiente construído) Cruzada São Sebastião de 1955 e o sócio cultural (metafísico, ambiente vivido) em prol do desenvolvimento geoafetivo de pertença e integração da cidade-todo com suas partes-cidades (centrais e alôcentricas). No que permite incremento da sua autoestima cidadã e autoafirmação cultural em quaisquer que sejam o lugar da habitação e a morada da filosofia –, como nos remete Monsueto Menezes no samba “Moro na Filosofia”, sem nem ter lido Heidegger (2012) sobre a precedência do pensar sobre o ato de construir e habitar:

Eu vou lhe dar a decisão/ Botei na balança e você não pesou/ Botei na peneira e você não passou/ Mora na filosofia/ pra quê rimar amor e dor/ Se seu corpo ficasse marcado/ Por lábios ou mãos carinhosas/ Eu saberia ora, vai mulher/ A quantos você pertencia /Não vou me preocupar em ver/ Seu caso não é de ver pra crer/ Tá na cara!

Monsueto, nascido na década de 20 na *Favela da Praia do Pinto*, percussionista, cantor, ator comediante e baterista de boate (anos 40) da Orquestra de Copinha do Copacabana Palace Hotel, além de pintor *naïf*. Autor da canção “*Mora na filosofia*” (1955), gravada no auge das políticas públicas urbanas remocionistas de Lacerda, (Batalha do Rio), cuja maior diatribe se deu

contra a população da ex-favela de Monsueto, de onde são provenientes os moradores pioneiros da Cruzada²⁶⁷ e, parte, dos da Cidade de Deus.

A habitação é também interior e filosófica, pois que coabito meu corpo de dentro para fora e a terra (Terra) de fora para dentro ao mesmo tempo, e justamente, por esta ser maior e “mais forte” (somatório de outros corpos vivos e inorgânicos da natureza) do que meu corpo, que esta precisa ser reduzida a um recorte localista do real (localidade). Sincronicamente, este universo imediato (*unwelt*) impregnado de geoafetividade se torna a projeção do corpo através da ferramenta da simbolização espacial. Afinal, só é possível fazer parte de uma favela, prédio, rua, quarteirão e cidadela, cujo alcance e impacto é transcorpóreo, através do espírito/imaginário/filosofia, – estes, sim, capazes de preencher volumes significantes com vazios carregados de significado. Como habitar é também ato pensar de fundar, distribuir, trans-formar, o que demanda o pensar, a autodeterminação do habitat em termos de mística do lar, é fundante da determinação da habitação, em termos de casa. Afinal, a mesma casa pode ser lar para alguns e fantasma para outros. Ela pode não ter teto e ainda, assim, ter “graça”. O corpo enquanto casa do espírito e das ideias sugere, por extensão arquetípica, uma necessidade de abrigo físico através da casa, enquanto abrigo do corpo, que por sua vez, metafisicamente, demanda, antes disso, de lócus poético-espacial, pois que é a alma que habita primeiro a casa. E para ela, o importante não é tanto a casa em si, já que ela tem seu

²⁶⁷ Para além dos problemas insolúveis da favela na época, a perspectiva da remoção sem reparação fez com que o pessoal da Cruzada tenha tido e tenha até hoje um sentimento de gratidão pelo bispo e certa simpatia pela fé cristã, o que talvez, não coadune com a prática católica automaticamente. O samba do carnaval de 1957, de autoria de Luiz Antônio e gravado por Heleninha Costa revela um pouco desse espírito fraternidade universal cristã: “Obrigado, Reverendo!. Obrigado, reverendo Deus lá no céu está vendo A nossa gratidão. Acabou meu sofrimento, Você fez apartamento Em lugar de barracão. E a favela diz bem alto Quem traz o morro para o asfalto Tem o nosso coração. Ai, ai, só vendo o reverendo, Só vendo, quanta alegria. Ai, ai, só vendo o reverendo, Só vendo, o olhar de Maria. Nele, a percepção de que o protagonismo da ação da Cruzada era, inquestionavelmente, do “Reverendo”, como o samba se refere à D. Hélder, é evidente. E a inscrição do projeto no âmbito de atuação da Igreja Católica e em seu horizonte de sentido se resume na afirmação de que “Deus lá do céu está vendo” e que é “o olhar de Maria” que permite ver o significado da obra empreendida. Mas é a síntese expressa nos versos a seguir que melhor indica a percepção do sentido da Cruzada como ação integradora da favela no tecido urbano, na contramão de tantas fissuras do que, hoje, reconhecemos como uma “cidade partida” [76]. Você fez apartamento Em lugar de barracão. E a favela diz bem alto quem traz o morro para o asfalto Tem o nosso coração (TARGUÊTA, 76-77)”.

eterno casco, mas o sentido subjetivo de geopertencimento, que é a alma do lugar. É quando um aparente (in)significante cubo geométrico (casa) pode ter seu significado moral e afetivo (lar) elevado ao cubo, em que uma “espacialidade mensurável” se transforma em uma “sensação de *lugar* apreendido como dialética de inclusões [proximidades] e equívocos [distâncias] (DIDI-HUBERMAN, 1998, 118)”:

É a suspeita de uma latência, que contradiz a segurança tautológica do *What you see is what you see*, que contradiz a segurança de achar diante de uma “coisa mesma” da qual poderíamos refazer em pensamento a “mesma coisa”. Então, a estabilidade temporal do cubo – correlativa de sua idealidade geométrica – também se abisma, porque sentimo-lo votada a uma arte da memória cujo conteúdo para nós (assim como para o artista) permanecerá sempre defeituoso, jamais narrativizado, jamais totalizado. A repetição em obra não significa mais exatamente o controle serial, mas a inquietude heurística (...) em torno de uma perda. O inexpressivo cubo, com sua rejeição consequente de todo “expressionismo” estético, chumbar-se-á finalmente com algo que chama uma jazida de sentido, jogos de linguagem, fogo de imagens, afetos, intensidades, quase corpos, quase rostos. Em suma, um antropomorfismo em obra (ibid., 119).

Após deslocamento habitacional em que ao corpo, relativamente, mais flexível vida em favela se reencarna em um corpo disciplinado da vida em condomínio, disfunções psicossomáticas e bioenergéticas profundas são minoradas pela capacidade compensatória da crença em criar “minimalismos figurativos”, no caso, o condomínio do tipo comunidade, rígido por fora, comunitário por dentro. Este caso estudado nos permite concluir que: a favela, enquanto releitura contemporânea do quilombo, – à despeito de possíveis romantizações analíticas do seu caráter político –, de fato, aponta para um local de reprodução bio-social negra²⁶⁸ e pode ser melhor mensurada se

²⁶⁸ “Já a primeira Lei de Terras de 1850, escrita e lavrada no Brasil, exclui os africanos e seus descendentes da categoria de brasileiros, situando-os numa outra categoria separada, denominada “libertos”. Desde então, atingidos por todos os tipos de racismos, arbitrariedades e violência que a cor da pele anuncia – e denuncia –, os negros foram sistematicamente expulsos ou removidos dos lugares que escolheram para viver, mesmo quando a terra chegou a ser comprada ou foi herdada de antigos senhores através de testamento lavrado em cartório. Decorre daí que, para eles, o simples ato de apropriação do espaço para viver passou a significar um ato de luta, de guerra. Tudo isto se esclarece quando entra em cena a noção de quilombo como forma de organização, de luta, de espaço conquistado e mantido através de gerações. O quilombo, então, na atualidade, significa para esta parcela da sociedade brasileira sobretudo um direito a ser reconhecido e não propriamente e apenas um passado a ser rememorado. Inaugura uma espécie de demanda, ou nova pauta na política nacional:

pensada enquanto potencial patrimonialístico material e imaterial. Isso, justamente, a partir de uma noção que perceba as práticas culturais e memórias coletivas como produtoras de significados traduzidos em mundividências e pertencimentos (MATTOS, 2008).

Últimas Notícias

Em 2016, o aumento da visibilidade midiática negativa do Condomínio associado à favela no contexto do recrudescimento da violência urbana na Zona Sul, resultante da bancarrota financeira do Estado, se tornou motivo para eu tirar da gaveta o projeto “Palavra Cruzada: a voz do Leblon” – e vislumbrar a possibilidade de apoio via financiamento coletivo (*crowdfunding*), o que só viria a se concretizar efetivamente em 2019. Ainda consciencioso de que a extensão acadêmica e engajamento político do pesquisador²⁶⁹ são tão importantes, quanto ao distanciamento analítico e interlocução acadêmica, continuo apresentando o projeto – e a problemática social que o justificava –, às entidades dos mais diversos segmentos, na tentativa de contribuir para minorar os efeitos do estigma socioespacial com a Cruzada no Leblon. Já tendo qualificado, irrequieto, nos estágios finais de monástico silêncio que descreve o período de reescrita e maturação da tese, tendo minha bolsa acadêmica sido subtraída pelos ventos repentinos de austeridade financeira estatal em 2016, atuei como pesquisador de campo do DataFolha em São Paulo. Para subsidiar novas análises reflexivas e ações combativas sobre o Entre a Cruz e a Espada, compartilhei conteúdos inéditos acadêmicos na condição de colaborador e

afrodescendentes, partidos políticos, cientistas e militantes são chamados a definir o que vem a ser o quilombo e quem são os quilombolas (LEITE, 2000, 335)”

²⁶⁹ Cada uma dessas dimensões do retorno da pesquisa [1] devolução de dados e materiais de campo, das análises e dos registros imagéticos e sonoros digitalizados; 2) objetos, peças e artefatos arqueológicos e etnológicos e 3) simbólica com circulação de ideias e métodos] se articula com debates mais amplos em torno de metodologia e ética na pesquisa, linguagens da etnografia, relação etnográfica, e mais recentemente questões sobre situação colonial, pós-colonialismo e reparação. Ou seja, a discussão sobre restituição ou retorno da pesquisa nunca é uma discussão por si mesma, mas está articulada a outras dimensões da pesquisa, algumas delas relacionadas à própria viabilidade e possibilidade dessa devolução: seria a linguagem etnográfica traduzível? A cena etnográfica muda na restituição? Quais são as formas e possibilidades de recepção da pesquisa pelos sujeitos pesquisados? (MALUF; ANDRADE, 2017, 170)”.

entrevistado do caderno Cotidiano do Jornal Folha para a produção de uma matéria²⁷⁰. Destaco aqui, semioticamente, 7 pontos positivos e 7 negativos, respectivamente, do conteúdo produzido pela Folha:

+1) Defesa do direito à moradia em área central, valorizada e litorânea (R\$ 400 mil reais)

+2) Histórias de vida de pessoas trabalhadoras (inclusive, no Shopping), que contribui para desestigmatizar os moradores.

+3) Denúncia da invisibilização (estigmatização) social e arquitetônica (Clube e Shopping)

+4) Denúncia do atraso de obras de revitalização zonas envoltórias (PPP)

+5) Interação social por efeito pós crise econômica com risco de gentrificação do Condomínio

+6) Interface com pesquisas acadêmicas (IPPUR/UFRJ)

+7) Apontamentos de soluções “arteturais” para exclusão simbólica (“Palavra Cruzada”) e Parcerias Públicos Privadas (Flamengo)

-1) Reprodução do estigma de “comunidade” ou “favela vertical”, apesar da ressalva de que não há armas visíveis no prédio

-2) Repercussão predominantemente negativa entre o público leitor

-3) Pseudo jornalismo de impacto (sem acompanhamento do caso e continuidade de ações jornalísticas e/ou sociais)

-4) Invisibilização do Antropólogo Nativo, liderança comunitária, que foi entrevistado mas não é citado na matéria

-5) Dificuldade burocrática para conseguir a pauta

²⁷⁰ “Destoantes, dez prédios populares no coração do Leblon: Ao lado do metro quadrado mais caro do país, comunidade sobrevive desde 1955. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/07/destoantes-dez-predios-populares-resistem-no-coracao-do-leblon.shtml> (acesso em 08/02/2019).”

-6) Contextualização histórica superficial ou imprecisa: atribuição errônea construção do prédio à incêndio na favela praia do Pinto (1969); noticiamento de que a versão física e autenticada do projeto social “Palavra Cruzada” já realizado, quando, na verdade, ainda está em andamento.

-7) Não citação de a matéria se trata de um esforço de colaboração de extensão acadêmica, bem como não citação do conceito do pesquisador colaborador: (auto) estigma ou estigma interno e externo.

O resultado em termos de conteúdo, por autenticar narrativas no local, com destaque para o apontamento de misturas intersócio raciais, mesmo que com tendências gentrificantes, a partir da vinda de moradores não nascidos no local – bem como, a pauta referente a reivindicações e iniciativas de intervenção urbanística público e/ou privada para prestigiar área do entorno do prédio – foi edificante. Mas com ressalvas, por reproduzir²⁷¹ o mesmo estigma desmistificado por esta pesquisa: o de que a Cruzada é uma comunidade (favela). O que mostra como é hercúlea a tarefa de se imunizar contra as correntes culturais hegemônicas socioespacialmente segregacionistas. Porém, nas arenas públicas das redes sociais, que parecem ser cada vez mais decisivas para orquestrar as opiniões e políticas públicas, não há muito o que ser comemorado.

O impacto em tempo real da matéria na postagem feito no *twitter* do jornal²⁷², além dos antagonismos de classe, etnia e raça no Brasil aplicados ao

²⁷¹ Talvez, por ser um jornal impresso nas mesmas engrenagens deste sistema criador de hierarquias tão desiguais, mesmo que seu conteúdo o critique, por vezes.

²⁷² “Destoantes, dez prédios populares resistem no coração do Leblon
22:22 - 24 de jul de 2018 **6 respostas,6 retweets,28 curtiram**

1. Leblon ? E ninguém pra tirar essa gente diferenciada daí ? Enviem-os para o inferno dos quengo e construam um condomínio de alto luxo ! **0 resposta0 retweet3 curtiram**
2. Isso aí tinha de ser igual no Japão, deu 50 anos derruba e faz novos, modernos, amplos e obviamente seguros seguindo as novas regras de construção. **1 resposta0 retweet3 curtiram**
3. Destoantes? Canalhas segregacionistas, racista e elitista. Destoantes é esses ricos invasores predatórios, o Leblon é uma terra de índios invadidas por brancos. **0 0 0**
4. Destoantes é o CARALHO! Jornal de víboras, burgueses malditos! Antes mesmo dessa porra de bairro ser o que é hj eles ja existiam. Putos **0 0 0**
5. Cruzada Sao Sebastiao, Jardim de Alah / Leblon/Lagoa **0 0 0** Hoje em dia jamais existiria!!! **0 0 0** (Disponível em <https://twitter.com/folha/status/1021988929015349248>, acesso em 08/02/2019)

contexto de disputas territoriais urbanas, aponta para o início da politização partidária polarizada (guerras culturais) entre esquerda estatista “multiculturalista” (acusada de corrupta pela direita) e a direita neoliberal “cristã”²⁷³ (acusada de golpista pela esquerda) também em relação ao debate das políticas sociais habitacionais no Brasil – talvez, em função da política pública federal mais recente para o setor, o “Minha Casa, Minha Vida” criado pelo governo PT em 2009, ter sido um dos seus legados considerados relativamente positivos, apesar de incorrer em descentramento de populações pretas e pobres, além da criação de bolhas de especulação imobiliária em áreas remotas devolutas. O empate técnico (3 X3) entre os 6 comentários pró (azul) e contra (vermelho) Cruzada, no entanto, revela nas entrelinhas algorítmicas, uma replicabilidade adesiva exponencialmente maior por parte dos *posts* com tendências consideradas eugenistas e/ou conservadoras, o que deu vitória no segundo turno para o time dos azuis – o que se repetiu nas urnas em 2018. O que tem resultado, em termos de macropolítica, no processo de suspeição suspensivo e até punitivo das políticas sociais, urbanas, culturas e ambientais a partir de 2019, e seus mobilizadores no Brasil, erroneamente, associados, pelos atuais mandatários de diversas escalas e alas de poder executivo, legislativo e judiciário, indiscriminadamente, à defesa da esquerda radical e marxismo cultural. A tendência atual criminalização dos direitos e movimentos pró-moradia em um espectro que inclui tanto dos estritamente legais e estatais, como PMCMV, até extralegais e informais, como ocupações de prédios e áreas urbanas, certamente, poderá implicar em um desmantelamento de iniciativas sociourbanísticas ²⁷⁴ como mutirões autoconstrutivos, escritórios modelos e assessorias técnicas com ênfase em soluções práticas e participativas para as cidades brasileiras reais.

²⁷³ Difícil considerar multiculturalista muitos membros da esquerda ou entusiastas de suas ideias que nutrem total desprezo por outras correntes político-filosófica-cultural-religiosas diferentes das suas. Da mesma maneira, é temeroso considerar cristã o séquito em torno da figura do atual presidente do Brasil, Bolsonaro (PSL), que defendem com sensacionalismo de jornal marrom, a violência institucionalizada e indiscriminada contra o comunismo, humanismo, corrupção e crime organizado.

²⁷⁴ Uma das metas (12) do Plano Nacional de Educação (PNE) 10% do total de créditos curriculares obrigatórios da graduação dever-se-á ser oriundo de atividades de projetos de extensão universitária de relevância pública (direitos humanos/sustentabilidade socioambiental)

REFERÊNCIAS

ALIANZA INTERNACIONAL DE HABITANTES. *Tribunal Internacional de Despejos. Brasil: casos e recomendações*. São Paulo: Terra de Direitos/Centro de Direitos Econômicos e Sociais, 2018.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PESCADORES DA VILA AUTÓDROMO. *Plano Popular da Vila Autódromo*. Rio de Janeiro: AMPVA, 2012.

ABRAMO, P. *Favela e Mercado Informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras* (coleção Habitare vol. 10): Porto Alegre: ANTAC, 2009.

ABRAMO, P. *Mercado e Ordem Urbana: do caos à teoria da localização residencial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

ABRAMO, P.. A convenção urbana. In: *Encontro Nacional do ANPUR*, 6º, Brasília, 1995.

ALMEIDA, A.C.C.. *Fronteiras Urbanas: interpretações sobre a Cruzada São Sebastião e o Leblon*. Rio de Janeiro: PUC, 2010.

AMADO, Adriana. Limites monetários ao crescimento: Keynes e a não-neutralidade da moeda. In: *Ensaios EFF*, vol. 21, n. 1, 2000.

ANDRADE, J. B.. *Ciência Política e seus Aspectos Atuais: engenharia política e*

policometria. Brasília: Centro de Doc. e Info. (Coord. de Public.) 2000.

ANGELO, M. R.. A participação no Planejamento Urbano nos estudos de Lebet e da SAGMACS. In: *XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*, 21 a 25 de maio de 2007.

ARAÚJO, A. M. C. ; TAPIA, J. R. B. . Estado, classes e estratégias: notas para um debate. In: *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, v. I, 2011.

ARDENNE, P. A cidade corpopoética. In: PESSOA, F.; BARBOSA, R.. *Se essa Rua fosse minha: obre desejos e cidades*. Vila Velha: Museu Vale, 2012.

ARENDT, H. *Eichmann em Jerusalém — Um Relato Sobre a Banalidade do Mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ASSIS, F.. Para a questão da habitação no Rio: uma breve história de urbana de longa duração da habitação social carioca. In: *Cadernos del CLAEH*, segunda serie, año 34, n. 102, 2015. Disponível em <http://claeht.edu.uy/publicaciones/index.php/cclaeht/article/view/190>, acesso em 08/02/2019.

ASSIS, F.. Bandeira à Brasileira: Libelo Vexilológico contra o Positivismo Seletivo no Brasil. In: *Século XXI: Revista de Relações Internacionais*, v. 8 n. 2, 2017. Disponível em v. 8 n. 2 (2017): <http://seculoxxi.espm.br/index.php/xxi/article/view/174>, acesso em 14/05/2019

AUGÉ, M.. *Antropologia da Mobilidade*. Maceió: Editora UNESP/UFAL, 2010.

AUGÉ, M. *Não Lugares: uma introdução à Antropologia da Supermodernidade*. Campinas: Papirus, 2008.

AZEVEDO, A.. *O Cortiço*. São Paulo: Ática, 2005.

BACHELARD, G. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Claret, 2008.

BARBOSA, C.. *Percepção da Luz no Ambiente de Arquitetura: preferências humanas em ambiente de trabalho*. São Paulo: FAU/USP, 2010.

BARTH, F.. *O Guru, o Iniciador e outras Variações Antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BARTH, F.. Os grupos étnicos e suas fronteiras; A Análise da cultura nas sociedades complexas. In: TOMKE, L. *O Guru, o Iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro, Contra-capa, 2000.

BATESON, G.. *Steps to a Ecology of Mind*. Chicago: Univ. of Chicago P., 2000.

BECKER, H.. *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008.

BELLUZZO, L.. (2013). Concorrência, crédito e crise: considerações a partir de Marx. In: *O capital e suas metamorfoses*. São Paulo: Editora da UNESP, 2013.

BELTRÃO, L. *Folkcomunicação*. São Paulo: Cortez, 1980.

BIENENSTEIN, G.. Shopping Center: o fenômeno e sua essência capitalista. In: *Geographia*, v. 3, n. 6, Niterói, 2001.

BERGER, P.; LUCKMANN, T.. *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Vozes, 2001.

BERGSON, H. *Evolução Criadora*. São Paulo: Folha, 2014.

BERMAN, M.. *Tudo o que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

BERNARDI, B. O conceito de dependência da trajetória (path dependence): definições e controvérsias teóricas. In: *Perspectivas*, v. 41, jan./jun., São Paulo, 2012.

BERTALANFFY, L.. *Teoria Geral dos Sistemas*. Petrópolis: Vozes, 1995.

BOAL, Augusto. *A Estética do Oprimido*. Rio de Janeiro: Garamound, 2009.

BOLTANSKI, L. *La Souffrance à Distance*. Paris: Éditions Métailié, 1993.

BONDUKI, N. G. *Origens da Habitação Social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 1988.

BOURDIEU, P. *Lições da Aula*. Ática: São Paulo, 2001.

BOURDIEU, P. *As Estruturas Sociais da Economia*. Porto: Campo das Letras, 2006. Introdução, O mercado da Casa: disposições dos agentes e estruturas do campo de produção e O Estado e a construção do mercado.

BOURDIEU, P. *Efeitos do Lugar* - In BOURDIEU, P. (Org.) *Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOURDIEU, P. *Distinção Social*. Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, P.. *Economia das Trocas Simbólicas*. Rio de Janeiro: Perspectiva, 2007 (2005).

BOURDIEU, P. *Efeitos do Lugar* - In BOURDIEU, P. (Org.) *Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

BOURDIN, A. *A Questão Local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRAGA, F. *Homens Invisíveis: relatos de uma humilhação social*. São Paulo: Editora Globo, 2004.

BRAGA, J. S. e MAZZUCHELLI, F.. Notas introdutórias ao capitalismo monopolista. *Revista de Economia Política*, vol. 1, n.2, abr.-jun., São Paulo, 1981.

BRITO GARCÍA, L. *El império Contracultural: del rock a la postmodernidad*. La Habana: Editora Arte y Literatura, 2005.

BURKE, P.. *A Escola do Annales 1929-89: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

BRITTO GARCIA, Luís. Cultura e contracultura. In:_____ *El império contra cultural: Del Rock a La postmodernidad*. La Habana, Cuba: Editora Arte y Literatura, 2005.

CABANES, R..; TELLES, V.. *Na Tramas da Cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Instituto de Recherche pour Develoment (IRD)/ Humanitas: 2006.

CALVINO, I. *6 Propostas para o Novo Milênio*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990.

CÂMERA, D. H.. *O Deserto é Fértil*. Rio de Janeiro, Ed. Civ. Bras., 1983.

CAMPBELL, J. *Isto é Tu: redimensionado a metáfora religiosa*. São Paulo: Landx, 2002.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R.. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo, Pioneira, 1976.

CARDOSO, E.. A invenção da Zona Sul: Origens e difusão do topônimo Zona Sul na geografia carioca. In: **GEOgraphia**, América do Norte, 11, fev. 2011.

CARROL, L.. *Alice no País das Maravilhas*. São Paulo: Martin Claret, 2005

CASTEL, R. *A Discriminação Negativa*. Petrópolis: Vozes, 2011.

CASTELLS, M.. *A questão urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R.. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo, Pioneira, 1976.

CAVALCANTI, S.. O que fazer com a população pobre? A favela nos anos 60. In: FREIRE, A.; OLIVEIRA, L. L.. *Capítulos da memória do urbanismo carioca: depoimentos ao CPDOC/FGV*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.

CHAMBOREDON, J.; LEMAIRE, M.. Proximité spatiale et distance sociale. Les grands ensembles et leur peuplement. In: *Revue Française de Sociologie*, XI, 1970.

COHEN, T. *Renovação Urbana: um estudo de caso da EMURB* (tese de mestrado). Rio de Janeiro: IPPUR, 1979.

COULON, A. *Etnometodologia*. Petrópolis, Vozes, 1995.

COUTINHO, C. N.. Socialismo e Democracia: a atualidade de Gramsci. In: AGGIO, A. (Org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento I*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

CUKIERMAN, H. Novos lugares, novos corpos: entre o “puro éter” e a “carne osso”. In: RHEINGANTZ, P.; PEDRO, R.. *Qualidade do Lugar e Cultura Contemporânea: controvérsias e ressonâncias em coletivos urbanos*. UFRJ (FAU/PROARQ): Rio de Janeiro, 2012.

DAMATTA, Roberto. *A Casa & a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAMATTA, R.. *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1987.

DEVILLERS, C.. “Typologie de l’habitat et morphologie urbaine. In: *Architecture d’aujourd’hui*, nº174, 1974.

DIDI-HUBERMAN, G. *O que Vemos, o que nos Olha*. São Paulo: Editora 34, 1998.

DUARTE, C. R.. Moldagem do lugar; remoldagem do olhar. In: DUARTE, C. R.; VILLENNOVA, R. de. *Novos Olhares sobre o Lugar. Ferramentas de*

metodologias, da arquitetura à antropologia. Rio de Janeiro: Contra Capa (FAPERJ), 2013.

DULONG, R. "A crise da relação Estado/sociedade local vista através da política regional". In N. Poulantzas (org.), *O Estado em crise*. Edições Graal, Rio de Janeiro, 1977.

EGLER, T.. *Cyberpólis*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.

ELALI, G. A.; PINHEIRO, J. Q.. Autobiografia ambiental: buscando afetos e cognições da experiência com ambientes. In: PINHEIRO, José Q.; GÜNTHER, Hartmut. (Org.). *Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente* v. 1. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

ELIAS, N.; SCOTSON, J.. *Os Estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELIAS, N. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1994.

ELIAS, N.. *Os Alemães*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

ELIAS, N. & SCOTSON, J.. *Os Estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELIAS, N. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1993.

ENGELS, F.. *A questão da Habitação*. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1979.

ENGELS, F.. *Anti-Dühring: A subversão da Ciência do Sr. Eugen Dühring*. São Paulo: Boitempo, 2015.

FELDMAN-BIANCO, B.. *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo, Unesp, 2010.

FERNANDES, A; MACHADO, T.. In: EGLER, T.. *Digitalização do Espaço*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

FERRARA, L. *Olhar Periférico: informação linguagem percepção ambiental*. São Paulo: EDUSP, 1993.

FERRAZ, M. *Arquitetura Conversável*. Rio de Janeiro: Azougue, 2011.

FERES, J.. Introdução. In: FERES, J.. *Sinais Sociais. Dossiê: políticas afirmativas*, v. 12, n. 34. Rio de Janeiro: SESC, 2018.

FERNANDES, R. *Privado, porém público. O terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FEYERBEND, Paul. *Contra o Método*. São Paulo: UNESP, 2011.

FILHO, José Luiz Mendes Aguiar. *A possibilidade de conversão de favela em condomínios fechados e sua repercussão na criminalidade local*. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/46822/a-possibilidade-de-conversao-de-favela-em-condominios-fechados-e-sua-repercussao-na-criminalidade-local>, acesso em 02/03/2016.

FOCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 2007.

FOCAULT, M.. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Almedina, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007 (2000).

FOCAULT, M. De espaços outros. In: *Estudos Avançados*, vol.27, n.79, 2013.

FOCAULT, M. Outros espaços. In: MOTTA, M. *Ditos e escritos III. Estética: Literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Petrópolis: Vozes, 2013.

FREIRE, P. *Uma Educação para a Liberdade*. Porto: Textos marginais, 1974.

FREIRE, L.; GONÇALVES, R.; SIMÕES, Soraya. Uma Cruzada no Século XX. In: *Antropolítica*. Niterói, n. 29, p. 201-223, 2. sem. 2010.

FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos*. São Paulo: Global, 2003.

FREYRE, G. *Casa Grande e Senzala*. São Paulo: Global, 2006.

FRIEDMAN, Fânia. Propriedade fundiária, habitação e processo de urbanização no Rio de Janeiro. In: *Cadernos IPPUR/UFRJ/ Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, ano 1, n. 1 (jan./abr., 1986). Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1986.

FURTADO, F. SMOLKA, M. O. Recuperação de mais-valias fundiárias urbanas na América Latina: Bravura ou Bravata? In: CURSO DE GESTÃO URBANA E DE CIDADES. (2001), Belo Horizonte. Fundação João Pinheiro, WBI, LILP, IPEA, ESAF.

GOMBRICH, E. *História da Arte*. São Paulo: LTC, 2000.

GALVÃO, E; WAGLEY, C. e. *Os Índios Tentehara: uma cultura em transição*. Rio de Janeiro, Min. de Educação e Cultura, 1961.

GALVÃO, Eduardo. *Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

GEERTZ, C. *Works and Lives*. Stanford: Stanford University Press, 1988.

GIBSON, J. *The Ecological Approach to Visual Perception*. Boston: HoughtonMifflin, 1979.

GOFFMAN, E.. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOFFMAN, G. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1961.

GOMEZ, Karla. *O Capital Incorporador como Agente Transformador da Configuração Urbana: o caso de Águas Claras, Distrito Federal*. Brasília: UnB, 2007.

GRANJA, S.. *Manual de Mediação de Conflitos Socioambientais*. São Paulo: 5 Elementos/ UMAPAZ, 2012.

GONÇALVES, J.. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. In: *Horizontes Antropológicos*, Ano 1199, n 23. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, jan/jun. 2005.

GORDON., C.C. "História social dos negros no futebol brasileiro", *Pesquisa de Campo/Revista do NúclM de Sociologia do Futebol*, Rio de Janeiro, UERJ, Departamento Cultura VSR-3, n. 2, p. 71-90, 1995.

HAUMONT, N.; RAYMOUND, M.. *Les Paviollonnaires*. Paris: L´Harmattan, 2001.

HABERMAS, J. *A Nova Intransparência. Do esgotamento das energias utópicas*. Novos Estudos CEBRAP, nº 18, 1987.

HALBAWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, S. *A Identidade Pós-Moderna*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, D.. A teoria da renda. In: HARVEY, David (2013). *Limites do Capital*. São Paulo, Boitempo, 2013.

HARVEY, D.. "O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas" In: *Revista Espaço e Debates* (Ed. Cortez), n. 6, 1982.

HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2013.

HEIDEGGER, M. *Ensaio e Conferências*. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

HILLIER, B.; HANSON, J.. *The social logic of space*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

HOLANDA, S. B.. *O Homem Cordial*. São Paulo: Peguin, 2012.

HUET, B. Anachroniques d'architecture, In: *Archives d'Architecture Moderne*, Bruxelles: Ed. Archives d'Architecture Moderne 1981.

IRWIN, R.. *A/r/tografia: uma mestiçagem metonímica*. In: BARBOSA, A.; AMARAL, L.. *Interterritorialidade: mídias, contextos e educação*. São Paulo: Editora SENAC-SP, 2008.

JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

JÁUREGUI, J. Do Desejo de Cidade no Século XXI. In: PESSOA, F.; BARBOSA, R.. *Se essa Rua fosse minha: obre desejos e cidades*. Vila Velha: Museu Vale, 2012.

JOLY, Martine. *Introdução à Análise da Imagem*. Campinas: Papyrus, 1996.

JUNG, C.. *Psicologia e Religião*. Petrópolis: Vozes, 1987.

KOTLER, P; KELLER, K. *Administração de Marketing*. São Paulo: Pearson, 2012.

KAFKA, F.. *O Processo*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

LAY, M.; REIS, A. Análise Quantitativa na área de estudos ambiente-comportamento. In: *Ambiente Construído*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, abr-jun. 2005.

LAMBERT, Jacques. *Os Dois Brasis*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 6ª ed., 1970.

LANG, J., BURNETTE, C., MOLESKI, W. & VACHON, D. (eds.). *Designing for Human Behaviour: Architecture and the Behavioural Sciences*. Stroudsburg, Dowden, Hutchinson and Ross, 1974.

LAPLANTINE, F. Arquitetura e Antropologia. In: DUARTE, C. R.; VILLENNOVA, R.. *Novos Lugares sobre o lugar. Ferramentas de metodologias, da arquitetura à antropologia*. Rio de Janeiro: Contra Capa (FAPERJ), 2013.

LEAL, F.; SÁNCHEZ, F.; TANAKA, G.; MONTEIRO. *Planejamento e conflitos urbanos — Experiências de luta*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

LEBRET, L. J.. *Princípios para a ação*. São Paulo: Edições SAL, 1952.

LEITE, I. B.. Os quilombos no Brasil. In: *Etnográfica*, Vol. IV (2). Lisboa: CEAS, 2000.

LEFEBVRE, Henry. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1998.

LEFEBVRE, H. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1999.

LEVI, D. The Gestalt Psychology of Expression in Architecture. In: LANG, J., BURNETTE, C., MOLESKI, W. & VACHON, D. (eds.). *Designing for Human Behaviour: Architecture and the Behavioural Sciences*. Stroudsburg, Dowden, Hutchinson and Ross, 1974.

LÉVY, P.. *As Tecnologias das Inteligências: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Natureza e cultura. In.: *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 2009.

LÉVI-STRAUSS, Claude.. *O cru e o cozido. Mitológicas 1*. São Paulo, CosacNaify, 2004.

LERNER, J. *Acunpuntura Urbana*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

LIPOVETSKY, G; SERROY, J. *A Estetização do Mundo: viver na era do capitalismo artista*. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

LIMA, R. *O Antigo Leblon, uma aldeia encantada*. Rio de Janeiro: Editora Antigo Leblon, 2005.

LINS, Paulo. *Cidade de Deus*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

LISBOA, F. P.. *Cruzada São Sebastião – RJ: concepção e transformações*, Disponível em <http://www.lares.org.br/2012/images/704-919-1-RV.pdf>, acesso em 16/09/2013.

MACEDO, J. M. *As Vítimas Algozes*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2012.

MALDONATO, M. *A Hora da Decisão: somos máquinas conscientes ou máquinas biológicas*. São Paulo: Edições SESC, 2017.

MALUF, S.; ANDRADE, A. P.. Entre políticas públicas e experiências sociais: impactos da pesquisa etnográfica no campo da saúde mental e suas múltiplas devoluções. In: *Saúde Soc*. São Paulo, v.26, n.1, 2017.

MARICATO, Ermínia. *Impasse Urbano*. Petrópolis: Vozes, 2012.

MARQUES, Rosa M.; NAKATANI, Paulo. *O que é capital fictício e sua crise*. São Paulo, Brasiliense, 2009.

MARX, K. *O Capital*. Rio de Janeiro: Boi Tempo, 2013.

MARX, K. ANGELS, F. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MARTINS, Jorge. *Redação Publicitária: teoria e prática*. São Paulo, 1997.

MATTOS, S. M.. *Comunidade Quilombola Marques (Carlos Chagas-MG)*. Goiânia: Ed. PUC/GO, 2008.

MÁXIMO-ESTEVEVES, L.. *Visão Panorâmica da Investigação-Acção*. Porto: Porto Editora, 2008.

MELLO, M. A. S.. Selva de Pedra: apropriações e reapropriações dos espaços públicos de uso coletivo do Rio de Janeiro. In: ESTERCI, N.; FRY, P.;

GOLDENBERG, M. *Fazendo Antropologia*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MILLER, Daniel. *Teoria das Compras: o que orienta as escolhas dos consumidores*. São Paulo: Nobel, 2002.

NEIBURG, F. O Naciocentrismo da Ciências Sociais e as formas de conceituar a violência política e os processos de politização da vida social. In: NEIBURG,

F; WAIZBORT, L.. *Dossiê Norbert Elias*. São Paulo: EDUSP, 2001.

NEVES, L.F.. A construção social da memória científica. In: *Encontro de Arquivos Científicos*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2003.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: *Proj. História*, São Paulo, n.10, 1993.

NUNES, B; VELOSO, L. Guetos e Favelas: Recorrência do “déficit” de territórios nas metrópoles contemporâneas, disponível em http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1335&Itemid=3502010, acesso em 10/07/2014.

PARK, R.. “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”. In: VELHO, O. (org.). *Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

PÉCAULT, D. Memória Impossível, História Impossível, Esquecimento Impossível, In: http://issuu.com/azimutecom/docs/revista_da_anistia_ed2, 01 de dezembro 2009.

PEIXOTO, E; FERRANTE, I. Goiânia, a cidade genérica: estudo dos shoppings centes. In: *URBANA - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade*, v. 1, n. 1, (2006).

PECK; THEODORE; BRENNER. Neoliberal Urbanism: Models, Moments, Mutations. In: *Saïs Review*, vol. XXIX, no. 1, Winter-Spring, 2009.

PEREC, G. *A Vida Modos de Usar*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

PÉTONET, C.. Espace, distance et dimension dans une société musulmane. In: *L'homme*, XII, 1992.

PFEIFFER, C. R.. Desenvolvimento no território a partir da colaboração público-privado: possibilidades. In: EGLER, T; TAVARES, H.. *Políticas Públicas, Rede Social e Território*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

PINTO, M. B.. QUESTÃO HABITACIONAL COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA. In: *Libertas*, Juiz de Fora, v.4 e 5, 2005.

POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens de nossa época. Trad: Fanny Wrabel. - 2. ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

POLLACH, M. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*, n. 5: Rio de Janeiro, 1992.

POLLACH, M. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, n. 3. Rio de Janeiro, 1989.

POSSAS, M. L. Marx e os fundamentos da dinâmica econômica capitalista. *Revista de Economia Política*, vol. 4, n.3, p. 57-65, jul.- set., 1984.

POULANTZAS, N. *Estado, Poder y Socialismo*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

PROUDHON, P.-J.. *O que é a Propriedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

QUEIROZ, M. I. P. O coronelismo numa interpretação sociológica. FAUSTO, B. (coord.) *Historia Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, Vol. 8. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

RANDOLPH, R.; SILVEIRA, C.; MENEGAT, E. Solidariedade e gestão territorial: indagações sobre a atuação das organizações não governamentais no Brasil. In: FILGUEIRAS GOMES, M.A. *Novas e Velhas Legitimidades na Reestruturação do Território*. Salvador: UFBA, Fac. Arquitetura, 1993.

RAYMOND, R.. "L`espace achitetural, approche sociologique". In: *Hommage à G. Firedmann*. Paris: Gallimar, 1973.

RAYMOND, R.. *L`architecture, les aventures spaciales de la raison*. Paris: Centre G. Pompidou, 1984.

REIS, A. & LAY, M.. Avaliação da qualidade de projetos – uma abordagem perceptiva e cognitiva. IN: *Revista Ambiente Construído*, Porto Alegre, v.6, n.3, 2006.

RHEINGANTZ, P. A.. *De Corpo Presente: Sobre o papel do observador e a circularidade de suas interações com o ambiente construído*, disponível em: http://www.fau.ufrj.br/prologar/assets/corpo_presente_nutau2004_par.pdf, acesso em 08/09/2019.

RIBEIRO, A. C. T.. *Teorias das Ação*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

RIBEIRO, C. T.. Solidariedade, fraternidade, assistencialismo e filantropia: valores e práticas da década de 90. In: *Série Estudos e Debates*, n. 2, setembro/95. Rio de Janeiro: IPPUR, 1995.

RIBEIRO, C. T.. Desenvolvimento no território a partir da colaboração público-privado: possibilidades. In: EGLER, T; TAVARES, H.. *Políticas Públicas, Rede Social e Território*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

RIBEIRO, L. C. Q.. Proximidade territorial e distância social: reflexões sobre o efeito do lugar a partir de um enclave urbano. In: CARNEIRO, S.; SANT'ANNA M. (Org.). *Cidade: olhares e trajetórias*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2009.

RIBEIRO, P.. *Políticas Públicas: interações e urbanidades*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

ROCHA, E. *Magia e Capitalismo*. Brasiliense: São Paulo, 1995.

ROCHA, A.; ECKERT, C. *Etnografias de Ruas: estudos de Antropologia Urbana*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2013.

ROCHA, C.; AMARAL-SILVA, M.. Experiência social e ressonância magnética: juventude e a onipresença na rede. In: ROCHA, C.; SANTAELA, L.. *A Onipresença dos Jovens nas Redes*. Goiânia: UFG, 2015.

RONCAYOLO, M.. *La Ville et ses Territoires*. Paris: Folio Essais, 1990.

ROGERS, C. *Tomar-se Humano*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

ROLNIK, S. *Cartografia Sentimental*. Porto Alegre: Sulinas/Ed. UFRGS, 2014.

RIOS, J, A.. O que fazer com a população pobre? A favela nos ano 60. In:

FREIRE, A.; OLIVEIRA, L. L.. *Capítulos da memória do urbanismo carioca: depoimentos ao CPDOC/FGV*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.

SAHLINS, M. *Metáforas Históricas, Realidades Místicas*. Rio de Janeiro, Zahar, 2008.

SAHLINS, M. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SANT`ANNA, W.. Mercado de trabalho e políticas de ação afirmativa. In:

FERES, J.. *Sinais Sociais. Dossiê: políticas afirmativas*, v. 12, n. 34. Rio de Janeiro: SESC, 2018.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. *Reinventar la Democracia. Reinventar el Estado*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

SANTOS, I. M. F.. *Lutas e Perspectivas da Teologia da Libertação*. PPHS/FFLCH/USP: São Paulo, 2006.

SARLO, B. *La Ciudad Vista: mercancías y cultura urbana*. Buenos Aires: Siglo Veinti Uno, 2009.

SANTOS, M. B.. *Reinventar la Democracia. Reinventar el Estado*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

SANTOS, M. B.. *A Natureza do Espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, M. *Técnica, Espaço e Tempo*. São Paulo: EDUSP, 2013.

SCHUMPETER, A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.

SCHWARTZ, M.. *Nem Preto, nem Branco: muito pelo contrário*. São Paulo: ClaroEnigma, 2012.

SEGATO, Rita Laura. *Raça é Signo*. Brasília, UnB, 2005.

SEGAUD, M.. *Antropologia do Espaço: habitar, fundar, distribuir e trans-formar*. São Paulo: Edições SESC, 2016.

SENGE, P.; SMITH, B.; KRISCHWITZ, N.; LAUR, J.; SCHLEY, S.. *A Revolução Decisiva: Como Indivíduos e Organizações Trabalham Em Parceria Para Criar Um Mundo Sustentável*. São Paulo: Elsevier, 2009.

SENNETT, R. *A Carne e a Pedra. O corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Ed. Best Seller, 2008.

SIMMEL, G.. *Questões Fundamentais da Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SIMMEL, G.. “As Grandes Cidades e a Vida do Espírito”. In: *Mana* 11(2), 2005.
SCHUMPETER, A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.

SILVÉRIO, V.. Novas experiências de inclusão: ação afirmativa para negros e nativos no Brasil. In: FERES, J.. *Sinais Sociais. Dossiê: políticas afirmativas*, v. 12, n. 34. Rio de Janeiro: SESC, 2018.

SENECA, L. C. *Tratado sobre a Clemência*. Petrópolis: Vozes, 2013.

SILVA, A. L. G.. *Concorrências sob Condições Oligopolistas: contribuições de análises centradas no grau de atomização e concentração de mercados*. Campinas: UNICAMP, 2004.

SILVA, A. F. O capital incorporador e a segregação social do espaço urbano. In: *Boletim Goiano de Geografia*, 12 (1), jan/dez, 1992.

SILVEIRA, C; VAZ, L.. Leituras de espaços construídos em zonas opacas> contribuições para políticas urbano-culturais. In: WERNER,C; OLIVEIRA, F.;

SIMÕES, S.. *Cruzada São Sebastião do Leblon: Uma etnografia da moradia e do cotidiano dos habitantes de um conjunto habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro*. Niterói: UFF/ ICHF/ PPGA, 2008.

SMOLKA, M. O. O capital incorporador e seus momentos de valorização. Cadernos. IPPUR/UFRJ , Rio de Janeiro, 3 (N. Especial), p. 41-78, na./abr., 1987.

SMOLKA, M. *Estruturas intra-urbanas e segregação social no espaço: elementos para uma discussão da cidade na Teoria Econômica*. PNPE/IPEA, Rio de Janeiro, n. 13, 1983.

SNOW, C.. *As Duas Culturas e uma Segunda Leitura: uma versão ampliada das Duas Culturas e Revolução Científica*. São Paulo: EDUSP, 1995.

SCHWARCZ, L.. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SZPACENKOPF, M. I. O.. *O Olhar do Poder: a montagem branca e a violência no espetáculo telejornal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

TARGUÊTA, M.. *Uma Cruzada para a Cidade: Dom Hélder Câmara e o Rio de Janeiro nas décadas de 1950 e 1960*, disponível em <http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/sites/default/files/documentos/producao-nucleo/pibic/uma-cruzada-para-cidade-dom-Hélder-Câmara-rio-janeiro/relatorio-uma-cruzada-para-cidade-dom-Hélder-Câmara-rio.pdf> , acesso em 20/04/2018.

TRANCIK, R.. *Finding Lost Space: theories of urban design*. New York: Van Nostrand Reinhold, 1986.

TRINDADE, I.. La SAGMACS en Brasil y la construcción de un nuevo método. In: *Cadernos del CLAEH*, segunda serie, año 34, n. 101, 2015-1.

TILLICH, P. *Teologia Sistemática*. São Leopoldo: Sinodal, 2005.

TOUSSAINT, J. *Projets et Usages urbains, Fabriquer et Utiliser les Dispositifs Techniques et Spatiaux de l'Urbain*. Lyon-II, 2003.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983.

VALLADARES, L. *A Invenção da Favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VELHO, G. *Utopia Urbana: estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

VELHO, G. *Desvio e Divergência Uma Crítica da Patologia Social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

VELHO, G.. *Projeto e Metamorfose*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

VENTURA, Z.. *Cidade Partida*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

VIANNA, H.. *O Mistério do Samba*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

VIEIRA, S.. *Marca: o que coração não vê, os olhos não sentem*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

WACQUANT, L. In: O que é Gueto? Construindo um conceito sociológico. In: *Revista de Sociologia e Política*, nº 23, 155-164, nov, 2004.

WACQUANT, L. *Elias en el gueto negro*, disponível em http://sociologiac.net/biblio/Wacquant_Elias.pdf., acesso em 10/07/2014.

WACQUANT, L. *As Duas Faces do Gueto*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2008.

WEBER, M.. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Martins Claret, 2001.

WEBER, M.. *A Gênese do Capitalismo Moderno*. São Paulo: Editora Ática, 2006.

WEBER, M.. *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora UnB, 2009.

WILSON, E. O.. *A Conquista Social da Terra*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2013.

WIRTH, Louis. *The Guetto*. Chicago: University of Chicago Press, 1928.

WHYTE, William Foote. *Sociedade de Esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*; apresentação de Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

YAZBEK, M. C.. *Classes Subalternas e Assistência Social*. São Paulo: Cortez, 2015.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a Revolta*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

ZALUAR, Alba. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Revan: UFRJ, 1994.

ZILBERMAN, Regina "Cor local" e história da literatura. In: *Léguas & meia: Revista de literatura e diversidade cultural*. Feira de Santana: UEFS, a. 13, no 6, 2014.



ANEXO

Cruzada pela “Arquitetura e Humanismo”

Apesar de se tratar de um tema de pesquisa tão recorrente pela Antropologia Urbana carioca e brasileira que é o Condomínio Cruzada São Sebastião (Leblon), os desafios arqueologicamente “desconstrutivos” da pesquisa não foram menos áridos. Isso porque a iniciativa de reurbanização de favelas mesmo que autoritária, foi pioneira em função do caráter não descentrado do seu novo ambiente construído (Condomínio) em relação à habitação anterior dos assistidos (Favela Praia do Pinto, Lagoa). O que a faz apresentar relevo na atualidade, como referência para as políticas públicas urbanísticas e sociais, por estar sustentada por “planta” filosófica (poética) de integração social (Solidarismo Cristão/Economia Humanista). Já o esforço subjetivo reconstrutivo em analisar impressionisticamente os prós e contra do projeto, em 2009-10, ainda na condição de “arquivista”, apontou para percepção urbana de que a hipótese inicial de que o mesmo não tivera eficácia simbólica ou comunicacional, o que comprometera seus objetivos humanistas de inclusão social e econômica. A eclosão catalisadora de intervenções e desdobramentos no campo de habitação de interesse social em prol de soluções mais lúdicas, culturais, participativas e locais, para além e aquém do discurso tecnocrata de ordenamento disciplinador da arquitetura e moralidade da favela, tende a se tornar, doravante, uma militância em defesa da arquitetura pública (privada) e assessoria técnica aliada à autoconstrução, ocupação e arte urbana.

A defesa da possibilidade de reaproveitamentos de patrimônios edílios públicos e privados desprovidos de fim social, desde que preservados também o interesse cultural e histórico, quando caso os houver, já me parece um cenário infinitesimal precioso de possibilidades, a que me não arrisco aqui enveredar. Os escopos de arranjos e projetos permitidos pela reurbanização participativa (sem remoção) em favela constituída, não minora a importância da epistemologia do saber local e do bem comum, no tocante à urbanização nas áreas novas (não-descentradas) a serem construídas em situações emergenciais de áreas de risco. Descarta-se, destarte, a remoção compulsória, mesmo que por decreto, ainda patente em pleno século XXI.

O pesadelo do descentramento – nesses casos, inclusive de si mesmo e nós, pois lugar é memória e identidade (pertencimento) – de populações marginais, demonstra uma ambiguidade da retórica de positivismo includente em projetos de condomínio vertical do Minha Casa, Minha Vida, por exemplo, pelo risco iminente da marginalização a qual se pretendia anular, ter efeito ainda duplicador. No caso pesquisado, em que não ocorreu descentralização de populações faveladas, os problemas de interação social e adequação territorial se impõem como interrogação sobre a responsabilidade do planejamento urbano em face de qualquer intervenção exógena, por menor que seja, como pude constatar etnográfica e analiticamente. Haja vista que a inclusão patrimonialista (casa própria) desprovida de políticas sociais complementares, no tocante ao desenvolvimento de economia criativa e solidária não corresponderam à inclusão simbólica e identitária espacial de bairro (Leblon).

O acirramento de disputas simbólicas e práticas sociais entre engajamentos coletivos locais e arenas públicas hegemônicas entre moradores de favela e bairro no Rio de Janeiro do final do século XX, trouxe consequências diretas para os “prédios-pessoas” que são o ambiente construído e vivido do Condomínio Cruzada: a situação de deterioramento de identidade (GOFFMAN, 2008) no imaginário cultural e midiático carioca, multissituada estigmatizadamente entre condômino e “favela” (somente os aspectos negativos).

A gestão pós-ocupacional pode compensar a não realização de manejo das pré-existências em casos de remoções, mesmo que compulsórias, no que pode minorar a diátribe cotidiana contra a adequação territorial e inserção social dos moradores da Cruzada. Tal configuração morfológica e social tem implicado em um cenário de supressão relativa de justiça social e cidadania plena. O que só fora percebido por mim embrionariamente, quando, estive na condição de morador e “artevista” (artista + ativista). Na ocasião lancei um projeto artístico social (“artetural”) para reumanizar o direito à diferença e à cidade para estimular o pertencimento geoafetivo (autorreferencial) do morador da Cruzada no Leblon e interação social daquele como os moradores desse:



“Descrição: Disco composto por 10 músicas de estilos variados gravadas com a participação das crianças e artistas do projeto de reurbanização de favela conhecido como Condomínio Cruzada São Sebastião do Leblon, cujo encarte é composto por um livreto na forma de “palavra cruzada” com a história e realidade atual da comunidade feito em parceria com os moradores adultos e idosos. A ideia é traçar também um inventário das personalidades esportivas, artísticas, políticas e religiosas locais que mais se destacaram no Condomínio ao longo dos seus mais de 50 anos de existência. Bem como, um mapeamento urbanístico da importância do projeto para a história da cidade do Rio de Janeiro, sobretudo, no que tange aos processos de reurbanização de favelas.

Objetivo: Resignificar os *frameworks de interpretações estereotipados* que posicionam o Condomínio como uma região humanamente degradada. Autenticar ao morador do Leblon e carioca uma imagem do local menos enviesada pelo olhar sensacionalista e estigmatizado da mídia e sociedade, como um todo. No que permita maior integração urbana e inserção social no bairro do Leblon e zona sul carioca. Permitir, enquanto esforço de relações públicas e assessoria de imprensa, catalisar parcerias comunitárias da comunidade e sua associação (*AMORABASE*) com universidades e centro acadêmicos; imprensa oficial e veículos de comunicação de bairro e massa; ONG’s e demais entidades civis organizadas; Igrejas e congregações ecumênicas; bem como empresas e órgãos públicos municipais, estaduais e federais; além de organismos e instituições sociais internacionais humanitárias.

Proposta Estético Temático: O “Palavra Cruzada” será composto por uma coletânea poético-musical com a participação de diversas crianças cantoras e percussionistas da Cruzada e um jogo de palavras cruzadas sobre a história da comunidade, construído com participação dos moradores idosos e adultos. Dessa forma, o processo de execução do material e o projeto e si vão ter esse sentido simbólico de “palavra cruzada”, assim como é o cotidiano dos mais de 5.000 moradores do Condomínio com suas vidas por serem completadas. O hábito de preencher palavras cruzadas de bancas de jornal e revista, ao contrário do da leitura de livros, cujo índice médio é muito baixo no Brasil é, consideravelmente, muito difundido no Brasil por pessoas de baixa e alta instrução social e poder aquisitivo. Nesse sentido, permite despertar nos indivíduos uma aptidão por informação e cultura (conhecimentos gerais). Esse formato cultural pode permitir reposicionar imagetivamente em suas interfaces com o Estado, Mídia, Sociedade e Terceiro Setor a *Cruzada São Sebastião* do *Leblon* de uma forma subliminar (música) e também didática (jogo de palavras cruzadas). É triplamente interativa: por causa da dinâmica do jogo; por valorizar o papel endógeno na produção e reprodução cultural das dinâmicas sociais de um determinado grupo ou subgrupo e, através desse produto cultural (palavra cruzada) perpassar várias classes sociais. O que permite nisso a ele ser um instrumento cultural e informativo para que os moradores dos demais edifícios do Leblon e da zona sul carioca desmitifiquem as percepções sociais e espaciais deletérias sobre os moradores desse condomínio e ele próprio – sedimentadas no imaginário social urbano carioca.

A relevância premente desse projeto se deve ao fato de não ter havido um estudo e gestão de impactos psicossociais desse pioneiro projeto de reurbanização de favelas, que relocou moradores de favelas no Leblon e apresenta visíveis dificuldades de adaptação social desses à vida em condomínio, quanto dos antigos moradores do Leblon, aos seus *backgrounds* antropológicos. O projeto aqui descrito é um caminho educacional sócio-afirmativo dos moradores da Cruzada para que eles e os demais moradores do Rio conheçam um pouco mais sobre a história urbana da cidade, no que permita uma mais acurada autenticação da autoimagem arquitetônica e antropológica mais humanizada do Condomínio e seus moradores.